

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Marcello Novaes Pereira Giglio

**HORIZONTALIZAÇÃO DAS DECISÕES POLÍTICAS E O NOVO
AMBIENTE PARA A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA: 2015 – AS OCUPAÇÕES
ESTUDANTIS EM SÃO PAULO.**

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo
2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Marcello Novaes Pereira Giglio

**HORIZONTALIZAÇÃO DAS DECISÕES POLÍTICAS E O NOVO
AMBIENTE PARA A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA: 2015 – AS OCUPAÇÕES
ESTUDANTIS EM SÃO PAULO.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontfícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção de título de MESTRE em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Edson Passetti.

São Paulo
2021

Banca Examinadora

Este trabalho foi viabilizado pela bolsa CNPq

Agradecimentos

Agradeço aos encontros e também aos desencontros durante este trabalho. Pelos acolhimentos, mas também pelas ausências. Pela generosidade e pela compreensão, agradeço aos que navegaram comigo e aos que aguardaram o meu retorno.

Aos que me guiaram, agradeço ao Passetti, pelo seu espírito animador, pelo depósito da sua confiança, por mostrar o tempo certo para as velas içadas e o tempo exato para as velas recolhidas. Pela oportunidade da amizade que só se alcança em longas jornadas.

Agradeço pelas guinadas precisas durante o percurso deste trabalho, pelas análises de João da Mata e Jonnefer Barbosa. Por apontar os desvios necessários durante a qualificação e pela disposição para a continuidade, junto à banca. Agradeço à Silvana Tótora e Paulo Edgar, pela disponibilidade em juntar-se a nós.

Agradeço ao meu filho Gabriel, pela paciência, amor e carinho, mas principalmente pela sabedoria em enxergar minha presença, mesmo quando era minha ausência a que se fazia sentir. Agradeço a minha companheira de vida, Daniela, pela cumplicidade, pela entrega, amor e confiança, por preencher os espaços que seguramente deixei vazios e me confortar na certeza de que ali também torcia pela minha viagem.

Aos inúmeros companheiros de PUC, agradeço pelos papos, debates, concluídos, bares, cafés, seminários, trabalhos, apresentações, por entregarem com afeto e amizade tudo que pôde este amigo desejar.

Aos amigos e familiares que tanto torceram, acompanharam e vibraram positivamente durante este trabalho, agradeço. Ao meu tio, Luiz Albino, que preencheu com muito carinho e amor, as maiores lacunas da minha vida. Em especial à minha filha Lola, que soube me mostrar que o tempo não importa para os mais profundos sentimentos.

Resumo

Esta dissertação situa a crise do duplo representatividade-legitimidade na democracia representativa, apressadamente determinada, segundo analistas, pelas crises políticas e econômicas do início do século XXI, por meio do movimento dos estudantes secundaristas que se posicionaram contra o projeto de reorganização escolar, proposto pelo governo do estado de São Paulo, em 2015. Mostra como as forças políticas institucionais, hierárquicas e verticais do Estado, atraem e compõem com as forças pretensamente dissonantes e horizontalizadas do movimento, no ambiente possibilitado e determinado pela racionalidade neoliberal para a prática do ativismo. Acompanha as análises *deleuziana* e *foucaultiana* que problematizam as possibilidades criadas pelos agenciamentos coletivos em uma sociedade de controle monitorada para produção de saberes e regulações de condutas, atuando na produção de ambientes seguros e sustentáveis. São modulações possibilitadas pelas tecnologias de monitoramento contínuo e a céu aberto voltadas para produção de mais penalizações e a preservação de um ambiente propício para a manutenção da prática de governo.

Palavras-chave: ocupações; controle; ambientes; governo; movimento estudantil.

Abstract

This dissertation studies the crises of double representativeness-legitimacy in representative democracy, hastily determined according to analysts, by the political and economic crises of the beginning of the 21st century, through it's the movement of high school students who took a stand against the project of school reorganization, proposed by the government of the state of São Paulo, in 2015. It shows how the institutional hierarchical and vertical political forces of the State attract and compose with the supposedly dissonant and horizontal forces of the movement, in the environment made possible and determined by a neoliberal rationality for the practice of activism.

It accompanies the *deleuzian* and *foucaultian* analyses that problematize the possibilities created by collective agencies in a monitored control society for the production of knowledge and conduct regulations, acting in the production of safe and sustainable environments. They are modulations made possible by continuous monitoring technologies aimed at producing more penalties and preserving an environment conducive to the maintenance of government practice.

Keywords: Occupations; control; environments; government; student movement.

Sumário

Apresentação	09
Capítulo 1: Isolamento político local, crise global de representatividade. 15	
Entre as crises econômicas e ideológicas: o equilíbrio dos poderes como recurso moral dos grupos privilegiados.	20
A representatividade e o paradoxo das escolhas prontas.	30
O vazio politizado e reocupado pela participação política.	37
Entre a culpa e a dignidade, um espírito ávido pela conquista.	40
O uso da tecnologia para a contenção de riscos.	43
O monitoramento contínuo para ambientes seguros.	46
Participação democrática e o Canto da Sereia.	51
Manifestações e o exercício da cogestão das pautas.	53
A violência permanente do Estado.	65
O poder cria o vazio, o vazio invoca o poder.	72
Capítulo 2: Ocupação das Escolas Estaduais em São Paulo contra a reorganização: autonomia para a prática política e a experiência do comum.	80
Escola ocupada, ocupação noticiada.	98
Isolamento jurídico do Estado, execução coercitiva como resposta.	108
Novo pedido de reintegração de posse, nova escalada de ocupações.	117
Para a velha escola, novos aprendizados.	128
“Ordem veio de cima.”	151
Recado privado, “opinião pública”.	155
Política é a seletividade da escuta.	158
Sai o decreto, permanece a escola	160
Considerações complementares	163
Bibliografia	175

Apresentação

Esta dissertação pretende abordar as novas possibilidades de participação política, ao analisar as ocupações estudantis, promovidas pelos estudantes secundaristas no estado de São Paulo, em 2015.

Haveria um processo disruptivo constitutivo do atual estágio da democracia liberal e participativa? Entendendo disruptivo como o rompimento com formas ditas antigas de um processo, diante do surgimento de novos meios substitutivos para o mesmo processo. Como a passagem do que há de obsoleto em determinada relação de troca, para a substituição e apropriação deste por uma nova tecnologia; como vemos nos usos mais comuns do termo, sempre associados a modelos de negócio que ganharam novas plataformas e usos, a partir de processos disruptivos sobre ofertas e demandas já existentes. Os processos disruptivos promovem, quando efetivados, a mudança de hábito em relação à aquela interação sobre a qual intervêm, ao mesmo tempo que mantêm o fundamental daquilo que substitui. Estariam desgastados, ou mesmo se exaurindo, os velhos modelos de representação da democracia?

Junho de 2013 ofereceu um campo para a discussão sobre o rompimento que ali se anunciou com o modo de representação política, ou pelo menos com o estágio em que a democracia representativa se apresentava. A presença do Movimento Passe Livre, ao início das manifestações, ajudou a sustentar uma análise apressada da falta de representatividade, ao ver que a força do movimento orbitava em torno da pauta do transporte público, a qual o prefeito na época, Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), não conseguia corresponder.

Ao buscar por processos disruptivos na política, tomo como ponto de partida o livro do cientista político húngaro, Ivan Krastev, com título “*Democracy Disrupted: The Politics of Global Protest*”, publicado pela editora da Universidade da Pennsylvania, na Philadelphia, em 2014. O livro trata dos recentes protestos ao redor do planeta e abrange o leque de insatisfações das sociedades com suas democracias, não só no Brasil, mas em países da Europa ocidental e oriental, em países árabes e também nos Estados Unidos. Na introdução, Krastev atenta para o fato de que o livro não tem a intenção de julgar o sucesso ou o insucesso dos protestos, mas apenas: “capturar o sentido dos eventos para refletir sobre a complexidade da relação entre os

protestos e a democracia e, ao mesmo tempo, analisar como os protestos estão transformando a democracia” (KRASTEVA, 2014, p. 2). Os protestos estão transformando a democracia, ou a democracia estaria compondo com os movimentos contestadores, transformando a participação política?

Com a perspectiva de compreender o ambiente para a participação democrática no interior da institucionalização política, analisam-se aqui as ocupações das escolas do estado de São Paulo, pelo movimento dos estudantes secundaristas, em 2015. Ocupações que foram levadas adiante pelo movimento dos estudantes, como reação contrária ao projeto de reorganização escolar, proposto pelo governo.

O movimento político, apressadamente chamado de “insurreição dos estudantes secundaristas”, fornece elementos para analisar o ambiente favorável para que um grupo de jovens estudantes, diretamente afetados pela verticalidade das decisões políticas, decidisse coletivamente ir contra o governo, rejeitando a natureza impositiva e coercitiva, inerente a prática política pelo Estado. Compreende-se qual o ambiente possível para a participação política pelos estudantes, diante de um projeto que revela fissura no duplo representatividade-legitimidade, acentuada por um governo que inicialmente recusou o diálogo. Inspirados por experiências latino-americanas recentes, voltamos a atenção para as ocupações que antecederam e inspiraram os secundaristas paulistas, para mostrar nesta filiação requerida como o exemplo brasileiro distancia-se e como se aproxima das experiências originais, de ocupações por estudantes como os do Chile e da Argentina.

Esta dissertação está dividida em dois capítulos: no primeiro, situa-se as manifestações contra o sistema capitalista e contra a política neoliberal, que desde o final do século XX e início do século XXI, tomaram as ruas contra o receituário neoliberal das políticas econômicas do projeto de globalização, e que também se acentuam diante das crises do sistema capitalista (AUGUSTO, 2017, HARDT&NEGRI, 2014, KRASTERV, 2014). A partir das manifestações em diferentes regiões do planeta, que apontam apressadamente para a interpretação de que há uma distância entre representados e representantes, sugere-se um olhar sobre a estrutura política e de poder que constitui a representação política. Analiso a estrutura interna do partido político, a sua burocracia e a sua estrutura hierárquica, à serviço da manutenção de uma lógica vertical e oligárquica, que pretende a manutenção dos

interesses de uma classe política, o que impede os eleitores de obterem uma esperançosa resposta revolucionária dos seus partidos (MICHELS, 1982).

Deslocando o interesse dos representados e mantendo a vocação da política (WEBER, 2011) como resposta à manutenção das oligarquias partidárias, discute-se a formação da elite que ocupa os espaços políticos de representação (MILLS, 1962). Ao colocar os grupos privilegiados, as elites, como parte constitutiva das estruturas de representação, mostra-se como as estruturas brasileiras e estadunidense se aproximam em determinada época do século XX, década de 1930, aproximação que ocorre no mesmo período em que a figura do político profissional passa a ser respaldada pelas pesquisas de opinião, balizando sua trajetória política (HARDT&NEGRI 2014), posto que as pesquisas pretendem quantificar indiretamente apoio e rejeição, e determinar a conduta do homem público, como uma pretensa resposta à participação do eleitor. Analisa-se o ambiente político da década de 1930, para estabelecer a aproximação entre as políticas brasileira e estadunidense, durante o período em que uma posição liberal e capitalista é cobrada dos parceiros econômicos, diante da ameaça que representava o comunismo, e que, ainda mais do que o facismo italiano e o nacional-socialismo alemão, poderiam fazer frente aos projetos e interesses liberais estadunidenses, no país (GAMBINI, 1977, MAZZUCHELLI, 2007, NETO, 2013, SVARTMAN, 2007).

Estabelecido o elo entre as elites políticas brasileira e estadunidense, o que também acentua a presença da doutrina militar que passaríamos a seguir, discute-se o paradoxo da representação política, que estabelece distâncias já durante a passagem para uma democracia representativa, pós ditadura civil-militar, mais do que aproxima os desejos e as necessidades de uma maioria das vontades políticas dos seus representantes. Há então, na democracia representativa, traços de um despotismo longínquo que visa tão somente manter vivos os interesses dessa elite política (CRIMETHINC., 2017, FOUCAULT, 1995, HARD&NEGRI, 2014), e que precisam ser destituídos (COMITÊ INVISÍVEL, 2017) para que a representação alcance um outro significado. A discussão se apropria dos conceitos de sociedade de disciplina e sociedade de controle (DELEUZE, 2013, FOUCAULT, 2013, PASSETTI, 2019), onde novos agenciamentos coletivos possíveis graças às tecnologias de informação, já na sociedade de controle, acentuam a produção de conhecimento para a regulação das condutas, que passam a ser monitoradas também a céu aberto, ininterruptamente, mas sem abrir mão das possibilidades de vigilância e produção de saberes dos ambientes

confinados, das sociedades de disciplina. Contextualização que é parte da análise para demonstrar, como a racionalidade neoliberal encontra neste ambiente um terreno fértil para a produção de novas subjetividades que, ao empoderar o cidadão também fortalece as práticas de monitoramento e produção de saberes que têm como objetivo principal, regular condutas e aplicar punições. (DELEUZE, 2013, FOUCAULT, 2013, GROS, 2017, PASSETTI, 2019).

As subjetividades se apoderam da relação entre poder e sociedade, conduzidas pelos saberes possíveis numa sociedade de controle (DELEUZE, 2013), onde a gestão da política, da segurança, da dívida e da informação, ao serem compartilhadas empoderam o cidadão, transformando-o num cidadão resiliente, que suporta, tolera, resigna, restaura, protege, pacifica e se reconfigura em sujeito portador de direitos inacabados (PASSETTI, 2019).

Ao final do primeiro capítulo, situa-se as manifestações de junho de 2013, atribuindo ao Movimento Passe Livre à cogestão da pauta do transporte público com a prefeitura de São Paulo, possibilitada pela prática da racionalidade neoliberal que convoca à participação como forma de representação política e contenção da revolta (DELEUZE, 2013, FOUCAULT, 2013, PASSETTI, 2019). Ainda em 2013, estão sinalizadas as táticas que se apresentam em contraposição à repressão do Estado. O surgimento de uma máquina de guerra, que busca ocupar os espaços estriados da cidade que se defende pela gravidade (DELEUZE&GUATARRI, 1997, VIRILIO, 1996), e que regula seus fluxos, imprimindo um controle sobre a velocidade absoluta, necessária para a indisciplina (DELEUZE&GUATARRI, 1997, DUPUIS-DÉRI, 2014, PASSETTI, 2011, VIRILIO, 1996).

No segundo capítulo, mostra-se que as jornadas de *junho de 2013* servem de motivação aos jovens secundaristas em 2015, quando o movimento dos estudantes reclama participação na discussão da pauta da educação, especificamente sobre a reorganização escolar. Analisa-se a busca por protagonismo e autonomia políticos pelo movimento secundarista que, ao traçar uma linha divisória para a participação de outros chamados de atores políticos, também se aproxima da composição com o Estado pelo atendimento da convocação à participação. Parte da análise recai sobre o papel da metrópole como constituinte das relações políticas que, através dela, se articulam como o ambiente no qual cria-se a possibilidade de convocação e contenção dos movimentos pela política (CONSELHO NOTURNO, 2019).

Acompanha-se o dia a dia das ocupações através da cobertura de relevantes veículos de imprensa do estado de São Paulo. São eles os jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo o El País e os Jornalistas Livres. Recorre-se à compilação no livro *Escolas de Luta* (CAMPOS, 2016), que organiza material produzido durante as ocupações, pelos estudantes, à decupagem de produções audiovisuais, sobre o movimento.

Ao promover manifestações contrárias às determinações da política pública da educação pelo estado de São Paulo, o projeto de reorganização escolar, demonstro o caminho de contenção ao movimento, compondo com o Estado e a política ao invés de rejeitá-los (DELEUZE, 2013, PASSETTI, 2019, JOURDAN, 2018). Ao conservar-se pela atuação política, fortalecendo as estruturas verticais e institucionais que questiona, o movimento demonstra a capacidade que tem a racionalidade neoliberal em acomodar resistências e confortá-las sob a perspectiva da resiliência (PASSETTI, 2019).

Como os alunos se apropriaram da tática de ocupar as escolas, a partir da experiência dos movimentos de secundaristas no Chile e na Argentina, quais as diferenças entre os movimentos nestes países, como se relacionaram com as escolas ocupadas, quais as descobertas no interior da nova rotina estabelecida durante as ocupações, quais as possibilidades neste novo *estar juntos*? Avolumam-se: a participação dos pais, a favor e contra as ocupações, a participação das instâncias institucionais de ensino público ligadas à Secretaria da Educação, e a composição destes com o uso das forças repressoras do Estado para conter o avanço do movimento, em acordo com a Secretaria de Segurança. As ocupações também abriram novas possibilidades jurídicas para a contenção dos movimentos, especificamente, as ocupações de prédios públicos. A análise procura questionar as tentativas de saídas jurídicas para reaver a posse das unidades escolares.

Nota-se pelo itinerário percorrido pelos estudantes, que a qualidade da educação, que também estava em jogo no processo que se avizinhava pelas mudanças com a proposta de reorganização, não foi discutida, questionada ou obstruída. Ao voltar ao estado inicial, é possível determinar como a resistência dos estudantes é contida pela sua tolerância e resiliência. Ao lidar com a convocação à participação e co-gerir a pauta da educação com o Estado, a prática do poder foi, ao mesmo tempo, de acolhimento e anulação das forças contestatórias?

Constata-se que, ao abrir-se para possibilidade da cogestão, o movimento instaurou, aparente e momentaneamente, uma nova relação com o eixo representatividade-legitimidade, mas o que se tem é uma acomodação das resistências em resiliências, ao mesmo tempo em que o Estado, ao se colocar como organizador e gestor das forças sociais, perpetua o uso legítimo da violência e da coerção física também como mecanismo gestor da sociedade (GROS, 2017). A primeira impressão é a de uma distância entre os interesses do sistema de representatividade, representante-representado, que cede espaço à captura das insatisfações populares quando as convoca à participação nas pautas políticas de minorias em suas manifestações e atos, acomodando as possíveis potências para revolta ao exercício da cogestão. Instaure-se com isso, aspectos de governança, onde a relação governo-governados é substituída pela participação de todos pelo bem de todos. Constitui-se com o poder já constituído, sem tempo para a destituição necessária para se promover novas formas de apropriação que possam rejeitar a política institucional (COMITÊ INVISÍVEL, 2017).

Seriam estes jovens do movimento secundarista ativistas dos tempos atuais, perseguindo as práticas de liberdade recomendadas pela racionalidade neoliberal?

CAPÍTULO 1:

ISOLAMENTO POLÍTICO LOCAL, CRISE GLOBAL DE REPRESENTATIVIDADE.

O final do século XX foi marcado por movimentos sociais e de protesto que contestaram os novos arranjos globais de organização política e econômica entre os Estados, e que ficaram conhecidos como movimentos antiglobalização. Dentre as numerosas manifestações que ocorreram à época, contra instituições políticas e econômicas do sistema global, destaca-se as manifestações de rua em Seattle, em novembro de 1999, contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), como aquela que tornaria pública a rejeição à proposta de uma economia global pelos manifestantes. Segundo a jornalista Naomi Klein, “Seattle foi o primeiro grande protesto contra o sistema global como um todo, a primeira efetiva convergência das inúmeras queixas contra as injustiças e desigualdades do sistema global, e inaugurou um ciclo de protestos semelhantes. Depois de Seattle, as reuniões de cúpula das grandes instituições internacionais ou globais – o Banco Mundial, o FMI, o G-8 e assim por diante – enfrentariam constantemente protestos dramáticos” (HARDT&NEGRI, 2014, p.362).

“Os movimentos de protesto ignoram os partidos políticos, desconfiam dos principais meios de comunicação, se recusam a reconhecer qualquer liderança específica e rejeitam todas as organizações formais, confiando, em vez disso, na Internet e nas assembleias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões” (KRASSTEV, 2014, p.3).

Ao realinhar suas fronteiras econômicas, o novo mundo globalizado reconfigurava suas posições políticas. Ao erguer-se contra a hegemonia do império estadunidense, recuperava-se através de jovens, a força de comunidades. Ao mesmo tempo em que as novas configurações globais da política e da economia apareciam, notava-se que o novo mundo que se avizinhava fortaleceria também as velhas desigualdades. Propiciou-se um sentido de urgência em torno da pauta antissistêmica como motivação para a organização de movimentos sociais e de protestos em torno destas questões.

“É comum atribuir a emergência desse movimento a demandas colocadas pelo mundo globalizado, como a exploração de mão de obra barata pelas montadoras de carro nas maquiladoras; proteções ecológicas contra multinacionais; o fluxo migratório que, em especial na Europa, reacende grupos neonazistas e nacionalistas; a comunicação acelerada que busca conectar o planeta; um processo de tomada de decisões em âmbito global que alija cidadãos e governos locais em questões cruciais de política, economia e ecologia. Havia, por isso, um reconhecimento de que os partidos, os sindicatos e os governos nacionais nada faziam ou pouco podiam diante dessa situação de domínio para além das fronteiras dos Estado-nação” (AUGUSTO, 2017, p.18).

Inerente ao movimento contínuo e ao amadurecimento das mudanças iniciadas durante os acordos pela globalização no século XX, os movimentos de protestos que ocorreram no início do século XXI também foram marcados por uma narrativa comum de insatisfação com os regimes políticos, acentuada também por crises econômicas, em diferentes regiões do planeta. Insatisfação que não se restringiu apenas aos regimes democráticos liberais e sociais, como na Espanha, na Grécia ou nos Estado Unidos, mas também às diferentes ditaduras e autocracias, como no Egito, na Tunísia e na Turquia. O caminho que atravessa e une tão diferentes dissabores com as representações políticas é o sentimento em comum pelos cidadãos de que os governos não os representam ou não os representam adequada e suficientemente. A dissonância entre as reais demandas da sociedade e as decisões políticas, seja pela via democrática, seja nos regimes autoritários, se intensificaram depois da crise econômica de 2008, repercutindo os efeitos iniciais das lutas antiglobalização da década de 1990. A persistente manutenção da distância do entendimento dos anseios e das necessidades de muitos segmentos da sociedade pelos governos, foi entendida como o surgimento de uma crise de legitimidade política, imediatamente acentuada pelos teóricos das humanidades.

Há um vínculo subjetivo que une os representados aos representantes, e ele se constrói a partir da perspectiva de que as ações dos governantes devem fazer sentido diante das necessidades reais dos governados. Quando há um descompasso acentuado entre as decisões dos governos e a urgente demanda social, este vínculo subjetivo se quebra, ou trinca. Espera-se que este desajuste possa se autocorriger numa democracia liberal, dentro de um processo eleitoral, pois permite a pluralidade de opções partidárias e a possibilidade temporal da troca de representantes. Mas, na prática, essa escolha ocorre entre as opções já longevas dentro das instituições. Isso significa pouca ou

nenhuma mudança porque os atores políticos fundamentais, os partidos, podem até diferir em programas, em ideologias, mas concordam em manter o monopólio do poder dentro de um quadro de possibilidades pré-estabelecido por eles mesmos e de controle dos cargos. E, quanto mais o partido cresce e ocupa as estruturas institucionais do Estado, mais distante fica a sua luta por grandes princípios, revolucionários ou não.

“É um fato notório que, nos partidos democráticos atuais, os vastos conflitos de opiniões se desenrolam cada vez menos sobre o terreno das ideias e com armas puras da teoria e se degeneram rapidamente em diatribetes e ataques pessoais. Os esforços tentados para estender um piedoso véu sobre as discórdias que dividem o partido, constituem a inevitável consequência da organização dirigida segundo princípios burocráticos: seu principal objetivo consistindo em arregimentar no partido o maior número possível de membros, ela deve necessariamente considerar qualquer luta pelas idéias que surgem no seu partido como um obstáculo à realização dos seus fins, isto é, como um obstáculo que deve ser evitado por todos os meios possíveis” (MICHELS, 1982, p. 220).

A vocação política, nos termos weberianos (WEBER, 2011), abre espaço definitivo para uma prática profissional da política, onde o exercício da profissão transcende ideologias e obedece ao oligopólio formado pela classe de políticos que ocupa este espaço para manter as prerrogativas e interesses do grupo, acima dos interesses coletivos. Assim, o exercício do poder político se profissionaliza em torno da figura do político partidário, de uma classe política, que não tem mais compromisso deliberado com projetos ou mesmo ideologias, mas com o conjunto de arranjos em torno deste oligopólio. Ao olhar para dentro dos partidos nota-se também, uma intensa burocratização estrutural, onde para cada função específica existe uma ou mais pessoas com competências determinantes. A burocratização interna dos partidos repercute diretamente no jogo político, de dentro para fora dos partidos, o que não só limita os processos de renovação internos como também afasta os eleitores em obterem uma resposta revolucionária dos seus partidos, que originalmente chegaram assim se declarar. Para o sociólogo Robert Michels, estudioso da burocratização dos partidos políticos, há um conjunto de qualidades complexas que elegem os líderes partidários ao mesmo tempo que os afastam do seu eleitorado. Uma “indispensabilidade técnica” para liderança seria a principal causa da oligarquia nos partidos.

“A principal causa da oligarquia nos partidos democráticos é encontrada na indispensabilidade técnica das lideranças. O processo, que

começou em consequência da diferenciação das funções do partido, foi concluído com a ajuda de um conjunto de qualidades complexas que os líderes adquiriram pelo fato de terem se separado das massas”. (...) “a lei sociológica fundamental que rege inelutavelmente os partidos políticos pode ser assim formulada: a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização, diz oligarquia” (MICHELS, 1982, p. 237-238).

Em uma passagem do livro, *Adultos na sala - minha batalha contra o establishment*, o economista Yanis Varoufakis, Ministro das Finanças da Grécia durante o período da crise de 2008, relata um encontro com o ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Lawrence Summers, onde este expôs de maneira muito clara o comprometimento dos políticos com este oligopólio e a distância que existe entre o discurso que se produz para “fora” em contraposição ao discurso que se produz para “dentro” do aparelho político.

“Existem dois tipos de políticos, diz Summers, os de dentro do sistema e os de fora dele. Os de fora dão prioridade à sua liberdade de contar a sua própria versão da verdade. O preço da sua liberdade é que eles são ignorados pelos de dentro. Os de dentro, por sua vez, seguem uma regra sagrada; nunca se volte contra outro de dentro e nunca fale com os de fora sobre o que os de dentro dizem ou fazem. Sua recompensa? Acesso a informações privilegiadas e uma chance, ainda que sem garantias, de influenciar o rumo das coisas e pessoas poderosas” (VAROUFAKIS, 2017, p.24).

A conversa entre Summers e Varoufakis revela não só quanto os governados estão distantes dos processos e das tomadas de decisão de seus governantes, mas também como funciona o código de ética entre os políticos profissionais e seus pares nascido de um movimento interno ao sistema político pela manutenção do seu poder. Revela a exclusiva e fechada rede de interesses inerente ao sistema político numa democracia, e que preserva a oligarquia e a burocracia dentro dos partidos. Se na transição dos regimes totalitários para os democráticos a luta se fez pela participação pública nas decisões políticas através do voto, hoje a motivação para que uma parcela significativa da sociedade se oponha e ocupe as ruas é consequência da distância que existe entre a conquistada representação política do passado e a possibilidade real da resolução dos problemas sociais do presente, ou seja, com dar forma à convocação à participação. A democrática representação política através do voto não interfere no

sistema fechado da tomada de decisões dos partidos e dos políticos. Os desejos e as necessidades imediatas das pessoas estão à mercê de um protocolo político específico, numa esfera de decisões que se distanciou da sociedade e que tem interesses próprios como prioridade.

Diferente dos enfrentamentos e protestos pelo direito ao voto universal e pela representação política em meados do século XIX, os protestos que tomam as ruas no início do XXI chegam a negar o processo eleitoral e a democracia representativa para mostrar a insatisfação diante de governos autoritários sob a ritualização democrática midiática. Segundo o cientista político Ivan Krastev, em seu livro *Democracy Disrupted, The Politics of Global Protest*, o espírito pela autonomia é que coloca lado a lado protestos e manifestações contra o regime autoritário no Egito e insurgências anticapitalistas como o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos.

“Os protestos atuais são uma revolta contra a democracia representativa. Eles marcam a desilusão dos eleitores e cidadãos. Funcionam como uma alternativa às eleições, atestando que as pessoas vão para as ruas não com a esperança de colocar um governo melhor no poder, mas sim para estabelecer as fronteiras que nenhum governo deve atravessar” (KRASTEVA, 2014, p.5).

Constata-se desde Michels, que a sociedade ao eleger seus representantes, colabora para a manutenção da condição inexorável e inflexível da burocracia estatal, que captura os partidos da ordem, contra-ordem e revolucionários, integrando as legendas à estrutura vertical que compõe os poderes dentro da máquina do Estado. Devidamente acomodado, o partido passa a ocupar um espaço estreito e ineficiente para a participação pública nas decisões políticas, descaracterizando a estrutura democrática representativa que antes o justificava. Por outro lado, a mesma estrutura da máquina estatal que acomoda as prerrogativas revolucionárias dos partidos, utiliza-se dos saberes jurídico-políticos de sua época para por em funcionamento a manutenção de relações de poder, compreendidos hoje pela prática da racionalidade neoliberal, e cria novas forma de participação. No jogo representativo concebido a partir das novas possibilidades que obedecem à racionalidade neoliberal dentro dos processos de participação pública, a representatividade se desdobra e, simultaneamente ao distanciamento testemunhado da representação político-partidária, cria novas condições que realoca os anseios por participação dos governados, para que ao final

sejam reconhecidos como parte do processo político. Ao reconhecê-los, convoca-os à participação nos processos políticos, promove o acesso e o trânsito pelas hierarquias por intermédio de gerenciamentos compartilhados descentralizados, acolhe estruturas horizontais normatizadas e organizadas, política e seguramente, e inclui através da criação de políticas afirmativas, auto-referentes e compensatórias, a população organizada nos processos decisórios das decisões políticas.

Entre as crises econômicas e ideológicas: o equilíbrio dos poderes como recurso moral dos grupos privilegiados.

Wright Mills, em *A Elite do Poder*, no capítulo *A teoria do equilíbrio*, também refuta a tese do poder político representar os interesses de uma maioria que encontraria naturalmente, na estrutura social, uma harmonia e uma equivalência de forças mais justa. Para ele, “a teoria do equilíbrio frequentemente repousa sobre a ideia moral de uma harmonia natural de interesses, em termos da qual a ambição e a inflexibilidade se reconciliam com a justiça e o progresso” (MILLS, 1962, p. 296).

Essa imagem da política onde o governo é uma espécie de máquina automática regulada pelo equilíbrio de interesses opostos é uma transferência da imagem de mercado, da economia, onde o equilíbrio econômico seria obtido pela pressão de muitos interesses. É uma imagem que adquiriu força em termos econômicos no século XVIII, onde o mercado é soberano e na economia mágica do pequeno industrial não há centro autoritário. Refletido na política, esse argumento justifica que a divisão, o equilíbrio dos poderes, é o que predomina: um sistema autorregulador eficiente e abrangente, que não deixa espaço para a prática despótica. O equilíbrio se torna então o principal argumento do século XVIII para garantir as liberdades, não só econômicas, mas também políticas.

“Quando diz que existe um “equilíbrio de poder”, pode-se entender que nenhum interesse impõe a sua vontade, ou seus termos, aos outros; ou que qualquer grupo de interesses pode criar um impasse; ou ainda, que no curso do tempo, primeiro um e depois outro interesse se realiza, numa espécie de substituição simétrica por turnos; ou que todas as políticas são resultados de concessões, que ninguém ganha tudo o que pretende, mas cada qual ganha alguma coisa. Todos esses possíveis sentidos são, de fato, tentativas de descrever o que pode acontecer quando, permanente ou

temporariamente, diz-se haver “igualdade na capacidade de negociar”. Mas, como assinalou Murray Edelman, os objetivos pelos quais lutam os interesses refletem o estado normal de esperança e aceitação. Assim, dizer que vários interesses se ‘equilibram’ é avaliar geralmente o *status quo* como satisfatório ou mesmo bom; o ideal esperançoso do equilíbrio frequentemente se apresenta como a descrição de uma realidade” (MILLS, 1967, p.293).

Mas o que para um homem é equilíbrio justo, para o outro é desequilíbrio injusto. O discurso do equilíbrio surge então como uma ferramenta de manutenção de um *status quo* político. Por mais que haja um equilíbrio interno ao sistema político que possa obedecer, como vimos, à uma hierarquia burocrática ou mesmo à uma participação de uma minoria privilegiada, ambas reflexo de uma não compreensão do sistema político como ferramenta de inclusão dos problemas de uma maioria. A representatividade torna-se nula, no que deveria ser uma resposta de dentro do sistema político para fora, ao mesmo tempo que perde a legitimidade oriunda da credibilidade política da sociedade. No jogo político da representação democrática, forças que deveriam ser complementares, se anulam.

A sucessão da monarquia pela democracia representativa se mostrou eficiente em deter os movimentos revolucionários. O novo regime oferecia uma aparente mobilidade hierárquia dentro do intrincado jogo de poder das instituições. Porém, a democracia também se presta a esconder, através da representatividade, os mesmos princípios centralizadores do poder de um regime autoritário e autocrático. O partido, o político, o voto, a urna materializam a jornada sem fim de uma representação artificial e que está longe de fazer sentido político para uma maioria. David Runciman, em *Como a Democracia Chega ao Fim*, faz uma referência a uma passagem de Gandhi no livro *Hind Swaraj*, onde ele reflete sobre os caminhos pelos quais a democracia representativa trilhava, já no início do século XX. Gandhi prevê que essa democracia, como um sistema político que depende de governantes eleitos para tomar decisões em nome da sociedade, jamais conseguiria “nos resgatar de uma existência artificial” (RUNCIMAN, 2018, p.130). A democracia representativa, para ele, teria se tornado escrava das máquinas: operava através da máquina partidária, da máquina burocrática, da máquina do dinheiro.

Neste estado estacionário, o equilíbrio passa a ser mais uma alternativa ao discurso retórico que tem por objetivo impedir a expressão mais direta e revolucionária das aspirações populares. A este equilíbrio, é também frequentemente atribuído um

peso moral onde a harmonia em termos de ambição e inflexibilidade, em perfeito compasso conciliatório com a justiça e o progresso, serve de justificativa para a conservar privilégios.

“Uma vez estabelecida a estrutura básica da economia política americana, e enquanto se pôde supor tacitamente que os mercados se expandiriam indefinidamente, a harmonia de interesses pôde servir como a ideologia dos grupos dominantes, fazendo com que seus interesses parecessem idênticos aos da comunidade como um todo. Enquanto predominar essa doutrina, qualquer grupo inferior que começa a lutar pode parecer desarmonioso, perturbador do interesse comum. “A doutrina da harmonia de interesses”, observou E. H. Carr, “serve assim como um recurso moral engenhoso, invocado com perfeita sinceridade pelos grupos privilegiados para justificar e manter sua posição dominante” (MILLS, 1967, p. 295).

Os ‘grupos privilegiados’ operam com pouca ou nenhuma imantação com as reais demandas da sociedade. Quando políticos são eleitos presume-se que representem os seus eleitores. Mas, a composição do poder tem como prioridade atender aos interesses de diferentes minorias privilegiadas, ou seja, os interesses de uma oligarquia política em vez de representar, se tanto, os interesses da maioria.

Em *A Elite do Poder*, Mills descreve como o centro do poder democrático estadunidense foi moldado por diferentes atores que, ao longo de sua história, forjaram uma poderosa elite composta por políticos, empresários e militares. Elites que ocuparam um vazio dentro da mecânica democrática formal, “surgida no século e meio de desenvolvimento nacional anterior a 1941”, que não incluía o trato com assuntos internacionais. Períodos econômicos turbulentos, a formação de mercados financeiros globais e os esforços de guerra anexaram os interesses de militares e de empresários à formação do sistema político americano. Mills chama a atenção para as “tendências estruturais” que proporcionam um fluido funcionamento entre as três esferas de poder na formação dessa elite. “O capitalismo militar das empresas privadas existe já num sistema formal e enfraquecido, com uma ordem militar já perfeitamente política na perspectiva e comportamento. Assim, no alto dessa estrutura, a elite do poder tem sido modelada pela coincidência de interesses entre os que controlam os principais meios de produção e os que controlam os novos meios de violência, muito ampliados; pelo declínio do político profissional e elevação do comando político explícito dos chefes econômicos e militares” (MILLS, 1967, p.327), revela. E é neste contexto que ele

também observa e agrega a ausência de um serviço público autêntico, que fosse íntegro, capaz e independente dos interesses.

“Dos três tipos de círculo que compõem a elite do poder de hoje, foi o militar o mais beneficiado com o aumento do poder, embora os círculos econômicos também se tenham entrincheirados mais explicitamente nos círculos públicos das decisões. Foi o político profissional que mais perdeu, a tal ponto que nos acontecimentos e decisões somos tentados a falar de um vazio político no qual dominam os ricos associados e o senhor da guerra, em seus interesses coincidentes” (MILLS, 1967, p. 327, 328).

A década de 1930 foi marcada por grandes mudanças estruturais, nos campos econômico e geopolítico. As sementes do fascismo que começavam a brotar na Europa e na Ásia, e que mais tarde comporiam os países do Eixo, já na Segunda Guerra Mundial, disputavam a atenção do mundo com a crise econômica estadunidense e a ascensão do comunismo em diversos pontos do planeta, performando uma dupla ameaça ao projeto econômico liberal.

Neste mesmo período, surgia a pesquisa de opinião pública estadunidense, essencialmente com George Gallup, em 1936, e que viria a balizar as condutas dos ‘políticos profissionais’, levando em conta as orientações dos pesquisadores de mercado debruçados sobre as suas pesquisas de amostragem. Ao direcionar a política por amostragem, a opinião pública aparece como sujeito político, influenciando na tomada de decisão política dos homens públicos, ao mesmo tempo em que estimula um consenso entre os governados de que há maior participação nas tomadas de decisão política.

Embora o “público” e a “opinião” sejam noções que remontam à antiguidade, a opinião pública é basicamente uma invenção do século XVIII, que nasceu, não por coincidência, no mesmo período que a “nova ciência” da representação democrática. A opinião pública foi concebida como a voz do povo, e por isso se acreditava que desempenhava na democracia o papel desempenhado na democracia antiga pela assembleia: o lugar onde o povo se expressa nas questões públicas. Achava-se que a opinião pública funcionava através de instituições representativas como os sistemas eleitorais, mas indo muito além delas; nela, imagina-se que a vontade popular está permanentemente presente. Desse modo, a opinião pública esteve desde o início intimamente ligada a noções de representação democrática, tanto como um veículo que completa a representação quanto

como um suplemento que compensa suas limitações” (HARDT&NEGRI, 2014, p. 327).

Ao mesmo tempo em que se fortalece a ideia de uma maior participação popular na política pelo caráter participativo das pesquisas de opinião pública, o conturbado período de 1930 até o início da II Guerra Mundial mostra-se também de intensa disputa ideológica. Diante da ameaça do avanço do nacional-socialismo alemão, o confronto entre os sistemas comunista anticapitalista e capitalista anticomunista seria relativizado, e uniria durante a guerra os países que colocavam a ascensão do fascismo como o inimigo comum.

No mesmo período, a política estadunidense do *New Deal*, conduzida pelas mãos do presidente Franklin D. Roosevelt, promovia políticas de seguridade social à classe trabalhadora estadunidense, que já vinha depauperada pela crise econômica de 1929. As medidas do *New Deal*, tais como o amparo aos trabalhadores, o maciço investimento em obras públicas e o controle sobre preços e excedentes de produção, encontravam ampla rejeição na ala Republicana do Congresso estadunidense, que as via como iniciativas que contrariavam o receituário do liberalismo clássico, avesso à ingerência do Estado na esfera econômica.

“O extraordinário aumento da sindicalização (em contraposição à tendência dos anos 1920), o reconhecimento do direito dos idosos à aposentadoria e a introdução do seguro desemprego indicam que, a partir de 1935, o *New Deal* promoveu passos claros no sentido de estruturar um sistema duradouro de proteção social. Ao disciplinar a relação capital / trabalho o *New Deal* não buscou nenhum resultado macroeconômico imediato. Foi a questão maior dos direitos do cidadão, em meio a uma sociedade desigual varrida pela depressão, que norteou as iniciativas que resultaram no Wagner Act e no Social Security Act. O embrião do Welfare State de Roosevelt foi uma contundente resposta política às tendências individualistas e desagregadoras que sempre estiveram presentes na sociedade americana, e que se tornaram particularmente intensas nos anos de crise” (MAZZUCHELLI, 2007, p.232).

Junto ao fortalecimento de um Estado de maior proteção social promovido por Roosevelt, reverberado pelas políticas do *New Deal*, estavam não só medidas econômicas que objetivavam a saída da crise financeira de 1929, mas também inflexões políticas de cunho personalista que tinham o intuito de conter preocupantes avanços ideológicos e mobilizações sociais, contrários ao capitalismo. Preocupação que ganhava status técnico, pela recente criada interferência das pesquisas de opinião

pública nas decisões da política, e que revelava uma sociedade com inclinações, temerárias, de solidariedade ao comunismo. À porta da II Guerra Mundial, uma pesquisa feita pelo instituto Gallup com a sociedade estadunidense identificava um grande número de cidadãos solidários à União Soviética, no caso de um embate entre as nações russa e alemã.

Ideais democráticos que atravessaram o continente, e se materializaram na Argentina através de um encontro em Buenos Aires, em dezembro de 1936, batizado de *Conferência Interamericana de Consolidação da Paz*. No caminho a Buenos Aires, Roosevelt desembarcou no Rio de Janeiro e almoçou com o presidente Getúlio Vargas, com intuito diplomático de arregimentar mais forças contrárias à escalada das forças fascistas e comunistas na Europa. Em sua fala, o presidente estadunidense fez referências à estratégia de aproximar a América Latina dos Estados Unidos pelas vias política, econômica e cultural, e exaltou a preocupação compartilhada entre as nações brasileira e estadunidense com a paz: “A vossa primeira preocupação, como a nossa, é a paz, porque sabemos que a guerra destrói não apenas as vidas humanas e a felicidade dos homens, mas também e do mesmo modo, os ideais de liberdade individual e a forma democrática do governo representativo, que é a aspiração de todas as repúblicas americanas” (NETO, 2013. p. 269). Mas o ambiente político no Brasil era incerto e em nada lembrava uma democracia representativa, pois estava em estado de guerra interna e em vista de promover um golpe de Estado. Em meio a elogios mútuos, Roosevelt proferiria uma frase que é “até hoje exaltada pelos getulistas mais ardorosos e sinceros: “Foram duas as pessoas que inventaram o New Deal – o presidente do Brasil e o presidente dos Estados Unidos” (Idem, 2013. p. 270).

Os rumos antidemocráticos do governo de Getúlio Vargas que, ao inaugurar um estado ditatorial no país, em 1937, se assemelhava às ditaduras implantadas em Roma e Berlim, e deixava inseguro os estadunidenses quanto à posição político-ideológica brasileira. Apesar da ambiguidade presente em Getúlio, manobras políticas foram executadas junto à diplomacia entre os dois países com a intenção de garantir fidelidade ao modelo liberal e capitalista estadunidense. Oswaldo Aranha, embaixador brasileiro nos Estados Unidos e que a princípio foi a favor do golpe, mas não de “uma constituição que elimina o voto, que elimina tudo e legisla contra a liberdade” (NETO, 2013. p.316), foi o principal interlocutor entre as duas nações. Para fortalecer o poder de interlocução do embaixador e a tese do interesse comum, Getúlio empossaria Oswaldo Aranha como

ministro das Relações Exteriores, que no pós-guerra seria o 1º Secretário Geral das Nações Unidas.

Mas não houve a chamada tolerância. A exemplo da predominância do ‘tipo’ militar na elite política estadunidense, como descrito por Mills, no Brasil, com o fechamento dos prédios da Câmara e do Senado e a extinção dos partidos em 1937, a democracia representativa e a figura do político profissional perdiam espaço. Ao mesmo tempo, fortaleciam-se os laços por cooperação militar entre os exércitos brasileiro e estadunidense, estreitando as relações entre os dois países.

Essa aproximação não aconteceu de imediato e a dupla relação comercial do Brasil, com a Alemanha e também com os Estados Unidos, colocava em dúvida qual papel o Brasil exerceria diante do conflito que se avizinhava. O governo autoritário do Estado Novo deixava em suspenso as intenções ideológicas de Getúlio Vargas que, ao mesmo tempo em que mantinha laços estratégicos com o mercado alemão para venda de produtos agrícolas que não eram de interesse dos Estados Unidos, como o algodão, também mantinha o mercado estadunidense como o seu principal comprador de café (GAMBINI, 1977). Com o passar do tempo, os esforços econômicos e diplomáticos dos Estados Unidos para atrair a posição dúbia do Brasil para o campo ideológico liberal estadunidense, aumentaram. Pelo seu posicionamento autoritário e anticomunista, o governo de Getúlio Vargas atraía e compunha, sob a égide ditatorial do Estado Novo, com forças políticas alinhadas com o nazismo. Fato que promoveu o empenho dos Estados Unidos em denunciar sistematicamente atividades nazistas no Brasil “como parte de uma luta geral contra os poderes do Eixo no continente” (Idem, 1977).

“No caso específico do Brasil, essa luta implicava não apenas a neutralização das células nazistas (articuladas com alguns setores do Estado Novo) mas também a ruptura das relações econômicas com a Alemanha, abrindo o caminho para uma defesa hemisférica comum contra a guerra que se aproximava e para o financiamento e orientação do desenvolvimento brasileiro. Reagindo à crescente movimentação de elementos do Eixo e às persistentes denúncias de sua infiltração feitas pela Embaixada Americana, o Estado Novo promulgou o decreto-lei 383, de abril de 1938, proibindo as atividades políticas de organizações estrangeiras, que deveriam se restringir a atividades culturais ou sociais” (Ibidem, 1977, p. 119).

De 1938 até 1940, a retórica da política de boa vizinhança pan-americana, promovida pelos Estados Unidos, abalou as relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha com a mesma intensidade que estrategicamente substituíra tratados econômicos firmados entre os dois países. Entre as condições impostas pelo Brasil para atender ao ‘sistema de paz e cooperação’ da política estadunidense, estava o recebimento de equipamento bélico, empréstimos financeiros e créditos para o financiamento da construção da usina de Volta Redonda. Condições que, se não atendidas, poderiam ser supridas pela Alemanha, e que colocavam o Brasil numa posição delicada junto aos interesses de cooperação estadunidenses para o hemisfério.

Cientes dessa possibilidade, os Estados Unidos estreitaram as relações diplomáticas, no intuito de estabelecer a parceria desejada com o Brasil, evitando o seu alinhamento com as indesejadas forças facistas do Eixo, e reafirmando a importância estratégica do Brasil na região.

“O próprio Presidente Vargas formulou claramente as suas exigências ao embaixador americano, que assim as transmitiu ao departamento de Estado: “O Presidente Vargas declarou que obviamente o Brasil não poderia ser tratado com um país pequeno da América Central que se contenta com a presença de tropas americanas em seu território, pois o Brasil tem o direito de ser encarado pelos Estados Unidos como amigo e aliado e de receber, através do Tratado de Empréstimo e Arrendamento (*Lend-Lease Act*, assinado em 11 de março de 1911), aviões, tanques e artilharia costeira suficientes para capacitar a Marinha brasileira a defender pelo menos em parte as regiões do Nordeste, cuja defesa é vital tanto para os Estados Unidos como para o próprio Brasil”. O Banco de Exportação e Importação forneceu o crédito necessário para que o Brasil efetuasse a aquisição, definido em termos de empréstimo a ser pago em moeda ou através de garantias precisas de íntima colaboração com as Forças Armadas americanas e de que os Estados Unidos poderiam usar os aeroportos e bases navais brasileiras, assim como realizar todas as alterações necessárias às operações. As próprias condições do empréstimo, portanto, estabeleceriam a desejada conexão entre fornecimento e aliança militar” (Ibidem, 1977, pp. 138-139).

Aliança Militar que, para além das compras de armas estadunidenses em detrimento das europeias, e que eram mantidas não mais apenas por um alinhamento econômico dado pela troca de mantimentos e matérias-primas estratégicas, mas também pelo conquistado alinhamento devido à sua posição estratégica no hemisfério,

a cooperação dos EUA com o Brasil se estendia também aos estágios e cursos que os oficiais brasileiros faziam nas suas escolas militares.

A II Guerra Mundial, e a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), selaram definitivamente a tendência que se esboçava, já no início dos anos 1930, de americanização do Exército Brasileiro. Neste período, não só as ambiguidades da fase de “equidistância pragmática” foram superadas, como também as posições germanófilas dos quadros dirigentes do exército foram refreadas. Mas o contato com o “esforço de guerra” reforçaria também uma disposição já há tempos sedimentada entre os oficiais brasileiros na qual “em nome da defesa nacional os militares deveriam assumir um protagonismo maior em segmentos considerados sensíveis da economia e da administração pública” (SVARTMAN, 2007, p. 8). Independente das posições políticas assumidas pelo oficialato do exército brasileiro no pós-guerra, “estruturava-se um núcleo profissional e agora experiente do Exército, parte dele simpático aos EUA, e crente que só a “mobilização nacional”, o planejamento racional e o desenvolvimento de uma infra-estrutura industrial, de transportes e comunicações poderiam garantir a segurança dos Estados e das Nações” (Idem, p.7).

“O processo de americanização do Exército Brasileiro se deu, inicialmente, de forma prioritariamente militar, “técnica”. Predominaram temas referentes a aquisição de armas e doutrinas táticas, em detrimento de uma propaganda mais explícita. Ainda assim a adesão do Brasil ao sistema de poder norte-americano permeava todo o processo. De modo que conhecer instalações militares norte-americanas, viver algum tempo nesse país ou travar uma experiência real de combate no exército Aliado incutiu uma forte predisposição pró-Estados Unidos em importantes frações do oficialato brasileiro. Com o advento da Guerra Fria, e o recrudescimento do anticomunismo no Brasil, a identificação estritamente militar desses oficiais brasileiros com os EUA se projetava então para as idéias de Ocidente, democracia e cristandade e esteve relacionada com a crescente atuação dos militares na esfera política interna” (SVARTMAN, 2007, p. 9).

Ao mesmo tempo em que assimilavam as doutrinas estadunidenses, os oficiais do exército brasileiro não abriam mão de velhas estruturas autoritárias, antiliberais, da tradicional desconfiança sobre o egoísmo dos “políticos profissionais”, ou ainda da crença na superioridade moral do militar, em detrimento à moral dos civis. Aspecto este, segundo Svartman, “intimamente ligado à disposição para a intervenção política” (Idem, 2007, p.9).

Já o corpo do aparelho estatal descrito por Mills revela um emaranhado de relações que responde, subalterna e essencialmente, às necessidades dos setores empresariais e militares da sociedade estadunidense. A descrição do mundo político da elite do poder lembra em muito o enredo aristocrático de clubes exclusivos, escolas e universidades particulares e caras, altos círculos da elite, grupos e facções, mas também um rígido ambiente de disciplina interna e de comunhão de interesses. Uma elite que não pode ser simplesmente imaginada como homens que estão apenas cumprindo o dever. São eles que determinam o seu dever, assim como o dever de quem fica abaixo. Não só seguem ordens, mas ordenam, não são meros burocratas, mas comandam as burocracias.

Para além deste espaço com aspectos oligárquicos, está também uma organização com autonomia para a prática de uma política democrática sigilosa, justificada e reforçada por um aspecto de guerra permanente, o que garante que a segurança da nação dependa de um grande sigilo quanto aos seus planos e intenções. “Cria-se uma necessária confusão no imaginário das massas” (MILLS, 1967). O medo infantil de quem não entende a situação é remediado por uma confiança naqueles que sabem o que fazer, mas que também tem como resultado colateral um distanciamento do público das tomadas de decisão e do processo político.

“Devemos lembrar que esses homens da elite do poder ocupam hoje os postos estratégicos da estrutura da sociedade americana; que comandam as instituições dominantes de uma nação dominante; que, como grupo, estão em condições de tomar decisões de consequências terríveis para a população de todo o mundo” (MILLS, 1967, p.338).

Ao aspecto de guerra permanente, acentua-se o aperfeiçoamento de um Estado político-militar como resposta dos poderes soberanos à possibilidade de que novas democracias sejam capazes de se defrontarem com o obstáculo da guerra. Segundo Michael Hard e Antonio Negri, em *Multidão*, caracterizar nosso mundo contemporâneo por uma guerra civil global generalizada e permanente é também entender a violência como sempre presente, o que significaria também a possibilidade da suspensão da democracia e uma ameaça aos poderes do Estado. Assim, “o surgimento das possibilidades de democracias tem forçado a soberania a adotar formas cada vez mais puras de dominação e violência” (HARDT&NEGRI, 2014, p. 427).

“E não só o permanente estado de guerra suspende indefinidamente a democracia: a existência de novas pressões e possibilidades de democracia merece como resposta dos poderes soberanos a guerra. À medida que oscila a balança na relação de soberania, todo poder não-democrático tende a precisar da guerra e da violência como base. A moderna relação entre política e guerra foi, assim, invertida. A guerra já não é um instrumento à disposição dos poderes políticos para ser usado em casos limitados, mas tende ela própria a definir as bases do sistema político. A guerra tende a se tornar uma forma de governo” (Idem, 2014, p. 427).

Aparentemente contraditória, a guerra se estabelece contínua com a prerrogativa de que a busca pela paz, desejadamente também contínua, a coloque como prática de rotina e não exceção. Ao mesmo tempo, a guerra que em sua origem se justificava pelo enfrentamento em defesa da soberania entre Estados-nação, onde a política e a guerra, mesmo que em esferas separadas, podiam eventualmente estabelecer uma relação - como reverencia a conhecida afirmação de Carl von Clausewitz, de que “a guerra é a continuação da política por outros meios” -, hoje ela não estabelece apenas mais uma eventual relação com a esfera da política. Mas, ao contrário, ao se desenrolar no interior das sociedades, efetiva como rotina o que não supõe como estado de exceção, em um tempo de guerra interminável, transformando a guerra em um dos princípios básicos, e permanentes, da organização social, ao lado das preferências pelos regimes políticos e as práticas civis democráticas.

A representatividade e o paradoxo das escolhas prontas.

Étienne de La Boétie, em o *Discurso da Servidão Voluntária*, escrito no século XVI, levanta a questão de maneira ampla, filosófica. Seria possível desejar uma liberdade que não conhecemos? Seria o hábito adquirido por uma forma aprisionada de vida, capaz de velar a prisão à qual estamos submetidos? Para La Boétie, a condição que nos leva a aceitar a servidão voluntária, está entre aceitarmos sermos subjulgados porque herdamos a submissão, entendendo a servidão como hereditariamente natural, ou, por não experimentarmos a liberdade, sermos incapazes de reconhecê-la.

“Realmente é inacreditável como o povo, assim que se vê subjulgado por um poderoso, caia tão rapidamente em tal e tão profundo

esquecimento da liberdade, e não possa mais despertar e recuperá-la, passando a servir e obedecer com imenso desembaraço e com tanta boa vontade que diríamos, ao observá-lo, que não perdeu sua liberdade, mas conquistou sua servidão” (LA BOÉTIE, 2016, p. 35).

Na democracia representativa, a escolha pelos que nos governam se dá entre candidatos que são, na maioria das vezes, previamente arregimentados por partidos políticos, que se diferenciam pelos seus programas, que por sua vez podem ser distinguíveis por suas inclinações à esquerda ou à direita, mas sem se desviarem dos preceitos do regime ao qual pleiteiam representação. O paradoxo político da representatividade reside na legitimidade dada pelos eleitores a essa sequência de escolhas prontas e entregues previamente, e que são determinadas por agenciamentos coletivos pertencentes exclusivamente à comunhão entre as máquinas burocráticas e hierárquicas dos partidos e do Estado.

Sob a ótica de La Boetie, o empenho da sociedade em legitimar a participação pela representação política pode ser visto como o empenho à servidão, como se essa fosse a sua salvação. Pelo medo em lutar e conquistar a própria liberdade, ou pela dificuldade em reconhecê-la, é preciso que sempre haja governo do Estado.

No caminho da participação na representação e da concessão e segurança de nossos destinos à democracia representativa, está escanteada também a distância que aparta e contém os sentimentos de revolta. Para romper com este sistema seria necessário destituir a representação democrática como portadora do que legitimamos na democracia também como participação política. A democracia é sempre a norma e o antídoto aos regimes políticos adversários.

“Uma assembléia Constituinte é o meio utilizado pelas classes privilegiadas, quando uma ditadura não é possível, ou para prevenir uma revolução, ou quando uma revolução já explodiu, para parar o seu progresso com a desculpa de o estar legalizando, e para retomar o quanto for possível dos ganhos que o povo teve durante o período revolucionário.” - Errico Malatesta - *Against the Constituent Assembly as against the Dictatorship* (CRIMETHINC., 2017, p. 30).

Ao construir a proposta de uma reforma constitucional, as classes privilegiadas preservam, sobre o discurso do novo aparato de leis, o mesmo sistema em ruínas que contratara a reforma. Opera-se um maniqueísmo simbólico que exalta o novo por vir

como o reconhecimento do que deve ser mudado, propondo o caminho jurídico-político restaurável como único possível e, assim, satisfazer ambos os desejos: o desejo revolucionário de mudar tudo, e o desejo das elites políticas de que nada mude. A reforma constituinte, ao preservar as mesmas instituições, também reafirma os agenciamentos entre a oligarquia dos partidos e a máquina do Estado, preservando as estruturas que motivam a necessidade de mudança. Ergue-se uma parede de espelhos para que os governados se enxerguem representados, ao mesmo tempo em que os mantêm apartados das decisões políticas.

Passemos ao século XXI, propriamente dito, considerando, agora, a possibilidade de algo inédito na política institucional. Para Michael Hardt e Antonio Negri, em *Isto não é um manifesto*, um dos entendimentos em torno das agitações que tomaram as praças e as ruas no começo do século XXI, é o de que elas procuraram destituir os traços despóticos que as democracias liberais carregavam desde há muito tempo. Mas será possível destituir esses pontos tirânicos da democracia, considerando-se que todo regime não é um tipo ideal, mas traz a coexistência de práticas dos demais em âmbito secundário?

Os arranjos sociais e econômicos depois da crise de 2008, não só foram insuficientes para suprir as necessidades, os desejos e os anseios da sociedade, como também acentuaram as desigualdades econômicas. Desigualdades já enraizadas no terreno social e amplamente discutidas durante a crise gerada pela proposta de globalização da economia, no final do século XX, e que suscitou à época uma grande leva de mobilizações e protestos. Por sua vez, a crise financeira de 2008, acentuou as discussões sobre as desigualdades também pelo ponto de vista da representação política. Trouxe à tona a existência de um distanciamento entre as tomadas de decisão dos Estados e as necessidades dos governados, como reflexo das escolhas que privilegiam interesses de uma agenda política e econômica global, em detrimento das necessidades regionais.

Essa distância evidenciou o projeto despótico como parte constitutiva dos programas liberais nestas democracias. Os movimentos que levaram milhares de pessoas a ocuparem praças, ruas e monumentos ao redor do planeta, procuravam de alguma maneira estancar a longa sequência de abusos e usurpações de direitos aos quais vinham sendo submetidos e que emergiram depois da crise econômica. “Portanto, as lutas atuais apresentam, em primeiro lugar, características destituíntes em vez de

constituintes. Essas lutas devem destruir os efeitos despóticos deixados em nós e em nossas sociedades mediante a exaustão das antigas constituições” (NEGRI & HARDT, 2016, p.74).

As ocupações e manifestações do início do século XXI expressam um transbordamento do desejo e da vontade política. A representação pelos meios conhecidos desde o *Ancien Régime* é explicitamente rechaçada. A declaração de independência destes meios procura estabelecer novos laços com outras possibilidades de participação pública, seja através de mais autonomia democrática contra governos reacionários, seja contra políticas econômicas pactuadas com um projeto neoliberal de austeridade.

O desejo por diferentes meios de participação política, que reside nos movimentos de ocupação e de resistência, é a base real que alimenta a esperança de que possa surgir uma nova relação com o poder, que sirva de inspiração para o desenvolvimento de novas formas de vida. Rejeitando o que está posto, os movimentos acreditam que podem estabelecer novas circunstâncias sobre as quais as relações mais igualitárias e comuns podem destituir aquilo que não mais responde aos desejos e às necessidades da sociedade. Declarando sua independência, procuram enraizar uma nova condição ontológica onde uma nova relação mais justa entre o poder e a participação pública possa se estabelecer.

Apesar de alguns desses movimentos terem alcançado relativo êxito, derrubando governos corruptos e tirânicos em todos os países que entraram em luta, incluindo aqueles em que governos reacionários bloquearam os caminhos e aqueles em que os movimentos democráticos conquistaram vitórias iniciais, a situação política inevitavelmente foi reconduzida para e pelas mãos das elites. O que, para Negri & Hardt, não necessariamente significou a alienação dos agenciamentos coletivos que se deram sobre novos princípios constitutivos.

“Princípios inalienáveis de liberdade e igualdade foram ratificados naquela primavera, podendo levar mais tempo para ser concretizados plenamente. E, além disso, esses princípios viajaram do Norte da África para a Espanha, a Grécia, os Estados Unidos e outros países. As lutas expressaram novos direitos de forma insurrecional e fizeram emergir novos poderes constitucionais que, embora agora latentes, mantêm a pressão e evidenciam a ignorância e a dominação, a obediência e o medo” (NEGRI & HARDT, 2016, p. 76).

E também renovaram e ampliaram a elite. Ao eleger “novos poderes constitucionais”, os movimentos populares mantiveram a mesma lógica de contenção da participação política à qual estavam submetidos, e contra à qual insurgiram. Para o grupo autônomo de escritores franceses, Comitê Invisível, muito do que se viu nestes movimentos, sobre o surgimento de novos poderes constitucionais, “foi apenas a velha dialética revolucionária que pretende opor aos “poderes constituídos” o “poder constituinte” do povo que invade o espaço público” (COMITÊ INVISÍVEL, 2017, p.92).

As manifestações populares traduzem o descontentamento com as tomadas de decisões econômicas e políticas, reivindicam abertura para participação nas tomadas de decisão, mas não se resumem à adesão ou captura. A abertura para participação não pode se dar mantendo os mesmos princípios que levaram ao aumento das distâncias entre governo e governados. Princípios que desfavorecem o entendimento ao mesmo tempo que deslegitimam as estruturas políticas de representação. Mas, ao mesmo tempo, a nova participação anuncia o exercício de governança, gestão compartilhada que suprime a relação governante-governado.

Se, para Antonio Negri e Michael Hardt, a tarefa de um novo processo constituinte é imprescindível para a reinvenção da democracia, ou mesmo para que se abra a possibilidade da participação pública nas decisões políticas, para o Comitê Invisível, a reinvenção necessariamente passa por uma lógica destituente, contra o Estado e o capital. Em comum, ambos concordam que, na sociedade neoliberal pós-industrial, as possibilidades disponíveis para a ação política são ainda menores que as possibilidades individualistas e corporativistas das antigas sociedades burguesas da era industrial.

É imprescindível compreender essa discussão dentro das novas práticas de monitoramento das condutas, inerentes ao avanço da racionalidade neoliberal, e que ganham novas possibilidades e novos agenciamentos coletivos – entendendo-os como o conjunto de ações, preceitos morais e filosóficos, práticas e formas de governo das condutas que se tornam possíveis a partir de novas tecnologias políticas –, oriundos da passagem gradativa de uma sociedade disciplinar à uma sociedade de controle, com normas compartilhadas (PASSETTI, *et al.* 2019).

Na sociedade disciplinar, os meios de confinamento eram deliberadamente visíveis; a prisão, a fábrica, a escola, a caserna, o hospício... Espaços confinados de onde se podia observar seus interiores, regular as condutas dos indivíduos e aplicar as normas. Os espaços fechados formam variáveis independentes, onde se supõe que o indivíduo comece sempre do zero. Na organização da sociedade disciplinar, o indivíduo não cessa de passar de um lugar fechado a outro, da família para a escola, da escola para a fábrica, de vez em quando ao hospital e eventualmente a prisão que, segundo Deleuze, “é o meio de confinamento por excelência” (DELEUZE, 2013, p. 223).

Na passagem gradativa para a sociedade de controle, a vigilância dos espaços confinados cede espaço ao monitoramento a céu aberto, contínuo, ininterrupto e de comunicação instantânea. Graças não só à mutação das tecnologias, mas também aos novos agenciamentos coletivos possíveis, “há também um conjunto de práticas ordinárias que são distribuídas segundos os imediatismos e preenchimentos estratégicos” (PASSETTI, *et al.*, 2019), aos quais a possibilidade de monitoramento contínuo não só produz novos e amplos saberes sobre o sujeito, como também viabilizam um conjunto de práticas estratégicas e de controle: como a capacidade que o Estado tem de criar interações e modos de captura que passam a incluir aqueles que, como nas manifestações ocorridas desde 2011, contestam o poder e a ordem, imediatos.

As práticas de monitoramento fazem parte dos processos constituintes e são responsáveis pela organização da produção social e da vida social, bem como por produzirem processos modulares de subjetivação. Estes valores são dados pela constante revisão das estruturas e das instituições políticas, com interesse em manter coeso o tecido social. Manter coeso o tecido social significa refundar em significados materiais, ou imateriais, a gestão dos conflitos, das necessidades e dos desejos da sociedade.

A produção de subjetividades acontece no entrelaçar que constitui determinada organização política, e que altera os campos da vida econômica e política das sociedades. Pode-se dizer então que o neoliberalismo, constituído como racionalidade (FOUCAULT, 2008), resultante do entrelaçamento entre os enredos liberais políticos e econômicos moldados desde o início do século XX, e que modula hoje nossa sociedade, opera não só uma transformação social e antropológica, mas também é o responsável pela fabricação das nossas subjetividades.

Ao ser convocado, ele irá compor com o Estado a gestão das pautas as quais reivindica. Ao estabelecer uma relação entre sujeito e poder, na defesa de interesses particulares e identitários, o ativista passa a pertencer ao mesmo, já constituído, no enredo político que questiona. Assim, a possibilidade da horizontalização na tomada da decisão política que o anima, acontece dentro da mesma estrutura limitante e verticalizada da política institucional e hierarquizada que o oprime.

“Nesse sentido, o ativista é tomado aqui em seu sentido amplo, como o que participa de forma ativa de variados movimentos de contestação, reivindicações, protestos de rua e/ou, o que é mais comum, por meio das tecnologias computo-informacionais, via redes sociais digitais e petições on line dirigidas às autoridades. A figura do ativista é resultante das convocações à participação, e cumpre um preenchimento estratégico dos monitoramentos com as pautas do movimento (que podem ser entendidas como metas), atuando em ações de pressão, como manifestações de rua ou ações via tecnologias computo-informacionais. Esse ativista é componente de enclaves pontuais como sujeito que compõe o movimento e busca protagonismo, ou seja, participa do jogo político tentando ocupar, mesmo que de maneira efêmera, o centro da cena” (PASSETTI, *et al.*, 2019, p.275).

É também sobre e contra este “terreno social” constituído pelas nossas subjetividades, que os movimentos enfrentam o modelo neoliberal, mais acentuadamente depois da crise de 2008. Elegem a hegemonia das finanças, o controle das informações e das redes de comunicação, o regime de segurança e a corrupção da democracia como alguns dos campos de atuação onde se constituem as figuras subjetivas que devem ser recusadas.

"A hegemonia das finanças e dos bancos produziu o Endividado. O controle das informações e das redes de comunicação criaram o Midiatizado. O regime de segurança e o estado generalizado de exceção construíram a figura oprimida pelo medo e sequiosa de proteção: o Securitizado. E a corrupção da democracia forjou uma figura estranha, despolitizada: o Representado. Essas figuras subjetivas constituem o terreno social sobre o qual - e contra o qual - os movimentos de resistência e rebelião devem agir” (NEGRI & HARDT, 2016, p. 21).

Os diferentes movimentos que ocuparam as ruas no começo do século XXI, foram entendidos por Hardt e Negri como a possibilidade da criação de um novo e necessário processo constituinte para, segundo eles, a reinvenção da democracia. No

entanto, quando os acontecimentos são analisados pelos avanços da racionalidade neoliberal e da sociedade de controle, identifica-se que, ao não se destituírem os meios já constituídos para a mudança política, os movimentos não só se desdobram dentro do mesmo terreno político institucionalizado e verticalizado das tomadas de decisão, preservando as características de controle e gerenciamento da política pelo Estado, como também expandem as formas de controle do poder pelas práticas de monitoramento e suas formas de subjetivação.

Dá-se então a gestão compartilhada do *ativista* com a burocracia do Estado, pelas pautas por meio das quais os movimentos buscavam influenciar ou modificar. Um jogo duplo, que muitas vezes se traduz no reconhecimento e formalização de direitos como resposta às contestações, e que, ao mesmo tempo, permite ampliar ainda mais a capacidade de monitoramentos e penalizações, pelo Estado, agora em parceria com a sociedade civil organizada, sob a forma de penalização a céu aberto.

O vazio politizado e reocupado pela participação política.

A democracia representativa é a fantasia que alimenta o teatro encenado entre o poder e a força que a legitima através da figura subjetiva do representado no presente e no horizonte.

“Para Rousseau, a representação é gerada por uma passagem (metafísica) da “vontade de todos” que constituem a sociedade para a “vontade geral”; isto é, a vontade daqueles selecionados previamente por todos, mas que não respondem a ninguém. Como Carl Schmitt afirma: representar significa tornar presente uma ausência. A conclusão de Schmitt é perfeitamente coerente com as pressuposições de Rousseau, que estão expressas na Constituição norte-americana e nas constituições da Revolução Francesa. O paradoxo da representação é completo. Apenas surpreende que pudesse funcionar por tanto tempo e, em sua vacuidade, isso só aconteceu com o apoio da vontade dos poderosos, dos detentores de riqueza, dos produtores de informação e dos advogados do medo, pregando superstição e violência” (NEGRI & HARDT, 2016, p.43-44).

Não se trata de uma escolha pela volta aos regimes menos ou mais autoritários em detrimento da tão almejada participação democrática, ou mesmo uma disputa ideológica por um mundo dividido entre sistemas políticos e econômicos distintos, mas

sim de compreender que as relações de poder entre governantes e governados, que colocaria a representação democrática como peça fundamental para o seu justo funcionamento, já não funciona sem uma participação cogestora das táticas de Estado, inaugurada pelos agenciamentos dos saberes produzidos na passagem à uma sociedade de controle, onde todos são considerados copartícipes do governo, não só no governo de todos mas também no governo de todos por todos. “Funda a era da democracia, da *convocação à participação* redimensionando a representação por uma pletera de direitos que suprimem os específicos direitos sociais, anteriormente conseguidos” (PASSETTI *et al.*, 2019, p.267).

À figura do representado, segundo Hardt e Negri, soma-se as subjetividades do endividado, do securitizado, do mediatizado, revelando, ao final e simultaneamente, formas de subordinação. Pois é por intermédio dos processos de representação que a política condensa as sujeições às quais o indivíduo é submetido pela racionalidade neoliberal.

Mas junto à certeza da subordinação incutida nas subjetividades aqui elencadas por Hardt e Negri, é preciso acrescentar o sentimento de pertencimento que endossa o papel do sujeito quando da sua convocação à participação política, como mais um recurso da estratégia que tem por fim regular as condutas pela e na racionalidade neoliberal (o capital humano inovador, colaborador, e participante democrático e protagonista nos empreendimentos). A extrema dependência do capital e do emprego, subordinados à dívida financeira, a promoção necessariamente constante de ambientes seguros, os quais somos sempre convocados a monitorar, a necessidade de nos mantermos sempre informados como uma maneira também de participar. Essas figuras subjetivas produzidas pelas relações entre sujeito e poder num ambiente de racionalidade neoliberal, acentuadas pela crise financeira de 2008, colocaram em evidência uma agenda global de ajustamentos e austeridade econômica. A onda de colapsos financeiros que se seguiram durante e depois da crise, obrigou governos ao redor do planeta a tomarem medidas de ajustes políticos e econômicos que evidenciaram uma agenda global de responsabilidades, e que não são negociadas durante os processos locais de participação democrática, inerentes à representação e a legitimidade política.

Ao mesmo tempo, são aspectos da participação política dos Estados no conjunto das propostas neoliberais para economia e gestão das sociedades, onde a supressão de direitos sociais locais, atua em favor de uma agenda sustentável global.

"Nesse contexto ganhou fôlego e difusão o conceito de governança que, como explica Deneault (2013), é uma noção procedente do mundo empresarial dos 1970 e 1980, que visava aumentar os índices de produtividade e eficiência corporativas a partir de uma relativa dissolução das hierarquias no ambiente de trabalho herdadas do fordismo em que o trabalho intelectual (concentrado nos gestores) era separado do manual (próprio dos geridos). Para o autor a noção de governança procura despolitizar as relações de mando e obediência, dando a impressão de que todos, juntos, governam a empresa. Transporta para o campo da política, a expressão é amplamente difundida pelos discursos governamentais do Estado, sempre indicando um princípio de coparticipação no governo de tudo e de todos, sem evidenciar quais valores e quais forças sociais efetivamente governam essa democracia: a distinção esquerda e direita é apenas um broche metamorfoseado" (Idem, 2019, p. 295-96)

Os movimentos de contestação contemporâneos iniciados pelos protestos antiglobalização no final do século XX, que denunciavam as desigualdades sociais acentuadas pelo projeto econômico e político neoliberal, ecoaram, mais uma vez, neste início de século durante as manifestações decorrentes da crise financeira de 2008. Porém, a apropriação de um novo saber político gestado no interior da racionalidade neoliberal na passagem para a sociedade de controle, inaugura uma nova era para a democracia, onde a convocação à participação política como desdobramento da representação, seja nos movimentos por minorias, feministas ou de direitos civis, reconfigura a fronteira entre sociedade civil e Estado, ampliando o campo da atuação da política pelos governados, ao mesmo tempo que se estabelece como ciência de governo.

Se há uma crise de representatividade ela não é menor do que o reconhecimento de que sob a estrutura da participação política na democracia liberal se esconde uma instituição rígida, burocrática e hierarquizada, e que foi moldada ao longo de séculos para exercer o distanciamento e manter o poder. Deleuze, ao falar sobre participação das minorias e majorias, situa: “quando uma minoria cria para si modelos, é porque quer tornar-se majoritária, e sem dúvida isso é inevitável para a sua sobrevivência ou salvação (por exemplo, ter um Estado, ser reconhecido, impor seus direitos). Mas a sua potência provém do que ela souber criar, e que passará mais ou menos para o modelo,

sem dele depender” (DELEUZE, 2013, p 218), mas ao tentar compor com os novos movimentos sociais na luta por hegemonia, as minorias não estão “criando para si modelos”, mas ampliando as práticas de governo e controle institucional, segundo a lógica da racionalidade liberal. É sobre este estado remodelado da participação que se estabelece a figura subjetiva do representado.

Entre a culpa e a dignidade, um espírito ávido pela conquista.

Na racionalidade neoliberal, o que está em jogo é a forma de nossa existência, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos, e não só com o governo (FOUCAULT, 2008). Na lógica imposta pela financialização promovida pela racionalidade neoliberal, estar endividado é quase condição *sine qua non* da vida social. Mesmo as sociais-democracias europeias assistem ao desmanche lento e gradual de suas redes de proteção social, nas áreas de emprego, saúde, previdência, habitação, assistência e educação, promovidos pelo enlace entre as normativas de austeridade fiscal econômicas e a submissão às doutrinas políticas desenvolvimentistas de um futuro melhor, a ser construído desde já, em consonância com os preceitos do desenvolvimento sustentável.

“As organizações capitalistas e socialistas tornaram-se cúmplices, elas conjugaram seus esforços para disseminar sobre o planeta uma enorme máquina de escravização da vida humana em todos os seus aspectos – tanto os do trabalho como os da infância, do amor e da vida, tanto os da razão como o dos sonhos e da arte. O homem que outrora fazia de seu trabalho e de sua qualificação uma dignidade, encontra-se, qualquer que seja sua posição, constantemente ameaçado de degradação social: desempregado, miserável, potencialmente assistido. Em vez de trabalhar para o enriquecimento das relações entre a humanidade e o seu ambiente material, ele trabalha sem descanso para a sua própria evicção dos processos maquínicos” (NEGRI & GUATTARI, 2017, p. 5-6).

A hipoteca para casa, o financiamento para o carro, o crédito educativo, o seguro para saúde, etc. A subjetividade do Endividado, opera sobre essa vida relegada às parcelas do cartão de crédito e sob o peso da responsabilidade em relação à dívida. O sujeito é controlado pela dívida. Ela disciplina o consumo e impõe-se austeridades, ditando até o ritmo e as escolhas de trabalho já que há de se honrar o compromisso das

dívidas, e exerce um enorme poder moral sobre o Endividado. A culpa e a responsabilidade recaem sobre o Endividado quando este sujeito se defronta com as dificuldades para saldar determinada dívida ou mesmo manter o seu emprego.

As relações de trabalho e trabalhistas também ganham novas configurações que colaboram para a formação deste ambiente instável que opera transformações subjetivas na constituição destes sujeitos. Em seu livro *“A corrosão do caráter”*, Richard Sennet é cirúrgico ao apontar que o momento da relação do homem com seu ofício, que se configura na sociedade como trabalho, pertence hoje a um grau de instabilidade e incerteza com relação ao emprego que pode ser comparável às inseguranças que outrora só foram geradas por grandes mudanças estruturais. Mudanças tão significativas, que só poderiam ter relação com desastres históricos.

“Durante a maior parte da história humana as pessoas têm aceito o fato de que suas vidas mudarão de repente devido às guerras, fomes ou outros desastres, e de que terão de improvisar para sobreviver. Nossos pais e avós viveram em grande ansiedade em 1940, depois de suportarem o naufrágio da Grande Depressão, e enfrentando a iminente perspectiva de uma guerra mundial. O que é singular na incerteza de hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. A instabilidade pretende ser normal, o empresário de Schumpeter aparecendo como o Homem Comum Ideal. Talvez a corrosão de caracteres seja uma consequência inevitável. “Não há mais longo prazo” desorienta a ação a longo prazo, afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento” (SENNET, 2016, p.32-33).

Na grega Atenas, berço da democracia, a pressão sobre os ombros dos sujeitos endividados pôde ser aferida pela onda de suicídios desencadeada pela grande depressão econômica de 2008, e pelas consecutivas ondas de reajustes econômicos austeros impostos pelo União Européia aos países.

Nos anos seguintes ao desenrolar da crise, o número de suicídios teve um aumento de 40% em 2011, em relação ao ano de 2010. Segundo autoridades, o endividamento e o desemprego, somados às políticas de austeridade gregas, foram as principais causas do fenômeno. Em uma publicação eletrônica da Revista Exame à época, lê-se: “O ministro da Saúde grego, Andrea Loverdo, afirmou que o número de suicídios no país aumentou de forma “dramática”, em 40%, coincidindo com a crise econômica que atinge a Grécia desde 2008” (EXAME., 30 jun 2011, 11h27).

Em 2012, a companheira do então Ministro das Finanças da Grécia, Yanis Varoufakis, a artística plástica Danae Stratou, inaugurou uma instalação artística em uma galeria no centro de Atenas, chamada “*Está na hora de abrir as caixas pretas!*”. Para a execução da obra, a artista pediu aos atenienses que enviassem, por rede social, a resposta para a seguinte pergunta: “*Em uma única palavra, do que você tem mais medo, ou o que você gostaria mais de preservar?*”.

“A ideia de Danae era que, ao contrário da caixa-preta de um avião acidentado, essas seriam abertas antes que fosse tarde demais. A palavra que os atenienses haviam escolhido com mais frequência do que qualquer outra não era as palavras *emprego*, *pensão*, ou *poupança*. O que mais temiam era perder a sua *dignidade*” (VAROUFAKIS, 2017, p.26).

No Japão, a crise de 2008 também colocou as autoridades do país em alerta. Mundialmente conhecido pelos altos índices de suicídio, o Japão é o país que hoje têm a segunda maior taxa de suicídios entre os chamados países desenvolvidos. Segundo dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, OECD, para cada 100 mil habitantes, 14.9 japoneses cometeram suicídio em 2018. Só ficando atrás da Coreia do Sul, com 23 sul coreanos para cada 100 mil habitantes.

Com a crise financeira em 2008, já em janeiro do ano seguinte o país registrava um aumento de 15% no número de casos. “Somente em janeiro de 2009, segundo dados divulgados pela Agência Nacional de Polícia, foram registrados 2.645 suicídios. Isto representa um aumento de 15% em relação ao mesmo mês do ano passado, quando foram notificados 2.305 casos” (BBC BRASIL, 09 mar 2009, 03h24).

Verifica-se que o modelo de competitividade neoliberal, também estabelece o fluxo de vida esperado, categorizando como sujeito produtivo, o jovem, e determinando aos de certa idade, ou ao idoso, a possibilidade de enteder-se como não mais produtivo, e, a estes, restando a liberdade de dar fim a sua vida, ou acreditar viver na “melhor idade”, o que o recoloca à serviço de um sem número de possibilidades em consumo, como pleiteia a lógica reintegrativa neoliberal.

O uso da tecnologia para a contenção de riscos.

As tecnologias de comunicação tomaram um espaço tão grande e essencial na vida da sociedade que hoje se confundem os espaços de lazer com os de trabalho, os de liberdade com os de controle. Num passado recente, acreditou-se que a internet traria mais transparência para a democracia. Pairava sobre a rede digital uma áura de liberdade e de zero censura. Parecia que finalmente teríamos uma ferramenta da informação que poderia não só revelar os meandros do poder, da propriedade da informação e da comunicação, como também abrir um espaço democrático e crítico de influência e mudança. Não há como negar que governos repressivos ainda se sintam incomodados com a sua presença e que em muitos países não democráticos o acesso à internet ou não existe ou é extremamente controlado, e que tudo isso é consensualmente referendado pelos Estados democratas.

Para os sujeitos mediatizados com livre acesso à tecnologia, trava-se também uma luta pelo reconhecimento, pela distinção, do que pode ser aferido como informação viva; daquilo que vale em detrimento daquilo que não vale. O sujeito mediatizado é sufocado com o excesso de informação, comunicação e expressão. Os movimentos de ocupação das ruas, desde o M15 na Espanha até os jovens egípcios que ocuparam a Praça Tahrir, no Cairo, todos fizeram uso das tecnologias para o agrupamento e a mobilização em torno das suas reivindicações, como já o tinham feito em Seattle, Gênova, etc. No Brasil, as manifestações de julho de 2013, ao mesmo tempo em que eram previamente acertadas pelas redes sociais entre os seus ativistas, eram também monitoradas pela polícia, que assim compartilhavam, previamente, por onde passariam as manifestações. Este processo de extensa mediatização, promovido pelas novas tecnologias, deslocou para ambientes virtuais possibilidades de organização e mobilização, ao mesmo tempo em que aprimorou o controle e monitoramento sobre as manifestações. Monitoramento que é, na realidade, a sua principal vocação.

Nos espaços confinados das sociedades de disciplina a produção da informação e da comunicação estavam submetidas a uma vigilância ilimitada, ao mesmo tempo em que promoviam um estar juntos físico e corpóreo, num ambiente real. As noções de classe trabalhadora, da valorização do trabalho e até mesmo dos afetos políticos, nascem dessa aproximação física. Na passagem para a sociedade de controle, onde não

há mais só o confinamento, mas o monitoramento a céu aberto, a comunicação é instantânea, a produção de informação é modular e ininterrupta e acontece em qualquer hora e qualquer lugar. E a informação pretensamente *viva* produzida neste novo habitat, alicerçada sobre a contínua vigilância dos nossos hábitos em meio aberto, é transformada em informação *morta*, ou seja, vem a servir mais aos aparatos de contenção das insubordinações e de controle do que efetivamente de carga e potência política para resistências. Hoje, o monitoramento a céu aberto não entende mais as fronteiras como limitantes, e compartilha sua tecnologia para contenção de riscos por onde quer que a racionalidade neoliberal permita.

“Os monitoramentos operam, portanto, segundo a lógica da racionalidade neoliberal que operacionaliza um campo de cálculos racionais de riscos em busca da segurança, sob pano de fundo da proliferação dos direitos, maior controle social do Estado, e liberdade qualificada como desenvolvimento do capital humano sob a dominância de um aparelho de Estado que se orienta por tratados e protocolos internacionais. Nesse campo, capturam-se contestações antes mesmo delas oferecerem qualquer risco à ordem estabelecida” (PASSETTI *et al.*, 2019, p.280).

Quando Deleuze, em *Conversações*, fala sobre a mudança das sociedades de disciplina para as sociedades de controle, coloca a informação como produção inerente, mas não só, ao novo aparato técnico que surge e torna possível a vigilância sem fim, fora dos espaços confinados. Sobre essa relação entre a produção e a tecnologia, mostra que para cada tipo de sociedade pode se fazer corresponder um tipo de máquina, “como as máquinas simples ou dinâmicas para as sociedades de soberania, as máquinas energéticas para a sociedade de disciplinas, as cibernéticas e os computadores para as sociedades de controle” (DELEUZE, 2013, p.220).

“Mas as máquinas não explicam nada, é preciso analisar os agenciamentos coletivos dos quais elas são apenas uma parte. Face às formas próximas de um controle incessante em meio aberto, é possível que os confinamentos mais duros nos pareçam pertencer a um passado delicioso e benevolente. A pesquisa sobre os “universais da comunicação” tem razões de sobra para nos dar arrepios. É verdade que mesmo antes das sociedades de controle terem efetivamente se organizado, as formas de delinquência ou de resistência (dois casos distintos) também aparecem. Por exemplo, a pirataria ou os vírus de computador, que substituirão as greves no século XIX e o que se chamava de “sabotagem” (Idem, 2013, p.220).

Nesse novo monitorar sem fim, o acesso às redes de comunicação pelos meios digitais, aglutina todo o modo de vida da sociedade: suas práticas de trabalho, econômicas, de comunicação, de lazer, de cooperação, de luta e de possíveis resistências. Se a consciência do trabalhador é alienada, separada do convívio social gerador de afeto político, a consciência do midiático é absorvida na internet. O midiático é uma subjetividade que não é nem ativa nem passiva. Tem uma consciência fragmentada, que recebe estímulos diversos, de forma rápida e dispersa, em meio a avalanche de informações que recebe. É convidado a atuar como sujeito em um meio paradoxal, porque ao mesmo tempo que se propõe horizontal e coletivo quando atua em redes, está preso também pela antiga hierarquia vertical dos meios de comunicação. Segundo Virilio, a possibilidade de intercâmbios numerosos e renovados da internet seria também uma ameaça insuportável para a sociedade. Para ele, “as autoestradas da informação vão instalar um sistema interativo que é tão terrível para a sociedade como a bomba atômica é para a matéria. Segundo Einstein, a interatividade está para a bomba informática como a radioatividade está para a bomba atômica. É um fenômeno constitutivo e dissociativo” (VIRILIO, 2000, p. 86)

Enquanto a sociedade perde o foco em meio a tanta informação, o poder regente destas novas plataformas é capaz de escutar até as mais íntimas conversas para transformá-las em propaganda e controle. Somos todos data. Somos quase todos consumidores e produto. Por onde andamos, o que compramos, nossos gostos e até receios, modulam um ecossistema digital pelo qual somos despotencializados de nossas escolhas, ao mesmo tempo em que somos sufocados por informação *morta* e impedidos de criarmos informação *viva*.

“Você pergunta se as sociedades de controle ou de comunicação não suscitarão formas de resistência capazes de dar novas oportunidades a um comunismo concebido como “organização transversal de indivíduos livres”. Não sei, talvez. Mas isso não dependeria de as minorias retomarem a palavra. Talvez a fala, a comunicação, estejam apodrecidas. Estão inteiramente penetradas pelo dinheiro; não por acidente, mas por natureza. É preciso um desvio da fala. Criar foi sempre coisa distinta de comunicar. O importante talvez venha a ser criar vacúolos de não-comunicação, interruptores para escapar do controle” (DELEUZE, 2013, p.221).

As ocupações ao redor do mundo, experimentaram, ou reavivaram, esse espaço dos afetos coletivos que antes eram possíveis na sociedade de disciplina, em ambientes

que eram determinados e fechados, como por exemplo, a fábrica. Nestes espaços temporariamente ocupados, entenderam que a possibilidade de produção de informação viva se faz através do estar juntos. Ao reconhecer essa diferença, fica evidente também ao sujeito mediatizado o quanto estar conectado às redes de informação é redutor. Mas o espaço ao qual pertence o mediatizado não é só o da geração viva ou morta da comunicação e da informação. Há um intenso fluxo de comunicação que não cessa nesta nova sociedade de controle. Sob o manto da democracia liberal e representativa, esse jogo tem características escusas de duplicidade; caberia à sociedade também se apoderar destas ferramentas para estabelecer um elo de controle sobre o Estado. Mas a quantidade de informação possível de acessar não é menos importante que a sua insignificância para mudar os rumos pré-determinados pelas instituições e relações de poder, diante do monitoramento das condutas pela racionalidade neoliberal. Mais ainda, os fluxos na sociedade de controle atuam para manter coeso o acesso à informação e à comunicação, ao mesmo tempo que convoca o indivíduo à participação política, redimensionando as fronteiras e estabelecendo gestões compartilhadas entre Estado e sociedade-civil. “O presidente da Google, Eric Schmidt, talvez esteja certo quando previu que “o futuro será cheio de movimentos revolucionários, mas vazio em resultados revolucionários” (KRASDEV, 2014, p.6). O que se evidencia na figura subjetiva do mediatizado, é que a possibilidade de a sociedade exercer seu presuposto democrático de contestação através deste novo aparato tecnológico teria sido submetida ao paradoxo político de Étienne de La Boétie: às vezes, as pessoas se empenham pela sua servidão como se fosse a sua salvação.

O monitoramento contínuo para ambientes seguros.

Edward Snowden apelidou a Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (NSA) de “o Panóptico”, em referência à figura arquitetônica criada por Jeremy Bentham que programou, definiu e descreveu da maneira muito precisa como na sociedade disciplinar o poder se apropriaria, pela arquitetura e nos espaços confinados, da possibilidade de um vigiar sem fim, não só dentro das prisões, mas também das escolas, dos hospitais, hospícios e das fábricas. Snowden acusava o programa de vigilância da NSA de manter um programa de vigilância em massa, mas a Agência refutou a acusação dizendo que não monitorava conversas, mas metadados que só

permitiam identificar as relações, de quem fala com quem, mas não assuntos particulares. No Panóptico, referenciado por Snowden, a vigilância sem fim proporcionada pelo projeto arquitetônico de Jeremy Bentham, é feita por um poder superior que tem o intuito de determinar se o indivíduo segue as regras ou não, se está dentro da norma e, por fim, em fornecer informação para a produção de um saber regulador das condutas. Se ordena em torno da norma, em termos do que é normal ou não, correto ou não, do que se deve ou não fazer.

“Vigilância permanente sobre os indivíduos por alguém que exerce sobre eles um poder – mestre-escola, chefe de oficina, médico, psiquiatra, diretor de prisão – e que, enquanto exerce esse poder, tem a possibilidade tanto de vigiar quanto de construir, sobre aqueles que vigia, a respeito deles, um saber. Um saber que tem agora por característica não determinar se alguma coisa passou ou não, mas determinar se um indivíduo se conduz ou não como deve, conforme ou não à regra, se progride ou não, etc” (FOUCAULT, 2013, p.89).

A produção das subjetividades obedece a uma relação organizacional entre os sujeitos e o poder, e que se conforma na figura de suas instituições políticas. Nas sociedades de controle, o espaço confinado cede lugar ao espaço aberto, e a vigilância ganha ilimitados campos de atuação, criando também a figura subjetiva do securitizado, mas não só. Nela, todos são convocados à participação neste jogo modular, e em campo aberto, de monitoramento. Na sociedade de controle, importa garantir que todos os ambientes sejam monitorados e possam sofrer intervenção para a produção constante de melhorias. Não é mais a vigilância de sujeitos perigosos e que possam ser disciplinados em espaços confinados. Trata-se da manutenção pelo monitoramento de ambientes seguros, onde todos são, ao mesmo tempo, responsáveis e cogestores. O monitoramento pela segurança dentro de uma racionalidade neoliberal, não tem fim. Responde à uma necessidade sempre renovada de gestão de riscos.

Mas as forças produtoras de controle e informação são desiguais. Se nas democracias liberais imaginamos que a internet pudesse nos oferecer alguma informação sobre os políticos, esquecemos que quem tem mais a perder tende também a esconder melhor. Os representados vigiam os representantes para que eles não tirem vantagens indevidas do poder que receberam, ao mesmo tempo que os representantes vigiam os representados para garantir que eles não irão tirar vantagem da liberdade concedida.

“Nosso erro foi esquecer que a motivação deles para guardar os seus segredos é muito maior do que a nossa. Não adianta ter mais informações novas ao nosso alcance se nos falta o desejo de buscá-las. Temos uma razão para descobrir mais: conhecimento é poder. (...) Outro recurso que nos falta é o tempo. O cientista político Herbert Simon assinalou, mais de uma geração atrás, que, quando a informação é abundante, a atenção é que se converte no recurso escasso. Por isso, o Leviatã ainda tem a vantagem. Ele é programado para não perder o foco. Nós perdemos” (RUNCIMAN, 2019, p.163).

Em *O Leviatã*, Hobbes já propunha e teorizava que o contrato social entre cidadãos e Estado se daria pela troca da liberdade por segurança, na justificativa natural do Contratualismo. Na amplificação e atualização desta forma, nas sociedades de controle também cedemos todos os movimentos físicos e intelectuais dos nossos corpos aos bancos de metadados desta figura superprotetora do Estado. Ocorre que na passagem da sociedade de disciplina para a sociedade de controle, e prontamente de um estado de vigilância em locais confinados para o de monitoramento contínuo, “disparam as práticas de penalização a céu aberto, reassaltando-se que interessa menos a máquinas em si, e mais o conjunto de ações preceitos morais e filosóficos, práticas e formas de governo das condutas que se tornam possíveis a partir dela, suas tecnologias políticas” (PASSETTI, *et al.* 2019, p. 274).

E para que a sociedade abra mão tão facilmente da sua liberdade, a ideia de um perigo iminente coloca para este indivíduo mais pontos de vulnerabilidade com os quais ele tem que lidar, do que direitos ou deveres a assegurar. Assim, o sujeito é submetido à ideia de que o Estado pode exercer o controle sobre a própria sociedade da qual ele faz parte, e que tem demonstrado ser muitas vezes politicamente violenta, como nas guerras, e naturalmente vulnerável, como nas catástrofes naturais. A sociedade aceita o aprisionamento porque parte do princípio de que lá fora há um mundo mais perigoso.

Mas a sociedade que abre mão da sua liberdade em função da aparente sensação de segurança também é chamada a dar sua contribuição. Ao mesmo tempo em que nos submetemos a esse extenso monitoramento, somos também convocados a estar atentos aos comportamentos que nos causem estranhamentos. A próxima dobra desta costurada relação entre a troca de liberdade por mais segurança, que acompanha o monitoramento das condutas na racionalidade neoliberal, é a transformação deste sujeito em um cidadão que zela também, não só pela sua segurança, como pela de todos.

O sujeito é convocado à participação, a estar sempre atento as atividades suspeitas nos espaços de convívio social. O perigo é a justificativa para oferecer de forma voluntária nossos olhos e nossa atenção a uma máquina de segurança aparentemente universal; na sociedade securitizada somos todos responsáveis pela nossa segurança e pela dos outros. Nessa relação de poder entre sujeito e instituição, emergem ao mesmo tempo a produção de processos de transformação individualizantes e totalizantes.

“As práticas de monitoramento são operacionalizadas por meio de um exercício horizontal do poder pastoral que caracteriza a democracia contemporânea, na qual todos são convocados a ser pastores laicos de si e dos outros, em busca de um bem comum pela realização de seus interesses particulares e identitários. Essas práticas produzem processos modulares de subjetivação, um regime político de legalismo e institucionalizações, na qual as contestações são inscritas, de forma constante e inacabada, no campo das disputas políticas que distribui reconhecimento aos que buscam protagonismo” (PASSETTI *et al.*, 2019, p.274).

A expansão da capacidade do controle das condutas a céu aberto também realoca a capacidade das penalizações para o mesmo ambiente, recorre à necessidade do monitoramento contínuo, e é conectada “a uma configuração contemporânea das tecnologias de subjetivação que produzem o cidadão-polícia” (Idem, 2019, p.299). Convocado à participação, ao monitoramento pela segurança e à preservação de espaços seguros e inacabados, sempre em busca das possíveis melhorias, o cidadão-polícia cuida de si, dos outros e do ambiente. Um cuidado propício, já que o novo teatro dos conflitos é a cidade, onde se reconfigura também o “estado de guerra” em “estado de violência”. Os estados de violência, um “conceito por provisão”, como expõe o filósofo Frédéric Grós, “que sustenta pela ficção filosófica de um fim de guerra, o estado de violência conhece princípios específicos de estruturação: princípios de estouro estratégico, de dispersão geográfica, de perpetuação indefinida, de incriminação, que todos se opõe ao estado de guerra” (GROS, 2006, p.229).

Ao mesmo tempo em que o palco dos conflitos é a cidade, novas figuras surgem como multiplicadoras deste estado de violência, como o terrorista, o chefe de facções, o mercenário, o soldado profissional, o engenheiro de informática, o responsável de segurança, entre outros. Os conflitos atuais, diferentemente das guerras que traziam a

exigência da sua conclusão, não têm mais o fim, mas sim o tempo indefinido, característica de seus estados intermediários.

A autopreservação então aparece como uma das necessidades desta subjetivada personalidade que é convocada a monitorar os ambientes e que coloca a sociedade em um estado de atenção contínuo onde, ela mesma, assume-se como reguladora de condutas que possam oferecer qualquer tipo de instabilidade à uma pretensa ordem das coisas. Mas outra motivação com o mesmo poder de mobilização; o pior está sempre por vir. Diante da possibilidade de uma vida encarcerada ou endividada, o securitizado também se constitui como aquele que sabe que é observado. E a eficácia é completa com a promoção de um sentimento de angústia, proporcionado por ameaças invisíveis, mas sempre presentes. O securitizado vive com o medo de uma condição possível; a de saber que ele sempre estará disponível para ser punido ou vigiado.

“O medo em relação aos poderes dominantes e a sua polícia é um fato. Mas mais importante e eficaz é o medo de outras e desconhecidas ameaças perigosas: um medo social generalizado. De certa maneira, aqueles que estão na prisão têm menos a temer; ainda que as ameaças que enfrentam da máquina carcerária, dos guardas e dos outros prisioneiros sejam graves, são mais limitadas e reconhecíveis. No regime de segurança, o medo é um significativo vazio, no qual todos os tipos de fantasmas amedrontadores podem aparecer” (NEGRI & HARDT, 2016, p. 38, 39).

Diferente do regime da guerra, onde a paz era seu produto final até que houvesse um novo rompimento, o regime de segurança nos coloca diante do princípio da continuidade, onde estar seguro faz parte da manutenção de um *continuum de segurança*, através do monitoramento sem fim. Ao mesmo tempo, os “estados de violência”, por serem eles também inacabados em seus “estados intermediários”, recomendam não só a vigilância contínua, mas, como não pertencem ao sistema geral de proteção dos antigos conflitos entre Estados, a vigilância individual e a gestão do risco, este também, interminável. Na ausência das hostilidades de uma guerra declarada entre povos, instaura-se a necessidade da segurança, como um processo ininterrupto, de proteção para os indivíduos.

“Quando a defesa do país era confiada aos soldados postados nas fronteiras, dependia de cada indivíduo contribuir para a segurança de todos por um alerta permanente. O que a guerra tinha de intensidade mortal no

afrontamento pontual da batalha acha-se diluído numa vigília menor, mas contínua: investigação de comportamentos suspeitos, atenção às irregularidades, localização de não funcionamentos a priori insignificantes etc. O risco está em toda parte: no terraço de um café, numa garagem, na esquina das ruas, no corredor do metrô. A segurança como sistema envolvendo proteção se reproduz em cada um de nós como ethos de preocupação. A obediência introduzia o sujeito político no Estado. A vigilância integra o indivíduo vivo num sistema de segurança. A guerra exigia a submissão de todos. Os estados de violência recomendam a vigilância de cada um” (GROS, 2017, p.246-47).

Este sujeito vivo e integrado num sistema de vigilância, ao qual se refere Frédéric Gros, em *Estados de Violência*, ganha motivação ao se preocupar com a diminuição de riscos, controlando e monitorando ambientes em busca de melhorias que são alcançadas pela redução de riscos; zelando por estes ambientes como cidadão responsável pela sua segurança e a dos outros. O assujeitamento produzido nessa relação, entre o poder delegado e o sujeito convocado, produz o cidadão policial. Um cidadão-polícia participativo, tolerante, empreendedor, e que atua não só pela promoção de um ambiente seguro, como também, empoderado, observando condutas, reclamando por direitos aos mais vulneráveis e aplicando penalizações a céu aberto. Enfim, monitorando.

Participação democrática e o Canto da Sereia.

Para Hardt e Negri, é imperativo destituir-se da moralidade da dívida e da disciplina do trabalho, promover o distanciamento e a quebra do feitiço da mídia, escurecer o campo de visão do contínuo vigiar e da promoção da segurança e desmistificar as estruturas de representação que sabotam a possibilidade da ação política. Ao reconhecer e destituírem-se das propriedades subjetivas, os sujeitos políticos constituem-se em novas possibilidades que podem ser as bases reais de um poder relativo para a ação social. Mas reconhecer pode ser mais fácil do que ‘abnegar’. Para o Comitê Invisível, falar de um “poder constituinte” pode não ser necessariamente falar de “democracia”.

“Quebrar o círculo que faz da sua contestação o alimento daquele que domina, marcar uma ruptura na fatalidade que condena as revoluções a

reproduzir aquilo que elas perseguem, tal é a vocação da *destituição*” (COMITÊ INVISÍVEL, 2017, p.91).

Em alguns casos, a participação democrática pode ter sido o Canto da Sereia que levou certos movimentos a se chocarem com as mesmas pedras que procuravam desviar. Durante os protestos seguidos da crise financeira de 2008, alguns dos movimentos saídos das ruas, como na Praça Syntagma, na Grécia, e na Puerta del Sol, em Madri, converteram-se em repetidores daquilo que procuravam reconhecer e abnegar.

Na esteira da chamada crise financeira global de 2008, o partido de esquerda radical grego, Syriza, surge ao mesmo tempo como oposição e alternativa política. Prometia fazer frente às políticas de austeridade econômicas impostas pelos credores europeus, que levaram a Grécia à uma profunda crise econômica, social e política. O Syriza, sigla grega para Coligação da Esquerda Radical, nasce da ruptura interna do Partido Comunista Grego, e se amplia com a adesão de movimentos sociais e políticos que romperam com o Partido Socialista, Pasok, que estava no governo do Estado durante os momentos de crise.

O Syriza ganha as eleições em 2015, e Alexis Tsipras promove um plebiscito popular para saber se a Grécia deveria ou não aceitar a aplicação de mais medidas de austeridade econômica ao país. Contrariando a vitória de um sonoro NÃO às medidas de austeridade, o partido que surgira como uma coligação entre políticos e movimentos de esquerda com a promessa de tirar a Grécia da crise financeira, nega a vontade da maioria e abraça, mais uma vez, as políticas de austeridade de uma “União” Européia que aprofunda ainda mais a crise financeira grega. Desconsiderando a decisão plebiscitária do povo grego e provando que igualar diferentes forças em uma “comunidade” leva sempre à uma compensação paga pelo mais fraco.

Na Espanha, o movimento de ocupação das praças eclodiu em 15 de maio (15M) de 2011. Por todo território espanhol, milhares de pessoas foram as ruas de cidades como Madri e Barcelona, contra as medidas de austeridades fiscal impostas pelos bancos credores da europeus. A mesma receita de controle de gastos, oriundas de uma política neoliberal de austeridade fiscal, também chegava ao país. Em meio à organização de assembléias, propostas de democracia direta, de independências territoriais, mudanças de nome e propostas constituintes, o movimento espanhol que

havia começado nas praças, reivindicando alternativas ao sistema de representação política, chega em 2015 metaforizado na figura do Podemos como partido político. A sigla ganhou impulso e alçou vôo para dentro do parlamento espanhol como figura partidária, estabelecendo os mesmos limites de participação para aqueles que antes eram seus fiéis companheiros de praça e que haviam se unido em busca de uma alternativa à representação partidária.

“O programa revolucionário tradicional consistia em tomar novamente o mundo nas mãos, em expropriar os expropriadores, em uma apropriação violenta do que é nosso e de que fomos privados. É só isto: o capital se apoderou de cada detalhe e de cada dimensão da existência. Ele fez um mundo à sua imagem. Da exploração das formas de vida existentes, ele se transformou em universo total. Configurou, equipou e tornou desejáveis as maneiras de falar, de pensar, de comer, de trabalhar, e de sair de férias, de obedecer e de se rebelar que lhe convêm. Desse modo, reduziu a muito pouco a parte daquilo de que alguém podia, neste mundo, querer se reapropriar. Quem quer se reapropriar das centrais nucleares, dos entrepostos da Amazônia, das rodovias, das agências de publicidade, das linhas de trem, dos centros financeiros?” (...) “Ninguém sensato. O que complica a tarefa dos revolucionários é que aí também o velho gesto constituinte também não funciona mais. De modo que os mais desesperados, os mais obstinados em querer salvá-lo, finalmente encontraram a artimanha: para acabar com o capitalismo, basta se reapropriar do dinheiro!” (COMITÊ INVISÍVEL, 2017, p. 103).

Movimentos que buscaram vencer o Estado em seu próprio jogo, seu próprio terreno democrático, acabaram estabelecendo as mesmas distâncias entre governantes e governados. Justamente o mesmo distanciamento que antes era combustível para sua revolta. O que alguns consideram como sucesso nada mais é do que o resultado da medida do quanto o movimento foi cooptado e institucionalizado, seja para dentro das estruturas já existentes de um governo ou mesmo para justificar a retórica da reinvenção. Movimentos que começaram como uma revolta contra o Estado, mas, ao final, acabaram por reinventá-lo.

Manifestações e o exercício da cogestão das pautas.

Segundo Virillo: “A massa não é um povo, uma sociedade; é uma multidão de passantes. O contingente revolucionário não atinge sua forma ideal nos locais de

produção e sim na rua, quando deixa de ser, durante algum tempo, substituto técnico da máquina e torna-se ele próprio motor, (máquina de assalto), isto é, produtor de velocidade” (VIRILIO, 1996).

No Brasil, o movimento que soube atrair as forças de contestação modeladas pelas políticas neoliberais deste começo de século XXI, e que estabeleceu as condições para a emergência do insuportável, não se caracterizou pelo agrupamento de indignados promovendo a organização de assembleias e a experiência de uma via direta justificada pela falência do sistema de representatividade, ou mesmo por intermédio da concentração de pessoas em praças ao redor de uma palavra de ordem que ocupasse as mentes e os corações da multidão ao mesmo tempo que os definisse como uma maioria alijada do sistema distributivo econômico.

As forças que compuseram o movimento que ficou conhecido como “*jornadas de junho de 2013*” não se caracterizaram por uma demanda identitária ou mesmo sustentaram por longo tempo a demanda identificada, a priori, pela gestão compartilhada da pauta específica da questão tarifária do transporte público da cidade de São Paulo. Junho de 2013 logo dispensou as bandeiras e tomou as ruas sem uma lista pronta de reivindicações, sem pressões verticais de ordenação ou mesmo compartilhamentos horizontais capazes de elevar as demandas ali presentes à categoria do entendimento.

Mas em meio às forças que precipitaram o Movimento, uma delas foi a mais importante. O impulso para as *jornadas de junho de 2013* surgiu por meio da conexão temporal entre as reivindicações promovidas pelo Movimento Passe Livre, o MPL, e o recrudescimento das táticas de opressão policial, comandadas pelo Estado de São Paulo. A partir do enfrentamento nas ruas, eclodem insatisfações as mais difusas, que objetivaram, naquele momento, se posicionar contra o terreno determinado como o possível para a prática política. Posicionamento alimentado também, mas não só, contra as deformações de uma representatividade democrática, pelo reflexo das conduções econômicas asfíxiantes, pela forte rejeição às forças opressoras de segurança do Estado, pela negação dos tradicionais grupos de mídia como porta-vozes do acontecimento, e que, ao longo de junho de 2013, irão sair do estado de latência para o de manifestação.

“A potência de junho foi a do encontro da visibilidade do asfalto – onde as balas são, na maioria das vezes, de borracha – com uma certa

democratização da violência de Estado para setores da população que não estavam acostumados a sofrê-la. Não se tratava de uma ação orquestrada, e toda tentativa de gerar uma pauta única convergente, esvaziada politicamente e que apaziguasse a luta de classes, foi recusada pelas ruas. Nesse sentido, a multiplicidade de pautas e o caráter difuso foi mais uma força do movimento, era todo um modo de vida que se recusava. Não que os inimigos não fossem concretos e identificáveis, mas não havia um reformismo, uma reivindicação pontual que pudesse ser simplesmente atendida, mantendo-se toda a estrutura como estava e, assim, parando o levante. Isso, que foi razão em tantos momentos para que o movimento fosse acusado de utopista, sem foco, era sua força e sua identidade” (JOURDAN, 2018, p. 111-12).

Se, a posteriori, o levante em junho de 2013 revelou forças latentes e “difusas”, a priori, foi marcado por uma proposta reformista bem definida, sobre a gestão do transporte público na capital paulista. Com um *modus operandi* conhecido, apartidário, sem lideranças e com relações horizontais entre seus membros, o MPL tinha uma pauta clara, já experimentada e fortalecida por manifestações em outras capitais do Brasil e que, em junho de 2013, demandava à prefeitura de São Paulo a revogação de vinte centavos sobre o aumento da tarifa do transporte público.

O MPL ficou conhecido por uma pauta reformista, por reivindicar a democratização do transporte público como condição de melhoria de vida. Em última instância, pregava a estatização do transporte privado e projetava como ideal a implementação de uma tarifa zero como sinônimo de garantia do acesso universal aos meios de transporte e, principalmente, à cidade.

Em 2003, em Salvador, na Bahia, em resposta ao aumento das passagens do transporte público, alunos secundaristas bloquearam diversas ruas, em diferentes pontos da cidade. As manifestações se estenderam por todo mês de agosto daquele ano e ficaram conhecidas como a Revolta do Buzu. De maneira horizontal, a dinâmica das lutas rejeitava modelos hierarquizados de organização e realizava assembleias durante os próprios bloqueios de ruas e avenidas da cidade. Na relação conflituosa entre Estado e sociedade, representavam a rejeição popular à política de mobilidade, catalisada pela dinâmica de lutas travadas em torno do direito ao transporte público. O grupo estimou que mais de 40 mil pessoas participaram dos protestos na capital baiana. Houve extensa produção e publicação de relatos em mídias independentes, em documentários, e a experiência política dos alunos secundaristas baianos ganhou projeção nacional.

No ano seguinte, inspirados pelo modelo de participação horizontal de Salvador, estudantes secundaristas de Florianópolis, em Santa Catarina, uniram-se contra o aumento das passagens do transporte público no movimento que ficou conhecido como a Revolta da Catraca. Os estudantes ocuparam terminais de ônibus e fecharam a ponte que dava acesso à ilha, forçando o poder público a voltar atrás e revogar o aumento das tarifas. A experiência embrionária em Salvador e a vitória em Florianópolis serviram de base para a formação e a estruturação do movimento que, em 2005, em uma plenária no V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, foi batizado de Movimento Passe Livre.

Mas a luta pela democratização do acesso gratuito à cidade, através da livre circulação de pessoas pelos meios públicos de transporte, bandeira do Movimento, também ganhou corpo e não podia mais ficar restrito à conquista de direitos de determinada classe ou entidade.

“Ao mesmo tempo que ultrapassava as formas de organização já estabelecidas, o teor explosivo das mobilizações apontava para as contradições que o produziam, imbricadas no sistema de transporte coletivo, ponto nodal na estrutura social urbana. O acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto de seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo. As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles que condenados à exclusão urbana. Para a maior parte da população explorada nos ônibus, o dinheiro da condução não é suficiente para pagar mais do que as viagens entre a casa, na periferia, e o trabalho, no centro: a circulação do trabalhador é limitada, portanto, à sua condição de mercadoria, de força de trabalho. A luta de reapropriação do espaço urbano produzido pelos trabalhadores supera, na prática a bandeira do MPL em seus primeiros anos, que era o passe livre estudantil” (MPL *in* CIDADES REBELDES, 2013, p. 19-20).

Diante deste redimensionamento, a luta do MPL por transporte gratuito passaria a não ser mais desta ou daquela categoria, mas entendida como uma luta por um direito à cidade. A ideia de um passe livre para todos ganha corpo em debates dentro do movimento. Em meio aos estudos para a implementação da alternativa, um projeto de Tarifa Zero, formulado pela prefeitura de São Paulo no início da década de 1990, amplia a sustentação dos argumentos do Movimento que entende a partir deste estudo os conflitos e as implicações sociais e econômicas por trás da gestão do transporte público, até então escondidas sob argumentos técnicos.

Naquele início da década de 1990, o Estado brasileiro passava por uma crise fiscal devido ao colapso da estratégia nacional desenvolvimentista, que antecederia à ascensão de Collor de Mello à presidência da República. Com o intuito de diminuir o Estado, a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos é extinta em 1990, e o governo federal retira-se da gestão das políticas para o transporte urbano, transferindo-as aos governos dos estados, e estes, à gestão municipal.

“Como decorrência do processo de democratização, descentralização e fortalecimento dos movimentos populares, partidos de esquerda assumem administrações municipais pelo voto direto em várias cidades. Nessas, especialmente no período 1989-1992, são adotados modelos alternativos de prestação e remuneração dos serviços de transporte coletivo, caso do município de São Paulo. Em 1991, houve a tentativa da prefeitura de São Paulo de subsidiar integralmente a oferta dos serviços, por meio do aumento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). A “tarifa zero”, como ficou conhecida a proposta, seria custeada por meio de alíquotas maiores para grandes indústrias, empresas, mansões, grandes clubes e terrenos vazios. Entretanto, a proposta não despertou movimento político a seu favor, obrigando o executivo municipal, sem maioria na Câmara, a abrir mão da “tarifa zero” (GOMIDE & GALINDO, 2013, p.29).

Outro aspecto relevante dentro do movimento pela redução de tarifas é a sua apropriação do espaço geográfico da cidade. Se, de um lado a retomada do espaço urbano é o objetivo final dos protestos contra o aumento ou anulação das tarifas, de outro é no controle dos fluxos desse mesmo espaço urbano que se materializa o método pelo qual o movimento se manifesta. Se o acesso à cidade é o seu objetivo de luta, o interrompimento dos fluxos da cidade é a sua arma. Ao incitar a discussão pela luta por melhorias no transporte público e empunhar a bandeira por uma mobilidade urbana mais justa, cerne da questão para o movimento, o MPL propõe apenas reformular sobre as mesmas estruturas verticalizadas da política, as normativas que regem o transporte público. Assim, o MPL não traz para si a gestão da política tarifária, mas exercita em parceria com Estado a possibilidade de uma cogestão da pauta tarifária.

Foi assim, que o MPL tomou as ruas em Vitória (2006), Teresina (2011), Natal (2012), Porto Alegre e Goiânia (início de 2013) e em junho de 2013, São Paulo, onde em conjunto com o prefeito da cidade mais rica do país, Fernando Haddad, do PT, revogou o decreto que aumentava a tarifa em 20 centavos.

Durante os protestos do MPL, as intervenções do governo do Estado de São Paulo, na sua prática legítima de coerção física pelas táticas policiais, não foram poucas e, com o passar dos dias, endureceram. Se, de um lado, um arranjo entre a prefeitura e a sociedade civil estava sendo costurado, mesmo que ainda muito distante da proposta de estatização do transporte público e de uma tarifa zero, de outro lado, esgarçava o tecido das relações do movimento com o estado paulista, que já exibia seu aparato de controle observando e monitorando, não só as manifestações, mas também o conjunto variado de forças que começavam a surgir.

As repressões ao movimento, vindas do governo do estado de São Paulo e da prefeitura, quando do início das manifestações, foram distintas. Ambos, governador Geraldo Alckmin (PSDB) e prefeito Fernando Haddad (PT), tiveram diferentes posicionamento ao longo dos dias a que se seguiram os protestos. À sua maneira, ambos os governantes concordavam que os atos de violência teriam partido dos manifestantes, e que estes deveriam renunciar à violência, e não da polícia, que teria seguido os protocolos de segurança.

Ao mesmo tempo em que as informações eram trocadas entre os manifestantes, via rede social, elas também alimentavam as forças policiais do Estado de São Paulo e a mídia sobre onde, quando e como iriam acontecer as manifestações. Com o passar dos dias o movimento foi obrigado a negociar com a PM o seu trajeto, seguindo o que determina a Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 5º, inciso XVI, onde lê-se, que: “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Art. 5º, INCISO, XVI).

Porém, não há um detalhamento na Lei em como essa notificação deve ocorrer. Na prática, há sempre uma linha da cidade determinada pela polícia como limite para o movimento físico e geográfico das manifestações. Os protestos anteriores foram convocados por rede social e panfletagem, com intuito de desviar as operações policiais. A página do MPL no Facebook, anunciava os trajetos pouco antes de acontecerem.

No dia 17 de junho de 2013, 11 dias depois do início das manifestações, os representantes do Movimento Passe Livre foram obrigados a negociar o trajeto com a

Polícia Militar. Uma hora antes do início do protesto, por volta das 17 horas, “o Largo da Batata, na zona oeste da cidade, estava lotado para a quinta edição da manifestação” (PORTAL EBC, 17.06.2013, 18h08). Ainda segundo a mesma publicação, a negociação sobre o trajeto da manifestação foi feita com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, “com intuito de evitar casos de depredação e violência policial”.

Desde o início das manifestações pautadas pelo MPL contra o aumento de vinte centavos nas passagens do transporte público de São Paulo, a imprensa paulista noticiou os dois movimentos, de depredação e de violência policial, com o mesmo destaque e sempre associados à manifestação e seus integrantes, sem aferir distinção aos possíveis integrantes violentos e não violentos. O primeiro dia das manifestações motivou a publicação de matérias nos dois principais jornais da capital paulista, O Estado de S. Paulo (OESP) e Folha de S. Paulo (FSP). Nas publicações do dia 07 de junho de 2013, ambos trazem matéria sobre os acontecimentos da noite anterior e manchetes sobre o uso da violência nos atos. “Protesto contra aumento do ônibus fecha a Paulista e leva caos ao centro”, em OESP, e “Protesto contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP”, pela FSP.

Em entrevista para ao caderno Metrópole, de O Estado de S. Paulo, também no dia 07 de junho, Nina Cappello, identificada como militante do MPL, quando perguntada sobre manifestantes que haviam “incendiado objetos e jogado pedras”, respondeu que, “a polícia reprimiu bastante o protesto, jogando bomba de gás e bala de borracha. Impediu que as pessoas ficassem em um viaduto público. Teve gente que apanhou com cassetete. As pedras foram uma maneira de as pessoas reagirem a essa violência” (OESP, 07 de junho de 2013, p. A12).

A classificação pela imprensa dos atos como ‘caóticos’ e ‘vandalismo’ prosseguiu nos dias seguintes, ao mesmo tempo em que a polícia militar mantinha as táticas de repressão e controle, contendo a movimentação dos manifestantes pela cidade com gás lacrimogênio e balas de borracha, limitando e redirecionando percursos e interditando acessos.

No dia 08 de junho de 2013, reflexo da cobertura do 2º dia de protestos, o jornal OESP publicava a seguinte manchete: “No 2º dia de confronto e destruição, protesto fecha a Marginal do Pinheiros”. Também chamava à atenção para o fato de que, com a

manifestação, o trânsito teria sido o “terceiro pior do ano, na região” (OESP, 08 de junho de 2013, p. A22). A FSP dedicou uma cobertura mais ampla, em 3 páginas do seu caderno Cotidiano. Na primeira página do Caderno, “Novo ato contra a tarifa faz até colégio fechar mais cedo” (FSP, 08 de junho de 2013, p.C1), na segunda página fez manchete e matéria sobre apoio que o MPL teria recebido, em manifestações passadas, de membros do Partido dos Trabalhadores (FSP, 08 de junho de 2013, p.C3).

Ainda nesta edição, a FSP dedicou espaço para que o MPL e a PM pudessem se manifestar sobre os atos de violência nas manifestações. Enquanto o movimento justificava os atos de “vandalismo e confronto” como uma resposta à também “brutal violência” da Polícia Militar de São Paulo, a polícia justificava a violência como necessária para a “manutenção da ordem, a livre manifestação e o direito de ir e vir das pessoas” (FSP, 08 de junho de 2013, p. C4).

As respostas dos governos do estado e da cidade de São Paulo, eram diferentes. Em suas primeiras manifestações sobre as manifestações, o prefeito Fernando Haddad, sempre afirmava que se negaria a dialogar com os manifestantes até que eles “renunciassem à violência”. Já o governador, Geraldo Alckmin, chegou a negar que o transporte fosse um problema da sua alçada administrativa, alegando ser a tarifa um problema da prefeitura, e os casos de ‘vandalismo’, criminosos. Ambos, governador e prefeito, embarcariam para Paris, logo no começo das manifestações, para defender a candidatura da cidade de São Paulo à sede da EXPO 2020.

A partir do anúncio da terceira manifestação, convocada pelo MPL para o dia 11 de junho, a imprensa passou a identificar diferentes atores políticos dentro da multidão. As Juventudes dos partidos PT (Partido dos Trabalhadores) e PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), membros do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados) e PCO (Partido da Causa Operária), os grupos, intitulados de “ativistas anarquistas”, Kaos e Black Bloc, além do grupo Anonymous, foram alguns dos atores identificados pelo jornal A Folha de S. Paulo, do dia 11 de junho daquele ano.

A repercussão dada pelos meios de comunicação à manifestação do dia 11 de junho de 2013, foi grande e ganhou as capas dos principais jornais no dia seguinte. Sobre o terceiro dia de manifestações contra o aumento da tarifa do transporte urbano, os jornais repercutiam em seus cadernos específicos de cobertura da cidade: “Confronto e destruição de ônibus e bancos marcam maior protesto contra tarifa” (OESP, 12 de

junho de 2013, p. A12) e “Protesto contra tarifa tem confrontos em série e vandalismo em SP” (FSP, 12 de junho de 2013, p.C1). Na mesma matéria e página, o Movimento Passe Livre assumia ter perdido o controle da manifestação, ser “contrário à violência”, que não havia conseguido controlar os manifestantes e que, na sua avaliação, “o confronto foi resultado de uma revolta popular e da violência excessiva da PM” (Idem). A confusão teria começado, segundo cobertura jornalística da FSP, quando o grupo desrespeitou um acordo feito com a polícia sobre o trajeto que, em vez de seguir para a Câmara de Vereadores, na região central da cidade, mudou o trajeto e ocupou as vias expressas da ligação Leste-Oeste, importante conjunto de avenidas que liga as duas regiões da cidade. Segundo o OESP, o conjunto de milhares de manifestantes que descia a Rua da Consolação, em direção ao centro da cidade, teria sido supreendido por uma barreira de policiais e então desviado para a ligação Leste-Oeste.

O governador Geraldo Alckmin, em Paris, mais uma vez chamou de “casos de polícia” protestos que interrompem a circulação do trânsito (FSP, 12 de junho de 2013, p.C3). Além da chamada na capa e da principal matéria do caderno Metrôpole, o jornal OESP, publicou também uma pequena matéria de pé de página, com o título “Em Paris, Haddad se irrita ao saber de atos de vandalismo” (OESP, 12 de junho de 2013, p. A12). Não havia nenhum depoimento do prefeito Fernando Haddad na matéria, mas sim menção ao ato protocolar do MPL, com o pedido para uma reunião com o prefeito “pela primeira vez desde que começaram os protestos”, segundo o jornal.

Durante os 3 primeiros dias de protestos, a imprensa noticiava haver no interior do movimento demonstrações de outros descontentamentos, traduzidos por ataques a fachadas de bancos, postos policiais e estações de metrô, e que foram imediatamente veiculados como atos de vandalismo. O MPL manteve-se ao lado da opinião pública, rechaçando os “atos de violência”, mas sem deixar de salientar que a truculência da polícia militar era a principal motivadora destes atos. Os jornais alimentavam o noticiário e o imaginário dos cidadãos com denúncias e editoriais que atribuíam às manifestações inúmeras infrações à democracia. Entre elas, danos ao patrimônio público e à liberdade de ir e vir dos paulistanos.

“Entre os militantes do MPL, novos e recém-adeptos, uma gama de forças ocupará o *meio*, enquanto na outra extremidade estarão os chamados *vândalos*, associados à tática anarquista *Black Bloc*. Esta *ação direta* os marcou como prejudiciais às reivindicações pacifistas,

ao próprio movimento, à estabilidade democrática, aos arranjos políticos representativos e apartidários, violentos, inconsequentes e alvos legitimamente investidos de consentimento para serem identificados, fichados, presos, marcados e julgados pela polícia e tribunais” (PASSETTI, 2013, galeria).

Em um editorial que foi às ruas e redes no dia 13 de junho de 2013, intitulado “Retomar a Paulista”, o jornal A Folha de S. Paulo reiterou os atos ocorridos na manifestação do dia anterior de “vandalismo”. Enumerou as baixas de militares feridos, publicou os números dos danos ao erário público, entre eles, ônibus e estações de metrô, e escreveu que seria necessária a intervenção da “força da lei”, como a saída para a contenção da onda de protestos, na emblemática Avenida Paulista.

No mesmo dia em que a matéria chegou aos leitores, como que atendendo a pedidos, a Polícia Militar do Estado de São Paulo, subordinada ao governador Geraldo Alckmin, novamente lançou mão do seu efetivo policial sobre a manifestação, sobre cidadãos passantes e desavisados, usando das mesmas práticas violentas de contenção e controle dos dias anteriores, mas desta vez provocando também baixas entre jornalistas e repórteres que cobriam a manifestação. Revelando, não só a face encoberta de um regime cuja força policial do Estado é parte constitutiva e salvaguarda, mas também a principal característica do uso do efetivo policial, que se justifica pela manutenção da ordem também através da violência física, da suspensão de direitos e defesa do representado.

“Por ser a prova de que o legal não é real, de que a ordem não reina, de que a sociedade não se sustenta, *posto que não sustenta a si mesma*, a polícia se encontra infinitamente afastada em um ponto do mundo cego do pensamento. Pois ela é, para a ordem reinante, como uma marca de nascimento no meio do rosto. Ela é a atualidade e a permanência do estado de exceção – o que toda soberania gostaria de poder esconder, mas que é regularmente forçada a exhibir para se fazer crer. Se o estado de exceção é essa suspensão momentânea da lei, que permite reestabelecer, por meio das medidas mais arbitrárias e mais sangrentas, *as condições* do reino da lei, a polícia é o que resta do estado de exceção quando essas condições foram restauradas. A polícia, em seu funcionamento cotidiano, é o que persiste do estado de exceção na situação normal. É por isso que o seu funcionamento soberano é tão oculto” (COMITÊ INIVISÍVEL, 2017, p. 139-140).

A polícia é também soberana porque exerce funções de contenção e política de segurança oriundas de sua própria racionalidade. Ela estende a prerrogativa de

repressão e de controle, características da atividade policial, para a salvaguarda de cuidados com a população como racionalidade governamental estatal. Questão de polícia, é também uma questão de política. Como define Michel Foucault, “a polícia é a governamentalidade direta do soberano como soberano. Digamos ainda que a polícia é o golpe de Estado permanente. É o golpe de Estado permanente que vai se exercer, que vai agir em nome dos princípios da sua racionalidade própria, sem ter de se modelar pelas regras de justiça que foram dadas por outro lado. Específica, portanto, em seu funcionamento em seu princípio primeiro, a polícia também deve sê-lo nas modalidades de sua intervenção” (FOUCAULT, 2008, p.457).

“Racionalidade própria” que pôde ser aferida também pelos meios de comunicação nos dias que se seguiram, durante a cobertura jornalística das manifestações pela defesa de uma tarifa de transporte *inclusiva*. Em apenas uma edição, a imprensa passou de algoz do movimento a vítima do Estado. A própria Folha de S. Paulo, que no dia anterior havia estampado em seu editorial ser necessário e urgente a ‘força da lei’, publicava no dia 14 de junho de 2013 a seguinte manchete: “*Polícia reage com violência a protestos e SP vive noite de caos*”.

O portal G1 chamava atenção para o número de pessoas feridas durante a ação da polícia, e manchetava: “*Polícia Militar utiliza violência para reprimir protesto em São Paulo. Tropa de Choque disparou bombas de gás, bombas de efeito moral e tiros de bala de borracha. Dezenas de pessoas ficaram feridas*” (SITE G1, 14.06.2013, 11h32).

“*Paulistano fica ‘refém’ de bombas em novo confronto. Pessoas que voltavam para casa na hora do rush ficaram entre policiais e manifestantes no 4º dia de protesto*”, publicou, em letras garrafais, O Estado de S. Paulo, no dia 14 de junho de 2013.

Na transmissão pela televisão, na rede de maior audiência, o Jornal Nacional da TV Globo do dia 14 de junho de 2013, colocou no ar uma matéria com 6 minutos de duração, dedicada a apontar os ‘excessos’ dos principais atores nas manifestações. Na chamada, a repórter e âncora Patricia Poeta alertava para o fato de que “ontem a capital de São Paulo viveu mais um dia de protestos contra o aumento das passagens de ônibus (...) a manifestação que começou pacífica, foi marcada por exceções da polícia, e no fim por atos de vandalismo de quem protestava”.

Em todos estes casos, é possível notar o redirecionamento do discurso e dos editoriais da imprensa que, até esse momento, mostravam-se indiferentes, e muitas vezes contrários, aos argumentos do Movimento Passe Livre de que os “atos de violência” nas manifestações aconteciam em resposta à violência policial. Ao descrever os manifestantes, a imprensa acentuava termos como “atos de vandalismo”, ao passo que à força policial, os termos “confronto” ou “excessos”. Ao perderem a sua invisibilidade e se tornarem também alvo das bombas de gás pimenta e das balas de borracha da Tropa de Choque da PM, situação corriqueira também à imprensa nos dias anteriores, mas da qual repórteres saíam seriamente feridos neste dia 13 de julho de 2013, os meios de comunicação visivelmente mudam o tom e assumem uma posição crítica e contrária à repressão do estado. Chamadas sobre o ‘vandalismo’ e o ‘aumento de tarifas’ deram passagem às notícias sobre ‘violência policial’, ‘cidadãos como reféns’ e ‘repressão do estado’. A violência policial unificou o discurso editorial, institucional e corporativista, acomodado na retórica da ‘defesa dos direitos’, não só de se manifestar, mas também da ‘liberdade de expressão’. “Polícia reage com violência...reação violenta da PM... Bombas e balas de borracha deixam centro em pânico...A PM começou a batalha na Maria Antônia...Repressão e pânico...Haddad diz que violência da PM marcou o ato”, foram algumas das manchetes das matérias do jornal A Folha de S. Paulo, no dia 14 de junho de 2013. Já o jornal O Estado de S. Paulo, optou por colocar o cidadão como alvo colateral da violência dirigida aos manifestantes, pela polícia militar. Como em matéria intitulada; “Paulistano fica refém de bombas em novo confronto”, publicada no dia seguinte à manifestação do dia 13 de junho de 2013.

O corporativismo foi parte determinante para esta mudança brusca de opinião por parte da imprensa. Segundo a matéria de capa da Folha de S. Paulo, do dia 14 de junho de 2013, sete jornalistas da empresa haviam sido feridos e 192 pessoas haviam sido detidas, em mais de 6 horas de “promoção de confronto” pela polícia. A resposta dada à violência policial pela sociedade foi seguir ocupando as ruas, com mobilizações em São Paulo e por todo Brasil.

Neste contexto informacional, de uma cobertura jornalística feita por veículos tradicionais, e que operam segundo uma lógica de mercado e também respondem à preceitos constitutivos próprios, como o corporativismo e a linha editorial, os acontecimentos de junho de 2013 também foi a oportunidade para que novos modelos

de transmissão e edição da notícia surgissem. A rede descentralizada de mídia, como se autodenomina o Mídia Ninja, por exemplo, nasceu em junho de 2013, ocupou o espaço vazio deixado pelas mídias tradicionais e captou indivíduos que, ao não se sentirem representados pelos pontos de vista dos meios tradicionais de informação, passaram a também se informar pelos meios ditos ‘alternativos’. A tecnologia também foi grande aliada para a descentralização da produção da informação, não só pela possibilidade da ampla divulgação das mensagens por meio de uma rede aberta, a internet, mas também pela possibilidade das transmissões ao vivo que, no meio digital, são rápidas, baratas e podem ser feitas de qualquer lugar e a qualquer hora, promovendo novos e dinâmicos agenciamentos coletivos. O primeiro vídeo do Mídia Ninja, publicado no seu canal, no Youtube, tem a duração de apenas 16 segundos. Mostra um jovem manifestante, dançando ao som de Stayin’ Alive, do grupo estadunidense Bee Gees, enquanto desvia de bombas lançadas pela polícia militar, na Avenida Paulista, neste mesmo 13 de junho de 2013.

A violência permanente do Estado.

A partir desse momento, as manifestações se desdobraram em diferentes fluxos de contestação. Ruas e avenidas, mas também prédios públicos, privados e a própria polícia, se tornaram alvos dos descontentamentos e do repúdio às forças coercitivas do estado de São Paulo. Se de um lado os integrantes do MPL alcançariam seu objetivo, impedindo o aumento do valor das tarifas do transporte público em mais de 100 cidades brasileiras, do outro lado, a tensão necessária e insurrecional para a promoção de rompimentos constitutivos, rompimentos que buscam definir uma linha de fuga, que buscam destituir-se da lógica do Estado e do capital e assim romper com os controles da lógica constituinte, rompimentos com os processos modulares de subjetividades, de monitoramento e de controle, que convocam o cidadão o tempo todo à manutenção de um bem comum, moderado e democrático, também extravasaria.

“Em uma lógica destituente, a luta contra o Estado e o capital vale sobretudo por uma saída da normalidade capitalista, na qual se vive, por uma deserção das relações de merda consigo, com os outros e com o mundo que, na sua normalidade capitalista, se experimenta. Assim, portanto, onde os constituintes se colocam em uma relação dialética de luta com aquilo que

reina para com ele se emparelhar, a lógica destituente obedece à necessidade vital de dele se *deprender*. Ela não renuncia à luta, ela se vincula à sua positividade” (COMITÊ INVISÍVEL, 2017, p.94-95).

A entrada da Polícia Militar para contenção dos diversos grupos e suas diferentes forças expôs a violência como parte constitutiva do Estado. Violência que entrelaça e ata a relação de poder entre governante e governados, onde o controle social não se faz mais só pela política, mas também pela violência como método do soberano. Ao disputar o campo das forças políticas com os manifestantes, entraram em cena as táticas de repressão do Estado, em sua prática de controle e submissão cotidianas, táticas coercitivas e de violência que ocupam o mesmo ambiente controlado e moderado da democracia. Assim, esgarçava-se o tecido de representatividade que legitima o poder, promovendo rupturas com os processos de legitimidade, onde a violência policial se escancara, não como exceção, mas como constitutiva do Estado. O que significa que a violência, ou como conceitualiza Frédéric Gros, o ‘estado de violência’ (GROS, 2017) contemporâneo, torna-se o princípio básico da organização social. Subverte-se o sentido político que, em sua retórica, dá como excepcional o uso da violência numa relação entre governo central e sociedade. Como na sociedade de controle a regulação das condutas pelo soberano se efetiva a partir de um monitoramento a céu aberto e sem fim, ao sustentar a organização social antes pela violência e não pela política, o “estado de violência” sustenta-se a partir do monitoramento em tempo contínuo, sempre em busca de diminuir riscos e proteger o ambiente e, principalmente, pelo modo pelo qual os súditos se governam. E entre eles escancaram-se facções inimigas. Ao contrapor as forças internas das manifestações de junho de 2013 às da polícia e não aceitar a violência constituinte ao poder, procura-se destituir o Estado do seu elemento fundamental.

“Destituir o poder é privá-lo de seu fundamento. É isso o que justamente uma insurreição faz. Aí o constituído surge tal como é, nas suas mil manobras desajeitadas ou eficazes, grosseiras ou sofisticadas. “O rei está nu”, é dito então, porque o véu constituinte está em farrapos e toda a gente pode ver através dele. Destituir o poder é privá-lo de legitimidade, é conduzi-lo a assumir a sua arbitrariedade, a revelar a sua dimensão contingente. É mostrar que ele não detém mais do que a própria situação, sobre a qual desdobra estratégias, procedimentos, combinações – é dar início a uma configuração passageira das coisas que, como tantas outras, apenas a luta e a astúcia farão sobreviver. É forçar o governo a descer para o nível dos insurgentes, que não serão mais “monstros”, “crimonosos” ou

“terroristas”, mas simplesmente inimigos. Encurrular a polícia, reduzindo-a a uma mera gangue, a justiça a uma associação de mal-feitores. Na insurreição, o poder vigente é mais uma força entre outras sobre um plano de luta comum, e não mais metáfora que rege ordena ou condena todas as potências. Todos os canalhas têm um endereço. Destituir o poder é mandá-lo por terra” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p.89-90).

A partir deste momento, qualquer que fosse o resultado obtido no choque entre as forças policiais e militares do Estado de São Paulo e as dos diferentes grupos de manifestantes contestadores presentes nas ruas no dia 13 de junho de 2013, o contexto insurrecional já estava criado e as crenças que legitimam o governo em seu exercício, abaladas.

Ao mesmo tempo em que partidários, como as juventudes dos partidos PSOL, PSTU e PCO, movimentos estudantis, como UNE e UBES, grupos identitários, como Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), conjunto de sindicatos, representados pela Intersindical, e cidadãos, como as mães dos manifestantes, trabalhadores e aposentados, aderiam às manifestações, as ruas também passavam a exibir novas demandas; como o fim da corrupção, por mais saúde e educação, contra Copa do Mundo, etc, demonstrando que no entorno da pauta da redução da tarifa do transporte público, orbitavam também outras insatisfações, inclusive uma vontade patriótica e fascista. Ao se colocarem dispostos para a participação coletiva, seja por intermédio de juventudes partidárias, movimentos estudantis ou associações identitárias, estes grupos acreditam construir uma resposta à aparente obsolescência da democracia representativa dentro do sistema liberal democrático. Ao serem convocados à participação, abrem espaço também para regulação de suas condutas, dentro da mesma estrutura política verticalizada que contestam. E deixam à mostra o fascismo camuflado até então.

“Configuram-se assim, as elites secundárias, compostas por mulheres, gays, pretos, deficientes físicos, jovens lideranças indígenas, enfim, a população organizada em elites minoritárias dirigidas por comandos capturados, e muitas vezes cooptados pelos dispositivos de descentralidades na produção do produto e da cultura, judicialização, escolarização, habitação...São minorias numéricas que atravessam as maiorias parlamentares, empresariais, sindicais, configurando um novo desenho das burocracias, acomodando a continuidade de uma maioria sequenciada e governada por dentro, em função da centralidade do comando, no exercício de controles avaliativos” (PASSETTI, 2011, p.48).

Reapareciam também os antipartidários, os moradores de rua, os dependentes químicos, os chamados pela imprensa de “infiltrados no protesto”, o grupo de saqueadores, os anarquistas e a tática *Black Bloc*, ou ainda, o “terror”, como repercutiria o caderno *Metrópole*, do jornal O Estado de S. Paulo em uma de suas manchetes: “Mascarados aterrorizam centro com saques e ataques a policiais” (OESP, 19 de junho de 2013, p. A13).

O fluxo, vezes tomado como “radical”, dos apartidários já havia sido reconhecido no início das manifestações e pertenciam ao conjunto de manifestantes denominados pela imprensa e sociedade como “vândalos”. Como não constituem com as forças políticas, ao não aceitarem o clamor por mais democracia, seja representativa, seja pela participação na cogestão entre Estado e sociedade civil, são capturados em favor da construção de uma opinião pública por aqueles que clamam, dentro e fora do enredo da cobertura jornalística, pela conservação da ordem. Dentro desta massa disforme emerge a tática *Black Bloc*, que se fazia visível em meio ao aglomerado de encapuzados, de anarquistas e da população de rua. Até esse momento, os discursos homogeneizantes e deterministas sobre essa parcela monitorada, legitimava o uso da força policial. O professor de Ciências Políticas da Universidade do Quebec, Francis Dupuis-Déri, é categórico ao afirmar em seu trabalho de pesquisa sobre as táticas anarquistas modernas e de resistência, o livro *Black Blocs*, que o uso que se faz da imagem do grupo numa cobertura jornalística, tem o intuito de desconstruir sua legitimidade e seu carácter contestatório.

“A verdade é que os meios de comunicação em massa adoram cobrir o espetáculo proporcionado por “baderneiros” e, em geral, dão mais prioridade a uma manifestação “violenta” do que a uma passeata calma e “amigável”. Posso atestar isso pessoalmente, tendo atuado diversas vezes como analista convidado para a RDI, rede jornalística de TV 24 horas em francês da Radio-Canada, durante a cobertura das manifestações alterglobalização. Durante as reuniões de produção, as reuniões sobre o posicionamento das câmeras e dos veículos eram tomadas com frequência em razão do potencial de “vandalismo”. Assim, desenvolveu-se uma correlação entre a cobertura da mídia das manifestações alterglobalização e as ações diretas dos Black Blocs” (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.162).

Internacionalmente conhecidos pelas suas ações, e que invariavelmente são enquadradas pela imprensa e autoridades governamentais como “violentas”, os grupos anarquistas que se utilizam da tática *Black Bloc* consideram ilegítimos o sistema de

representatividade da democracia liberal, o próprio sistema capitalista, e de serem estes os detentores da violência quando fundamentam seu sistema político e econômico na ilusão de que as vontades políticas das pessoas podem ser representadas, “especialmente se tiverem o direito de eleger seus líderes” (Idem, p. 135).

Ao atacarem vitrines de instituições capitalistas, como bancos, concessionárias de automóveis, fast foods e saquearem lojas, os grupos adeptos da tática Black Bloc, atribuem a destruição da propriedade como um ataque à legitimidade simbólica do consumismo. Ao mesmo tempo, forçam as elites a admitirem que valorizam mais os bens materiais do que a vida humana e, ao colocar as forças policiais em defesa da propriedade privada, forçam o Estado a demonstrar a quais interesses serve.

“Para os homens e mulheres que nelas se envolvem, as lutas que surgem durante grandes manifestações são microrrevoluções pelas quais é possível, sob o risco de ferimento corporal, liberar o espaço (a rua) e o tempo (algumas horas) necessárias para uma experiência política breve, mas potente, fora das normas estabelecidas pelo Estado e pelos líderes de grandes organizações políticas. As ações diretas também permitem que os Black Blocs e seus aliados demonstrem sua discordância e participem da velha tradição do direito e do dever de resistir à autoridade ilegítima” (Ibidem, p. 140).

No dia 18 de junho de 2013, um grupo de anarquistas Black Bloc que participava das manifestações em São Paulo investiu contra o prédio da prefeitura paulista, obrigando a guarda municipal da cidade a proteger o edifício. Ao mesmo tempo, parte dos manifestantes se voltaram contra o grupo, também de manifestantes, Black Bloc, externando sua vontade em conduzir uma “manifestação pacífica”, mas fazendo uso também da violência ao tentar impedir que forças antipolíticas de contestação pudessem se colocar contra o aparelho público e as forças policiais. O uso da “violência política” (DUPUIS-DÉRI, 2014) por grupos anarquistas não é uma regra, mas entendida como legítima por alguns grupos, pois configura-se como negação ao modelo constitutivo do Estado que tem o monopólio da violência e da coerção física. Ao usar da mesma prerrogativa e tomar para si a violência como prática legítima, os grupos anarquistas buscam também quebrar o monopólio das forças soberanas sobre o uso da violência. Neste sentido, praticar a violência contra o Estado ou a lógica capitalista, é parte do processo destituente ao qual os grupos chamados de “radicais”

procuram deslegitimar o Estado, não o reconhecendo como detentor do monopólio da violência.

Neste momento, as forças radicais de contestação anunciam o insuportável, diante da qual se ergue a força de repressão do Estado. Muitas vezes estas forças radicais podem escancarar a lógica da proteção estatal, que se coloca em pé para manutenção da integridade de bens capitais e particulares, em detrimento do público e do seu bem comum.

“O instante desta transformação, em São Paulo, talvez tenha ocorrido quando os manifestantes *Black Bloc* empurraram a guarda metropolitana para o interior do prédio da prefeitura da cidade. O confronto com os prédios explicitou a diferença: a polícia defende a propriedade com todas as suas forças e com isso investe na agressão aos manifestantes em geral; o *Black Bloc* investe contra construções do capital e sua polícia; os fascistas defendem a propriedade e investem contra o corpo dos manifestantes partidários e antipartidários; os demais se assustam e correm, e no meio do caminho postam suas pacifistas arengas eloquentes” (PASSETTI, 2013, galeria).

No mesmo dia em que os jornais repercutiam as ações do grupo de Black Blocs, 19 de junho de 2013, em uma coletiva no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, prefeito e governador anunciam juntos a revogação do ajuste da tarifa, em trens, metrô e ônibus. “Os responsáveis pela administração do estado e do município sofriam pressão de movimentos populares contra a alta das tarifas. Governador e prefeito fizeram o anúncio da decisão em conjunto” (SITE G1, 19.06.2013, 21h47).

É possível encontrar nas forças anarquistas e antipartidárias que se levantaram contra o poder do Estado, neste junho de 2013, características nômades, responsáveis por imprimir movimento e criação para a revolta. Ao se voltar para a proteção da cidade, o Estado faz uso do monopólio da violência policial para erguer barreiras que possam barrar a força nômade, migratória e produtora, nas palavras de Deleuze e Guattari, de uma “máquina de guerra”. Máquina essa que se origina nos espaços geográficos lisos, onde a velocidade do povo nômade não encontrava obstáculos nem captura.

Em *Mil Platôs*, os pensadores identificam nas forças nômades orientais a qualidade da *velocidade absoluta* como a necessária para a prática de uma “indisciplina, motim, guerrilha ou revolução” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.64), contra o Estado. O espaço liso, necessário para o desenrolar da velocidade que origina a máquina

de guerra nômade, é então estrategicamente estriado, acomodando toda a “gravidade” do Estado na forma de cidades, para contê-la. Ao associar as forças das revoltas às forças revolucionárias nômades, percebe-se o significado da cidade para a obstrução do espaço liso e como contenção da máquina de guerra. A cidade configura-se como o espaço estriado que possibilita, não só relativizar a velocidade da força nômade, como também controlar, policiar e dar-lhe a forma de movimento relativo. O Estado não se apropria da máquina de guerra, mas a controla, cria obstáculos, regula seus fluxos. E ao não se apropriar, o Estado está também vulnerável a que novamente uma máquina de guerra ressucite, reconstitua um espaço liso, ou ainda “uma maneira de estar no espaço como se fosse liso” (Idem, p. 64).

“Uma das tarefas fundamentais do Estado é estriar o espaço sobre o qual reina, ou utilizar os espaços lisos como um meio de comunicação a serviço de um espaço estriado. Para qualquer Estado, não só é vital vencer o nomadismo, mas controlar as migrações e, mais geralmente, fazer valer uma zona de direitos sobre todo um “exterior”, sobre o conjunto de fluxos que atravessam o ecúmeno. Com efeito, sempre que possível o Estado empreende um processo de captura sobre fluxos de toda sorte, de populações, de mercadorias ou de comércio, de dinheiro ou de capitais, etc. Mas são necessários trajetos fixos, com direções bem determinadas, que limitem a velocidade, que regulem as circulações, que relativizem o movimento, que mensurem nos seus detalhes os movimentos relativos dos sujeitos e dos objetos. Donde a importância da tese de Paul Virilio, quando mostra que o “poder político do Estado é *polis*, polícia, isto é vitória”, e que “as portas da cidade, seus pedágios e suas alfândegas são barreiras, filtros para a fluidez das massas, para a potência de penetração das maltas migratórias”, pessoas, animais e bens. Gravidade, *gravitas*, é a essência do Estado” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.63).

As cidades modernas surgem para controlar as velocidades, os fluxos deste nomadismo produtor de velocidade, interrompendo os espaços lisos, estriando-os com ruas, praças, avenidas e propriedades, como uma maneira de deter a força nômade, produtora dessa máquina de guerra que pode ressucitar a cada oportunidade de revolta. Paul Virilio também atenta para o fato de que a construção das cidades foi a maneira pela qual a burguesia extraiu seu verdadeiro “poder inicial e suas características de classe”, concluindo que “o poder burguês é militar antes de ser econômico” (VIRILIO, 1996).

Na tarde do dia 13 de junho de 2013, dia que ficou conhecido como o mais violento das “jornadas de junho” na capital paulistana, foi determinante a atuação da

polícia em delimitar os espaços geográficos permitidos da cidade. A manifestação que estava pacífica no centro da cidade de São Paulo, foi recebida com violência pela polícia quando pretendeu alcançar a Avenida Paulista. Demonstrando que há sempre uma linha da cidade determinada pela polícia como limite para o movimento das manifestações, para o controle da mobilidade, e também da máquina de guerra que engendra a vontade e o sonho abolicionista, e anarquista, de se libertar das forças “gravitacionais” do Estado (DELEUZE & GUATARRI, 1997).

O poder cria o vazio, o vazio invoca o poder.

Segundo vídeo publicado pela TV Folha no Youtube, nos protestos de terça-feira, 11 de junho, 30 manifestantes haviam sido feridos, segundo os organizadores, e 19 manifestantes detidos e 8 policiais feridos, segundo a PM.

No dia 13 de junho, segundo as mesmas fontes, foram 105 manifestantes feridos, 235 detidos e 13 policiais feridos. Destacava-se ainda o número de 15 jornalistas feridos, dos quais 7 eram do jornal A Folha de S. Paulo.

A violência nos atos de rua em São Paulo foi relevante para a mudança de rumo da opinião pública e a adesão de significativa parcela da sociedade às manifestações. No dia 20 de junho, uma semana depois, mesmo com a revogação do aumento das tarifas do transporte público em diversas cidades, mais de 1 milhão e 250 mil pessoas saíram as ruas, em mais de 100 cidades brasileiras. A série de protestos que havia começado pedindo por melhorias no transporte público ganhou outras bandeiras, como fim da corrupção, da violência policial e da Polícia Militar, melhorias na saúde e educação, contra os gastos excessivos com megaeventos, como Copa do Mundo e com a Copa das Confederações, dentre outros. Dois meses depois, o Ibope publicou uma pesquisa onde apontava que 84% dos brasileiros apoiaram as manifestações de junho de 2013.

As “jornadas de junho” deixaram importantes e inúmeros desdobramentos nos campos social, cultural e político brasileiro. Entre os mais significativos, estavam aqueles que trataram de ativar dispositivos de monitoramento e segurança que moldaram o futuro jurídico-policial das manifestações e dos protestos, passando daí em diante a poder qualificar qualquer manifestante virtualmente como terrorista.

No estado de guerra contínua, novos desdobramentos temporais do conflito se apresentam, um deles, a segurança que preserva o modo contínuo da proteção aos indivíduos. A segurança se instala neste espaço temporal contínuo e, ao mesmo tempo, estabelece um estado de confiança, de ausência de perigos. É para manter-se coeso o elo entre o ambiente seguro e a ordem pública que as forças do estado intervêm “quando necessário”. A intervenção não é criadora de um estado de paz, ela restabelece a ordem, “conserta falhas de funcionamento, restabelece coesões, restaura desequilíbrios, redefine harmonias” (GROS, 2017). A intervenção promove graus de eficiência, estabelecendo um pacto contínuo para promoção de ambientes seguros. A intervenção também não é estritamente militar; intervêm-se quando algo não funciona mais, para que a antiga engrenagem seja restabelecida e colocada em ordem. A intervenção pode ser médica, cirúrgica, psiquiátrica, mas é também policial por excelência. É pela intervenção que o agente impõe a ordem, faz uso da força pública, “neutraliza os fatores de perturbação, prende os criminosos” (Idem).

Ao colocar manifestações virtualmente como terroristas, instala-se também a possibilidade da intervenção em nome da segurança. Diferentemente das guerras, onde pela vitória ou pela derrota se definiam os cortes, a intervenção restabelece continuidades. Enquanto a guerra opunha inimigos iguais, adversários, a intervenção não estabelece esse nivelamento entre iguais. Ao mesmo tempo, a intervenção, ao restabelecer continuidades, não se mede por vitórias ou derrotas, mas sim por um efeito de regeneração do ambiente seguro, pela capacidade de restabelecer uma harmonia, a intervenção se põe a serviço dessa “ordem”, para neutralizar os perturbadores. Agenciamentos de uma sociedade de controle, modular e sem fim, e também dos novos possíveis *estados de violência*, os quais Frédéric Grós analisa.

“Como o conflito armado, na configuração clássica, não era senão o traço de intensidade extrema de um estado de guerra, a intervenção não é dessa vez senão a ponta armada de um dispositivo geral de segurança. A intervenção tem por função o estado de segurança geral do mundo. Do mesmo modo que a intervenção, a segurança não é um conceito exclusivamente militar. Ela designa um estado determinado, mas também os meios próprios para produzi-lo ou mantê-lo. A segurança no primeiro sentido é um estado de proteção e confiança: ausência de perigos. Sentir-se em segurança é saber-se premunido contra certo número de perigos, seja que se dispõe de meios de defesa próprios para desencorajar eventuais ataques, seja que efetivamente os perigos estejam suficientemente distantes para deixar de ser inquietantes” (GROS, 2017, p.245).

Distantes da rua, da avenida, da cidade, onde quer que a polícia possa exercer a sua função de mantenedora da ordem. Não para fazer guerra, mas para impor a ordem pela força dos agentes da ordem pública, neutralizando os fatores de perturbação. Se a intervenção é uma prerrogativa do Estado na sua forma de polícia, a possibilidade de ao intervir poder manter o estado de segurança preservado, é o que a legitima. A segurança, ao proteger os indivíduos, as populações, regula os estados de violência e, assim, supõe-se que leve em conta todos os riscos incorridos pelo vivente, “do vírus ao atentado terrorista e, como dizia Michel Foucault em seus cursos no Collège de France de 1978, toda segurança é uma biopolítica” (GROS, 2017, p.245).

Assim como a intervenção é um *continuum*, o risco à segurança jamais é totalmente redutível. E parte dessa responsabilidade na administração do risco, é dada ao próprio indivíduo. A segurança é modulada para que cada um dê a sua colaboração. O cidadão, mais uma vez, é convocado à participação dentro de um sistema de segurança ao qual se é, pra além do querer, compulsoriamente integrado.

“A segurança ganha de resto em perfeição quando um sistema geral de proteção é substituído por uma vigilância individual. Princípio de articulação da proteção sobre a precaução. O sistema geral de fiscalização deve ser substituído por um estado de vigilância em cada indivíduo, uma tensão permanente: que cada um tome as suas precauções. (...) O risco está em toda parte: no terraço de um café, numa garagem, na esquina das ruas, no corredor do metrô. A segurança como sistema envolvendo proteção se reproduz em cada um de nós como *ethos* da precaução. A obediência introduzia o sujeito político no Estado. A vigilância integra o indivíduo vivo num sistema de segurança. A guerra exigia a submissão de todos. Os estados de violência recomendam a vigilância de cada um” (GROS, 2017, p.246, 247).

O princípio de continuidade da segurança, à qual o cidadão é convocado a co-gerir, é também parte constitutiva do Estado que ele legitima, e que recomenda nos estados de violência atuais o monitoramento de cada um como resposta à gestão compartilhada do risco e também da organização social para promoção de ambientes seguros. Sobredeterminada pelo *dispositivo de monitoramento* (PASSETTI, *et al*, 2019), estabelece-se o jogo duplo, onde a relação entre poder e sujeito origina a subjetivação do cidadão-polícia, que é convocado, ao mesmo tempo, para ser alvo e partícipe das penalizações à céu aberto. Sob a racionalidade do risco a ser

temporariamente contido, visto que nunca se elimina por completo, a necessidade em manter o ambiente seguro se amplifica e, “sem abrirem mão do sistema penal e suas instituições austeras, se espargem como prática ordinária e comum de empresas, cidadãos e grupos sociais como ONGs e Institutos ligados a empresas e setores da chamada sociedade civil organizada” (PASSETTI, *et al*, 2019).

“O cidadão-polícia encontra-se em um Estado democrático de direito altamente policiado, seja com a polícia repressiva e de contenção, seja como polícia enquanto cuidados com os ambientes. A prática policial não apenas vaza as fronteiras do território do Estado e de sua população específica, como também se projeta, desde o local, como uma tecnologia de poder com contornos planetários, tendo os variados ambientes deste planeta como objeto de sua produção de segurança e seguridade. Assim, a polícia não é mais “a governamentalidade direta do soberano como soberano”, como Foucault apontara em relação à governamentalidade moderna. Na ecopolítica, as tecnologias de governamentalidade planetária empoderam o cidadão que atua democraticamente como polícia e a convencional distinção política de disputa pelo Estado entre esquerda e direita encontra, nesse início de século XXI, sua unidade em torno da busca por segurança e da defesa por direitos humanos” (PASSETTI, *et al*, 2019, p.318).

Alegando ouvir a “voz das ruas”, e adequando o discurso da falta de credibilidade nas instituições aos seus próprios interesses, grupos políticos da oposição, ou mesmo da oportunidade, trataram logo de ocupar a fissura que as manifestações abriam no poder, alegando um novo trato com a coisa pública, que convoca a sociedade à participação popular, e que foi denominada, desde o início das crises antissistêmicas, como a *nova política*. Movimento simbólico e astutamente marcado pelo ato de protocolar a abertura do processo de impeachment da Presidente Dilma Roussef, dois anos depois, como resposta também à sociedade, “à família” e também ao resguardo moral da mesma instituição contra a qual os protestos de 2013 se ergueram.

Se, de um lado, os movimentos antiglobalização no final do século XX reacenderam a chama da emancipação e da liberdade ao se colocarem contra os projetos econômicos e políticos neoliberais, com a aparição espetacular e planetária do zapatismo e dos protestos de rua em Seattle, em 1999, contra a Organização Mundial de Comércio (OMC), de outro, despertaram também a reação conservadora, que tratou de readequar os processos de captura das possibilidades de emancipação e revolta dos movimentos sociais aos novos agenciamentos coletivos possíveis e disponíveis em uma sociedade de controle (DELEUZE, 2013). Estas premissas também serviriam para a

captura das potências anárquicas que haviam, não só surgido dentro das manifestações de Seattle, como também foram elas mesmas as chamadas iniciais do que se chegou a denominar como o “movimento dos movimentos”. Assim, ao reconhecer dentro do movimento a radicalidade *antipolítica* e de crítica à representação entre os anarquistas, surgiram “propostas de renovação institucional e de representação compartilhada” (PASSETTI, *et al*, 2019), com o intuito de capturar para a política e para a cogestão do Estado, movimentos emancipatórios com propostas antipolíticas e destituíntes. Surge o Fórum Social Mundial como uma resposta das esquerdas ao Fórum Econômico Mundial. Assim, se conformavam novas institucionalidades no campo dos governos democráticos e de esquerda, enredadas pela chancela *altermundialista* que surgira no primeiro Fórum Social Mundial (FMS), em 2001. Lançando as bases para a formação de novas formas de atuação de luta política extrinsecamente institucionalizadas, e que aterrizaram no hemisfério sul na forma de uma *nova política*.

“Em linhas gerais, esta é a forma de institucionalização governamental do *movimento antiglobalização*, por meio do primeiro FMS, que além de deslocar a inicial luta anticapitalista para uma crítica econômica à mundialização do capital financeiro, serviu como fórum ou plataforma das políticas de Estado na América Latina, produzindo um claro recuo das contestações expressas pelo povo de Seattle e suas repercussões planetárias por meio da AGP (Ação Global dos Povos). Essa institucionalização governamental conectará a ampliação do mercado consumidor interno desses países, com o crescimento do individualismo e supervalorização das políticas de Estado, traduzidas em investimentos e ações cada vez mais volumosos no campo da chamada segurança pública e no da criação de uma variedade de conselhos voltados à participação popular diretamente atrelada ao Estado” (PASSETTI, *et al*, 2019, p. 326).

Manter a prática política inabalada significou alterar os polos do domínio do governo sobre os governados, abrindo o campo da representação ao convocar a participação no jogo político a parcela alijada da possibilidade de ascensão. Para além de uma disputa nos certames tradicionais, procurou-se refazer o tabuleiro maquiando as peças e acrescentando novos movimentos, sem alterar as regras intrínsecas ao jogo político. Partidos mudaram de nome, uma grande operação com intuito de extirpar o câncer da corrupção foi a êxito, o apoio massivo dos meios de comunicação à troca de posições foi feito, a necessidade de mudança estava aparentemente tão clara ao Estado, quanto nas mãos da sociedade. O ativista das manifestações e fiel da oposição se recusa

a compor com partidos e sindicatos e velhas figuras de representação, e se reafirma quando compõe com os novos movimentos sociais, identitários ou não, sem tradição na atuação política.

“Os movimentos de contestação contemporâneos, iniciados com a mobilização *antiglobalização* de Seattle, em 1999, que nascem contra a propagação planetária do neoliberalismo, rompendo com a lógica de buscas por reconhecimento pela conquista de direitos pela participação democrática, como mostra Richard J.F. Day (2005), são em parte capturados ou se afirmam em explícita recusa da política. A captura ocorre quando decidem compor, mesmo em enclaves pontuais ou temáticos, com os novos movimentos sociais (aqueles que lutam por direitos de minoria, como movimentos feministas ou de direitos civis), operando assim uma ativação de campos não tradicionalmente reconhecidos de atuação política. Ao aderirem à disputa, ou mesmo engrossarem a luta por hegemonia, levam com eles temas e pessoas para esse campo, ampliando as práticas de governo até o limite em que emergem nova ou renovadas institucionalidades. Esse é o itinerário que se estabelece para a constituição uma *nova política*, afinada com a racionalidade neoliberal, porém construída a partir do campo contestatório e mesmo retórico de oposição ao neoliberalismo” (PASSETTI *et al.*, 2019, p. 279).

As diversas e difusas questões com o poder manifestadas pela sociedade em junho de 2013 foram colocadas a partir de um distanciamento e, assim, da produção de um vazio. Nas palavras do Comitê Invisível, “é preciso desligar este poder do mundo, do indivíduo e em torno de si próprio, até o ponto que se consiga criar um espaço suficientemente desértico entre os seres” (COMITÊ INVISÍVEL, 2015, p.93), para que, a partir daí, se possa questionar os elementos discordantes que unem o poder. “O poder cria o vazio. O vazio invoca o poder”. Mas o processo de captura deste espaço pode ser rápido e, mais uma vez, soar como inclusivo.

Ivan Krastev, referido no início deste capítulo, afirmava que os movimentos de protesto “ignoram os partidos políticos, desconfiam dos principais meios de comunicação, se recusavam a reconhecer qualquer liderança específica e rejeitam todas as organizações formais” (KRASTEV, 2014, p.3). No caminho percorrido até aqui, sob os auspícios da racionalidade neoliberal e com a possibilidade de novos agenciamentos produzidos pelos monitoramentos inerentes à uma sociedade de controle, compreende-se como as forças da nova política operam movimentos no interior da hierarquia e da burocracia do Estado para que se acomodem, de maneira constitutiva, as possíveis novas demandas dos protestos sociais. A cogestão da vida pública, pra além das

desgastadas formas de representação, coloca à disposição dos representados uma gama de possibilidades para participação política que, ao se cristalizarem em novas inserções institucionais, não deixam de responder às estruturas hierárquicas do Estado democrático e liberal. Como mobiliário novo da política, compõem e participam da decoração aparentemente equacionada em direitos, deste grande cenário democrático. Ao procurarem criar espaços vazios no poder, os protestos defrontam-se com forças reativas que ocupam as próprias fissuras criadas pelo movimento de suas demandas.

“Não existe vazio, tudo é habitado, nós somos cada um de nós, o local de passagem e de articulação de uma quantidade de afetos, de linhagens, de histórias, de significações de fluxos materiais que nos excedem. O mundo não nos rodeia, ele nos atravessa. O que nós habitamos nos habita. O que nos cerca nos constitui. Nós não nos pertencemos. Nós estamos agora e sempre disseminados por tudo aquilo a que nos ligamos. A questão não é dar forma ao vazio a partir do qual finalmente conseguiríamos agarrar tudo aquilo que nos escapa, mas de aprender a habitar melhor este que lá está – o que implica se aperceber dele, algo nada evidente para os filhos míopes da democracia” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 94).

Deleuze atribuiu à topeira a representação do homem das sociedades disciplinares; representava o animal confinado e produtor descontínuo de energia. Já a serpente representa o homem da sociedade de controle; movimento de fluxo contínuo, ondulatório. Caberá aos jovens descobrirem “a que estamos sendo levados a servir” (DELEUZE, 2013). Entender as forças que habitam, que circundam e constituem a sociedade, as forças que a transformam nos elos que sustentam o poder e os tornam, também a partir da própria revolta, a potência que anima a política. “Os anéis da serpente são ainda mais complicados que os buracos da toupeira” (Idem, 2010). Reconhecer-se em meio ao movimento itinereante dos novos fluxos de poder, que se reatualizam e se reconfiguram sem perder sua procedência vertical, hierárquica e categorizada como Estado, soa como tarefa pré-condicionada à ineficácia, de onde não se pode destituir. Mas, ao não aceitar normalizada essa condição, estabelece-se a possibilidade de encher, mesmo que pelo tempo fugaz da destituição do que está posto como normal, o poder nu.

Todo poder constituído pressupõe a captura de um poder constituinte. É na força de interferir naquilo que é dado como potência destituente que também operam as capturas do poder. Acomodando nas suas estruturas constituídas, as possíveis políticas

radicais que se originam sobre uma nova forma constituinte, interferindo num processo que costuma ter a forma de revolução, se apropria do poder constituínte como origem do poder constituído, e o garante. Mas há o momento anterior à forma, aquele da erupção, onde a rocha deixa de ser rocha e explode em magma, onde se rejeita a naturalidade do poder constituído, e se destitui antes de se conformar em rocha novamente. Por mais que seja inevitável que o “resfriamento” reconduza a potência destituente à forma do terreno seguro e constituído, é inevitável também a fertilidade abundante deste novo solo.

CAPÍTULO 2:

OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS EM SÃO PAULO CONTRA A REORGANIZAÇÃO: AUTONOMIA PARA A PRÁTICA POLÍTICA E A EXPERIÊNCIA DO COMUM.

As ocupações estudantis no estado de São Paulo anunciam uma possibilidade insurrecional? Será potente um movimento de estudantes que interrompe o fluxo cotidiano das escolas e chama à participação política pelas ocupações? Este capítulo pretende compreender como o movimento dos estudantes secundaristas se aproxima da possibilidade de uma “nova (outra) escola” ou mesmo colabora para a discussão do papel do Estado como detentor do monopólio educacional/escolar na formação intelectual da sociedade, e que governa, também, as instituições privadas.

Procura-se traçar uma linha do tempo das ocupações, utilizando-se de publicações tradicionais e independentes da imprensa, que expressam como os meios convencionais e mais recentes de representação se comportam diante do movimento dos estudantes. O livro “Escolas de Luta” (CAMPOS, *et al*, 2016), de autoria de um grupo acadêmico, é também referência destacada neste capítulo por reunir entrevistas inéditas e compilar páginas de escolas, publicadas à época das ocupações em mídias digitais, e não mais à disposição para consultas.

A metrópole é o espaço dos movimentos de rua que, depois de junho de 2013, foram facilmente identificados como insurrecionais pelas vistas ou posições políticas mais apressadas. Não poderia ser diferente, porque as grandes cidades são onde tudo se amplia e amplifica, inclusive a possibilidade de nova política; seja por meio de práticas voltadas a horizontalizá-la, como queria o movimento, seja para fortalecer a própria, como entende o Estado. Haverá ruptura entre estes dois movimentos e suas forças? É na metrópole também que o político imbrica com o sistema econômico, em sua mais voraz e constante parceria. De uma reforma educacional com a dimensão de ocorrer no mais rico estado do Brasil, espera-se adequar outras respostas entre governo e sociedade, mas também saciar, no teatro político, apetites de convidados mascarados.

Entre a necessidade econômica obliterada pela reforma de reorganização proposta pelo Estado para educação, a violência policial como ferramenta específica para conter qualquer forma não institucionalizada de participação, e o fluxo contrário e marginal das ocupações pelos secundaristas, pulsa a concepção de uma metrópole que esquadrinha, determina, captura e materializa governamentalidades sobre os viventes. Acomoda contestações e aplica violências que garantem a homogenização *segura* sobre ambientes *perigosamente* distintos. Revela-se que o que está sempre em jogo, “é a sobrevivência e o crescimento do sistema capitalista, por meio de espólios, da exploração, da aniquilação e da discriminação” (CONSELHO NOTURNO, 2019).

“Na sua materialização biopolítica, e depois da derrocada dos “regimes totalitários”, os governos aprenderam a dirigir-se nas suas formas mais bruscas e diretas, menos “democráticas”, aos meios e aos ambientes em vez de aos corpos de seus cidadãos. Que “nas áreas metropolitanas” já não vivamos mais como sociedade disciplinária não significa de modo algum que esta sociedade tenha sido simplesmente superada ou abandonada: o seu papel histórico consistiu em instaurar as condições de possibilidade, a necessária *quadrillage* do espaço, para que essas velhas formas de exercício do poder sobre os viventes se tornem desnecessárias em última instância. [...] A metrópole e os estilos de vida que excreta e fagocita podem ser vistos como um lento deslizar da espécie em direção a uma atenuação das suas formas de vida até torná-las completamente compatíveis com a eficácia e a produtividade capitalistas...” (CONSELHO NOTURNO, 2019, p. 31, 32).

O *Conselho Noturno* intitula-se como intervenção, e não publicação. Não há identificação de autor, coletivo ou organização. Começou no México, e acontece quando seus membros se reúnem diante de uma ocasião que provoque a sua escrita. Foi publicado no Brasil em 2019, mas aparece primeiro, e simultaneamente, no México e na Espanha, no ano de 2018. Sua análise sobre a metrópole, em “Um habitar mais forte que a metrópole”, como o lugar de onde deve se arrancar territórios da sua gestão, foi de importante valia para a análise do percurso traçado pelo movimento dos estudantes secundaristas durante as ocupações de 2015, e a reivindicação por participação política. A metrópole, assim como o teatro, sempre será espaço de representações. Muitas delas, assim como na arte, são capazes de nos tocar profundamente.

“Então, é uma análise minha, eu acho que depois de 2013, essas coisas ficam muito mais fortes [...] As pessoas se apropriaram de como fazer

um ato, do porquê de fazer um ato, travar uma rua...não é difícil. As pessoas veem o ato o tempo inteiro e isso fica no imaginário né? Isso se trabalha enquanto uma tática, às vezes ela é aprimorada, às vezes ela funciona, às vezes não. É uma questão de uma tática que se aprimorou e ficou aí como ferramenta para ser utilizada pelas pessoas. Que as pessoas aprenderam, como usar um martelo, então vamos usar!” (CAMPOS, *et al*, 2016, p.70, 71).

O depoimento faz parte de entrevista de uma militante do coletivo *O Mal Educado*, publicada em jornal homônimo, produção do próprio coletivo. *O Mal Educado* nasceu em 2012, época em que compartilhava com os grêmios dos estudantes das escolas estaduais de São Paulo, a preocupação com o contínuo rompimento dos ciclos de lutas estudantis, e que, invariavelmente, os levava à perda sistemática das experiências, discussões e memórias acumuladas em conquistas passadas. À época, a juventude secundarista se preocupava com a possibilidade de que as histórias das organizações estudantis se perdessem ao longo do tempo, já que o ciclo de três anos do colegial, muito curto, é sempre hostil à formação de organizações estudantis duradouras. Foi através do coletivo que também em novembro de 2013, foi traduzido o manual “*Como ocupar um colégio?*”, publicação que reforça a volta da pauta da educação ao centro das atenções do coletivo, que no início do mesmo ano teria se dedicado às discussões em torno da pauta do transporte público, antes e durante as manifestações de junho de 2013.

O manual aparece como referência ao movimento dos estudantes chilenos que, em 2006, durante as manifestações contra o sistema de educação daquele país, apontava desgastes em um modelo de gestão público-privado, e se mostrava pouco igualitário. Escolas chilenas privadas que recebiam dinheiro do Estado – chamada de rede privada subvencionada –, dividiam os investimentos em educação com escolas 100% públicas, cobrando mensalidade dos alunos. Isto acentuava não só a distância entre a qualidade do ensino entre os dois modelos de financiamento, sempre mensurados por quanto maior o investimento, mais qualidade de ensino, como também a segmentação das escolas entre aquelas as quais estudavam alunos das classes mais altas, e que podiam pagar a mensalidade das escolas particulares subvencionadas, e aquelas frequentadas pelos mais pobres, que não tinham outra alternativa se não a escola 100% estatal. “A distribuição desequilibrada dos recursos públicos – aliada à seletividade do sistema privado – apenas tende a tornar a rede municipal um gueto dos alunos mais pobres,

reiterando, durante anos a isonomia entre rendimento escolar dos alunos e nível sócio-econômicos das famílias” (ZIBAS, 2008, p.202).

A *Revolta dos Pinguins*, como ficou conhecido o movimento que comparava o uniforme dos estudantes chilenos às cores da plumagem do animal, produziu importante material sobre a experiência de ocupação das escolas durante o período das manifestações dos secundaristas chilenos. Material como o documentário “*La rebellion pinguina*”, que será seguidas vezes exibido nas escolas, durante as ocupações, e também o manual sobre como ocupar as escolas, graças à troca de experiências estabelecida entre os estudantes argentinos, e chilenos, num primeiro momento, e depois entre os estudantes brasileiros e chilenos. É pela amizade entre um integrante do coletivo e um estudante chileno que o manual “*Como Ocupar um colégio*” é arquivado e depois traduzido pelo coletivo *O Mal Educado*.

As experiências de junho de 2013, no Brasil, e a Revolta dos Pinguins, no Chile, foram dois importantes catalisadores do imaginário estudantil e influenciaram diretamente a estratégia que tomariam os secundaristas diante do projeto de reorganização escolar, pautado pelo governo de Geraldo Alckmin, do PSDB, no segundo semestre de 2015.

O coletivo, *O Mal Educado*, foi peça-chave na arregimentação dos estudantes gremistas em torno das manifestações contra a pauta da reorganização. Se, por um lado, a experiência brasileira havia demonstrado que era possível tomar as ruas para reivindicar a participação política, a experiência chilena serviria como referência de tática possível para pressionar o governo e, ao mesmo tempo, chamar a atenção da opinião pública.

No dia 23 de setembro de 2015, o caderno Cotidiano, da Folha de S. Paulo, exibiu pela primeira vez matéria sobre o projeto de reorganização do governador de São Paulo. A manchete era conclusiva: “SP vai transferir mais de 1 milhão de alunos para dividir escolas por séries” (FOLHA DE S. PAULO, 23 de setembro de 2015, p.B1). A matéria dizia que o plano de reorganização havia sido apresentado a 91 dirigentes de ensino, de todas as regiões do Estado, mas que ainda, nas palavras do secretário estadual de educação, Heerman Voorwald, “tudo depende da análise que será feita pelos dirigentes. Nós conseguimos ver o macro, mas eles conhecem melhor as cidades e os bairros”.

A reorganização previa que as escolas estaduais de São Paulo deixassem de oferecer os três ciclos de ensino na mesma unidade: o Ensino Fundamental I (1º ao 5º), o Ensino Fundamental II (6º ao 9º) e o Ensino Médio, e que passassem a oferecer apenas um dentre os três ciclos, por unidade. Segundo a publicação, uma mudança que mexeria com a vida de “1 a 2 milhões de alunos”, onde também se admitia que os estudantes eram “foco dessa movimentação toda”, mas, ao mesmo tempo, a matéria não trazia nenhuma palavra dos estudantes sobre o assunto. Em princípio, salienta-se que, esta divisão compartimentalizava os estudantes e impedia o trânsito, amizades, trocas, afetos, entre eles.

Entretanto, endossando a necessidade da reorganização, acompanha a matéria um gráfico que mostra queda relevante do número de matrículas na rede estadual. “Em 14 anos, as escolas perderam quase 2 milhões de alunos”, constata o texto, sem explicitar os números respectivos de cada ciclo. Mas é possível notar que as desistências de matrícula são maiores nos ciclos de ensino fundamental I e II. O gráfico mostra que, nos mesmos 14 anos, o número de matrículas, especificamente do ciclo de ensino médio, perde em torno de 150 mil matrículas, explicitando uma realidade numérica menor ao número sugerido pelo total da queda de matrículas. Especificamente para este ciclo, a diminuição de matrículas, em 14 anos, foi de aproximadamente 10%. Mas a matéria jornalística não aborda os números separadamente e, também, não faz menção à participação de cada ciclo no número total. A queda do número de matrículas, segundo a matéria e a Secretaria de Educação do Governo do Estado de São Paulo, seria responsável por gerar salas vazias e prédios ociosos, o que justificaria adequá-los à nova demanda. Outro argumento era o de que escolas de ciclo único, avaliadas por um estudo conduzido pela Cima (Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional), um órgão da própria Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP), teria revelado “que o desempenho dos alunos nas escolas de ciclo único seria superior (supostamente 10% acima da média)” (JANUARIO, *et al*, 2016).

“Posteriormente, após o acesso à “pesquisa” feita pela Secretaria de Educação, intelectuais e pedagogos apontaram para a sua falta de rigor. A crítica considerava não apenas para resultados contraditórios de outras pesquisas, mas, principalmente, a ausência de critérios minimamente científicos tais como o isolamento de apenas uma variável na pesquisa – a quantidade de ciclos –, ignorando na análise outras variáveis igualmente importantes, tais como número de alunos por escola e turma, índice

socioeconômico da região onde a unidade de ensino está situada, grau de formação das equipes de professores, diretores, etc. (Idem, p. 5, 2016)

No dia seguinte ao da publicação da matéria da Folha de S. Paulo, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, emitiu uma nota em seu site convocando os pais e alunos para um encontro nas escolas, por eles chamado de o “Dia E”, (E de Educação), no qual todos, pais e responsáveis, poderiam “entender” o novo processo de reorganização. Não havia na nota da Secretaria um chamado para conversar sobre a organização, ou mesmo para a discussão do assunto. A menção que a Secretaria fazia aos pais era única e exclusivamente para “entender” o processo. O texto desta página já não está mais disponível, mas é possível reproduzi-lo a partir da publicação feita pelo livro *“Escolas de Luta”*. A nota, dizia:

“Para construir um novo modelo escolar e reorganizar as escolas é imprescindível a participação de pais e responsáveis. A educação enxerga que este objetivo só será concretizado se todos atuarem juntos. É por isso que no dia 14 de novembro ocorrerá um megaencontro entre escolas e pais. No dia “E”, todos os participantes terão a oportunidade de entender o novo processo de reorganização, que prevê a ampliação do número de unidades de ciclo único em São Paulo, e como serão feitas as transferências de alunos e quais escolas receberão cada um. A ação acontecerá de forma simultânea em todo Estado” (CAMPOS, *et al*, 2016, p.29).

A nota da Secretaria foi publicada um dia depois de entrevista do Secretário da pasta, Herman Voorwald, ao jornal Bom dia São Paulo, da Rede Globo de Televisão, em 23 de setembro de 2015. Com matéria na Folha de S. Paulo, matéria e entrevista no jornal matinal Bom dia São Paulo, da TV Globo, e o chamado à tomada de conhecimento pelos pais e alunos na página da Secretaria de Educação, o governo do Estado de São Paulo deu início a uma campanha informativa sobre os planos de reorganização escolar. Não há intenção de informar e discutir o projeto, mas as publicações dão conta apenas de que o governo do Estado colocaria em prática as medidas de reorganização das escolas estaduais, sem abertura de diálogo com os maiores interessados: os pais e os alunos.

A “gestão democrática” do ensino público está prevista na Constituição de 1988. A inclusão do tema fez parte do processo de redemocratização do país, pleiteado por setores da sociedade civil, estudantes e educadores, na década de 1980. No entanto, a inscrição do princípio de gestão democrática da educação na Constituição, em seu

artigo 206, inciso VI, estabelece apenas, e como princípio; “a gestão democrática do ensino público, na forma da lei”¹.

A redação do artigo e inciso da CFB é genérica sobre a democratização da gestão do ensino público. Coube então à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especificar como deveria ser a gestão democrática. Oito anos depois de estabelecida a Constituição Federal do Brasil, a LDB de 1996 estabeleceu, a partir da Lei nº 9.394/1996, em seu artigo 14, que “os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I- Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II- Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”².

Mencionando apenas os princípios gerais, o texto da LDB também não avançou pela efetivação de procedimentos concretos nos sistemas de ensino, sob o tema específico da gestão democrática. No estado de São Paulo, o acúmulo de discussões sobre o tema, realizadas ainda na década de 1980, levou à criação do Conselho de Escola, que depois foi incorporado pelo Estatuto do Magistério Paulista³, antes mesmo da LDB de 1996. Mas os Conselhos também não colaboraram para uma participação democrática da gestão do ensino público, que se daria com a gestão compartilhada entre pais, alunos e profissionais da escola.

“Tal Conselho teria função deliberativa e composição paritária entre pais, estudantes e os profissionais da escola (professores, funcionários e gestores). Todavia, nas redes de ensino onde tal discussão é rara e a forma democrática não é compreendida como um modelo melhor de administração escolar, a normatização estabelecida pela LDB/1996 não necessariamente tem produzido Conselhos Escolares deliberativos e paritários. Não obstante, a questão mais importante sobre a gestão democrática da escola está no fato de que nem mesmo aquilo que a legislação propôs tem sido implementado a contento, pois, não raro, os Conselhos Escolares funcionam de maneira burocrática e formal,

¹ [Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_18.02.2016/art_206_.asp#:~:text=VI%20%2D%20gest%C3%A3o%20democr%C3%A1tica%20do%20ensino,nos%20termos%20de%20lei%20federal. Acesso em: 24/04/2021].

² [Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 24/04/2021].

³ [Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1985/lei.complementar-444-27.12.1985.html>. Acesso em: 24/04/2021].

esvaziados de sua função deliberativa”
(ARELARO&JACOMINI&CARNEIRO, 2016, p.1147).

Aos poucos, e pela imprensa, a notícia da proposta de reorganização do governador Geraldo Alckmin começa a chegar aos alunos, sem a intermediação das escolas e da própria Secretaria da Educação. Muitos estudantes teriam descoberto sobre os planos do governo pela televisão, ou ainda quando constataram que seus nomes não constavam na lista de matrículas da escola para o ano seguinte. Os alunos e pais temiam que, ao mexer com a estrutura organizacional de milhares de escolas, e com a possibilidade do fechamento de centenas de outras, suas vidas e famílias estariam ameaçadas em sua rotina e organização. Desde o início, a alteração proposta pelo governo sensibilizava os alunos não pela discussão sobre como a reorganização influenciaria a qualidade do ensino, mas pela iminente mudança em suas rotinas: da casa à escola, da escola à casa.

A decisão, impositiva e sem consulta, se mostrara também desorganizada, pois até pouco tempo antes do ano proposto para a sua implementação, 2016, não havia informação concreta sobre quais escolas seriam afetadas e como. Quase um mês depois das entrevistas com o Secretário de Educação do Governo do Estado de São Paulo, Herman Voorwald, e ainda sem saber o que aconteceria com as suas escolas, estudantes tomavam as ruas de São Paulo para cobrar posição e definição da Secretaria, que ainda estudava quais as escolas que participariam da reorganização. Em matéria do jornal *El País*, do dia 15 de outubro de 2015, a reportagem apurou que as informações da Secretaria Estadual de Educação davam conta de que, até aquele momento, os estudos ainda estavam sendo realizados para “detectar qual escola pode participar do processo de reorganização”.

“Mas, até agora, faltando menos de dois meses para o ano letivo acabar, ainda há dúvidas sobre o encaminhamento deste programa. Não se sabe quantos alunos mudarão de escola, nem para onde vão. Há dúvidas se escolas vão fechar, e se assim for, quantas e o que acontecerá com os professores. Esses questionamentos estão levando centenas de estudantes às ruas. “Todo mundo está desesperado, não sabem para onde vão e nem de que forma vão”, disse Maria Izabel Noronha, presidenta da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), nesta quarta, após voltar de uma manifestação em São Bernardo do Campo (SP). “Isso mexe com o psicológico dos alunos” (EL PAIS, 15 de outubro de 2015, 09h33).

É possível compreender o “psicológico dos alunos” por um apanhado de relatos distribuídos ao longo do livro *Escolas de Luta*, e que foram retirados de publicações em páginas do Facebook, criadas durante a luta dos estudantes contra o projeto de reorganização. Os relatos mostram alunos que não só se preocupavam com a falta de informação, mas também com a perda da escola e a quebra do vínculo afetivo que isso traria. Relatos como: “Mano, lá é nossa casa...nosso lar...e eu sei que de lá sairão biólogos, médicos, advogados e mais...” (EE Carlos Gomes). “Por que a gente quer tanto o Josepha? Primeiro vamos começar pelo amor que a gente tem pela nossa escola.” (EE Josepha Pinto Chiavelli). “Eu particularmente detestava a escola, desculpa a sinceridade, mas eu detestava a escola por ela ser um ambiente muito opressor [...], só que eu detesto a escola, mas quem faz a escola somos nós. (EE Maria José). É, já tem um vínculo criado ali com todos os alunos, com os funcionários da escola, os professores [...], a gente criou essa convivência desde o Ensino Fundamental... (EE Josepha Pinto Chiavelli).

A matéria do jornal *El País* foi publicada dias depois de os alunos das escolas estaduais de São Paulo começarem a ocupar as ruas da cidade da capital para se manifestarem contra a proposta de reorganização do governo Geraldo Alckmin. Alunos começaram a se movimentar antes mesmo do “Dia E”, proposto pela Secretaria, o dia em que os estudantes “entenderiam” o novo modelo de distribuição das escolas. Em 07 de outubro de 2015, um vídeo publicado pelo Jornalista Livres, no seu canal no Youtube, mostra um grupo de estudantes da Escola Estadual João Kopke, caminhando em direção à Secretaria de Educação, na Praça da República, centro da cidade de São Paulo. O grupo se reuniu na frente da Secretaria, mas não conseguiu ser atendido pelo Secretário. Foram recebidos pela ouvidoria, que informou sobre a reorganização. O vídeo termina com o aviso feito por um dos estudantes de que haveria mais atos pelas ruas da cidade: “Nós alunos, fomos recebidos pela ouvidoria. Mas não foi pelo Secretário da Educação, e fomos informados sobre a divisão de ciclos, que será decidida no dia 14 de novembro. E, até lá, vamos continuar na luta. Temos um ato marcado para o dia 09, sexta-feira, no vão do MASP, lá na Avenida Paulista”⁴.

No dia 09, sexta-feira, o movimento dos estudantes saiu novamente às ruas, com intenção de brechar os planos do governo Alckmin, e também tornar pública a discussão

⁴ [Disponível em: www.youtube.com/watch?v=bTyxGRgNMCY. Acesso em 14/04/2021].

sobre a imposição do projeto de reorganização. A mesma Escola Estadual João Kopke se mobiliza com outras escolas estaduais da cidade e se concentram pela manhã no vão livre do Museu de Arte de São Paulo, Masp, e ocupam parte da Avenida Paulista em passeata, em direção à Secretaria de Educação, no centro da cidade. Ainda na Avenida Paulista, são reprimidos pela Polícia Militar, um professor e um jornalista são detidos e mais tarde liberados (SITE G1, 09 out. de 2015, 08h42). Segundo a mesma matéria do site G1, protestos nas regiões da Lapa, Mooca e na Rodovia Regis Bittencourt, também fizeram parte desta sexta feira de manifestações contra a reorganização, reunindo cerca de 1.200 estudantes.

Entre estes dois atos, dias 6 e 9 de outubro de 2015, a APEOESP, Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, libera uma lista com 155 escolas que poderiam ser fechadas, segundo uma apuração realizada pelas suas subseções, com auxílio de professores, escolas, supervisores e diretorias de ensino. Não havia ainda uma definição oficial da Secretaria, mas este levantamento deu uma ideia aos estudantes do que se poderia esperar do projeto de reorganização e, ao mesmo tempo, identificou, ainda que não oficialmente, quais as escolas que poderiam estar nos planos do governo.

Contra a reorganização, durante seis semanas entre o final de setembro e o início de novembro, os estudantes foram às ruas em pelo menos 60 cidades paulistas e por todas as regiões da capital paulistana, em aproximados 163 protestos, das mais diferentes modalidades: “atos em frente às unidades escolares, desde protestos que simplesmente paralisavam as aulas ou até mesmo um ato fúnebre no Dia de Finados para velar a escola que seria fechada; passeatas, às vezes percorrendo vários quilômetros; trancamento de ruas, avenidas e até de rodovias; e atos-debate” (CAMPOS, *et al.* 2016, p.42).

Segundo relatos dos estudantes secundaristas, nas semanas seguintes à manifestação do dia 09 de outubro, há um esvaziamento significativo do número de estudantes nos protestos na cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo, grupos de estudantes secundaristas independentes e um grupo de estudantes autônomos, formado por estudantes de escolas técnicas, colégios particulares e próximos ao coletivo *O Mal Educado*, o Grupo Autônomo Secundarista, G.A.S., começam a questionar e repudiar a presença de entidades representativas de estudantes nos protestos. Entidades como a União Municipal dos Estudantes de São Paulo, Umes-SP, a União Paulista dos

Estudantes Secundaristas, Upes, e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, a Ubes, passam a ser deslegitimadas pelos grupos autônomos, já no protesto do dia 09 de setembro de 2015.

[G.A.S. – FACEBOOK – 09/10/15] “Estudantes pelos estudantes! Estudantes fizeram mais um ato grande e autônomo, mostrando que a cidade vai parar se o governador não revogar. No começo a Umes chegou com carro de som tentando liderar a manifestação e decidir eles mesmos o trajeto, porém perderam a legitimidade quando foi feita uma assembleia autônoma e horizontal mostrando que a luta é dos estudantes pelos estudantes! Sem carro de som e sem bandeiras da Umes, Une ou Ubes, mais de mil estudantes marcharam na Paulista sentido Brigadeiro. No meio do caminho a polícia arrastou alguns manifestantes e revistaram de forma bruta, fazendo que a manifestação liderada pela Umes recuasse e nos deixasse para a repressão. Porém, mesmo com a repressão e sob gritos de ‘nenhum para trás!’, nós estudantes ficamos pressionando a polícia com gritos para liberarem os nossos iguais. A resposta? Várias pauladas de cassetetes, tentando reprimir a manifestação, mas não conseguiram. Seguimos pela 9 de julho até a Praça Roosevelt e terminamos o ato com mais uma assembleia autônoma e horizontal, onde decidimos somar no ato dos professores na quinta-feira (15) no Palácio dos Bandeirantes às 10h da manhã. A luta continua! #naofecheminhaescola #sefecharvamosocupar” (CAMPOS, *et al.* 2016, p.50).

Mas as bandeiras não pararam de se multiplicar. Os atos que se seguiram, ainda no mês de outubro, foram aos poucos sendo ocupados por entidades representativas dos estudantes, partidos de esquerda, governistas ou não, movimentos sociais, como MTST e o sindicato dos professores, APEOESP. Os estudantes, auto-denominados ou pertencentes a grupos autônomos e também dos coletivos, entenderam essa apropriação dos atos por outras organizações como perda do protagonismo dos secundaristas e uma apropriação da pauta da reorganização por entidades de lutas políticas distintas, e que têm seus fins de representatividade específicos. O sindicato dos professores, APEOESP, temia que a reorganização, com o iminente fechamento de escolas e turmas, provocasse a superlotação das salas de aula e a demissão de professores. As entidades estudantis aderiram aos atos dos secundaristas por entenderem ter em comum a pauta da educação. O MTST via que escolas fechadas devem ser ocupadas pelo movimento. Dessa maneira, cada uma destas forças enchergava nos atos dos secundaristas uma oportunidade de disputar com o movimento a atenção pública para as suas respectivas demandas e agrupamentos políticos. O resultado imediato desta disputa por protagonismo, entre o movimento dos secundaristas e demais entidades, foi o esvaziamento das ruas na terceira semana de mobilização, entre 12 a 18 de outubro.

Nessa semana, o número de atos registrados nas ruas “caem para $\frac{1}{4}$ do número que havia sido detectado na semana anterior” (Idem). Este esvaziamento dos protestos e a perda do chamado protagonismo dos estudantes do ensino médio, não se restringe à capital, mas também se espalha pelas regiões do interior e do litoral paulista.

Ao mesmo tempo, em todas estas tentativas de diálogo com as Diretorias de Ensino, com a Secretaria de Educação e com o governo Geraldo Alckmin, o máximo que os estudantes conseguiram foi a explicação de como seria a reorganização, de que ela era irreversível e de que não haveria a inclusão dos alunos em nenhum processo de consulta. Não havia nenhum documento oficial com o nome das unidades que seriam fechadas, reorganizadas e transferidas para outros endereços. É neste ambiente de aparente esvaziamento das manifestações pelos estudantes secundaristas, em contraposição ao aparecimento de grupos políticos específicos que se apropriam da pauta da reorganização para endossar suas específicas lutas contra o governo do estado de São Paulo, e também da ausência de interesse em dialogar por parte do governo, que começa a circular pelos diferentes grupos montados de troca de mensagens eletrônicas, em Whatsapp e Facebook, o documento: “Como ocupar um colégio? – Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e do Chile”.

O manual foi elaborado pelos estudantes argentinos da “Frente de Estudiantes Libertários”, utilizado durante as mobilizações argentinas, entre 2010 e 2014, inspirados pela luta dos secundaristas chilenos, em 2006, durante o movimento que ficou conhecido como “A Revolta dos Pinguins”. Em 2010, os estudantes secundaristas argentinos promoveram o movimento que ficou conhecido como Estudiantazo, que reivindicava para os estudantes, a defesa da educação pública argentina. Num primeiro momento, reclamava da qualidade física dos edifícios que abrigavam as escolas, e por isso as ocupações dos estabelecimentos de ensino daquele país. As reclamações sobre a infraestrutura escolar foram logo complementadas por outras reivindicações, como o rechaço estudantil secundarista às modificações da Lei de Educação Provincial. “O projeto de lei, que atacava claramente a educação pública e a estabilidade de trabalho dos professores, foi acompanhada pelos grêmios estudantis, que marginalizaram aqueles que se opuseram, sem nunca fomentar um debate sobre a educação que precisamos” (SITE LA TINTA, 22 de set. 2020). Os movimentos estudantis de 2010, foram “a ponta de lança” para o surgimento da Frente de Estudiantes Libertários, na Argentina.

“O que nós estamos procurando fazer, é criar um movimento estudantil real, que não dependa diretamente de uma força política, não por alarmismo, mas porque acreditamos que para termos um movimento estudantil eficiente é necessário que ele ultrapasse a tendência de uma organização através das organizações políticas, colocando assim, mais do que ninguém, os companheiros estudantes como porta-vozes de suas próprias reivindicações e sendo eles os portadores das suas disputas políticas” (SITE A LAS BARRICADAS, 07 de ago. 2013, 11h07).

Diferente da Argentina, o movimento chileno, em 2006, conhecido como Revolta dos Pinguins, tinha uma pauta de reivindicações distinta. Os estudantes, no primeiro momento, exigiam: “gratuidade do exame de seleção para universidade, passe escolar grátis e sem restrições de horário para transporte municipal, melhoria e aumento da merenda escolar e reforma das instalações sanitárias em mau estado em muitas escolas” (ZIBAS, 2008, p. 202-203). Estas questões foram prontamente respondidas pelo governo da presidente Michelle Bachelet, mas a ampliação do debate nas assembleias estudantis e a adesão de outros agentes políticos, como sindicato docente, deram maior amplitude à pauta inicial e logo o movimento dos estudantes pediu a anulação da Lei Orgânica Constitucional de Ensino (LOCE), “instituída pelo presidente Augusto Pinochet, em seu último dia como presidente da República, e mantida por todos os consecutivos governos eleitos a partir de 1990” (Idem).

Diferente também foram as motivações nestes países para as ocupações das unidades escolares. Enquanto na Argentina a motivação para as ocupações foi a representação simbólica – e posicionando-se contra o estado físico deteriorado dos prédios de ensino –, e no Brasil buscava-se recuperar o protagonismo do movimento dos secundaristas diante das diferentes forças políticas que aderiram à pauta contra o projeto de reorganização, no Chile, ocupar as escolas foi a maneira encontrada pelos estudantes de se protegerem da violência policial sofrida por eles nas ruas, durante os protestos.

“Na última marcha houve milhares de estudantes que saíram para se manifestar e a força policial atuou de uma maneira desmedida. Houve muitos feridos. Os números de menores que foram para as delegacias aumentaram. Sempre se falou em 100, 180 detidos e depois chegamos a 1.000, 1.300 detidos, os quais ficavam presos por mais do que as três horas e meia permitidas pelos direitos humanos, sem comer e sem fazer as necessidades básicas. Então, começa uma brutalidade tão grande contra as

marchas, que culmina com a queda do chefe de polícia, já que alguém precisava ser responsabilizado pela ação repressiva contra os estudantes que, na sua maioria, eram menores de idade. Tivemos mais de mil detidos em nível nacional, então ficou insustentável a mobilização nas ruas, foi quando tomamos a decisão de ocupar os colégios” (LA REBELION PINGUINA, 2007, min: 11:44 – 11:52).

Do Chile à Argentina, da Argentina ao Brasil, o Manual “Como ocupar um colégio?” entra em cena durante os atos nas ruas promovidos pelos estudantes, que não obtinham do governo maiores informações sobre o projeto que previa o fechamento de unidades escolares. Inaugura a possibilidade do uso de uma nova tática pelos secundaristas paulistas e reitera a posição contrária dos estudantes à proposta de reorganização do governo Geraldo Alckmin (PSDB). Inaugura-se em São Paulo, porque o mesmo manual, traduzido desde 2013 pelo coletivo *O Mal Educado*, já havia servido de instrumento para estudantes secundarista durante uma ocupação em 2012, em Nova Andradina, Mato Grosso do Sul, que, ao ocuparem a Escola Estadual Prof. Luiz Carlos Sampaio como forma de protesto, impediram que a unidade fosse municipalizada.

“A luta dos estudantes não começou agora, e está longe de terminar. Em 2006 e 2011, o Chile viveu a “Revolta dos Pinguins”, um movimento imenso de estudantes secundaristas que exigia uma educação pública gratuita e de qualidade. Durante meses, as escolas do país inteiro foram ocupadas por alunos – que entravam, tomavam o prédio, montavam acampamentos, e ali ficavam dia e noite como forma de protesto até as reivindicações serem atendidas. As ocupações começaram nas escolas onde as turmas estavam mais engajadas na luta, mas o exemplo serviu de inspiração para estudantes de mais lugares, e rapidamente quase todos os colégios do Chile foram tomados pelos alunos. Essas ocupações serviam para por medo no governo e chamar a atenção da mídia, mas também para aumentar a força e a organização do movimento secundarista. Nos pátios, os alunos faziam assembleias regulares para discutir os rumos da luta. Essas assembleias eram coordenadas em toda a cidade, permitindo que fossem feitas manifestações simultâneas e também grandes atos unificados.

Já pensou se fizéssemos igual em São Paulo? Para aprendermos com nossos companheiros de outros países, traduzimos alguns trechos do manual sobre “*Como ocupar um colégio?*”, escrito por estudantes da Argentina durante seu movimento” (O MAL EDUCADO, 2015, capa).

Antecipado pelo título “Como ocupar um colégio? – Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile”, o texto de abertura é convocatório e se disseminou rapidamente entre os estudantes, não só entre as respectivas páginas das

escolas no Facebook, à época, como também quando passou a circular por diferentes grupos no aplicativo de conversas WhatsApp, montados para a troca de informações entre os alunos durante as manifestações.

Apesar de convocatório, o texto de abertura do Manual, de autoria do coletivo *O Mal Educado*, não é claro nem específico sobre as motivações dos estudantes chilenos e argentinos para as ocupações em seus respectivos países, que aglutinavam outras questões para além da exigência de uma “educação pública gratuita e de qualidade”. Tampouco os secundaristas paulistas reivindicavam uma reforma na qualidade do ensino público estadual de São Paulo. Eles queriam a participação nas decisões tomadas pelo governo Geraldo Alckmin, sobre a imposição, sem consulta prévia ou planejamento, do realocamento de alunos para unidades escolares distintas e distantes daquelas frequentadas por eles até então. Reorganização que impactaria diretamente as vidas destes alunos e famílias, pelas imprevistas mudanças de unidade escolar e dos rotineiros itinerários.

Neste momento, o ambiente estava favorável a uma proposta de articulação própria dentre os estudantes, já que as ruas, aos poucos, aglutinavam outras bandeiras e diferentes representatividades. Isto foi visto como um movimento negativo para os interesses dos secundaristas que apostavam numa maior autonomia diante da reivindicação. Outro motivo gerador de grande ansiedade entre os alunos, e que dava um sentido ainda maior de urgência para os atos, era a aproximação do final do ano escolar sem haver definição oficial sobre as escolas que fechariam ou que teriam ciclos extintos. A proposta de ocupar a escola passa a ser vista, também, como a retomada pelos estudantes secundaristas da discussão sobre a pauta da educação, propondo uma nova centralização em torno do movimento dos estudantes contra a reorganização governamental, facilitada e organizada pelo novo espaço de ocupar pelo protesto: os prédios escolares. Ao ocuparem os territórios das escolas, se apropriam também da luta contra a reorganização. Como revela um aluno da Escola Estadual Fernão Dias Paes, no bairro de Pinheiros, nessa entrevista:

‘Vamos ocupar a escola? Vamo! Como? É botando cadeado no portão? É vendo a hora que a gente vai entrar, é agilizando colchonete, é preparando assembleia pra fazer comida, pra fazer segurança, pra ter porta-voz pra falar com a mídia e aí no espaço também onde todos possam decidir, então vendo a importância também da gente se organizar os estudantes

pelos estudantes, sem movimento, sem partido, a gente vendo essa necessidade também da luta da gente não ter uma pessoa que falava ‘Ó, isso que vocês vão fazer’, pelo contrário: todo mundo decidindo o que a gente iria fazer” (CAMPOS, *et al.* 2016, p.84, 85).

Não houve planejamento pelos estudantes para as ocupações das escolas. Elas aconteceram de maneira espontânea, porém, alimentadas a partir da notícia das primeiras escolas ocupadas. Quando uma ocupação era noticiada entre os estudantes, aqueles que ainda não haviam tomado a iniciativa, ocupam também as suas respectivas escolas e aderem à nova tática, contra a reorganização. O manual, “Como ocupar um colégio?”, estava espalhado entre os estudantes por grupos de Whatsapp e páginas de Facebook, mas a sequência de ocupações não atendeu a nenhum calendário previamente organizado. Com a comunicação instantânea entre os grupos, era possível saber quando, e em quais circunstâncias escolas eram ocupadas. A disseminação destas experiências pelos meios digitais e de comunicação, motivou novas ocupações e adesões. A falta de experiência dos secundaristas em ocupações, foi imediatamente suprida pelo manual.

“Como ocupar um colégio?” é dividido em dois tópicos; *Plano de ação e Organização da ocupação*. O *Plano de ação* é dividido em 3 temas; *Assembléias, Atividades e Imprensa*. A *Organização da ocupação*, é dividida em outros cinco temas; comida, segurança, organização, limpeza e relações externas. O *Plano de ação* determina que a estratégia escolhida tem o propósito de “vencer a luta por uma educação pública e de qualidade”, e que, para isso, a tática das “ocupações massivas”, é uma das ferramentas possíveis na estratégia. Aconselha que as ocupações sejam rápidas, “por volta de uma semana”, para não haver desgaste junto à opinião pública nem entre os alunos. Considera que “não é nenhuma festa ter que dormir todos os dias no colégio, suportando as mentiras do governo e dos meios de comunicação que nos apresentam como vagabundos que não querem estudar”⁵.

O manual ensina que a *Assembléia* é o espaço por onde devem passar as decisões mais importantes do grupo: reivindicações, demandas, discussões, todas as decisões. É didático também quanto à importância das *Atividades*. Diz o texto, que a realização de atividades nas ocupações serve para movimentar o ambiente e permitir a

⁵ [Disponível em: <https://gremiolivre.files.wordpress.com/2015/10/como-ocupar-um-colc3a9gio.pdf>. Acesso em 09.04/2021.]

troca, inclusive com pessoas de fora – professores, pais, apoiadores –, de informação, recreação, cultura e lazer. As atividades também fortaleceria a segurança, segundo o texto, pois “tendo mais gente na ocupação durante o dia se reduz muito a possibilidade de algum tipo de agressão à ocupação por parte das autoridades” (Idem). A *Imprensa* é responsável por divulgar a ocupação para os meios de comunicação interessados, para outras escolas e universidades e para “quem achar necessário”. Uma comissão é montada para que o trabalho de divulgação aconteça, mas sempre com a anuência do que foi decidido em assembleia.

Em *Organização da ocupação*, o texto explica como devem ser divididas as tarefas dentro das ocupações, “para que se respeite a democracia e se garanta o cumprimento das tarefas” (Idem). Determina a hierarquia das decisões e a ativação de grupos responsáveis por diferentes ações, nomeando, por assembleias, comissões específicas. Estas, por sua vez, são divididas entre temas que dizem respeito ao dia a dia das ocupações. Assim, formam-se comissões para: *comida, segurança, informação, limpeza e relações externas*. Não há a sugestão de rodízio entre as pessoas eleitas para as comissões, mas incentiva-se que haja rotatividade para a comissão da *limpeza*, por ser “uma tarefa que a maioria não quer fazer” (Idem). *Segurança e Relações externas*, são os temas mais importantes, segundo o manual.

Em *segurança*, determina-se que a comissão cuide dos alunos para evitar qualquer “tipo de briga ou descontrole entre os estudantes”, e que também zele pelo patrimônio da escola. Determina-se também “que feche os principais acessos e sempre tenha alguém os vigiando”, e que “impeça que qualquer pessoa não autorizada pela assembleia entre na ocupação”. Dependendo do que for decidido em assembleia, diz o texto, a ameaça à ocupação poderia vir de “professores, autoridades, jornalistas, pais, alunos de outras escolas, alunos que possam representar uma ameaça, etc” (Idem).

Nota-se, que as determinações da comissão de segurança assemelham-se às usadas pela polícia na sua prática cotidiana, específica e institucionalizada, de proteção ao cidadão e ao patrimônio público. Identifica-se também, aspectos de vigilância que são peculiares às sociedades de disciplina, onde, ao observar e controlar os ambientes fechados e confinados da escola, adquire-se o conhecimento específico e necessário para determinar a prática da regulação das condutas, nestes espaços, e devidas sanções.

Em *relações externas*, a preocupação é com o protagonismo. A comissão é encarregada, sobretudo, de “evitar que organizações, grupos ou partidos se apropriem da luta, passando por cima da decisão dos estudantes”. A responsabilidade desta comissão é a de coibir práticas que “só tenham como objetivo, “ganhar ibope” à custa do movimento” (Idem). Para falar com as autoridades e com os meios de comunicação, devem ser eleitos até “dois delegados, revogáveis”, que devem transmitir tudo que foi conversado, em assembleias, na própria ocupação, e nas ocupações vizinhas.

Munidos das informações do manual, e acreditando que a rua não oferecia mais o protagonismo político entendido como necessário pelos estudantes para legitimar o movimento, em 09 de novembro de 2015, a primeira escola é ocupada por alunos da Escola Estadual Diadema, em Diadema, grande São Paulo. Para que não fossem acusados de invasão, esperam pelo início do período noturno de aulas, e às 19:00 daquela segunda-feira, início de semana, entram na escola, pedem para que os professores fiquem no andar de baixo, fecham a escada, chamam uma assembleia. A escola estava ocupada, e dali eles não saíam mais. No dia seguinte, por volta das 6:00 da manhã, já sabendo que a escola em Diadema havia sido ocupada na noite anterior, alunos da escola Estadual Fernão Dias Paes, em Pinheiros, na zona oeste da capital, trancam todas as entradas, conversam com os poucos funcionários que já estavam dentro da escola, e avisam que naquela manhã só entrariam no prédio os alunos do colégio. A E.E Fernão Dias Paes, é a segunda escola ocupada. Entre os alunos das duas escolas, não houve nenhuma assembleia ou reunião que determinasse o acontecimento alternado destas ocupações, com diferença de poucas horas entre uma escola e outra.

[EE DIADEMA – ENTREVISTA – 26/11/15] “Nós fomos a primeira escola a ocupar e foi uma ideia, assim, que a gente não sabia que outras escolas estavam tendo. Eu não sabia. O pessoal do Fernão até falou que eles tinham uma relação, mas deve ter sido com outro aluno porque eu mesma não tinha. E quando falei assim: ‘Caraca! A gente vai ficar sozinho nessa. É uma cartada bem arriscada essa, mas vamos lá!’ No dia seguinte, cinco horas da manhã o Fernão ocupou. E até parece que foi meio premeditado, mas não foi, foi algo que ganhou força...Eles falaram que eles já estavam organizando isso lá. Que ótimo! Porque até acho que foi por causa da cartilha, a ideia veio da cartilha, a ideia deles.”

[EE FERNÃO DIAS – ENTREVISTA – 10/12/15] “E aí no dia 10/11 a gente ocupa aqui a escola. A gente tinha o contato, um pouco distante, pela internet, com a Escola Estadual Diadema, que foi ocupada na segunda à noite, a gente ocupou na terça de manhã. [...] não, não foi [combinado], foi meio espontâneo assim. É tipo mano, tamo próximo de

ocupar, vamo ver aí quem vai ocupar primeiro. Porque a gente tava segunda à noite ajeitando, sei lá, fazendo reunião pra ajeitar uma coisas pré-ocupação, aí a gente recebe a informação ‘Ó! Primeira escola ocupada em São Paulo: Escola Estadual Diadema acabou de entrar e já não vai mais sair da escola’” (CAMPOS, *et al.* 2016, p.83, 84).

Ao darem início à troca de território e substituírem a ocupação das ruas pela ocupação física das escolas, os estudantes secundaristas procuraram recuperar o protagonismo e a autonomia sobre o ato político, apropriando-se do espaço físico da escola para posicioná-la como plataforma para a continuidade das manifestações. Diferente do movimento chileno, onde as escolas foram ocupadas porque a violência nas ruas impedia as manifestações, e do movimento argentino, onde as ocupações serviram para explicitar o descaso com os prédios das escolas, no estado de São Paulo as ocupações tiveram como meta agrupar os estudantes e o movimento para isolá-los da disputa, acirrada pelo surgimento de outros grupos políticos durante os atos nas ruas, por protagonismo político. Transportando o movimento e o ato político para dentro das escolas, pretendiam controlar e evitar a apropriação da pauta contra a reorganização por outro movimento político (estudantil, partidário ou social) que não o dos estudantes secundaristas.

Escola ocupada, ocupação noticiada.

Nota-se que, ao tratar das ocupações estudantis – que sem dúvida são tentativas de apropriação política da pauta da educação pelos estudantes, posto que ‘ocupar’ surge como tática, cuja intenção é a de reivindicar participação na definição de certa política pública, e não tentativa de ruptura com a gestão verticalizada da política de educação do Estado de São Paulo –, os jornais alternam sua cobertura entre o cumprimento do dever pelo Estado, como agente da ordem e regulador das condutas, e as manobras político-jurídicas inerentes ao exercício do poder que, ao fazer uso dos meios legais disponíveis, têm a intenção de conter e reprimir a pressão para possibilidade de participação na política da educação, questionada pelos estudantes. Dessa forma, a cobertura dos jornais atua também para a construção de uma ‘verdade’ sobre o acontecimento que, mais do que simplesmente noticiar os caminhos percorridos pelas forças em luta, ampara o uso pelo poder de governo.

Já no dia seguinte às duas primeiras ocupações, 11 de novembro de 2015, surgem as primeiras publicações sobre a determinação dos estudantes em ocupar as escolas. O jornal Folha de S. Paulo, em matéria de página inteira do seu caderno *Cotidiano*, dedica espaço maior a descrição da ocupação da escola estadual Fernão Dias Paes, na zona oeste de São Paulo. A matéria se refere também a ocupação em Diadema, mas conclui que, naquele mesmo dia, “menos de dez alunos continuavam no local” (FOLHA DE S. PAULO, 11 de novembro, p. B3). Ainda sobre a E.E. Fernão Dias Paes, o jornal dedica sua atenção ao cerco policial, feito por viaturas e policiais ao prédio, e também sobre o boletim de ocorrência feito pela própria diretora da escola, por “dano ao patrimônio”. A diretora foi impedida de permanecer na escola e retirada, logo cedo, pelos estudantes.

“Primeiro chegou a Polícia Militar, em oito carros. A escola foi cercada. Ninguém conseguia entrar. Outros alunos, pais, professores e membros de sindicatos ficaram de fora. A diretora que fez boletim de ocorrência por dano ao patrimônio, já havia sido retirada pelos jovens logo cedo, segundo Rosângela Valim, dirigente de ensino da região. “Somos a favor de todas as manifestações e as consideramos legítimas. [Mas] Esse grupo não quer diálogo e está prejudicando os alunos”, disse” (FOLHA DE S. PAULO, 11 de novembro, p. B3). A matéria também revela ‘estratégias’ das forças policiais com o intuito de sabotar a ocupação: “Para cansar os alunos, a água também foi cortada [...] minutos depois, ela voltou” (Idem). Ao final, completa a cobertura associando movimentos sociais às ocupações, como o MPL (Movimento Passe Livre), e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), por terem colocado barracas e colchões na rua, para uma vigília durante a noite.

Dando um espaço menor em seu caderno de cobertura das notícias da cidade, o suplemento *Metrópole*, de O Estado de S. Paulo, sobe o tom já na manchete: “Escola é invadida contra plano de Alckmin” (O ESTADO DE S. PAULO, 11 de novembro, p. A15). Nada condescendente, o periódico abre a matéria dizendo que a E.E. Fernão Dias Paes havia sido ‘tomada’ pelos estudantes, e que o outro ‘alvo’ teria sido a escola em Diadema, na Grande São Paulo. Só no terceiro parágrafo é que a matéria faz menção ao movimento dos estudantes, como ‘ocupação’. Apesar de o jornal reproduzir a nota da Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, que disse acompanhar o ato com o intuito de ‘resguardar a integridade dos manifestantes, tanto das pessoas que participam do ato quanto dos demais cidadãos’, não havia depoimento dos alunos na matéria sobre

o cerco da polícia, a proibição de circulação de alimentos e mantimentos, o corte de água, e também sobre a truculência de alguns policiais militares contra pais e alunos, quando, em determinado momento do dia, tentaram impedir o encaminhamento de estudantes para a delegacia. Contudo, a voz do comando da Polícia Militar, foi ouvida: “O comandante da PM, Roberto Miranda, não descartava a possibilidade de a polícia entrar no prédio, mas disse confiar no “bom senso” dos alunos. “Espero que compreendam o papel cidadão deles e deixem a escola para a sua finalidade”, disse” (Idem).

O periódico eletrônico, Jornalistas Livres, diferente das coberturas dos dois principais jornais da cidade de São Paulo, optou por posicionamento explícito em favor dos alunos e das primeiras ocupações. Em uma de suas matérias, reproduz na íntegra o texto do então Secretário Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo à época, Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (PT), que pedia em carta ao governador, a abertura de diálogo entre as partes. “Quero transmitir um apelo pessoal de bom senso ao Governador Alckmin e ao Secretário Herman Woolward no sentido de abrirem um diálogo direto com os estudantes da Escola Fernão Dias Paes, com seus pais e professores, com o objetivo de conversarem sobre as razões da reorganização das escolas da Rede Estadual de Ensino, de suas razões, vantagens e desvantagens, tendo em conta o objetivo maior de se melhorar a qualidade da educação para toda a população do Estado de São Paulo” (JORNALISTAS LIVRES, 11 de novembro, 2015).

Em outro artigo, chama a atenção para o fato de que a estátua do Bandeirante Fernão Dias Paes, dentro da escola, espelhava, em tempo e história, a imagem da forte presença da Polícia Militar no entorno do prédio, tratando ambos, PM e Bandeirante, como representantes da violência e da repressão. “Repare: tem um bandeirante assassino, genocida de índios, em cima da cabeça do PM encarregado de reprimir os curumins que lutam em defesa da escola pública. É Fernão Dias Paes, o “Caçador de Esmeraldas”, que viveu entre 1608 e 1681 espalhando morte, miséria e sofrimento em série. Pois a estátua do monstro está lá, dentro da escola estadual que leva o nome dele” (Idem).

Se por um lado as ocupações promoveram a recuperação da autonomia política sobre a pauta da reorganização através do agrupamento dos estudantes dentro das escolas, por outro inauguravam a possibilidade de que velhos atores entrassem na

disputa pela formação de opinião pública a respeito do movimento. Ao deixar as ruas e ocupar mais de 200 escolas estaduais, em mais ou menos 23 dias de mobilização, segundo levantamento feito pela APEOESP (SITE RBA, 02 de dez. 2015, 14h14), a imprensa ganha um papel de interlocução importante entre o movimento dos secundaristas e a sociedade. Não só a *tática* receberá, ora status de ‘ocupação’, ora de ‘invasão’, como também cada movimento dos estudantes passa a ser observado também à distância, o que levará a diferentes interpretações pelas também diferentes linhas editoriais dos periódicos.

Entre os estudantes sintonizados ao jornal do coletivo *O Mal Educado*, as informações sobre este primeiro dia de ocupações, reproduzidas no livro “Escolas de Luta”, vão além da preocupação dada pelos jornais paulistanos ao fato de haver mais ou menos repressão pelo Estado, mais ou menos danos ao ‘patrimônio público’. A relevância dada pela cobertura jornalística feita pelo Coletivo, neste momento, é também relativa ao que se passa intramuros.

[O MAL EDUCADO – JORNAL – 11/2015] “Não foi fácil conversar com os poucos funcionários que já estavam lá dentro, mas os alunos estavam decididos: naquela manhã, só entrariam estudantes no colégio. Enquanto a diretora gritava com alunos e apoiadores na frente da escola, eles conseguiram abrir um portão na parte de trás, e chamaram os estudantes que chegavam para uma assembleia no pátio. Pouco depois a assembleia aprovou a ocupação do colégio e, imediatamente, várias comissões foram formadas. Os grupos responsáveis pela comida, pela limpeza e pela segurança deram duro o dia inteiro e mostraram que os alunos podem organizar uma escola muito melhor do que qualquer diretoria. Enquanto isso, do lado de fora, começavam a aparecer apoiadores e viaturas da PM. Aos poucos, a polícia montou um verdadeiro cerco e ficou difícil de entregar qualquer coisa para os estudantes lá dentro. Até colchões e cobertores a PM barrou. Os estudantes estão dormindo no chão [...]. Lá dentro, os alunos não se deixam vencer pela pressão psicológica da polícia e fazem assembleias, jogam bola, e – quem diria – levam água e comida para quem está no apoio do lado de fora! Na noite de quarta-feira, os estudantes fizeram um pronunciamento público [...]. O recado é claro: o Estado veio quente, mas os estudantes já estão fervendo!” (CAMPOS, *et al.* 2016, p.85, 86).

Nota-se que os estudantes montam comissões responsáveis por organizar a ocupação, e seguem à risca as orientações do manual. Organizando atividades, limpeza e inclusive refeições com o que há disponível, neste primeiro dia, na dispensa da cozinha. Ao mesmo tempo, do lado de fora, alguns pais tentavam dar entrada aos

mantimentos, produtos de higiene, roupas e comidas para os filhos mas eram impedidos pela polícia. Em depoimento à imprensa, uma mãe conta que “levou um saco com pão, requeijão, iogurte, escova de dentes e pasta, mas os policiais impediram que ela jogasse os mantimentos para o outro lado do portão” (FOLHA DE S. PAULO, 11 de novembro, p. B3). Neste mesmo dia em que a Fernão Dias foi ocupada, pessoas ligadas aos movimentos MPL e MTST montaram barracas e colchões na rua, “para uma vigília” noturna (Idem), o que demonstra o poder de atração e a disputa por protagonismo, que existe entre os movimentos, quando há a possibilidade de interferência em uma pauta política.

No dia seguinte, 12 de novembro, os cadernos dos jornais dedicados à cobertura da cidade de São Paulo publicavam diferentes pautas sobre o movimento dos estudantes e as primeiras ocupações. O jornal Folha de S. Paulo, em seu caderno Cotidiano, dedicou matéria para traçar o perfil do ‘porta-voz’ da ocupação da E.E. Fernão Dias Paes, Heudes Cassio Oliveira, de 18 anos, sem deixar de frisar, no título da matéria, a ligação do estudante com o Movimento Passe Livre. A matéria abre com a seguinte manchete: “Aluno ‘linha de frente’ do Passe Livre é porta voz da ocupação em escola de SP” (FOLHA DE S. PAULO, 12 de novembro de 2015, p. B3). Sobre a vontade do movimento em manter a autonomia das reivindicações contra a reorganização escolar, a matéria traz o pedido feito pelo porta-voz do movimento a outros coletivos que se manifestavam no portão da escola, para que suas bandeiras fossem retiradas. “A luta é secundarista. É importante que falemos disso. Não dos coletivos, disse à Folha” (Idem, p. B3).

Outro viés recorrente, também abordado na mesma matéria, foi o econômico, de ‘eficiência na gestão’. Um dos principais argumentos do Estado para justificar a proposta da reorganização escolar se apoia na eficiência e está alicerçado no discurso de uma ‘capacidade ociosa’ das salas de aula. Argumento sempre defendido também em depoimentos dos supervisores das escolas, mas rebatido pelos alunos que alegam conviver com classes de aulas lotadas. “Se tem sala disponível, por que não reorganizar salas, com menos alunos por turma?” (Ibidem, p.B3).

Em matéria do jornal El País, do mesmo dia 12 de novembro, a ‘escola ocupada’ é também considerada encurralada pelas forças do Estado: “O dia em que cem policiais sitiaram uma escola ocupada em São Paulo. Operação, em bairro nobre, monitorava protestos de alunos contra fechamento de escolas” (EL PAIS, 12 de nov. 2015, 16h18).

A matéria destaca a surpresa de pedestres desavisados que perguntam ao repórter se ocorria por ali um ‘assalto a banco’, devido ao desproporcional número de viaturas e policiais no entorno da escola que, segundo depoimento da assessoria de imprensa da Polícia Militar, estariam ali para “garantir a integridade física dos estudantes que estão lá dentro”.

No caderno Metrópole, o jornal O Estado de S. Paulo optou por determinar, e tratar, a ocupação como ‘invasão’, e alternou sua cobertura deste dia entre os aspectos políticos e jurídicos do uso das escolas pelo movimento dos estudantes. A manchete para a matéria, foi: “Estado pede reintegração de escola invadida. PMs cercavam ontem colégio em Pinheiros; um professor foi preso por desacato” (O ESTADO DE S. PAULO, 12 de novembro de 2015, A19). A matéria não abre discussão para a prisão do professor, se essa foi arbitrária ou não, apenas esclarece que ele “teria tentado evitar que a polícia identificasse os estudantes, foi detido e agredido com cassetete”. Na página, além da notícia de que o governo do estado havia entrado com pedido de reintegração de posse no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), abriu-se também coluna para ouvir a palavra do governador Geraldo Alckmin (PSDB) sobre as ocupações, que, por sua vez, afirmava haver política no movimento. “Tem muita política misturada nisso. Tem movimento envolvido que não é da escola, não tem a ver com educação, afirmou, sem citar nomes”, reproduzia o jornal.

A colocação do governador é corroborada pela motivação dos estudantes em isolarem seus atos dentro das escolas, adotando a tática das ocupações como saída para manterem o protagonismo na disputa política pela co-gestão da pauta da educação pública, especificamente, sobre o projeto de reorganização. Disputa essa que se dá sim dentro do terreno institucionalizado da política, mas que é também partidária; sem vínculo direto com entidades ou movimentos sociais. Ao tentar anexar ao movimento dos secundaristas outras entidades políticas, o governo pretende descaracterizar a demanda pela co-gestão da pauta, específica da reorganização escolar, pretendida pelos estudantes. Utilizando-se do falso pretexto de que haveria interesse de outras entidades políticas, e que estes teriam cooptado o movimento dos estudantes com intuito de fazer valer suas demandas, o governo pretende anular a pauta secundarista e trazer a disputa para o campo da legitimidade que tem o Estado na gestão das políticas públicas.

Enquanto as citadas matérias eram impressas ou disponibilizadas digitalmente pelos seus respectivos veículos de comunicação, durante a madrugada do dia 12, a

escola E.E. Salvador Allende também era ocupada. Outros estudantes também aderem à tática de ocupar as escolas. De tal forma que, no dia 13 de novembro, as manchetes dos jornais a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo davam conta de que o número de ocupações chegava a cinco. Já em 03 de novembro, a E.E. Salvador Allende, em Itaquera, na zona leste da capital paulista, fora palco de uma confusão entre alunos e diretoria por tentarem promover o evento “Encontro em defesa das Escolas da Zona Leste”, no qual propunham a exibição do documentário: “*A rebelião dos pinguins*”. O filme era já conhecido e referenciado entre os estudantes e coletivos paulistas atuantes contra a reorganização, porque registra cenas e depoimentos sobre as ocupações das escolas pelos estudantes secundaristas chilenos, durante as manifestações de 2006, em Santiago do Chile.

A exibição do documentário reitera o objetivo de ocupação das escolas já disseminado entre os estudantes paulistas; a tática não obedeceu a qualquer proposta coordenada, mas sim à uma capilarização espontânea, e que foi expandida não só pela falta de diálogo entre Estado e alunos, mas também pela repressão de algumas diretorias, nas escolas que participavam das manifestações, mesmo antes das ocupações. (CAMPOS, *et al.* 2016, pp. 87-88).

No dia 13 de novembro, a ocupação da E.E. Salvador Allende era noticiada. As manchetes dos cadernos de cobertura da cidade mostram que, entre os jornais de maior circulação da cidade de São Paulo, não havia direcionamento político ou ideológico distinto. Neste dia, diferentemente do dia anterior, é a Folha de S. Paulo que trata a ocupação por ‘invasão’, quando diz: “SP já tem 5 escolas invadidas por alunos” (FOLHA DE S. PAULO, 13 de novembro de 2015, p. B1). Com praticamente a mesma manchete, diferente apenas quanto ao tratamento dado à tática dos estudantes, o jornal O Estado de S. Paulo, publica: “SP já tem 5 escolas ocupadas por alunos” (O ESTADO DE S. PAULO, 13 de novembro de 2015, p. A17). Ambos os jornais noticiavam também o pedido de reintegração de posse feito pelo governo do estado de São Paulo, e a liminar concedida pelo Tribunal de Justiça para que ocorresse a reintegração da escola Fernão Dias Paes. Ainda segundo o jornal O Estado de S. Paulo, caso fosse expedida, a liminar tinha carácter bem mais extenso, posto que “a medida liminar obtida pelo governo vale para todas as escolas da capital” (Idem, p. A17).

Ao mesmo tempo, o juiz corregedor da Central de Mandatos “determinou uma audiência de reconciliação com alunos e governo estadual” (FOLHA DE S. PAULO,

13 de novembro de 2015, p. B1), marcada para o mesmo dia em que sairia a decisão sobre o pedido de reintegração de posse, feito pelo governo. A publicação do independente Jornalistas Livres, opta por noticiar a persistência dos alunos: “Escolas ocupadas: A Fernão resiste” (JORNALISTAS LIVRES, 13 de novembro de 2015), e dá aspas à compreensão dos alunos sobre a convocação proposta pela justiça, para uma audiência de conciliação: “Querem tratar um assunto político como assunto jurídico, nos tratando como criminosos por estarmos aqui lutando por algo que é um direito, uma educação melhor” (Idem).

As mesmas aspas escolhidas pelo editor do veículo independente, também foram as de preferência da reportagem do tradicional O Estado de S. Paulo. Este último, acrescentando ao depoimento os fatores de segurança e violência que rondam os atos e são motivo de preocupação dos estudantes. “A gente acha que a nossa discussão é política e não jurídica. Mas vamos na reunião só porque se trata da nossa saída com um pouco mais de segurança, porque há risco de abuso e tudo o mais, disseram os alunos, em um pronunciamento” (O ESTADO DE S. PAULO, 13 de novembro de 2015, p. A17).

Medo justificado, já que o pedido de reintegração de posse concedido pelo TJSP, determinaria a saída dos estudantes num prazo de 24 horas e caso não cumprido, o Estado se valeria de ação coercitiva para efetivá-lo. Na mesma página, o jornal OESP publica uma entrevista com o secretário de Educação do Estado, Herman Voorwald, na qual questiona o uso da Polícia Militar nas escolas durante as ocupações. Em dado momento, o repórter confronta: “A crítica é de exagero da PM para um ato de adolescentes” (Idem, A17). E obtém a resposta: “Estava na secretaria quando tentaram invadir (*em ato de professores grevistas, de abril*). Sei a violência com que esse prédio foi agredido. É bom analisar os dois lados da moeda” (Ibidem, A17). Para além da prosopopéia proferida pelo secretário, associar o movimento dos estudantes à uma pressuposta organização e condução das manifestações pelo sindicato dos professores, Apeosp, não foi simples leitura equivocada, mas tentativa de desqualificar o movimento dos estudantes e associá-los à uma reivindicação sindical, o que também sustentaria a primeira investida jurídica feita pelo governo de Geraldo Alckmin.

“No despacho, estava claro que o juiz (e também o governo) tinha certeza de que as alunas e alunos da ocupação estavam sendo “aliciados”, usados por movimentos mais experientes, principalmente o sindicalista. Por

isso, no despacho estava escrito que além de representantes da Secretaria de Educação, deveria estar presente também “representante do Conselho Tutelar, já que é possível a participação de crianças e adolescentes no movimento”. A menção a uma “*possível* participação de crianças e adolescentes no movimento” expressa a opinião não só do juiz como do governo, que não concebiam as alunas e alunos como protagonistas do movimento de ocupação” (JANUARIO, *et al*, 2018, p. 15).

No entanto, durante a audiência de conciliação na Central de Mandatos da Justiça estadual, na tarde do mesmo dia 13 de novembro, ficou claro para o juiz corregedor da Central de Mandatos, Alberto Alonso Muñoz, que a questão jurídica em jogo não era sobre o direito à posse, mas sim à manifestação. E também que o protagonismo até então direcionado à Apeosep era, na verdade, dos estudantes secundaristas. Ao entrar em contato com os diferentes atores presentes na audiência, o magistrado de primeira instância, Luís Felipe Bedendi, reconsiderou seu posicionamento anterior e determinou a suspensão da reintegração de posse, considerando que a reunião teria permitido que ele tomasse contato com “um panorama mais amplo e real, não tão estritamente apegado à frieza do processo” (TAVOLARI, *et al*, 2018, p. 298).

A partir da suspensão da reintegração de posse, a proposta defendida pelos estudantes, de que uma maior discussão entre o Estado, alunos, pais e professores deve nortear as decisões sobre o fechamento de escolas e a mudança na rotina das vidas das famílias, ganha amparo jurídico sob as vestes de “liberdade de manifestação”. Importante ressaltar, também, que outros dois motivos, relativos à segurança e à integridade física dos estudantes, e não sobre a possibilidade de participação ou ainda a co-gestão da pauta da educação com o Estado, fizeram parte da decisão dos juízes, neste momento, pela suspensão da reintegração de posse dos prédios públicos.

“Outros dois argumentos laterais possibilitaram essa mudança de entendimento. Em primeiro lugar, a tese de que as manifestações já estavam se disseminando e, portanto, nem decisões judiciais ou a atuação policial seriam meios eficazes para contê-las. Depois, a caracterização dos estudantes como crianças e adolescentes, impondo a necessidade de proteção e respeito à integridade física e psicológica, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, o primeiro argumento diz respeito à eficácia da decisão e o segundo trata de direitos fundamentais de minorias reconhecidas e protegidas pelo ordenamento jurídico” (Idem, 2018, p. 299).

Diante da decisão jurídica, e ao ganhar “significado de reivindicação por participação democrática em processo decisório de uma política pública” (TAVOLARI, 2018), as manifestações dos alunos da rede pública abrem espaço para a interpretação política de co-gestão da pauta da educação ativando, ao mesmo tempo, dispositivos de contra-conduta e resiliência, quando não só se determina que a interferência será dentro do processo constituinte, como também para restaurar, sem modificar, o modelo vigente da gestão da educação paulista pelo Estado. Não se trata de romper com a política, mas de apertar-lhe o laço.

Dado que o dispositivo dispõe e põe a funcionar um conjunto de ações que acionam, ao mesmo tempo que integram, o funcionamento da política, a decisiva tolerância do judiciário com as ocupações das escolas, reflexo da vitória no embate jurídico da *posse* versus a *manifestação*, se vale também e agrega a imposição de uma conduta ao Movimento, que agora opera não só dentro dos limites da política, como também para a política.

A notícia de que a reintegração de posse havia sido suspensa é recebida com grande entusiasmo pelos alunos ocupantes da escola Fernão Dias, na zona oeste de São Paulo. O portão, que antes permanecia cercado por policiais militares, é liberado por volta das 22h30, do mesmo dia 13 de novembro. Se por hora a reintegração de posse estava suspensa, e havia o entendimento da Justiça de que a liberdade de manifestação dos estudantes se sobrepunha ao argumento do Estado de que os alunos teriam promovido a “invasão” de propriedade pública, recrudesce, em contrapartida, a possibilidade de diálogo entre os alunos e os poderes constituídos.

Ao mesmo tempo em que a suspensão da liminar de reintegração de posse determinada pela Justiça é acolhida na zona oeste, fato decisivo para o fim do cerco policial à escola Fernão Dias, em Pinheiros, em outras unidades educacionais em bairros menos nobres, a prática da Polícia Militar é diferente. No Jardim Ângela, na zona leste, policiais invadiram uma escola, agrediram e prenderam um professor que estava na ocupação. Se, de um lado a determinação judicial dá ânimo aos secundaristas por mais ocupações, de outro lado ativa o uso coercitivo da força pela polícia militar, em toda a sua especificidade e como instrumento, para manutenção da política nas mãos do estado.

Isolamento jurídico do Estado, execução coercitiva como resposta.

No dia seguinte, 14 de novembro, a escola estadual José Lins do Rego, no Jardim Ângela, zona leste de São Paulo, foi invadida por policiais, durante a ocupação levada a cabo pelos estudantes no dia anterior, depois da decisão judicial de que não haveria reintegração de posse das escolas ocupadas. Policiais Militares invadiram a escola, reuniram-se com a diretora e forçaram o fechamento dos portões sem sair de dentro da escola, ficando do lado de dentro, junto com os alunos. “[...] os alunos que estavam aqui dentro estavam super coagidos, com muito medo e os professores perceberam e a gente aqui dentro começava a se mobilizar para não fechar o portão porque com o portão aberto eles já estavam ameaçando [...] com o portão fechado o que que eles fariam com a gente aqui dentro, sem ninguém?” (CAMPOS *et al*, 2016).

Uma professora que estava do lado de fora, tentou impedir o fechamento dos portões e foi agredida por policiais. Quando um professor tentou intervir, ele foi puxado por outro grupo de policiais para dentro da escola, e espancado na frente dos estudantes, nem tão inertes. Estas foram cenas da tarde do sábado, 14 de novembro, simbolicamente definido pela secretaria de educação do Estado como o “Dia E”; aquele em que a reorganização seria “explicada” aos pais e alunos.

Em um vídeo que foi gravado pelos estudantes e postado no Youtube, identifica-se um professor no chão, imobilizado por 3 policiais, um deles ajoelhado sobre a sua perna, cercado por estudantes e funcionários da escola, que gritam contra a atitude dos policiais, mas que são incapazes de tomar qualquer atitude porque há a ameaça de agressão por outros policiais que participam da imobilização⁶.

Nesse mesmo dia, o jornal El País, questionava em manchete: “Por que a reforma que afeta 300.000 alunos em SP virou caso de polícia?”, seguida do subtítulo: “Para especialistas falta de planejamento do Governo estadual agravou a crise”, (EL PAÍS, 14 de nov. 21h14). Apesar do questionamento, pouca menção sobre a violência e à presença policial nas ocupações, para além do cerco policial ao Fernão Dias, foi feita na matéria. Tratava, com maior ênfase, sobre a proposta de reorganização das

⁶ [Disponível em: www.youtube.com/watch?v=MgMdBtPBvFA. Acesso em 05/04/2021]

escolas, trazendo diversos depoimentos contrários à eficácia da medida, que propunha ciclos únicos nas unidades. Entre os depoimentos que rejeitavam a proposta, havia aqueles mais contemporizadores, que alertavam para a falta de diálogo do Estado com a sociedade, ou que “mesmo propostas boas para educação” correm o risco de serem rejeitadas quando não são devidamente aclopadas ao “imaginário” dos envolvidos. Segundo depoimento de um professor da Universidade de Brasília e ex-consultor para Unesco para Educação, “é preciso que a reforma entre no imaginário da sociedade de modo geral” (Idem).

Na Vila Jaguara, o independente Jornalistas Livres acompanhou o “clima” na Escola Estadual Pio Telles Peixoto, na zona norte, e produziu matéria com enfoque em denúncia de esquema articulado entre a Secretaria de Educação e a Diretoria de Ensino da região, para esvaziar a ocupação da unidade. Entre promessas de vagas em outros colégios e a permanência na escola dos alunos que iriam para o terceiro ano do ensino médio no ano seguinte, depois da reorganização, a Diretora de Ensino Norte, Lúcia Regina Mendes Spagolla, que administra 101 escolas da região e tem contato direto com o Secretário de Educação, procurava tecer vitória sobre a manifestação dos alunos do Pio Telles e enredar, dentro da mesma estratégia de cooptação dos alunos, as escolas sob sua direção, na região. “Os alunos, que ocupavam a escola desde o início do dia, e que tiveram uma comunicação bastante restritiva com os professores, devido às intimidações feitas, tiveram pouco tempo para pensar em como viabilizar a ocupação, o que fez com que a maioria optasse por sair da escola às 18h” (JORNALISTAS LIVRES, 14 de novembro, 2015).

No dia seguinte, os jornais de maior circulação na capital destacavam a suspensão do pedido de reintegração de posse, expedido pela Justiça. No jornal Folha de S. Paulo (FSP), a matéria com manchete, “Justiça revoga reintegração de posse de escola invadida”, reproduzia as motivações dos magistrados para suspensão da reintegração e também de que maneira a notícia foi recebida pelos estudantes do Fernão Dias: “A decisão desta noite foi comemorada pelos estudantes. “Conseguimos derrubar a reintegração!”, gritou Heudes de Oliveira, 18, um dos alunos do grupo que está na escola em Pinheiros” (FOLHA DE S. PAULO, 15 de novembro, p. B7).

O jornal O Estado de S. Paulo mantém o tom ao chamar as ocupações de “invasões”, logo na manchete do periódico: “Cresce invasão de escolas; sem acordo, Justiça suspende reintegração de posse” (O ESTADO DE S. PAULO, 14 de novembro

de 2015, p. A19). Na matéria, o OESP abre aspas para diferentes estudantes do Fernão: “Nós já estávamos motivados, com todas essas escolas ocupadas, e agora os estudantes ganharam uma motivação a mais para lutar. Vamos ficar aqui, o tempo que for até barrar a reorganização.” [...] “mostrou que nós temos apoio popular e jurídico. Estamos certos, lutamos por uma educação de qualidade e temos todo o apoio que precisamos. Se o governo não encherça isso, todos os outros órgãos estão vendo” (Idem, p. A19). Na mesma matéria, o OESP relata as dificuldades dos estudantes em trocas com o lado de fora, especificamente roupas, que não puderam entrar e que tiveram que ser negociadas com a PM.

No interior destas unidades, os alunos seguem a cartilha disseminada pelo *O Mal Educado*, “Como ocupar uma escola?”. Assembleias para decisões em conjunto são uma constante e a presença apenas de alunos dentro das unidades uma norma estabelecida. Ao mesmo tempo, uma dinâmica de cuidados é criada. Manter os espaços limpos e providenciar a alimentação para o grupo passa a fazer parte da rotina e da divisão de tarefas. Ocupar também estabelece cuidados e laços comunitários. “Os colegas também estão fazendo “vaquinhas” para comprar comida para quem está dentro e fora da escola. Eles disseram ter arrecadado R\$ 500 por dia de ocupação” (Idem, p. A19).

No entanto, não há nenhuma proposta sobre uma “educação de qualidade”, referida acima como motivo da luta, pelos secundaristas. O que se apresenta como motivação dos estudantes para a mobilização é a falta de diálogo do governo diante da imposição de um projeto de reorganização escolar. Com o embate no campo jurídico ultrapassado, o número de escolas ocupadas cresce exponencialmente na semana seguinte. No início da semana do dia 16 de novembro, por volta de 25 escolas estão ocupadas. Até o dia 22 de novembro, uma semana depois, 89 escolas estão ocupadas. (CAMPOS, *et al*).

Ao mesmo tempo em que as ocupações servem para pressionar o governo do estado de São Paulo à uma maior participação dos estudantes na política, a convivência entre secundaristas estabelece, a partir do interesse comum, novas relações. Conquistase a autonomia política com momentâneo respaldo jurídico, que estabelece o “direito à manifestação”, mas obriga-se a construção de uma nova relação entre os alunos, dentro das escolas. Novos saberes que, se por um lado irão constituir a densidade do fluxo que irriga e fortalece o comunitário, por outro irão acionar diferentes dispositivos de contra-conduta com a intenção de impedi-los de se apropriarem destes saberes. Contra

a possibilidade de uma não institucionalizada concepção de mundo, erguem-se as forças do Estado naquilo que lhe é soberano: a violência. Ao destituí-lo da naturalidade do poder e privá-lo do fundamento da “legitimidade”, o déspota se vê obrigado a assumir sua arbitrariedade. Como analisa o Comitê Invisível, “É forçar o governo a descer para o nível dos insurgentes, que não serão mais “montros”, “criminosos” ou “terroristas”, mas simplesmente inimigos. Encurrular a polícia, reduzindo-a a uma mera gangue, a justiça a uma mera associação de mal-feitores” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 90).

No dia 15 de novembro, o jornalismo sem chancela de “grande mídia”, pergunta: “Por que é que a PM de São Paulo quer o tempo todo nos provar a sua covardia e seu racismo???” (JORNALISTAS LIVRES, 15 de nov. de 2015). A matéria contrapõe o tratamento dado pela polícia à escola na região de Pinheiros, ao dado à escola do bairro Jardim Ângela, E.E. José Lins do Rego. “A gente já sabe...Tá cansado de saber...Que a vida na periferia vale menos do que no centro. Que a vida dos pretos vale menos. Que a vida dos pobres vale menos. Agora, fica sabendo que a vida do professor preto, pobre e da periferia vale muito menos do que a do professor branco, que dá aula em colégio de bairro rico. Mesmo que esse colégio seja público” (Idem).

A escola na zona sul seguia ocupada contra o projeto de reorganização, mas foi invadida por Policiais Militares, com “extrema violência e sem mandado judicial”, levando os alunos a pedir ajuda aos professores que, ao intervirem, foram também vítimas da violência. A E.E. José Lins do Rego não estava na lista das 93 escolas que seriam fechadas, mas por ter um grande número de alunos, “1.762”, o temor era pela “superlotação das classes”. Como resultado da operação, um dos “melhores professores da escola, foi detido e levado ao 47º Distrito Policial (Capão Redondo), acusado de crime de resistência (artigo 329 do Código Penal). Antes, o professor teve de ser levado ao hospital, para tratar de ferimentos; a namorada dele, a professora Flávia, também está muito machucada e em estado de choque” (Idem). Sobre a seletividade da polícia para o uso da violência de Pinheiros, dizia que; “...a Polícia Militar está há quase 5 dias de guarda diante da Escola Estadual Fernão Dias Paes, e o máximo que se viu por lá foi um spray de pimenta aqui, um empurra-empurra ali, uma tentativa de levar gente pra delegacia... e mais nada” (Ibidem).

Ao qualificar as atitudes da polícia militar como admissíveis, já que “mais nada” teria a PM feito, o JL estabelece em seu editorial uma linha razoável para a rotineira atuação violenta da polícia militar. Ao final da matéria, o JL pede a colaboração de

todos para que documentem com os seus celulares, os “abusos” da polícia. Se, por um lado, há independência das grandes empresas de comunicação, há também uma linha editorial que se mostra distante da compreensão dos inevitáveis usos políticos da polícia em seu fim específico que é o da coerção física.

Se, por um lado traça as linhas do que seria razoável como violência cometida pela polícia, por outro lado a cobertura do episódio na zona sul feita pelo JL é ampla, e não se compara à maneira como a Folha de S. Paulo trata o mesmo assunto; uma nota pequena, de pé de página, retrancada como *ZONA SUL*, com os dizeres: “Professores e PM entram em confronto. Professores e integrantes do MTST entraram em confronto com a PM em uma escola invadida por eles no Jardim Ângela (zona sul). Em nota, a SSP afirma que um homem foi detido após dar uma garrafada em um PM” (FOLHA DE S. PAULO, 15 de novembro de 2015, p. B8).

A cobertura do jornal Folha de S. Paulo, no domingo, 15 de novembro, apresenta uma síntese dos primeiros dias de ocupação, que até a noite anterior, “mantinha 8 escolas ocupadas na Grande São Paulo” (FOLHA DE S. PAULO, 15 de novembro de 2015, p. B7). A primeira matéria da FSP, traz depoimentos dos pais mobilizados na frente da escola, sobre o que achavam do movimento e dos seus filhos ocupando o Fernão Dias. “Nasceu um revezamento informal entre os pais dos alunos para garantir a segurança” (FOLHA DE S. PAULO, 15 de novembro de 2015, p. B7). Entre os depoimentos, a apreensão dos pais com a presença da polícia e o apoio às ocupações das escolas pelos filhos, é regra; “É uma causa justa. O governo não consultou professores, alunos e seus pais. Se os estudantes se unirem, mudam essa país” [...] “Feliz que ele mantenha a indignação contra essa política educacional” (Idem).

As duas páginas seguintes do caderno Cotidiano relatam a experiência da repórter que acompanhou a rotina dos estudantes, nos três primeiros dias de ocupação, dentro da Escola Estadual Fernão Dias. O primeiro trecho da matéria descreve sobre o clima de tensão criado pela PM, no primeiro dia de ocupação; “...os policiais repetiam que todos seriam levados para a delegacia. E falavam através das grades: Daqui a pouco a gente vai encontrar vocês aí dentro”. A ameaça, feita aos estudantes, jovens com entre 15 e 18 anos de idade, mostra o clima de tensão logo nos primeiros momentos da ocupação, e que, segundo apuração, só seria amenizada com a chegada da Defensoria Pública, “que deixou o clima mais calmo” (FOLHA DE S. PAULO, 15 de novembro

de 2015, p. B8). O texto continua expondo a prática horizontal de organização entre os alunos, durante a ocupação.

“Não há um líder claro no movimento. A organização parece ser horizontal, sem coordenador. Há uma assembleia atrás da outra – muitas demoradas, em busca de consenso. Chegaram a jogar vôlei na quadra, mas a maior parte do tempo é dedicado às discussões. [...] A gestão da ocupação era decidida nas reuniões. Havia a limpeza, a comida, a vigília, a escrita de um manifesto, a interlocução com a defensoria e os pais. Cada função era decidida de forma voluntária entre os estudantes. Quem se dispunha a fazer qualquer coisa, levantava a mão. No começo, o cardápio era macarrão e suco em pó, pão manteiga e café. Mas com as doações, as coisas foram melhorando. [...] A escola tem vários banheiros, mas nenhum chuveiro. Um, então, foi improvisado num cano – todos tomaram banho ali, de água fria. Para dormir, o grupo se dividiu em dois. Uma parte ficava no corredor e nas salas, enquanto outra ficava em vigília, ligada na movimentação da polícia lá fora. Conforme o tempo foi passando, os pais se juntaram à polícia na missão de tirá-los da escola. [...] Na noite de sexta (13), quando deixei o colégio, todos estavam cansados, mas não pareciam dispostos a encerrar a ocupação” (FOLHA DE S. PAULO, 15 de novembro de 2015, p. B8).

Longe das questões de segurança e do uso da força pelo governo Geraldo Alckmin, e também da construção dos saberes comunitários dentro das ocupações, o jornal O Estado de S. Paulo, analisa o critério utilizado pelo Estado para a reorganização escolar. Entre as vozes ouvidas e externas à pasta da Secretaria de Educação do Estado, figuram: o movimento Todos Pela Educação; a Faculdade de Educação da USP; a Fundação Lemann e o Insper. Todos avaliam que, o critério adotado para reorganização, quando única e exclusivamente baseados no fato de que as escolas que já adotam o ciclo único têm melhor desempenho, não é suficiente. “O estudo apresenta uma correlação que não existe. Colocam como única variável a escola ter ciclo único ou não, mas não isolaram outros fatores, como o tamanho da escola e o tempo de gestão do diretor e de profissão dos professores. [...] Houve uma queda no número de alunos e a escola custa dinheiro. Então, decidiram redistribuí-los. Imagino que tenha sido este o raciocínio. Era melhor o secretário ter dito que está buscando melhorar a gestão das escolas e dizer que eles obtêm com isso uma economia”, (O ESTADO DE S. PAULO, 15 de novembro de 2015, p. A27). O raciocínio é do movimento Todos Pela Educação, mas permeia em mesma medida os argumentos das outras entidades consultadas pelo diário.

Na segunda feira, 16 de novembro, 14 escolas em SP eram contabilizadas pelo jornal Folha de S. Paulo como “invasivas”. O número é maior pela lista da APEOESP, que inclui a cidade de São Paulo e também outros municípios. Segundo a lista, 28 escolas estavam ocupadas. Na cidade de São Paulo, são: 9 na zona sul; 3 na zona oeste; 4 na zona norte; 4 na zona leste e 1 no centro. Em outras regiões, 1 em Osasco; 1 em Campinas; 3 em Santo André; 1 em Embu das Artes e 1 em Franca⁷.

A FSP, em matéria com menor destaque, mas com maior determinação, descreve em sua manchete: “Invasões devem deixar 14 escolas de SP sem aula no início desta semana” (FOLHA DE S. PAULO, 16 de novembro, 2015, p. B8). A acusação permeada pela dúvida, “devem deixar”, soa como subterfúgio para a produção de uma resposta leniente, caso haja, a posteriori, uma possível contestação do movimento ao alarde midiático da interdição das aulas. Mesmo com a determinação e o entendimento da Justiça Paulista, que acolhe até esta data o movimento de ocupação como legítimo, a FSP retoma o discurso da violação de patrimônio público, do impedimento do exercício de suas atividades – mesmo sem a certeza de que vá acontecer –, indica a participação efetiva de outro movimento nas ocupações, colocando-o como importante ator político, junto dos estudantes, nas ocupações, e resume a segunda-feira num conclusivo primeiro parágrafo: “Ao menos 14 escolas estaduais da Grande São Paulo devem começar esta segunda-feira (16) sem aulas. As unidades seguem invadidas por estudantes e integrantes do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) em protesto à reorganização dos ciclos de ensino na rede paulista” (Idem).

No dia seguinte, a mesma determinação editorial continua e a as ocupações voltam a ser destaque pelo caráter autoritário. “Invasão de escolas estaduais afeta 26 mil alunos em São Paulo” (FOLHA DE S. PAULO, 17 de novembro, 2015, p. B3). A matéria abre com depoimento da Secretária da Educação, para quem o movimento contra a reorganização teria se espalhado, de um dia para o outro, por mais 11 ocupações, e já afetaria “as aulas de pelo menos 26 mil estudantes em 25 colégios invadidos” (Idem). Na mesma publicação, a notícia de que duas escolas são impedidas, por liminar da justiça, de serem fechadas pelo projeto do governo de Geraldo Alckmin;

⁷ [Disponível em: www.smetal.org.br/noticias/sobe-para-28-o-numero-de-escolas-ocupadas-contra-reorganizacao-de-alckmin/20151116-143945-x640. Acesso em 01/04/2021].

uma na cidade do litoral paulista, em Santos, e outra no interior do estado, em Piracicaba. Nessa última, o governo já havia recuado da decisão porque “as famílias apontaram que os alunos teriam que se deslocar 8 km até a escola para a qual seriam transferidos” (Ibidem).

Há também considerações sobre a ocupação e organização dos alunos na escola Fernão Dias, que promoveram visitas guiadas na escola para as mães que buscavam informações sobre calendário escolar, com a diretoria do colégio, e que ouviram: “...a diretoria somos nós...”, dos estudantes. “Franciele Melo, técnica de enfermagem, saiu dizendo estar impressionada: “Pensei que havia vandalismo, mas não tem nada quebrado”, disse. Fotógrafos receberam permissão dos alunos para fotografar o interior do prédio, mas tiveram que mostrar as fotos para eles depois – imagens com rosto tiveram de ser apagadas. Os alunos dizem querer preservar a imagem dos menores de idade. O fotógrafo da **Folha** teve a sua entrada vetada em uma sala” (Ibidem).

É importante notar, que ao impor um poder de agenda, do que deve ou não acontecer dentro da escola, os alunos do Fernão Dias se aproximam dos enlaces políticos e das estruturas institucionais que questionam. Se, de um lado, a ocupação das escolas se faz por interesse na participação da gestão pública da educação, por outro lado, não rompe com a subordinação que o sistema político, e a prática política em coparticipação, estabelece.

O jornal O Estado de S. Paulo, deste 17 de novembro, questiona em manchete o projeto de reorganização, ao afirmar que: “Ciclo único terá aluno de 11 anos na cracolândia” (O ESTADO DE S. PAULO, 17 de novembro, 2015, p. A19). Pelo projeto a escola João Kopke, que fica na região da cracolândia ficaria apenas com os alunos mais jovens, do 6º ao 9º. Os alunos mais velhos, do ensino médio, seriam transferidos para a escola Fidelino Figueiredo, em Santa Cecília. Em assembleia, os alunos da João Kopke decidem ocupar a escola.

Entre os alunos que moram no centro e não querem ser transferidos e os pais que temem pela “exposição constante ao tráfico de drogas e de operações da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana (GCM)”, o jornal também registra a visita de uma “frequentadora” da cracolândia, que vai até a unidade ocupada, com o Padre Júlio Lancellotti, da Pastoral dos Povos de Rua, para entregar cobertores e comida aos alunos da João Kopke. “Vim apoiar a luta deles. Eu tive cabeça fraca e não estudei quando

deveria. Eles precisam estudar em escola boa, senão vão parar na cracolândia, como eu” (Ibidem). Uma resposta contundente ao preconceito, que simplifica, homogeniza e simplifica, questão tão complexa quanto heterogênea da dependência das drogas.

A matéria também atualiza a participação do MTST nas ocupações, apontando que o movimento estaria presente “em seis unidades” de ensino. Integrante da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, é ouvido pela reportagem e diz que; “o movimento deve promover novas ocupações nos próximos dias” (Idem). A participação do MTST é uma realidade. Assim como eles, outros movimentos tentaram se aproximar das ocupações. Em muitas das tentativas, a presença de outros movimentos se resumia ao hasteamento de bandeiras que eram logo descartadas. Mas o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, teve também papel preponderante na troca de experiência sobre ocupações, com os estudantes.

“[EE WILMA FLOR – ENTREVISTA – 13/12/15]

ALUNA: “Eles vieram para dar uma força mesmo...Só pra... incentivar. Tipo, eles agitaram a manifestação, agitaram pra caramba, assim, a gente.”

ALUNO: “As primeiras compras que entraram aqui, pra dar uma força assim pra gente, com os mantimentos, foi de doação deles. Deram muita força. Tipo, o apoio que eles deram aqui foi...imenso, no começo. Porque eles meio que explicaram, né, pra gente como funcionava. Porque aqui tava todo mundo de primeira viagem...”

ALUNA “É, a gente não tinha noção de ocupação, né? Daí como eles sabem de ocupações, assim, eles ocupam tipo pra moradia, eles sabem como ocupar, o lugar, sabem como se manifestar. Aí só porque eles queriam deixar a gente mais ciente, mas não queriam tipo tomar a frente em nada...”

ALUNO: “Em nenhum momento eles tomaram a frente, né? Tanto que a gente, a todo momento...é formado uma coletiva pra tomar qualquer decisão, nenhuma decisão é tipo tomada assim... sozinho.”

EX-ALUNO: “Eles deram apoio, ajudaram, mas a voz era de vocês.”

ALUNA: “A voz era nossa” (CAMPOS, *et al*, 2016, p. 157, 158).

Mesmo com a apuração diária da imprensa, não há consenso entre os veículos, e também entre eles e a Secretaria de Educação, sobre o número de escolas ocupadas. Neste 17 de novembro, para FSP, “25 colégios invadidos”, para o OESP, “20 escolas são ocupadas, enquanto o governo confirma 17”. Independente da diferença entre as fontes de informação, o que salta aos olhos a partir deste momento é o crescimento significativo das ocupações das escolas.

Novo pedido de reintegração de posse, nova escalada de ocupações.

Em coluna na página B6, do caderno Cotidiano do dia 18 de novembro, a Folha de S. Paulo resume; “SP pedirá reintegração de escolas invadidas. No total, há 33 colégios ocupados no Estado” (FOLHA DE S. PAULO, 18 de novembro de 2015, p. B6). O texto segue veloz e vertiginoso, encadeado pela atuação de diferentes atores: “Voorwald afirmou que o pedido é uma “obrigação” que a gestão Geraldo Alckmin (PSDB) tem de cumprir [...] Nas invasões, além de alunos e pais, há também integrantes dos sem-teto [...] A Apeoesp (sindicato docente) afirmou que o pedido de reintegração é um ato de autoritarismo do governo” (Idem). Ao final do sinuoso trajeto, a conclusão da matéria versa sobre a divulgação de manifestação de repúdio, da Faculdade de Educação da USP, contra a reorganização: “é preocupante constatar uma intenção irresponsável de economia de gastos públicos, diz o documento. O governo nega” (Ibidem). A coluna desnuda diferentes posições em torno do acontecimento. Ao mesmo tempo, dissocia as posições e as afasta, uma das outras, de um entendimento pelo comum, realocando-as em fissuras do interesse institucional próprio de cada uma. Este movimento dissociativo, onde pontos de vista não se encontram, finalmente revela o funcionamento de uma sociedade *metropolizada*, que “reúne o separado, mas o reúne *enquanto separado*” (CONSELHO NOTURNO, 2019).

“A metrópole seria assim, em primeiro lugar, uma zona de absoluta indiferenciação entre fenômenos “espontâneos” e as mais ritualizadas práticas econômicas, em que toda a forma de socialização coincide paradoxalmente, já observava Simmel, com a mais metódica *dissociação*: que haja milhões de átomos aglomerados sobre a metrópole, isso não significa, em absoluto, que se suscitem milhões de encontros entre eles. Pregando o “salve-se-quem-puder”, *todos e cada um* se fazem valer dos *seus* meios para ganhar a sua existência, participando de maneira individual e indiferente da mesma atividade social que os demais” (CONSELHO NOTURNO, 2019, p. 41).

No mesmo dia 18 de novembro, o jornal O Estado de S. Paulo produz matéria, com vies disciplinar, entendendo que não haveria razão para que as escolas fora do projeto de reorganização fossem ocupadas. “Alunos ocupam até escolas que não serão fechadas. Unidades que não constam de plano de reestruturação de Alckmin foram

invadidas; secretaria critica movimento ‘político-partidário’” (O ESTADO DE S. PAULO, 18 de novembro de 2015, p. A21). Para o jornal, “34 unidades estaduais haviam sido ‘invadidas’. Em 6 delas, o protesto não tem relação direta à reestruturação da rede paulista” (Idem). Segundo entendimento do jornal OESP, a “relação direta” com o projeto de reorganização se dá apenas quando a escola pertence à lista das unidades que serão fechadas pelo plano do governo. Mesmo ouvindo de alunos e funcionários que as escolas que não serão fechadas ainda assim serão prejudicadas, encerrando ciclos, fechando turnos e superlotando salas de aula com egressos das unidades fechadas, o jornal OESP toma posição e ampara o discurso oficial do governo que é sempre contrário às ocupações.

Ao mesmo tempo em que a matéria se desenrola em defesa da tese que anuncia, particularizando o interesse da ocupação e dissociando-o de um interesse comum entre os estudantes, o jornal também destaca o *modus operandi* e a rotina dos secundaristas dentro da escola, e que segue o padrão estabelecido pelas propostas de organização e atividades, regradas pelo Manual; “Como ocupar um colégio?”.

“Na Sabóia de Medeiros, os estudantes passaram a fazer competições esportivas na quadra, jogar tênis de mesa, realizar sessões noturnas de cinema, jogar videogames e fazer aulas abertas. Uma “agenda cultural” da ocupação afixada na parede tem atividades programadas até sexta-feira. Os próprios alunos que invadiram a escola são os responsáveis por fazer a limpeza das dependências do colégio e da cozinha – a entrada de funcionários é controlada por eles. A comida usada tem sido a da cantina da unidade, que havia sido abastecida no mesmo dia da ocupação. Já as salas de aula são usadas como dormitórios pelos estudantes, separados em masculino e feminino. “Nós queremos não só que a escola fique aberta, como também queremos mudá-la. O que temos feito aqui durante a ocupação é o modelo de escola que gostaríamos de ter. Falta motivação para estudar”, disse a aluna Beatriz Mosken, de 18 anos” (O ESTADO DE S. PAULO, 18 de novembro de 2015, p. A21).

Ao ocuparem a escola, os estudantes precisam colocar em prática uma rotina que dê condições de habitá-la, pelo tempo da ocupação, e que difere da que habitualmente tinham com o espaço que antes era dedicado apenas à educação. É evidente que outras relações se estabelecem durante este convívio e que a intensa troca de responsabilidades entre os alunos também enaltece o sentido de autonomia, já que se dá a própria regra e o próprio ritmo a este “novo” espaço. A necessidade de organização coletiva e autônoma propicia aos estudantes um novo entendimento do

espaço físico, ao mesmo tempo em que a liberdade para novas propostas e atividades na escola, durante a ocupação, aquecem a imaginação para novas possibilidades sobre a função da escola. A produção contínua de novos saberes revela aos estudantes que a instituição de ensino tem os “pés de barro”, é na verdade destituída de função, já que aquilo que alegam ser é apenas o invólucro fino de uma existência oca, e por isso sentem na ocupação a vontade de preencher este vazio. Mas essa impressão, apesar de legítima e verdadeira, está distante do obstáculo proposto pelos secundaristas como aquele a ser ultrapassado. A motivação que leva os secundaristas para dentro das escolas, está conectada, também e principalmente, com a manutenção da escola como ela está, e não com a sua mudança. Afinal, se o governo quer mudar as escolas para instituições de ciclo único, e com isso reorganizar a vida de milhares de famílias involuntariamente, os estudantes, por sua vez, querem que nada disso aconteça. Lutam para que se mantenha a escola onde ela está, e como ela é. Dão nenhuma atenção para o principal: a função da escola é ensinar a obedecer

Na mesma página, em uma extensão de depoimento da Secretaria da Educação, abre-se uma retranca para outra discussão: o novo pedido de reintegração de posse pelo estado, das unidades ocupadas. Alegando ter a obrigação de acionar a Justiça, o secretário de Educação, Herman Voorwald, em coletiva de imprensa, diz que “o governo não voltará atrás das decisões anunciadas”, mas que “manterá o diálogo” (O ESTADO DE S. PAULO, 18 de novembro de 2015, p. A21). O Secretário ainda afirma que a “política pública de Educação é atribuição do Estado”, critica a participação de movimentos que “não tem nada a ver com a Educação”, e tem a sua posição corroborada pelo jornal, quando este afirma que: “parte das ocupações foram organizadas pelo Movimento de Trabalhadores Sem-Teto (MTST)” (Idem).

A afirmação do jornal OESP, se justifica pelo argumento de que o movimento dos estudantes secundaristas teria recebido diferentes apoios, durante as ocupações. O discurso do movimento dos secundaristas ao ocupar as escolas, foi sempre o de recuperar o protagonismo que a rua havia diluído, em muito, por conta do surgimento de outros grupos políticos, e que disputavam o protagonismo com os estudantes. Nota-se pelas coberturas dos jornais analisadas até aqui, que os estudantes seguem a proposta do manual “Como ocupar um colégio?”, tanto na organização da ocupação como no roteiro de atividades.

Ao interferirem nas “atribuições do Estado”, o movimento dos secundaristas interrompe o fluxo das decisões verticalizadas e de controle, que são canalizadas pelas margens rígidas das práticas da política e de Governo. Aos poucos, a troca de experiências, responsabilidades e atribuições entre os estudantes dentro das escolas fortalece a idéia de um espaço de autonomia, e que colabora para o entendimento entre os estudantes de que ali há espaço para a prática horizontal da política. Prática verdadeira, mas que não deixa de ser parte constitutiva do caudaloso fluxo da política institucional e verticalizada. Confirma-se, assim, característica inerente aos domínios da racionalidade neoliberal, que acomoda as resistências em convocações e coparticipações, o não-conflito se dá neste espaço estabelecido da prática de governo que, como o Secretario traduz, “manterá o diálogo”, “mas não voltará atrás das decisões tomadas”.

Posicionando-se contra a pauta da reorganização, os secundaristas erguem suas propostas sobre o mesmo terreno movediço ao qual se opõem. O que se apresenta, então, tem lados conflitantes; ao mesmo tempo em que se ocupa uma escola pela reforma política e se exercita a possibilidade da gestão compartilhada, denominada como prática *horizontal*, não se estabelece uma autonomia absoluta, sem relações de governo, mas o contrário. É para a possibilidade de pacto entre Estado e movimento, que caminha a demanda dos estudantes. A “conquistada” autonomia acontece dentro do espaço controlado da política, e não fora. Por mais que os afetos políticos ali gerados levem os estudantes a acreditarem na possibilidade de uma “nova escola”, esta não se dará sobre a continuidade dos mesmos velhos vínculos hierárquicos, estruturais e burocráticos que a organizam. Por isso, não há “nova escola” possível quando esperá-se apenas a suspensão de um impositivo projeto de reorganização, sobre a “velha escola”.

No dia 19 de novembro, o El País, acompanhado de uma estudante, entra na escola Silvio Xavier Antunes, em Piqueri, na zona norte de São Paulo. “Cerca de 80% dos alunos estão participando da ocupação”, disse. Seguindo o que determina o manual e que se tornou padrão entre as ocupações; cozinham, mantêm a escola limpa, realizam atividades como jogos e exibição de filmes, e decidem, absolutamente tudo, em assembléia. Inclusive se a reportagem poderia ou não entrar. “Decidimos que você pode entrar. Mas só às 10:45. Só poderá ficar meia hora e não poderá tirar fotografia”, disse Dafine à reportagem. Todas as condições foram atendidas” (EL PAIS, 19 de novembro,

2015, 22h52). A repórter afirma que “não há líderes neste movimento”, e que os estudantes trocam informações e experiências visitando outras escolas. Sobre a participação de outros movimentos, a estudante explica que também procuraram o Movimento Passe Livre para “pegar algumas dicas” e, sobre o MTST, os estudantes agradecem o apoio, mas poucos aceitam que o movimento ocupe a escola com os alunos: “Os protagonistas somos nós. Se eles vierem aqui, não os deixaremos entrar” (Idem).

Neste mesmo dia, O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo, repercutem as possibilidades de reintegração de posse e o uso da polícia pelo governo do estado de São Paulo. A matéria da FSP é pequena, toma menos do que meia página e da conta das aflições de algumas mães com a possibilidade da reintegração da escola Heloísa de Assumpção, em Osasco. “Estou apavorada. Não confio na PM porque eles são muito mal preparados e não sabem agir em momentos de intensa emoção” [...] “Eu me preocupo com a truculência. Já orientei minhas filhas e os colegas dela a não enfrentarem os PMs” (FOLHA DE S. PAULO, 19 de novembro de 2015, p.B3).

Havia sobre a escola em Osasco, pedido de reintegração de posse já determinado pela justiça, que, por sua vez, havia indeferido a tentativa do Ministério Público de barrar a reintegração. Neste caso, a justiça determinou, “que o que importa é que a escola continue funcionando, e nada justifica a invasão perpetrada” (O ESTADO DE S. PAULO, 19 de novembro de 2015, p. A24). Nesta mesma matéria do jornal OESP, a manchete garantia: “Alckmin diz que não usará PM em escolas invadidas” (Idem). Mas o jornalismo da grande imprensa não tem interesse em ao menos investigar o que reproduzia as mídias sociais neste momento, sobre como atuava a polícia nas ocupações. Se ao jornalismo cabia a “responsabilidade” de transmitir sem contestar a palavra do governo, as redes sociais desempenhavam outros papéis. Dentre eles, publicar o que acontecia nas franjas do movimento, e que não chegava a compartilhar o tecido consagrado como convencional das mídias tradicionais.

No livro *Escolas de Lutas*, é possível acompanhar trechos das páginas de Facebook, feitas à época pelos secundaristas, que mostravam o dia a dia de diversas ocupações pelo estado de São Paulo. Nestes primeiros dias de ocupação, são vários os relatos sobre intimidações feitas por policiais militares, em conluio com as diretorias das escolas, com intuito de barrar as ocupações.

“Em uma escola na Zona Sul de São Paulo, o diretor chamou a polícia e arrombou o cadeado posto pelos alunos; segundo o relato, a polícia estava “fortemente armada” e chegou a ameaçar jogar bombas e invadir (além de impedir a gravação de suas ações), o que levou os alunos a fazer barricada de carteiras nas grades da entrada. [EE Marilsa Garbossa – Facebook – 17/11/15] [...] Direção da E.E.[...] (Santo André) chama PM para intimidar e ameaçar estudante que tenta organizar manifestação no seu colégio. Os estudantes têm o direito de se manifestar e se organizar. NÃO VAMOS NOS CALAR! [...] No intervalo a inspetora foi na minha sala me chamar e pediu pra eu tá indo na diretoria pra conversar com a diretora. Quando eu cheguei na diretoria, tinha uma PM lá. E essa PM começou a me chamar de agitador, começou a falar que se a gente ocupasse a escola eles desceriam a borracha em todo mundo. E... pegou meus dados e anotou num caderno [...] O que a escola não pode tá passando pra nenhum policial militar, seja qual for” (CAMPOS et al, 2016, p.121, 123, 124).

No dia 20 de novembro, os jornais repercutem a reunião ocorrida no dia anterior, no Tribunal de Justiça de São Paulo, entre estudantes secundaristas e o secretário de Educação do Estado, Herman Voorwald. De um lado, os estudantes pressionam o governo para que a reorganização não aconteça sem antes a extensa discussão a respeito do projeto e, do outro lado, a secretaria diz que não voltará atrás com as medidas anunciadas. “Após o secretário apresentar as propostas, os estudantes se reuniram por cerca de uma hora para chegar a um acordo sobre os pontos apresentados. Decidiram que só sairão das escolas se houver garantia de que nenhuma delas fechará. Sem acordo, as ocupações seguirão pelo fim de semana. [...] Até o fechamento desta reportagem, 74 escolas permaneciam ocupadas, em uma onda que vem crescendo diariamente. Ontem eram 65.” (EL PAÍS, 20 de nov. 2015, 00h01).

A proposta apresentada pelo secretário foi “abrir um prazo de cinco dias para a realização dos debates entre os alunos. Depois haveria mais dez dias para que as diretorias regionais debatessem com representantes dos estudantes. Estas diretorias é que apresentariam estas propostas para a secretaria. Uma audiência pública seria realizada ao fim” (O ESTADO DE S. PAULO, 20 de novembro de 2015, p. A15). Ainda na mesma coluna da matéria, o secretário insistia: “Os pais e alunos precisam entender a reorganização. A secretaria se compromete a analisar o que for indicado pela comunidade”, diz ele. “Não se discute a reorganização” (Idem).

Com compreensão diferente, os estudantes secundaristas lotaram o Tribunal de Justiça, recusaram a proposta do Secretário e insistiram para que a reorganização seja suspensa, para que, depois disso, o debate sobre o projeto seja feito ao longo de 2016. “O secretário continua insistindo que a gente não entendeu a proposta. A gente entendeu e é por isso que estamos aqui.” (Ibidem).

A Folha de S. Paulo anuncia que a desocupação das escolas é prerrogativa para a abertura de diálogo com o governo. “Governo Alckmin aceita discutir plano se escolas forem desocupadas” (FOLHA DE S. PAULO, 20 de novembro de 2015, p.B6). Intenção que é vista pelos estudantes como manipulação para enfraquecer o movimento: “é estratégia para desocuparem escolas e desorganizarem a luta. Uma forma de adiar a reorganização” (Idem). Em cada uma das três matérias, dos três supracitados jornais, é replicada também a informação de que, caso não houvesse acordo entre o governo e secundaristas, seguiria para análise na 7ª Câmara de Direito Público, o pedido de reintegração de posse para todas as escolas ocupadas na capital.

A conclusão é que há uma ameaça por parte do governo para que se apresse a decisão pelas desocupações, antes que o uso “legítimo da força” seja colocado à disposição para reintegração das escolas ocupadas. Os estudantes, por sua vez, não se intimidam e marcam ainda para este mesmo dia, um encontro entre secundaristas para discussão do possível boicote dos alunos ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo, o SARESP, que se aproximava.

A presença do grupo de estudantes representando as escolas ocupadas na audiência pública do dia 19 de novembro, fortaleceu a necessidade política de representatividade entre os secundaristas. A presença de entidades estudantis, como a Ubes, Upes e Umes por exemplo, incomodava os estudantes secundaristas que sempre buscaram manter o protagonismo junto à cultura política autônoma, representados por coletivos, como O Mal Educado, o Grupo de Autonomistas Secundaristas (G.A.S) e militantes e ex-militantes do Movimento Passe Livre (MPL). Na audiência pública, os estudantes puderam identificar que se consolidava um cenário político indesejado, um “duplo comando”: de um lado o “Comando das Escolas Ocupadas”, formado pelos coletivos autônomos, e do outro as “Assembléias dos Estudantes sobre as ocupações”, organizadas pelas entidades estudantis. A disputa por protagonismo acelerou a necessidade dos secundaristas pelo fortalecimento de um discurso unificado.

“[EE DIADEMA – ENTREVISTA – 26/11/15]

“E aí a gente queria o que? Vamos reunir essas escolas ocupadas, unificar a ideia, pra gente ganhar força... e cada vez mais tá surgindo mais e mais escolas. Só que aí, o que a gente percebeu? Tem muita gente, muito movimento estudantil, muito... grupo querendo [...] protagonismo, quando protagonismo na verdade somos nós os estudantes! Eu não faço parte de nenhuma instituição e eu sou apenas estudante, eu tô só apenas lutando pela melhoria da educação pública do nosso estado. E uma das coisas que a gente conversa é questão de, assim, nesse período, muito grupo vai surgir tentando falar ‘Olha, a gente que tá na frente’... Eu não quero citar nomes aqui, mas é claro que a gente já sabe. Eles querem colocar... fazer acordo com o governo falando que é de todos os estudantes, então aqui até deixando claro que é esse... que a movimentação, tudo que a gente tá fazendo, as ocupações são autônomas. Eu sou uma estudante do E.E. Diadema e não tenho acordo partidário com ninguém, com nenhuma instituição política ou estudantil. E a única coisa que a gente tá fazendo é unir os estudantes numa única causa, contra a reorganização. E... a gente até tava discutindo que tá surgindo muito grupo aí falando que eles que são na frente... Aí, é sindicato, tudo isso, mas gente... A gente sabe que isso é tudo querendo ganhar pelas costas dos outros, mas a gente tá aí... em cima, tentando barrar a reorganização” (CAMPOS *et al*, 2016, p.170).

O Grupo Autônomo Secundarista, formado por estudantes de escolas particulares e técnicas atuou por menos de um ano, e era próximo ao coletivo O Mal Educado. Na última publicação, em sua página do Facebook, datada de janeiro de 2016, lê-se: “estudantes secundaristas organizados e organizadas na luta estudantil de forma autônoma e horizontal, desvinculados de organizações burocráticas”⁸.

O coletivo O Mal Educado nasceu como um jornal, de mesmo nome, e ganhou relevância em duas experiências distintas de mobilização: a primeira, num ato contra a diretoria da E.E. José Vieira de Moraes, na zona sul da capital paulista, em 2009, e a segunda de 2010 a 2011, quando da experiência da articulação de grêmios estudantis, entre colégios particulares (Escola da Vila, Santa Cruz, Equipe, Vera Cruz, Santa Clara, Oswald de Andrade e Ítaca), ETECs (Basilides de Godoy, Guaracy Silveira, Etesp, Albert Einstein, Takashi Morita), uma escola da rede Sesi (Vila Leopoldina) e o grêmio da escola estadual José Vieira de Moraes. Essa articulação entre grêmios, deu no grupo Poligremia, seguida por um artigo publicado pelo jornal O Mal Educado, no site Passa

⁸ [Disponível em: www.facebook.com/GAS-Grupo-Aut%C3%B4nomo-Secundarista-1653321511585431/about/?ref=page_internal. Acesso em 01/04/2021]

Palavra⁹, no qual relata as preocupações dos estudantes secundaristas com o fato de o ciclo do ensino médio ser curto o suficiente para o não favorecimento da formação de organizações estudantis longevas, e que tem reflexos diretos na dificuldade que as escolas têm em manter seus grêmios ativos.

No começo de 2011, pesava sobre a Poligremia a falta de um propósito que os mobilizasse. Neste momento, a pauta contra o aumento da tarifa do transporte público, aproxima o Movimento Passe Livre da Poligremia, dando novo propósito ao grupo. É sobre este terreno do encontro de experiências, que o O Mal Educado se estabelece como coletivo.

“Um professor de sociologia que apoiava a criação do grêmio tinha proximidade com o MPL-SP e fez a ponte com integrantes da Poligremia. Assim foi possível também as alunas de 2011 conhecerem um ex-aluno da turma de 2009, que compartilhou com a nova geração a experiência da luta anterior. Foi a rede de contatos e a sociabilidade em tomo do MPL-SP que permitiu o encontro das duas experiências que resultaram na fundação do coletivo O Mal Educado” (CAMPOS *et al*, 2016).

A partir deste momento, o fortalecimento do Comando das Escolas Ocupadas como a voz dos estudantes secundaristas, se estabelece, mostrando a capacidade que tem a política de reocupar possíveis brechas no duplo representatividade-legitimidade. Mesmo, e ainda mais, quando a luta não nega a sua condição institucional, mas pretende reestruturá-la. A co-participação funciona também neste sentido: o de capturar para dentro do jogo arbitrário, vertical e institucionalizado da política, forças que buscam fortalecimento e protagonismo neste mesmo terreno.

Como o governo não consegue na justiça a reintegração de posse das escolas, nem mesmo que os alunos cedam às negociações propostas pela Secretaria de Educação e desocupem as escolas, o acionamento da polícia, seja com a ajuda das diretorias das escolas ou sozinha atendendo “denúncia de vizinhos”, é tática frequente para impedir que escolas sejam ocupadas. E não há como acionar a polícia sem acionar a violência, própria da polícia, própria da prerrogativa da coerção física, exclusiva do Estado.

Em Campinas, cidade próxima à capital paulistana, no dia 21 de novembro, foi noticiado pelo jornal O Estado de S. Paulo, em matéria de pé de página, com pouco

⁹ [Disponível em: <https://passapalavra.info/2012/06/60822/>. Acesso em 12/04/2021]

destaque: “Campinas: ato em escola acaba em confronto” (O ESTADO DE S. PAULO, 21 de novembro de 2015, p. A20). Um grupo de estudantes que tentava ocupar a escola foi denunciado, e a polícia foi chamada. “Chamados após denúncia de que o grupo tentava invadir a escola, os policiais usaram bomba de efeito moral e balas de borracha para dispersar os manifestantes. A PM informou que viaturas foram recebidas a pedradas e negou o uso de balas de borracha, mas uma estudante mostrou um ferimento que teria sido produzido pelo artefato” (Idem). O jornal é incontestado do depoimento da PM, que “foi recebida a pedradas”, posição que não lhe deixa alternativa a não ser escolher o outro lado do “confronto” como aquele para que se recaia a dúvida. Assim, o ferimento da estudante, “teria sido produzido pelo artefato” (Idem). Entre pedradas certeiras e ferimentos suspeitos, a polícia ganha espaço e legitimidade para ser usada antecipadamente a qualquer decisão judicial contra os estudantes, nas tentativas de ocupação, por todo estado.

“A Justiça começou a estabelecer um limite para a via militarizada pela qual o governo Alckmin planejava lidar com as ocupações, abrindo espaço para que o movimento dos estudantes se expandisse, mas a violência policial na abordagem às ocupações continuará nas semanas seguintes, embora de modo mais silencioso, com intimidações, assédio moral, ameaças, pressão psicológica para desestabilizar os ocupantes, sabotagem e eventualmente invasões da escola e uso da violência física” (CAMPOS *et al.*, 2016, p. 101).

A intimidação policial é um recurso político-repressivo do Estado. Como bem lembrado pelo Comitê, “há tempos que a política se reduz, em todos os domínios, a uma vasta operação de polícia mantida dia a dia, e era inevitável que a polícia se tornasse uma questão política” (COMITÊ INVISÍVEL, 2017). Onde a negociação cede espaço para a intransigência, faz-se entender pela força. Não à toa, a principal reclamação dos secundaristas é sobre a falta de transparência do governo com relação ao projeto de reorganização.

No dia 22 de novembro, o Jornalistas Livres publicou artigo em defesa contundente das ocupações: “Ocupando o que é seu por direito: a radicalização da democracia na medida certa” (JORNALISTAS LIVRES, 22 de novembro de 2015), e procurou pinçar alguns dos alvos dos estudantes, dentre eles, a própria imprensa “tradicional”. “Boa parte da mídia tradicional faz clara oposição ao movimento de ocupação das escolas pelos estudantes, usando a sempre covarde tática de noticiar as

ocupações como se fossem “invasões” (Idem). Mas, para além dos termos usados pelos meios de comunicação tradicionais, o jornalismo alternativo está também inserido nas mesmas estruturas que o jornalismo tradicional. É amparado, mas também suporta, pela mesma ordem que os coloca em aparente confronto. Dentro desta estrutura, o alternativo é justificado por tudo que o jornalismo tradicional ampara, enquanto o tradicional preenche e complementa a necessidade do jornalismo alternativo.

“Há que deixar claro que a elaboração de uma política heterogênea à ordem capitalista não significa advogar o “novo”, nem o “alternativo”, categorias inteligíveis apenas no que toca a uma arché que comanda e governa um sistema de legibilidades que lança o Outro ao Mesmo. Alter, como muitas vezes se esquece, não quer dizer “outro”, mas “segundo”, o que vem depois de um Primeiro. A “re-sistência” ou o “contra-poder” são, pois, manifestações de uma política reativa, não servindo para pensar uma saída real dos termos aos quais se opõem. Não é casual que acabem sempre por limitá-los, tornando a alternativa ainda mais amarga e decepcionante: “Imaginar outro sistema equivale a aumentar a nossa integração no sistema presente [...]. Se o que se quer é substituir uma instituição oficial por outra instituição que cumpre as mesmas funções – de forma diferente e melhor –, então já se está absorvido pela estrutura dominante” (Foucault, “Mais além do bem e do mal”)” (CONSELHO NOTURNO, 2019, p. 94).

Assim, o jornalismo “independente” do Jornalistas Livres, quando tenta se afastar da prática tradicional, que é alvo da sua crítica, se acopla ainda mais à estrutura institucional que a constitui. Ainda sobre este dia, o jornal O Estado de S. Paulo publica matéria sobre unidades escolares de tempo integral que serão fechadas no projeto de reorganização. Matéria ocupa página central do caderno Metrópole e é acompanhada por coluna ao pé da página, intitulada *Perguntas e Respostas*, com o título; “Reorganização não foi debatida” (O ESTADO DE S. PAULO, 22 de novembro de 2015, p. A19). Na coluna, uma sequência de cinco perguntas, respondidas pelo próprio jornal, pretende resumir duas motivações: a do governo que, de um lado impôs um projeto de reorganização, e a dos alunos que do outro não aceitam a falta de diálogo sobre o projeto.

Para a velha escola, novos aprendizados.

No dia 23 de novembro de 2015, segunda-feira, o Jornalistas Livres publica um artigo de um “artista-ativista”, que havia sido convidado no final de semana anterior, para participar de workshops na escola ocupada E.E. João Kopke, no bairro da Luz, zona Central da cidade. A descrição é bem detalhada e compartilha o clima comunitário da ocupação: “Quando cheguei notei a fachada da Escola com diversos cartazes, faixas e stencils com dizeres: *Ocupada, Escolas de luta. Não fechem nossas escolas. Nós não desistiremos. Podem destruir nossas escolas, mas não nossos pensamentos.* Entre muitas outras” (JORNALISTAS LIVRES, 23 de novembro de 2015).

Entre os relatos do articulista a revelação de que professoras que apoiam o movimento estavam acampadas do lado de fora da escola, porque “não podiam ficar lá dentro com os alunos pois configuraria adesão a ocupação e possível demissão” (Idem). Relatos também sobre como as diferentes escolas se reúnem e se ajudam, com “comidas e pessoas na hora que a polícia chega. [...] como estão se organizando para fazer as assembléias diárias, a comida, a limpeza, o dia a dia da ocupação. Revelaram também das pequenas rixas entre escolas vizinhas que acontece nesses momentos – por diferenças e protagonismos frente a idéia de ocupação. [...] como se sentem em conflito por lutar por seus direitos e verem o Estado e a polícia contrários ao seu movimento. Explicitaram a angústia que é ter que ir para a casa e deixar os amigos na escola, pois nem todos tem autorização dos pais para ficar tantos dias na ocupação. Contaram com orgulho como estão conseguindo ficar firmes e cada vez mais conscientes de seus direitos” (Ibidem). A matéria não avança na investigação do que seria a “consciência” dos direitos, mas entende-se que a grande frustração, e que motiva as ocupações, é a imposição de um projeto que reorganizaria não apenas as escolas, mas forçosamente o dia a dia dos estudantes. Ainda segundo o próprio artista, o que mais lhe chamou a atenção em sua visita, foi como os estudantes mantinham a ocupação funcionando.

“Eu entrava no dormitório para conhecer as instalações e via todos os cobertores dobrados e empilhados perfeitamente, entrava na cozinha e dois meninos de 13 anos com toucas de cozinheiro eram os responsáveis pelo fogão que fazia a comida dos 60 e poucos que ali estavam. Faziam comida, cantavam, pediam ajuda para mais quatro da cozinha, e se divertiam. A sutileza de servirem sucos e sanduíches para todos no meio de uma reunião

longa. Olhava os banheiros mega limpos, alguns alunos jogando ping pong, vôlei, outros empenhados na portaria, todos atentos para a assembleia, participando das oficinas, cantando e lutando em uníssono. Vi um menino afirmar: tá vendo eles falavam que eu não tinha talento, e olha só eu recebendo um elogio do artista por pintar esse cartaz! Essas imagens me mostraram um engajamento com a vida muito poderoso que segue com eles e conosco. São jovens que fazem uma outra escola nesse momento de suspensão da normalidade, fazem uma escola na qual é o sentido de estar junto e criar coletivamente é mais forte que as regras instituídas” (JORNALISTAS LIVRES, 23 de novembro de 2015).

Criação coletiva que ecoa por outras escolas ocupadas, o exercício do comum passa também pelo reconhecimento de que o individualismo na sociedade é uma armadilha que desengata, desarma, engatilha sem desengatilhar, toda e qualquer possibilidade de potência, em muito porque as respostas coletivas serão sempre maiores do que as empobrecedoras questões individuais.

“A experiência causou surpresa nos estudantes, pois, assim como os exercícios de reflexão exigidos pelas assembleias foram uma grande ruptura quanto à obediência exigida pela escola, a “união” rompeu com o individualismo da experiência anterior.

[DOCUMENTÁRIO ANJOS REBELDES – YOUTUBE (TV BRASIL) – 11/12/15] “Na educação dentro da escola a gente tá extremamente acostumado a olhar e ficar sentado cada um atrás do outro, a gente não tem esse contato visual. Tem pessoas que estudam aqui há 4, 5 anos e eu falo ‘Caramba, nunca te vi e agora que eu posso te entender, eu posso te enxergar’ ...A gente aprendeu a se enxergar aqui dentro”

[EE DR. ELOY DE MIRANDA CHAVES – FACEBOOK – 28/11/15] [...] “Estamos formando um só corpo em luta pela educação. Estamos, a cada dia, mais unidos. A cada dia, mais amigos uns dos outros. Quando começou a ocupação, a escola era formada por panelinhas, mas agora somos crianças que mal se conhecem, mas brincam como se fossem os melhores amigos do mundo. Não estamos, porém, para brincadeira. Estamos aqui por uma causa séria. [...] Um por todos e todos por um!” (CAMPOS *et al*, 2016, p.134, 135).

Ao unirem-se contrários à reorganização e estabelecerem as ocupações como tática, promovem também um conjunto de experiências que coloca em suspenso a constatada representação vazia do Estado e preenchem suas vidas com o propósito de manter viva a novidade do *estar juntos*. Novidade que ultrapassa a escola convencional e a rígida leitura institucionalizada que se pode fazer do aprendizado.

“Nossa sociedade descansa no individualismo. Cada um se encontra somente à frente da gestão da sua sobrevivência e derrota de suas dificuldades. As escolhas que temos feito nos ajudam a sair deste isolamento e construir coisas juntos, a organizarmos para que a nossa existência não possa ser negada. Juntos, gostaríamos de ter a possibilidade de responder coletivamente às nossas necessidades em vez de pagar sempre para que outras pessoas trabalhem pela gente” (PENSARÉ TERRITÓRI, 2016, p. 24).

Neste sistema em que poucos podem decidir por muitos, quando destitui-se de sua implacável naturalidade, cada renúncia feita carrega a possibilidade de uma nova e forte apropriação, e que fica maior, toma fôlego e expande em chama, ao encontrar em seus pares o mesmo fogo que anima cada um. Ânimo que nasce da necessidade de entender a escola como o lugar onde o saber leva ao encontro do homem com o seu querer. De uma escola que não sirva apenas para responder ao compromisso com a mesquinha e vazia produção de força de trabalho e capital humano. Mas que prevaleça no ensino, a capacidade do encontro do homem com a vivacidade de seu espírito. Um saber que não leva o homem a entender o que deseja, não se justifica senão pela manutenção da produção de seres ausentes.

“A escola não forma homens tão profundamente verdadeiros; se, contudo, há alguns deles, é certamente malgrado a escola. Na realidade, se a escola permite-nos controlar os objetos e, se preciso, controlar-nos a nós mesmos, ela não faz de nós seres livres. Não existe saber, por mais vasto e profundo que seja, nem vivacidade de espírito e perspicácia, nem fineza dialética que possam preservar-nos da banalidade de pensamento e de vontade. Com toda a certeza não é um mérito que cabe à escola se dela saímos sem egoísmo. Todas as formas de vaidade ligada ao interesse pessoal, todas as formas de cupidez, de corrida aos empregos, de submissão mecânica e servil, de duplicidade tocam tanto ao detentor de um vasto saber quanto àquele de uma elegante cultura clássica, e, porquanto todo esse ensinamento não oferece nenhuma influência sobre o nosso comportamento moral, é fatal que o esqueçamos com frequência, na medida em que não o utilizamos: sacudimos assim, a poeira da escola” (STIRNER, 2016, p. 79).

A possibilidade de uma “outra escola”, também esteve na pauta do final de semana para o jornal Folha de S. Paulo: “Às vésperas de dia decisivo, escola invadida faz minifestival” (FOLHA DE S. PAULO, 23 de novembro de 2015, p. B7). A matéria, que ocupava apenas um quarto de página do caderno Cotidiano, contrapunha à alegria dos estudantes, à tensão sobre o prazo para a análise da contraproposta feita pelos secundaristas, pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, e que se encerraria

na segunda-feira seguinte. “Entre os pedidos está o não fechamento de escolas e o debate com os estudantes ao longo de 2016, e não até o fim de 2015” (Idem).

O minifestival foi realizado na escola Fernão Dias Paes, em Pinheiros, ranqueada pelo jornal como uma “espécie de núcleo do movimento”. O cantor Chico César, principal nome entre as atrações, atendeu aos pedidos de alunos, pais e professores, e se apresentou no pátio do colégio. “Esses alunos estão ganhando a simpatia do país todo. É um movimento que transcende a simples questão de fechar escolas, ele é muito mais amplo, é por uma educação melhor”, disse o compositor” (Ibidem). Matéria também exhibe dissonância entre os números de escolas ocupadas. Para a secretaria do estado, 74 escolas estavam ocupadas. Para os estudantes: “pelo que ouvi, já chega em 102”, disse uma professora do Fernão Dias” (Ibidem). No dia seguinte, é a secretaria que atualiza os números de ocupações, nos principais jornais da cidade; Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo publicam que 108 escolas estão ocupadas.

O El País, com o fechamento da edição eletrônica mais tarde, atualiza o número para 110 escolas ocupadas. Neste dia 24 de novembro de 2015, a notícia de maior destaque foi o pedido de reintegração de posse negado pela Justiça de São Paulo, ao governo de Geraldo Alckmin. “Para os desembargadores que julgaram a decisão, as ocupações “não envolvem questão possessória, pois o objetivo dos estudantes é apenas fazer com que o Estado abra discussão sobre o projeto de reorganização da rede de ensino”, segundo nota do TJ. A decisão foi unânime e vale somente para as escolas da capital” (EL PAIS, 24 de nov. de 2015, 18h55).

Com 108 escolas ocupadas, o OESP também dá destaque para o cancelamento pelo Estado, nas escolas ocupadas, do Saresp, prova estadual que mede o nível de aprendizado, por unidade de ensino, e que é aplicado a alunos de diferentes anos, dos três ciclos; fundamental I e II, e colegial. “Justiça nega reintegração de posse e Estado cancela Saresp em 108 escolas” (O ESTADO DE S. PAULO, 24 de novembro de 2015, p.A18). O Saresp, usado como baliza para bonificação de professores e funcionários das unidades escolares, é alvo de campanha de boicote por parte dos alunos e também pelo sindicato dos professores do estado de São Paulo, Apeoesp. “Para a entidade sindical, não faz sentido fazer avaliação, já que há escolas que terão novas turmas, que perderão turmas ou que fecharão. A Folha contatou alunos que ocupam dez colégios da capital. Eles afirmaram que farão panfletagem em escolas que terão a prova, para

defender o boicote. Prometem ainda piquetes nas unidades. Não é possível quantificar a abrangência do boicote” (FOLHA DE S. PAULO, 24 de novembro de 2015, B6).

Mas a quantificação viria, na manchete do caderno Cotidiano (FSP), já no dia seguinte, em forma de ocupação: “Ocupação de escola sobe 40% em dia de teste. Número de colégios tomados por alunos em protesto contra reorganização da rede estadual de SP cresceu de 108 para 151” (FOLHA DE S. PAULO, 25 de novembro de 2015, p. B1). Para os secundaristas, idéia corroborada também pela Apeoesp, não fazia sentido avaliar o rendimento das unidades escolares diante de uma proposta de reorganização que mexeria com mais de 310 mil alunos, fecharia 92 unidades e remanejaria outras 754, em uma rede com mais de 5 mil unidades escolares estaduais.

“A Apeoesp (sindicato docente) e alunos pregam boicote à prova, como retaliação à reorganização das escolas proposta pelo governo” (Idem). A matéria da FSP, ocupa página inteira. Tem destaque em foto, de escola recém ocupada durante a prova do Saesp, e arte didática sobre as mudanças propostas pelo governo. Com o pedido de reintegração de posse recém negado pela Justiça, os alunos se aproveitaram da movimentação para prova do Saesp, e ocuparam mais escolas, num ritmo ainda mais rápido.

No mesmo Caderno, mais uma página inteira para falar sobre o método nas ocupações: “Manual da Ocupação. Alunos de diferentes escolas se conheceram em protestos, consultaram cartilha importada e iniciaram tomada de colégios” (FOLHA DE S. PAULO, 25 de novembro de 2015, p. B4). A matéria faz referência ao “Como ocupar um colégio”, mas o rastilho já havia queimado, replicando o aprendizado em *novos manuais* a partir da experiência dos alunos nas ocupações, e que era amplificado pela rede de informações criada via WhatsApp e Facebook, e que circula alimentada pelo relato das experiências particulares, de cada unidade. “Nessa semana, a gente recebeu 15 alunos que queriam entrar na deles. Estavam com medo e nós explicamos como fazer”, conta Fernanda Freitas, de Diadema. Sua colega Rafaela explica: “A gente chama de cursinho intensivo de ocupação” (Idem).

“A intransigência do governo e dos dirigentes de ensino, que adotaram desde o início uma postura de ignorar por completo os apelos dos estudantes, com certeza contribuiu para a disposição de se envolver em uma mobilização tão radical quanto a ocupação de uma escola, e de maneira tão rápida, principalmente levando em consideração que a grande maioria

daqueles secundaristas tinha pouca ou nenhuma experiência de participação em movimentos sociais. [...] no momento em que algumas iniciativas mostram a viabilidade da ocupação como uma forma alternativa e mais radical de luta, já havia um contingente grande de estudantes mobilizados e dispostos a seguir o exemplo, o que levou a um efeito demonstração em cadeia, facilitado pela rede de comunicação entre os secundaristas: estudantes interessados em ocupar a sua escola visitavam outras ocupações da sua região para conhecer ou obtinham informações pelos grupos de WhatsApp e pelo Facebook. Em alguns casos, estudantes de outras escolas ocupadas iam prestar assistência a novas ocupações. [...] Por fim, como a “reorganização” foi interpretada como *mais um* exemplo do descaso do governo, as ocupações contra ela se tornaram a expressão de um “basta”; um grito geral de que os estudantes possuíam sim opiniões. Uma ocupação em Jundiaí, por exemplo, inaugurou a sua página no Facebook dizendo que haviam ocupado a escola no dia anterior **“para mostrar ao governo que os alunos possuem voz, que lutamos [...] e vamos continuar lutando”** [EE Barão de Jundiaí – Facebook – 24/11/15]. Em Araraquara, os estudantes anunciavam: [...] **“Não somos massa de manobra do estado e infelizmente pensamos. Assim, cansamos de aturar o descaso com que nos tratam”** [EE Lysanias de Oliveira Campos – Facebook – 27/11/15]” (grifos do autor) (CAMPOS *et al*, 2016, p.112, 113).

No mesmo dia em que a FSP dá grande destaque para o número crescente de ocupações, o jornal O Estado de S. Paulo adota o tom policesco rotineiro: “PM detém 8 alunos em escola invadida. Policiais apreenderam adolescentes em colégio da Mooca após denúncia de depredação; já são 151 colégios ocupados na capital e no interior” (O ESTADO DE S. PAULO, 25 de novembro de 2015, p. A21).

A matéria acolhe depoimento da Secretaria de Segurança Pública para explicar sobre a situação da escola Antônio Firmino, na Mooca, que “a Polícia Militar foi chamada às 6 horas na escola Antônio Firmino após denúncia de depredação. Os policiais teriam constatado o rompimento de um portão e a tentativa de arrombamento da diretoria. Por isso os alunos teriam sido apreendidos. Eles negam qualquer dano ao prédio” (Idem). A mesma matéria, faz menção a um vídeo em que os alunos gravaram os policiais pulando o muro da escola para “apreender” os estudantes.

As elocubrações sobre a violência na escola Antônio Firmino, no bairro da Mooca, continuam e remetem ao passado, em coluna paralela à matéria principal. Nela, além de lembrar que o ex-governador e senador José Serra (PSDB), já havia passado pela unidade, também ressalta o histórico violento da escola, quando diz que: “em 2009 a unidade foi depredada pelos próprios estudantes depois que dois ex-alunos foram tirados de dentro do prédio. Os jovens seriam traficantes de drogas e teriam entrado no local sem autorização da direção da escola” (Ibidem). Ao final, a coluna ainda ratifica

a imagem de um ambiente violento inerente à escola e aos alunos, e reincide revelando que: “Em 2012, um estudante de 13 anos foi esfaqueado durante uma briga dentro do colégio” (Idem, Ibidem).

O esforço em traduzir uma invasão policial, que termina com 8 menores sendo presos e levados à delegacia, em um fato coerente com o histórico de alunos *violentos* e *criminosos*, e que inclusive determina a caracterização da escola como uma “unidade com fama de violenta” (OESP), presta-se a construir e determinar o posicionamento do veículo que nessa hora deixa transparente a posição contra o movimento dos estudantes secundaristas, para além dos sinônimos escolhidos pelo jornal ao tratar das ocupações.

Busca-se assim um consenso em torno da opinião dos seus leitores que, a priori, está previamente determinado dentro da engrenagem que tem também a mídia como peça importante para elaboração de uma imagética sobre as ocupações.

“De fato, toda luta não cooptável, não assimilável institucionalmente é transformada sistematicamente em crime, em quadrilha. Há uma disputa por terreno, para canalizar a luta concreta, direta, da população para fins eleitorais, para os fins que são controláveis, e nisso esquerda, direita e agentes do Estado revelam seu ponto comum. Desde o policial e do político, passando por intelectuais acadêmicos, pela mídia oficial, pelo inquérito, todos devem compartilhar as mesmas conclusões: “irracionais, bandidos, anarquistas, baderneiros, vândalos, arruaceiros, desprovidos de ideologia...” palavras que têm efeitos muito concretos, pois privam a ação coletiva de toda credibilidade política ao mesmo tempo que legitimam e estimulam a repressão policial e a perseguição política. De fato, eu tenho cada vez mais visto que este processo de criminalização e perseguição se coloca contra a auto-organização da sociedade, é um processo do Estado, suas instituições e seus agentes, contra a sociedade” (JOURDAN, 2018, p. 90).

Às 7 horas, a entrada da escola estava liberada, o Saresp era realizado, e às 10 horas “o colégio foi novamente ocupado” (O ESTADO DE S. PAULO, 25 de novembro de 2015, p. A21). Termina a matéria, depoimento do ministro da Educação, Aloizio Mercadante, que diz, entre outras coisas, que “isso não pode continuar, os alunos não podem ficar tanto tempo sem aula” (Idem).

A declaração do ministro não vem sozinha e, no dia seguinte, com mais um salto no número de ocupações, saindo de 151 para 174 escolas ocupadas, a Folha de S. Paulo traz em sua manchete: “Famílias se articulam para reverter a ocupação. Pais se mostram preocupados com aulas; mãe liberou unidade na Grande SP” (FOLHA DE S. PAULO,

26 de novembro de 2015, p. B1). Recuperando velhos atores em novos papéis, o jornal FSP busca agrupar personagens insatisfeitos com as ocupações. A reclamação faz coro com a do ministro Aloizio Mercadante, e traz pais, professores e alunos preocupados com o fato de não terem aulas nas escolas ocupadas. O Estado de S. Paulo destaca a decisão do governador Alckmin, de caráter punitivo, em não bonificar financeiramente os servidores, professores e funcionários das escolas ocupadas e que não realizaram o Saesp.

Em ambos os periódicos, é reproduzida uma entrevista com o então secretário da Educação Herman Voorlwald, à radio CBN, em que ele nega a medida de reorganização como necessidade econômica, mas assume que pode ter havido “uma deficiência na questão da comunicação para entender o que é a reorganização” (FOLHA DE S. PAULO, 26 de novembro de 2015, p. B3). Ao citar pesquisa que avalia a qualidade de ensino do estado, Herman, diz: “Eu tenho vergonha, enquanto secretário estadual da Educação, dos resultados que o Estado de São Paulo e este País apresentam. Não é possível que a sociedade se conforme com isso” (O ESTADO DE S. PAULO, 26 de novembro de 2015, A24).

O secretário se refere aos resultados da pesquisa feita pela ONG Todos Pela Educação, onde se constata que “só 12% dos alunos da rede se formam com conhecimento adequado em matemática e 36% em leitura. São Paulo é governado pelo PSDB há 20 anos, nove deles por Geraldo Alckmin” (FOLHA DE S. PAULO, 26 de novembro de 2015, p. B3).

Nestes citados 20 anos, algumas medidas na educação, resultado de reformas do Estado na gestão da política pública educacional, propiciaram o aumento do número de jovens nas escolas estaduais, no ensino médio, em detrimento de alunos mais novos, do ensino fundamental, na mesma rede. O processo de municipalização, ocorrido na década de 1990, assim como em 2015, também se pautou pela reorganização da rede, o que determinou o “fechamento de 148 prédios escolares, diminuição de professores e lotação das salas de aula” (COSTA&GROPPO, 2018).

“Uma das medidas implantadas para favorecer a municipalização, a partir de 1995, foi a reorganização da rede estadual, que, de maneira semelhante à medida anunciada em 2015, separou os prédios de acordo com as etapas escolares, rompendo com a organização vigente desde os anos 1970, que havia criado o 1º grau de oito anos. [...] Em que pese toda a

justificativa oficial de que a medida visava oferecer condições pedagógicas mais apropriadas para crianças e adolescentes em prédios específicos para cada faixa etária, as evidências apontaram que as reais motivações para aquele processo de reorganização escolar foram a municipalização das séries iniciais do ensino fundamental e a racionalização administrativa (ADRIÃO, 2008). A referida medida, que encontrou vivas resistências do público afetado (AÇÃO EDUCATIVA, 1996; CORTI, 2015), foi implantada rapidamente. A municipalização das escolas de 1º à 4º série, ao lado de um processo de expansão das matrículas do ensino médio, passou a modificar, gradativa e progressivamente, o perfil etário na rede estadual. [...] Além da expansão das matrículas, o ensino médio também modificou seu perfil ao longo dos anos 1990, passando a atender um percentual crescente de adolescentes em idade ideal (15 a 17 anos) e no período diurno, revertendo uma situação histórica de predomínio do ensino noturno. [...] Esta nova composição, induzida pelas políticas públicas dos anos 1990, parece ter colaborado para as ocupações escolares em 2015. Se é verdade que “a juventude não é progressista nem conservadora por índole, porém é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade” (MANNHEIM, 1968, p 74-75), a ocasião para um levante adolescente chegou em 2015, 20 anos após as ações responsáveis pela mudança que daria uma “cara” adolescente para a rede estadual” (COSTA&GROPPO, 2018, p. 123 -127).

O boicote ao Saresp pelos alunos, apoiado pelo sindicato dos professores (APEOESP) implicou em mais ocupações pelos secundaristas, de um lado, e pressão política administrativa pelo Estado, por outro. Dois dias depois dos exames, os jornais publicavam a decisão do governo em cancelar a bonificação aos funcionários e professores das unidades ocupadas. “A situação se agravou nos últimos dias, após o governo cancelar bônus de servidores de 174 escolas (que estavam ocupadas durante a prova). Nestas unidades, o Saresp não foi aplicado – ele é a principal baliza para a definição da bonificação. O sindicato docente avalia entrar na justiça contra a decisão” (FOLHA DE S. PAULO, 27 de novembro de 2015, p. B1). No meio da coluna da matéria, que cercava anúncio de loja de imóveis cobrindo quatro quintos de página, um dos parágrafos fazia, sem aspas, de próprio punho, acusação grave ao Sindicato, sem dar sinais de uma fonte para as denúncias, ou mesmo prova material que corroborasse com as acusações. “A Apeoesp (sindicato docente) e estudantes das ocupações, pregaram boicote em todos os colégios. Por meio de panfletos, visitas e redes sociais, defenderam que alunos não comparecessem ou não resolvessem a prova” (Idem). Ainda segundo a mesma coluna, a FSP atualiza o número de ocupações em 182 “unidades bloqueadas”, segundo a Secretaria de Educação.

Número que o jornal O Estado de S. Paulo não atualizou, quando, na manchete deste dia 27 de novembro, afirmava: Reorganização afeta 80% dos colégios invadidos.

Das 174 unidades ocupadas no Estado, apenas 20% não passarão por nenhuma etapa de reestruturação proposta pelo governo” (O ESTADO DE S. PAULO, 27 de novembro de 2015, p. A27). Mas, para além da matéria principal que colhia depoimentos de alunos de escolas que estavam dentro e fora dos planos de reorganização, todas ocupadas, outra matéria na mesma página revelava aposta na estratégia do governo em estimular oposição ao movimento. “Ao cancelar o pagamento de bônus aos profissionais das escolas invadidas, o governo cria uma pressão com potencial de fragmentar o movimento – dividindo professores e alunos. A perspectiva de repor aulas, o que compromete as férias dos docentes, também afeta essa relação. A gestão mantém o discurso de que as ocupações são político-partidárias, ressaltando prejuízos à rotina dos alunos sem aula e dos pais, sem ter onde deixar os filhos” (Idem). Mesmo com a decisão do governo em cortar a bonificação de professores e funcionários da escola, não se encontra manifestação do grupo docente contra o movimento dos estudantes. O sindicato dos professores do Estado (Apeoesp) ameaça reaver na Justiça a bonificação suspensa, mas contra o Estado.

A mesma matéria, segue dizendo que a tática do governo tem repercutido e que surgem movimentos contrários à tomada das escolas pelos estudantes. “Em algumas unidades, pais se mobilizam para evitar a interrupção das aulas. Estudantes ligados à Juventude do PSDB criaram a página no Facebook “Devolve Minha Escola”, que até ontem tinha mais de mil seguidores. A idéia é contrapor páginas como “Não fechem minha escola, com 85,6 mil seguidores” (Ibidem). A página alimentada pela juventude do PSDB é contrária as ocupações, exibe vínculo político-partidário com o governo de São Paulo, e tem o intuito de desmobilizar o movimento pleiteando a retomada das escolas ocupadas.

O esforço da secretaria da Educação e do governo do estado, em agrupar e cultivar dissidências com intuito de desmobilizar as ocupações, seja no campo prático e físico, com a presença dos pais dos alunos, diretorias e mesmo a polícia impedindo as ocupações, seja no campo da opinião pública, divulgando falsas desocupações e incentivando táticas de persuasão em meios eletrônicos contra as ocupações, continua mas não a ponto de reconfigurar as decisões jurídicas que, reiteradamente, negam os pedidos de reintegração de posse do governo, nem também desmobilizar setores da sociedade que se colocam a favor das ocupações mesmo que o movimento interrompa as aulas nas unidades escolares.

No dia seguinte, 28 de novembro, os dois principais jornais paulistas divergem quanto ao número, mas constatam que “Governo de SP infla desocupação de escolas. Balanço oficial fala em 38 colégios com a saída voluntária de alunos; 29 deles, porém, não haviam sido ocupados” (FOLHA DE S. PAULO, 28 de novembro de 2015, p. B8), e “Governo diz que desocupou escolas nunca invadidas. ‘Estado’ verificou que cinco delas não haviam sido tomadas por estudantes e outra só foi ocupada após secretaria divulgar lista” (ESTADO DE S. PAULO, 28 de novembro de 2015, A23).

A FSP dá como fictícia a desocupação de 29 escolas, que não teriam sido jamais ocupadas, enquanto OESP apura que apenas 5 recaem sobre a mesma falsa declaração, dada pela secretaria. Ambas as matérias trazem fotos de uma manifestação na Avenida Paulista, de professores ligados a Apeoesp, contra a reorganização e em apoio às ocupações, mas não há menção à manifestação no corpo das matérias.

Em matéria do mesmo dia, no jornal El País, o número de ocupações reaparece como mote para colocar mais uma vez em xeque, a credibilidade do projeto de reorganização do governo do Estado. “Ocupação de 182 escolas em SP vira teste de resistência de Alckmin. Governo tenta ganhar tempo sem uma estratégia de negociação clara” (EL PAÍS, 28 de nov. 2015, 14h09). A matéria traça um histórico do início das ocupações e levanta as queixas dos pais e alunos em contrapartida às respostas dadas pelo governo. Sobre a usualmente comentada resposta dada pela secretaria, de que os alunos das unidades fechadas seriam transferidos para outras unidades próximas, há uma reflexão que não leva em consideração apenas a distância: “Há, ainda, o capital afetivo das famílias em relação às escolas frequentadas pelos alunos, e o nível de ensino de cada unidade. “Escola é igual a trabalho: se ela é boa, você viaja para ir atrás, disse Regina” (Idem).

Ao mesmo tempo em que as tentativas judiciais e extrajudiciais para barrar o crescimento das ocupações requerem a atenção do governo e também o amparo dos meios de comunicação aqui analisados, o cotidiano dentro das escolas estabelece um convívio entre os alunos, e destes com o espaço físico, em uma constância que antes não havia. A permanência no espaço da escola durante as ocupações, a convivência ao longo do dia, fortalece os vínculos de amizade entre os estudantes e também destes com a escola. Não se trata de descobrir uma *nova escola* dentro da *velha escola* agora ocupada, mas sim em co-existir neste espaço, pela permanência, pela troca e pela amizade, e descobrir, além de salas fechadas com materiais e equipamentos escondidos,

novos vínculos, com os velhos conhecidos. Um *estar juntos* que não era possível em meio à dinâmica cotidiana da escola, mas que se revela durante as ocupações.

“Material de química! Dá pra gente montar um laboratório! Olha aqui. Nossa quanto material, quanto material, quanto material! Jogos... então, a gente vai doar pras crianças...e material fechado, olha aqui, tipo canetinha fechada, régua fechada, tudo que eles falavam que não tinham (sic), tem tudo aqui! Eles mentiam pra gente, o tempo todo”

[...] Na escola, a gente não tem tempo pra isso: “escola de tempo integral”. A gente tá preocupado com matéria pra correr atrás [...] não tem uma socialização dos alunos, uma interação: o primeiro com o terceiro, o segundo com o primeiro, como tinha antes. E com a ocupação, com o movimento, a gente se interou mais, conversou, conheceu pessoas que estavam convivendo com a gente todo dia, e que a gente não conhecia. [...] Durante as aulas, assim, o único processo era: entra na escola, vai pra sala, sai da sala, vai pro pátio, vai pra casa. Era uma coisa...de automática (sic). E aí, agora que a gente tá podendo ocupar e descobrir...e descobrir a escola, conhecer a escola, realmente como ela é, nossa...é super gratificante, sabe? Nada melhor do que isso, assim, a gente tá conhecendo a escola e tá vendo, porque que ela é nossa. Porque essas coisas nos pertencem, é nossos direitos, sabe? A gente tá amando a escola! Finalmente” (ESCOLAS EM LUTA, 2017, min. 17:41 - 18:09 e min. 20:30 - 21:50).

Constata-se que a gestão da Secretaria de Educação era pautada pela não entrega de uma escola para os estudantes, mas sim um fim para a manutenção de espaços de ensino deficitários. Os estudantes constatam que há um padrão na gestão das escolas, pela semelhança destes relatos com outros, de outras ocupações, e que não se limita apenas às escolas da capital, mas em todo estado. Com as trocas de informação pelos meios digitais, os alunos notam que a falta de transparência da Secretaria da Educação com o projeto de reorganização, é parte constitutiva do *modus operandi* da gestão da educação pública, que se inicia de cima para baixo, pelo Estado, passa pela Secretaria da Educação, pelas Diretorias de Ensino e capilariza-se nas Diretorias das escolas.

Somada à outras queixas, como falta de liberdade de expressão dentro da escola, métodos punitivos e atitudes discriminatórias, os estudantes decidem ampliar o leque de reivindicações, para além da reorganização: “Em uma escola em Jundiaí, por exemplo, os estudantes apresentaram um leque amplo de reivindicações que iam desde papel higiênico e sabonete nos banheiros até “aulas mais livres e democráticas”, transparência na prestação de contas, um grêmio estudantil escolhido por meio de votação, jamais tendo que passar pelo crivo da equipe gestora” e “reuniões regulares

do Conselho de Escola, Grêmio Estudantil e APM para as tomadas de decisão” (CAMPOS, *et al*, 2016, p.146).

As ocupações representam o descontentamento dos estudantes com a não participação no processo de gestão da escola, especificamente com o projeto de reorganização, pautado às pressas pelo governo do Estado de São Paulo. Não se questiona a escola, mas os passos dados na sua gestão. A permanência dos alunos dentro das unidades favorece o entendimento por eles, de que a prática horizontal da política é possível. Rejeitam o duplo representatividade-legitimidade, parte constitutiva da estrutura verticalizada, e tomam como próprias as gestões das escolas ocupadas.

Mas, quando o movimento reivindica participação na política, o percurso que se apresenta é para acomodação da luta junto à gestão do Estado. Com a participação modulada pela racionalidade neoliberal: o movimento é convocado, e posteriormente acomodado, junto à mesma estrutura política que contesta. Não simplesmente como adesão ou captura, mas pela convocação à participação. Possibilita-se a gestão compartilhada da pauta da educação, permitindo a partir do exercício da governança a paulatina supressão da relação governante-governado. Ao compartilhar da gestão da escola pela prática da política horizontal, o movimento fortalece a política do Estado tradicional, vertical e institucionalizada.

Modulação inerente à prática de monitoramentos em uma sociedade de controle, e que caminha fluida em meio à racionalidade neoliberal, a gestão compartilhada da política, que aproxima as ocupações dos estudantes secundaristas de 2015 dos acontecimentos inaugurais das jornadas de junho de 2013, quando o exercício da gestão compartilhada em torno da pauta do transporte público, entre Estado e Movimento Passe Livre, garantiu a redução da tarifa ao mesmo tempo que fortaleceu o transporte público como domínio da política pelo Estado. No entanto, se no primeiro momento a prática compartilhada é algo que une os dois movimentos, a posteriori, o decorrer insurrecional durante as manifestações em junho de 2013, é algo que os distancia. Parte constitutiva das *jornadas de junho de 2013*, a rejeição às hierarquias, aos partidos políticos e à política, à grande imprensa, ou a qualquer via institucionalizada de representação, em nada se assemelha ao movimento dos estudantes secundaristas de 2015, em São Paulo. Inversamente proporcional a rejeição às institucionalidades, ao buscarem o protagonismo político do movimento e reivindicarem a coparticipação, os secundaristas irão colaborar com a organização modular, de monitoramento e controle,

da racionalidade política que se apropria das horizontalidades, cristalizando-as junto à sua estrutura, verticalizada e institucionalizada.

No dia 29 de novembro de 2015, o Jornalistas Livres, em matéria com chamada para conteúdo “Exclusivo”, publica que a “Secretaria de Educação prepara “guerra” contra as escolas em luta!” (JORNALISTAS LIVRES, 29 de nov. 14h00). A jornalista Laura Capriglione escreve a matéria em tom de denuncia, diz que o “Jornalistas Livres estavam lá”, e não deixa claro como o jornal conseguiu acompanhar uma reunião fechada entre o chefe de gabinete da secretaria da educação, Fernando Padula Novaes, e cerca de 40 dirigentes de ensino do Estado de São Paulo, sobre como deveriam agir as diretorias de ensino para “quebrar a resistência de alunos, professores e funcionários que estão em luta contra a reorganização escolar pretendida pelo governador Geraldo Alckmin” (Idem).

A tese abordada pelo jornal na matéria, era de que haveria uma estratégia implementada pelo chefe do gabinete, pelo Secretário e com o governador, para demonstrar uma aparente abertura ao diálogo pelo Estado, ao passo que a radicalização estaria com os estudantes. “Jornalistas Livres estavam lá e escutaram o chefe de gabinete anunciar para os dirigentes de ensino que o decreto da “Reorganização sai na [próxima] terça-feira”. Segundo ele, “Estava pronto na quinta passada (26/11) para o governador assinar”, mas parecia que o governador não “tinha disposição para o diálogo”. A maioria na sala (todos “de confiança” do governo), suspirou de alívio, e Padula emendou: “Aí teremos o instrumento legal para a reorganização” (Idem, Ibidem).

A gravação expõe também que não haveria retorno da decisão política sobre a necessidade de reorganização, e que o tema, das ocupações secundaristas versus o projeto do governo, estava sendo tratado pelo Estado como uma “guerra”, em que se perdem batalhas, mas tem-se como objetivo final subjugar o inimigo. Sobre isso, o JL comenta que; “o chefe de gabinete Padula repete inúmeras vezes que todos ali estão “em uma guerra”, que se trata de organizar “ações de guerra”, que “a gente vai brigar até o fim e vamos ganhar e desmoralizar quem está lutando contra a reorganização” (Idem, Ibidem).

Em meio à reunião conduzida pelo chefe de gabinete, anuncia-se outros importantes apoios ao plano de desmoralização dos estudantes e ao enfrentamento das

ocupações, pelo Estado vindos da Secretaria de Segurança Pública e a igreja. Trata-se de agrupar forças da ordem com intuito de reter a tentativa de expansão dos secundaristas, ativando hierarquias jurídico-políticas em nome da segurança, ao mesmo tempo que se ergue o protecionismo moral, encabeçado pela palavra da igreja cristã.

“A reunião mencionou também o papel de apoio que a Secretaria de Segurança Pública, do secretário Alexandre de Moraes, atual Ministro do Superior Tribunal Federal, está tendo, fotografando as placas dos veículos estacionados nas proximidades das escolas, e identificando os seus proprietários. [...] Padula contou como procurou o cardeal arcebispo de São Paulo dom Odilo Scherer, “A gente precisa procurar todo mundo, né?”, dele recebendo a orientação para responder aos que se opõe à “reorganização”. “Vocês precisam responder...as ocupações nas escolas têm o objetivo de desviar o foco de Brasília”, teria dito dom Odilo ao chefe de gabinete...” (Idem, *Ibidem*).

No dia seguinte, 30 de novembro, ambos, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, os jornais de maior circulação na capital paulista, repercutem a gravação obtida, no dia anterior, pelo Jornalistas Livres. O jornal OESP atualiza o número de escolas ocupadas, 190 “até ontem”, e anuncia que “Alekmin decreta reorganização na terça. Gestão estadual também prepara estratégia para demobilizar ocupações de escolas e tentar ligá-las aos sindicatos e movimentos sociais” (O ESTADO DE S. PAULO. 30 de novembro de 2015, p. A17).

A campanha descrita pelo Jornalistas Livres, que colocaria os estudantes como radicais, enquanto o governo como quem tenta o diálogo, já está presente nos trechos e declarações da secretaria, na matéria ao jornal. “O decreto não vai obrigar nada, não vai transferir. Ele só dá o mecanismo legal. Mas nosso espírito continua o mesmo. Onde houver necessidade, vamos dialogar, disse ao Estado o chefe de gabinete da pasta, Fernando Padula.” (Idem, *Ibidem*). A consideração do jornal em replicar as palavras do secretário, sem questioná-las, não se trata de sucesso do governo na implementação da sua tática conservadora, mas sim do amparo institucional que se estabelece entre os poderes; imprensa e governo. Ou, entre Capital e Estado.

Mais adiante no texto, o periódico revela trechos da gravação à qual o JL teve acesso, da reunião do dia anterior com as diretorias de ensino. Neles, o chefe de gabinete é enfático quanto às intenções e a execução de “táticas de guerra”: “Quanto à

ação política, nós vamos brigar até o fim e vamos ganhar. E vamos desmoralizar e desqualificar o movimento. A reclamação (*dos alunos*) que tiver fundamento, se eu entender, acaba a pressão que eles usam. Vamos tirar deles (*dos movimentos sociais*) o argumento” [...] “Essas questões de manipular, tem uma estratégia, tem método. O que vocês precisam fazer é informar. Fazer a guerra da informação, porque é isso que desmobiliza o pessoal e cria as agendas políticas” (Idem, *Ibidem*).

Descreve também a matéria de OESP, sem conflitos morais ou aprofundar questionamentos legais, a atitude da Polícia Militar em gravar “imagens de quem está nestes locais” e também fotografar as placas de carros nos arredores.

O jornal FSP publica pequena matéria, na qual também entrevista o chefe de gabinete, que explicita a postura de dirigente aberto ao diálogo que havia combinado em reunião com as diretorias, no dia anterior. O chefe de gabinete insiste na tese de que há muita desinformação, e que irá visitar as escolas ocupadas porque “quando mostramos nossos argumentos, muita gente se convence” (FOLHA DE S. PAULO 30 de novembro de 2015, p. B7). Ele também traduz os conselhos que ouviu da Igreja, ao acrescentar que: “Por outro lado, muita gente pró-Dilma [Rousseff] aproveita o movimento para querer desgastar o governo. Se não tem pauta de reivindicação coerente, fica claro a intenção deles” (Idem. *Ibidem*).

Fica claro também a prerrogativa que o Estado tem em gerir a política através do confronto. Ou, em adotar óbvio conflito como suposta prática política inovadora. Quando, em reunião, diz aos seus subordinados que é preciso “desqualificar e desmoralizar” o movimento dos secundaristas, e que tem o reforço da Secretaria de Segurança Pública em ações de investigação nas ocupações, o governo do estado de São Paulo mostra que não há tolerância quando se trata de garantir, inclusive pelo uso específico da coerção física, sua legitimidade. Quanto mais o movimento avança em deslegitimar o Estado, mais contundente é a manifestação do poder pelo meio que lhe é peculiar.

“Se o governo é mesmo, em si, emprego e manifestação de uma relação de força, em vez de analisá-lo em termos de cessão, contrato, alienação, em vez mesmo de analisá-lo em termos funcionais de recondução das relações de produção, não se deve analisá-lo antes e acima de tudo em termos de combate, de enfrentamento, de guerra? Teríamos, pois, diante da primeira hipótese – que é: o mecanismo do poder é, fundamentalmente e

essencialmente, a repressão –, uma segunda hipótese que seria: o poder é a guerra, é a guerra continuada por outros meios. E, neste momento inverteríamos a proposição de Clausewitz e diríamos que a política é a guerra continuada por outros meios. O que significaria três coisas. Primeiro isto: que as relações de poder, tais como funcionam numa sociedade como a nossa têm essencialmente como ponto de ancoragem uma certa relação de força estabelecida em dado momento, historicamente precisável, na guerra e pela guerra. E, se é verdade, que o poder político para a guerra, faz reinar ou tenta fazer reinar uma paz na sociedade civil não é de modo algum para suspender os efeitos da guerra ou para neutralizar o desequilíbrio que se manifestou no final da batalha. O poder político, nessa hipótese, teria como função reinserir perpetuamente essa relação de forças, mediante uma espécie de guerra silenciosa e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros. Seria, pois, o primeiro sentido a dar a esta inversão do aforismo de Clausewitz (...). E a inversão dessa proposição significaria outra coisa, também, a saber: no interior dessa “paz civil”, as lutas políticas, os enfrentamentos a propósito do poder, com o poder, pelo poder, as modificações nas relações de poder (...) deveriam ser interpretadas como as continuações da guerra” (FOUCAULT, 1999, p. 22, 23).

Ainda em 30 de novembro, ao mesmo tempo em que jornais repercutiam o conteúdo gravado da reunião entre o chefe de gabinete da secretaria e as diretorias de ensino, no dia anterior, alunos da escola Fernão Dias surpreendem, logo pela manhã, com o trancamento de duas avenidas da região de Pinheiros, zona oeste da cidade, próximas à escola.

O periódico El País, como tem versão eletrônica, publica 3 matérias durante este dia. A primeira delas às 12h35, e faz um rápido relato do ato dos estudantes que acabava de acontecer: “Estudantes protestam em São Paulo contra o fechamento de escolas. Uma centena de alunos fecha o cruzamento da avenida Faria Lima com a Rebouças” (EL PAÍS. 30 de nov. de 2015, 12h35). No texto, o periódico diz que “a eminência de um decreto pela reabertura de cerca de 200 escolas ocupadas, a ser publicado nesta terça pelo Governo do Estado, suscitou a manifestação, liderada pelos alunos do colégio estadual Fernão Dias, do bairro de Pinheiros, na Zona Oeste.” (Idem).

Durante a noite, o El Pais publica mais duas matérias. Com diferença de apenas um minuto entre uma e outra, trata de repercutir os planos do governo, anunciados na reunião do dia anterior, e a resposta dos alunos com o trancamento das avenidas, pela manhã. Na edição das 22h06, o periódico traz informações sobre a tentativa de desocupação forçada, em uma das escolas, na zona sul. “Logo cedo, pais, professores e membros da comunidade do entorno da Escola Honório Monteiro, na zona sul, tentaram entrar na escola, que estava ocupada. A polícia foi acionada e os alunos acabaram

pressionados a abrir o portão” (EL PAÍS. 30 de nov. de 2015, 22h06). Um aluno, menor, com 17 anos de idade, teve a sua câmera tomada pela PM, enquanto tentava gravar a ação dos policiais. “A PM tomou a minha câmera, de maneira truculenta, e me levou para a delegacia, junto com outro estudante” [...] “só me devolveram a câmera depois que eu assinei meu depoimento e apaguei o vídeo” (Idem). Segundo a matéria, a escola foi desocupada na mesma hora em que os estudantes da escola Fernão Dias travavam o cruzamento das avenidas Rebouças com Faria Lima, na zona oeste de São Paulo.

Na terceira e última edição do dia, O El País atualiza os dois lados do conflito: “Secundaristas se organizam com “Manual de como travar uma avenida”. Governo Alckmin endurece e anuncia decreto de reorganização escolar para esta terça” (EL PAÍS. 30 de nov. de 2015, 22h07). A matéria é curta, e discorre sobre as resistências e contra-resistências em torno da discussão do projeto de reorganização. Pinça, do lado dos estudantes, a criação do “Manual de como travar uma avenida”, produzido pelo coletivo *O Mal Educado* e, do lado do governo, a bélica articulação para desmobilizar os estudantes, propondo “ações de guerra” contra as ocupações. “Contra os alunos conta o desgaste natural pelo prolongamento da ocupação e a pressão de grupos de pais preocupados com os dias de aula perdidos ante a proximidade das provas finais. Contra Alckmin conta a simpatia angariada pelo movimento e a determinação da Justiça de suspender ações de reintegração de posse” (Idem).

Nas publicações do dia 1 de dezembro de 2015, fotos do trancamento das avenidas Brigadeiro Faria Lima e Rebouças estampam os cadernos das coberturas da cidade dos jornais Folha S. Paulo e O Estado de S. Paulo. Na edição do jornal FSP, a foto de um policial militar arrancando a cadeira da escola da mão de uma estudante, é capa do jornal. Na legenda da foto: “Protesto em SP - Policiais retiram cadeiras usadas em manifestação que fechou a av. Faria Lima, na zona oeste paulistana, na manhã deste segunda (30), contra a reorganização de escolas proposta pelo governo Alckmin (PSDB); decreto que oficializa a mudança na rede será publicado nesta terça (1º) – Cotidiano B5” (FOLHA DE S. PAULO, 01 de dezembro de 2015, Capa).

A matéria no caderno Cotidiano, mostra que a secretaria impõe “formalidade”, e burocracia, para que haja diálogo. Pede que os estudantes assinem uma carta, onde, em trecho, consta o pedido: “Requeremos o envio das reivindicações e agendamentos com a autoridade da Diretoria de Ensino (...) para a realização da reunião” (FOLHA DE S. PAULO, 01 de dezembro de 2015, p. B5). Os representantes das Diretorias de

Ensino pedem para que os alunos assinem a cópia da carta para registrar o seu recebimento e “que então liguem para as diretorias de ensino para agendar uma conversa” (Idem). Alguns alunos se recusam a assinar a carta que impõe diálogo com as diretorias e redigem sua própria carta, entendendo que, os “nossos fóruns de negociação são os órgãos centrais, a saber, a Secretaria Estadual de Educação e o governo do Estado de SP” (Idem, Ibidem).

Para a secretaria, ao impor a carta e o seu registro de recebimento pelos alunos, o órgão quer fazer crer que está estabelecendo uma tentativa de diálogo, onde o registro é mais um “instrumento destas tentativas”. O discurso das tentativas de diálogo, por parte do governo, é colocado em prática. Mas não é só a imposição de um discurso o que se configura quando há o envio de representantes da Secretaria, sob o intuito de “estabelecer diálogo”. É também uma manobra que impõe a descentralização das decisões e a pulverização do movimento, ameaçando estudantes. Ao tratar com cada unidade escolar separadamente, trava-se também uma luta para individualizar o que o movimento dos secundaristas agrupa e transforma em comum, e que é a fonte da sua potência política. Nesse momento, a luta é pela manutenção do coletivo, para que não se disperse a força que se estabelece justamente pela união em torno do movimento, sincronizado e capilarizado, das ocupações.

“Vencer a solidão organizada pela metrópole coincide assim com a elaboração de densidades afetivas e de maneiras de convivialidade mais fortes do que todas as necessidades pressupostas-produzidas pelo paradigma de governo, que nos incapacitam e nos separam da nossa própria potência. Trata-se, portanto, de procurar uma presença íntegra a partir da qual possamos nos organizar para tomar em nossas mãos cada um dos detalhes de nossa existência, por mais ínfimos que sejam, *porque o ínfimo é também domínio do poder*. No seu conjunto, isto passa necessariamente por romper com as individualidades e com as massas metropolitanas; passa, pois, pelo encontro com os aliados e pela formação de um novo povo, onde os afetos e os saberes autônomos expulsem do meio de nós qualquer “especialista” em governo e biopolítica” (CONSELHO NOTURNO, 2019, p. 102, 103).

Mas, os jornais não aprofundam neste momento as denúncias sobre as práticas do Estado para a desmobilização dos secundaristas. Preferem atualizar o ranço institucional do pretenso debate democrático. O jornal O Estado de S. Paulo, deste dia 01 de dezembro de 2015, traz a disputa entre os estudantes e o governo, comentada por diferentes instituições: científica, política e religiosa. O maior destaque é para a

entidade de ensino, a Universidade Federal do ABC, que corrobora a tese de que a reorganização das escolas em ciclos únicos não é solução para a melhoria do ensino e que é preciso debater a reorganização. Raciocínio compartilhado por promotores do Grupo de Educação do Ministério Público do Estado, que alerta que “a condução da reorganização foi absolutamente inadequada” (O ESTADO DE S. PAULO, 01 de dezembro, de 2015, p. A17). O jornal cede espaço ao arcebispo dom Odilo Pedro Sherer, que esclarece os comentários que teria feito aos funcionários da pasta da Educação. O arcebispo diz “apenas ter “observado” que o governo precisa “explicar mais e melhor” a sua proposta aos diretamente interessados no projeto” (Idem).

O El País, traz intenção do Ministério Público de São Paulo em barrar o projeto de reorganização escolar na capital paulista. “O Ministério Público de São Paulo vai entrar com um pedido de liminar para suspender a reorganização escolar na capital paulista” (EL PAÍS, 01 de dez. de 2015, 7h50). Na matéria, o MP de São Paulo coloca que tentou uma interlocução do Estado com os estudantes, “mas, como os últimos acenos do Governo foram no sentido de que não há volta”, disse o promotor, “é possível que o MP entre com um pedido de liminar para a suspensão da reorganização” (Idem).

Liminar contra a reorganização, de um lado, decreto a favor, do outro. O Jornalista Livres deste dia é enfático: “Sai o decreto da vergonha” (JORNALISTAS LIVRES, 01 de dezembro de 2015). O texto faz menção à publicação do decreto de reorganização escolar pelo governador Geraldo Alckmin, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, e classifica o documento de “mediocre e covarde”, por ser uma peça “que não inclui nem mesmo a assinatura do titular da pasta da Educação paulista, Herman Jacobus Cornelis Voorwald” (Idem).

O texto publicado no Diário Oficial, sob o decreto 61.672, de 30 de novembro de 2015, é reproduzido na íntegra na matéria do Jornalistas Livres. É, em seu conteúdo, a chancela ao governo para que ele possa fazer transferências “dos integrantes dos Quadros de Pessoal da Secretaria da Educação [...] nos casos em que escolas da rede estadual deixarem de atender 1 (um) ou mais segmentos, ou, quando passarem a atender novos segmentos” (idem). Em nada versa a publicação, sobre o fechamento de unidades ou mesmo a transferência de ciclos entre as unidades, que é a proposta do projeto de reorganização do governo, e que aflige pais e estudantes do ensino público estadual. Mas explicita pavimentar, juridicamente, o possível ajuste no corpo funcional da Secretaria da Educação, diante da efetivação das mudanças propostas pela

reorganização. Traz algumas declarações ainda sobre a reunião “realizada no domingo (29/11), vazada em gravação “exclusiva” pelos Jornalistas Livres, e faz questão de explicar que a covardia é “porque a Secretaria de Educação simplesmente não menciona as 94 escolas que serão extintas, as que terão ciclos fechados, as que serão obrigadas a receber alunos de outras, superlotando as salas de aula” (Idem).

Na mesma manhã em que o decreto é publicado, em resposta às tentativas do governo em desmobilizar as ocupações e juridicamente oficializar o caminho para implantação do projeto de reorganização, ainda que o decreto verse apenas sobre facilitar o remanejamento do corpo de funcionários entre as unidades de ensino, os estudantes ampliam o trancamento de ruas, pontes e avenidas. Ao mesmo tempo, e em conluio, Polícia Militar e pais de alunos, estabelecem suas rotineiras práticas de violência contra ocupações. “Nesta manhã, alunos da escola estadual Silvio Xavier Antunes, que está na lista das escolas que fecharão, fizeram um protesto bloqueando parte da Marginal Tietê, na altura da ponte do Piqueri, na zona norte. Ao mesmo tempo, na zona sul, secundaristas bloquearam a ponte João Dias em protesto. Na região central da cidade, pais de alunos e a Polícia Militar invadiram a escola Maria José, ocupada pelos secundaristas. Houve tumulto e a PM usou spray de pimenta para conter os estudantes. Posteriormente a escola foi reocupada pelos alunos” (EL PAÍS, 01 de dez. de 2015, 7h50).

Enquanto os meios jurídicos são acionados pelas instituições, contra e a favor da reorganização, é colocada em prática a tática do governo paulista de arregimentar pais insatisfeitos com as ocupações para que somem ao efetivo da polícia militar e das diretorias de ensino, com intuito de desocupar as escolas. O Estado de São Paulo, do dia 2 de dezembro de 2015, notícia, que “funcionários da Secretaria de Educação do Estado têm recorrido aos pais de alunos para tentar convencer os estudantes a saírem das escolas. Ontem, a tática terminou em confusão com a Polícia Militar na escola Maria José, na Bela Vista. À noite, houve confronto com estudantes no centro, durante protesto contra a reorganização, apesar de a Ouvidoria dizer em nota oficial que “a Polícia Militar não pode e não deve interceder em assuntos da pasta da secretaria de Educação” (O ESTADO DE S. PAULO, 2 de dezembro de 2015, p. A26).

O diretor da escola Maria José, acompanhado de pais e funcionários da escola, foi até a unidade pedir para que as aulas fossem retomadas e a escola desocupada. Como não houve acordo, “às 8 horas um grupo entrou e discutiu com os alunos. A polícia foi

acionada e usou spray de pimenta contra os estudantes, empurrou dois adolescentes e deteve um. “Os pais estavam exaltados e a polícia só veio para fazer ainda mais confusão. Nossa única defesa foi fazer uma barreira com cadeiras e mesas”, disse Elaine Nunes, de 15 anos, aluna do 9º ano” (idem).

No mesmo dia, uma escola em Osasco, Coronel Antônio Paiva, é notícia por surgir depredada. “Os alunos negam que tenham sido eles e citam ação de desconhecidos” (FOLHA DE S. PAULO, 02 de dezembro de 2015, p. B6). À noite, um protesto em uma avenida da região central de São Paulo, “com alunos contrários à reorganização terminou em confronto com PMs, que usaram bombas de gás para desbloquear a via” (Idem).

São muitos os relatos publicados à época por estudantes das escolas ocupadas em suas páginas de Facebook, sobre as atitudes em conluio dos pais com diretorias, e com a polícia militar, no sentido de intimidar os estudantes, enfraquecer e mesmo acabar com determinadas ocupações. Diretorias mobilizavam pais insatisfeitos, utilizavam a força da polícia, lideranças políticas, como a juventude do PSDB, chantageavam alunos com a suspensão de notas, matrículas, prometiam repetições caso os alunos não voltassem a assistir as aulas e até a suspensão do programa Bolsa Família. Do lado do movimento, foram muitas as publicações dos alunos alertando para a campanha de desinformação iniciada pelo Estado e os pedidos para que não cedessem às chantagens. Ações apoiadas pelas secretarias da Educação e da Segurança Pública, com articulação entre diretorias e pais de alunos, e que começaram logo depois da reunião entre chefia de gabinete da Secretaria de Educação e Diretorias regionais de ensino.

“[...] a polícia de fato passou a agir de maneira mais aberta e sistemática que antes, quando foram vistos muitos casos de assédio moral, pressão psicológica e sabotagem aparentemente assistemáticos e com graus de violência variados, geralmente mais graves quando ocorridos durante a noite, longe dos olhos da mídia e do público. [...] Já no domingo uma série de ocupações começaram a postar avisos em suas páginas do Facebook. [...]

[EE JOÃO GALEÃO CARVALHAL – FACEBOOK – 29/11/05]
COMUNICADO: Muitos responsáveis e alunos têm ligado na diretoria de ensino, só que as respostas que eles passam pra vocês são mentiras ou ameaças, para desmobilizar o movimento [...] AMANHÃ NÃO HAVERÁ AULA! A entrada dos alunos para ocupação será a partir das 9:30.

[EE ANTÔNIO ADIB CHAMAS – FACEBOOK – 29/11/05]
Pessoal, amanhã NÃO vai ter aula! A escola continua ocupada contra o

fechamento do noturno e contra o fechamento das escolas. O governador, a rede Globo e as diretoras querem enganar as pessoas [...]” (CAMPOS, *et al*, 2016, p. 217, 218)

A pressão do Ministério Público sobre o projeto de reorganização da Secretaria de Educação acontece pelo desencadeamento dos desentendimentos e o “aumento das tensões” entre os estudantes, comunidades de alunos e pais contrários às ocupações e o governo. “Promotores vão à justiça contra reorganização de escolas em SP, Integrantes do Ministério Público querem suspensão do projeto da gestão Alckmin” (Idem, *Ibidem*). Em Presidente Prudente, interior do Estado, acontece o mesmo. Os argumentos dos promotores para pedir a suspensão do projeto de reorganização vão, desde o interesse econômico pela redução dos custos do Estado com educação, até a falta de diálogo com a sociedade. Segundo fala publicada no jornal FSP, do promotor João Paulo Faustioni, do Ministério Público de São Paulo, “o ingresso na justiça não demorará porque é crescente a tensão entre quem ocupa os colégios e os que tentam evitar mais prejuízos ao ano letivo” (Idem, *Ibidem*).

Ainda sobre este dia 02 de dezembro, o jornal El País publica uma matéria na qual contrasta verbos para, didaticamente, explicar aos seus leitores “a grande diferença entre *confrontar* e *reprimir*” (EL PAÍS, 02 dez. 2015, 22h48). A matéria faz um apanhado dos acontecimentos em torno dos momentos em que a PM se manifestou violentamente contra as ocupações, mas insiste em colocá-la num plano “discursivo” diferente daquele proferido pelo governador: “Nos últimos dias, quanto mais o governador Alckmin falou em diálogo, mais a polícia reprimiu os adolescentes nas ruas e nas escolas. Essa atitude da PM que não condiz com o discurso proferido pelo governo, só contribui para o aumento da tensão com os estudantes. E a possibilidade de haver, de fato, uma negociação parece ficar ainda mais distante” (Idem).

E não poderia ser diferente. A polícia nada mais é do que a face obliterada do estado de exceção, acionado para reestabelecer a ordem ao poder, e que, como tal, faz uso da coerção física não como última alternativa, mas como primeira e principal. Ao aliar, não só as pretensões do reestabelecimento da ordem pelo Estado com as demandas por justiça de parcela da sociedade, mas também o reconhecimento das denúncias da imprensa como fortalecimento institucional próprio, a atividade policial, inclusive, elastifica-se.

“Todavia a questão contemporânea das penalizações a céu aberto está ligada ao crescimento da atividade policial, uma elastificação desta técnica característica do Estado moderno. Considera-se polícia não um instrumento do poder judiciário, mas uma forma determinada de se fazer política, uma tecnologia que funciona segundo uma racionalidade específica e promove o vigor do Estado, não somente pelo cumprimento rigoroso da lei, mas pela vulgarização das práticas de normalização. As penalizações a céu aberto não se referem especialmente, embora estejam em relação, aos processos de judicialização da vida e/ou da política, que são alvo de diversas análises críticas hoje. Elas estão conectadas a uma configuração contemporânea das tecnologias de subjetivação que produzem o *cidadão-polícia*, ligam, condicionalmente, o exercício moderno da vida cidadã ao domínio das tecnologias de governo policial que, no limite, apelam à intervenção do Estado. Trata-se de uma tecnologia produtora de assujeitamentos. O crescimento e a elastificação da atividade policial hoje, encontra contestações, mas é precisamente na tensão entre grupos que buscam reconhecimento ou tentam limitar a atividade do Estado e as formas de atuação do governo que a atividade policial se apoia. Isso se dá pela triangulação entre Estado, demanda legal por reconhecimento e a prática de polícia, que hoje se encontra além e aquém da existência de um aparelho repressivo estatal” (PASSETTI, *et al*, 2019, p.299).

Quando o El País disassocia as atitudes da polícia das falas do governador, entendendo que a atitude de um não condiz com a fala do outro, se esquece de relacionar a polícia como ferramenta específica e como dispositivo acionado pelo próprio Estado, quando procura velar o estado de excessão necessário para continuidade do exercício do poder. Ao mesmo tempo, ao buscar o reconhecimento que a sustenta e põe de pé, a imprensa quando colabora para contestar as atividades de governo, “elastifica a atividade policial” se tornando, ela mesma, parte constitutiva do monitoramento pela preservação de ambientes seguros.

“Ordem veio de cima.”

As matérias dos periódicos de 03 de dezembro se dividem em três principais aspectos: a denúncia de que há um recrudescimento da violência da polícia militar para coibir os protestos e as ocupações, o encaminhamento de ação civil pública, do Ministério Público, pedindo a suspensão do projeto de reorganização do governo do Estado e a nova tática de protesto adotada pelos estudantes secundaristas: o travamento de ruas e avenidas, de preferência, em seus cruzamentos. Ao saberem, pelo áudio

vazado pelo Jornalistas Livres, da reunião entre diretorias de ensino e a secretaria da Educação, de que o governo anunciava como “táticas de guerra” as futuras manobras para desqualificar e desmobilizar o movimento, alunos de diversos colégios mudam de tática e agregam, para além das ocupações, desde o começo da semana, o “travamento”, com o intuito de dar maior visibilidade aos protestos. Os jornais traziam que, no dia anterior, logo pela manhã, manifestantes bloquearam a Avenida Doutor Arnaldo, em Pinheiros, zona oeste. Mais tarde, no final do dia, mais um bloqueio nas esquinas da Avenida Henrique Shaumann com a Teodoro Sampaio, também em Pinheiros. Em ambas as situações, a polícia agiu com violência para desobstruir a passagem do trânsito.

“Governo foca desgaste, e alunos radicalizam. Manifestantes mudam estratégia e ameaçam fechar mais vias após gestão Alckmin sinalizar que não muda reorganização” (FOLHA DE S. PAULO, 03 de dezembro de 2015, p. B1). Entre as cadeiras espalhadas pelos estudantes para travar o trânsito, estouraram bombas de efeito moral da Polícia Militar para liberar as ruas. “A ação dividiu quem assistia à cena. Enquanto alguns motoristas ajudavam policiais a retirar as cadeiras, outros gritavam “vergonha” para os PMs. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) disse haver motivação política na ação dos estudantes. “Não é razoável a obstrução de via pública. É nítida que há uma ação política do movimento” (Idem, ibidem). A FSP dedica três páginas do seu caderno Cotidiano para tratar do assunto. Na seguinte, mostra sequência de prisões efetuadas pela Polícia Militar, ao longo dos protestos de rua da semana. “Detenções nos protestos incluem adultos e jovens de outras escolas. De oito pessoas levadas para as delegacias até quarta a tarde, quatro eram maiores de idade” (FOLHA DE S. PAULO, 03 de dezembro de 2015, p. B3).

Menores são “apreendidos”, e o termo não reflete assimilação pela consciência, mas sim uma maneira encontrada juridicamente para qualificar o menor inimputável, não como criminoso, mas como quem comete um ato infracional. Dispositivo jurídico que, ao fim, coloca o menor, se distante da pena, dentro da delegacia e à mercê da interpretação do Delegado de Polícia. “Levei chute por trás, me enforcaram e ainda assinei um ato infracional por desacato e resistência” afirmou um adolescente de 16 anos, um dos dois menores de idade apreendidos no dia” (Idem, ibidem). A terceira página do caderno dedicada ao assunto, questiona o uso da polícia militar nos protestos.

“Alexandre de Moraes nega excessos e diz que polícia ‘vai intervir’ nas ruas ‘para garantir acesso das pessoas” (FOLHA DE S. PAULO, 03 de dezembro de 2015, p. B4).

Já a Ouvidoria da Polícia Militar, “diz que nada justifica o excesso praticado por alguns policiais, ainda que os estudantes não tenham avisado as autoridades sobre as manifestações nas ruas. [...] “O cara pegar um cassetete e ficar batendo na perna da moça. São procedimentos que nos deixam tristes de ver” disse” (Idem). O Ouvidor da Polícia de São Paulo, Julio Cesar Fernandes Neto, ainda arriscar afirmar que “falta diálogo sobre o projeto de reestruturação das escolas. “Tem que evitar até as últimas consequências [o impasse], para que não haja truculência” (Idem, ibidem).

A declaração da Ouvidoria chama a atenção do Secretário de Segurança Pública, que se manifesta em matéria do jornal O Estado de S. Paulo, contrariado com as declarações dadas pelo Ouvidor. Não apenas sobre a atuação da polícia, mas também sobre o projeto de reorganização. O Secretário diz, “em nota, que estranha a atitude político-partidária do ouvidor” e o criticou, dizendo que “ele não tem atribuição nem conhecimento técnico para comentar a reestruturação de ensino [...] demonstra total desconhecimento das ações da Segurança Pública, pois a polícia continuará atuando para impedir que haja dano ao patrimônio público, como o ocorrido em Osasco, ou tumulto e badernas nas ruas” (O ESTADO DE S. PAULO, 03 de dezembro de 2015, p. A24).

O jornal O Estado de S. Paulo, além da cobertura dos eventos de travamento das avenidas e a “atuação” da Polícia Militar, traz também nova tática adotada pelos estudantes em Sorocaba, interior do estado, que invadiram uma Diretoria Regional de Ensino. Traz protestos também em Campinas, Limeira e em Santos, onde “alunos montaram uma barricada com mesas e carteiras para barrar o acesso a uma escola e impedir a ação de policiais” (Idem).

A invasão da Diretoria de Ensino, em Sorocaba, inaugurou uma nova forma de ação. No dia seguinte, foi a vez de Santo André fazer o mesmo. Com a intensificação das “táticas de guerra” pelo governo, que atua garantido pela presença cotidiana da Polícia Militar na confusa “promoção do diálogo” – parceria entre a secretaria da Educação, Diretorias de Ensino, diretorias de colégios, pais e professores contrários à reorganização –, o que se vê é a intensificação e a diversificação por novas formas de

manifestação, e que inaugura a pluralidade de ações como resposta dos estudantes ao recrudescimento do governo.

“A estratégia de organização descentralizada, ao mesmo tempo em que permitia uma pluralidade de formas de ação, era uma aposta. Os estudantes poderiam ou não atender ao chamado de ocupar as ruas, bem como poderiam ou não ter atendido ao chamado de ocupar as escolas anteriormente. De maneira similar às ocupações dos colégios em que observamos um movimento crescente até atingir o ápice de intensidade no dia da prova do Saesp, a estratégia das “aulas de rua” atingiu seu clímax quatro dias depois da divulgação do manual dos trancamentos. Em um único dia (quinta-feira, dia 03/12) quase vinte pontos da cidade, dentre avenidas, cruzamentos e centros urbanos, foram tomados pelos estudantes” (CAMPOS *et al*, 2016, p.246).

Os Jornalistas Livres, publicam duas matérias, neste dia 03 de dezembro; a primeira muito curta, intitulada “Ordem veio de cima” (JORNALISTAS LIVRES, 03 de dezembro de 2015), e que diz respeito a fala da defensora pública Daniela Skromov de Albuquerque, que interpreta que a frase do chefe de gabinete, Fernando Padula, de que a mobilização dos estudantes deveria ser tratada “como uma questão de guerra”, teria motivado o exacerbamento das ações policiais e das diretorias das escolas. “Nossa preocupação é com a integridade física e psíquica desses jovens, acredito que o tempo urge” (Idem). A segunda matéria diz respeito a abertura da Defensoria Pública e do Ministério Público, de ação civil pública pela suspensão da reorganização do ensino para o ano de 2016 e a garantia de debate com a sociedade.

“– Preciso passar com a viatura.

– Não.

– Acabou, tá? Já chega.

– Não.

– Se afastem.

– Não.

Bomba” (EL PAÍS, 03 dez. 2015, 8h54).

A intimidação acima partiu do Batalhão de Choque, que exigia a abertura da rua Teodoro Sampaio, zona oeste de São Paulo, fechada pelos estudantes. O Batalhão atendia ao pedido da Polícia Militar, que tentara momentos antes, liberar a via. Nessa mesma edição, o jornal El País atualiza o número de ocupações para “200 escolas”, diz

que o governo resiste e que não irá voltar atrás no projeto de reorganização, mas coloca que assim como o governo, e apesar da repressão, os estudantes dizem que “não iam “arregar” da luta contra a reorganização escolar” (Idem).

Recado privado, “opinião pública”.

No dia seguinte, a manchete na primeira página do jornal Folha de S. Paulo acrescentaria mais um fato ao enredo das disputas, e que influenciaria prontamente a resposta política do governo ao movimento dos secundaristas. “Popularidade de Alckmin despenca” (FOLHA DE S. PAULO, 4 de dezembro de 2015, CAPA). Em seu caderno Cotidiano, quatro páginas dedicadas ao assunto, sendo três matérias e um artigo. Logo de início, o tema não é a investida da polícia ou as manifestações dos secundaristas trancando as ruas da cidade, mas sim a popularidade do governador que despenca. Segundo jornal, seu próprio Instituto de Pesquisa, o Datafolha, indica que o governo tem a sua pior avaliação, “ao longo dos 4 mandatos – mais de dez anos de gestão, em períodos alternados, desde 2001” (FOLHA DE S. PAULO, 4 de dezembro de 2015, B1).

Para o Instituto, a combinação da crise da água e do controverso projeto de reorganização, teria puxado para cima os índices de rejeição do governo de Alckmin: 30% de ruim ou péssimo contra 28% de aprovação. Somados aos 40% que consideram o governo apenas regular, temos um deterioramento dos índices de aprovação da gestão do governador. Especificamente quanto ao projeto de reorganização, “de cada dez eleitores, seis (61%) são contra as mudanças promovidas pelo governo; três (29%) são favoráveis. A discordância chega a 69% entre os mais jovens” (Idem).

Ainda procurando identificar os motivos para a queda da popularidade, a segunda matéria analisa o tema pela sensibilidade que há na área escolhida para mudança política; a educação. E que, em última instância, trata-se, para os mais pobres, de política pública essencial para ascensão social. Pesa também contra essa administração, o fato de que há a sensação por parte do eleitorado de que Alckmin não é transparente, já que “as últimas tentativas de evocar sigilo sobre dados da Sabesp, assim como do Metrô e da Polícia Militar, reforçam a falta de transparência associada ao governo” (FOLHA DE S. PAULO, 4 de dezembro de 2015, B4). Sobre este aspecto,

a pesquisa revela que 83% dos entrevistados acreditam que o governo só fornece dados sobre ele próprio.

Duas matérias e um artigo depois, a página B6 do caderno Cotidiano fala das manifestações e da Polícia Militar, mas sem deixar de sinalizar que Alckmin interviria, a partir dali, “convocando uma audiência pública para tentar pôr fim à onda de ocupações dos colégios no Estado” (FOLHA DE S. PAULO, 4 de dezembro de 2015, B6). O jornal traz o número de 196 escolas ocupadas, anuncia que a interlocução não será mais com o secretário de Educação, mas sim com o secretário da Casa Civil, Edson Aparecido, que diz: “Talvez a audiência pública nos dê uma oportunidade de fazer uma discussão, não sob o ponto de vista de revisar, mas no ponto de vista de esclarecer também os critérios” (Idem). Critérios extensamente discutidos durante todo movimento das ocupações, como comprova a própria matéria quando traz, em duas colunas, uma de cada lado do corpo central de texto, os argumentos pró e contra a reorganização.

Para além da divulgação de pesquisa Datafolha com os mesmos números e conclusões do Instituto, o jornal O Estado de S. Paulo, traz notícia do ingresso da ação civil pelo Ministério Público Estadual para barrar o projeto de reorganização. A falta de diálogo que permeava a argumentação do MP é fortalecida agora por documento oficial, revelado pela reportagem, mostrando que havia sim no projeto de reorganização, a intenção em reduzir despesas na educação pública estadual. Em ofício enviado pelo governo ao Grupo de Atuação Especial de Educação (Geduc), a Secretaria Estadual de Educação reconhecia a redução de despesas, quando diz: “A racionalização dos recursos usados, que se prevê na implementação do processo de reorganização das escolas, seja com a redução de despesas com custeio, equipamentos, materiais permanentes, obras, dentre outras, alinha-se com as limitações intrínsecas à possibilidade do acompanhamento proporcional dos recursos arrecadados pelo Estado” diz o documento enviado em novembro, ao qual o Estado teve acesso” (O ESTADO DE S. PAULO, 4 de dezembro de 2015, p. A20).

Ainda na mesma página, o contraponto às investidas da PM sobre os estudantes, revelado em nota, que avisa aos leitores que ainda que a polícia tenha agido de maneira violenta contra os estudantes, a “PM teve ordem para não usar bala de borracha” (Idem). Visto que, por si só, “em meio à crise provocada pelas ocupações de escolas e travamento de ruas importantes em São Paulo, a divulgação de ferimentos graves com

sangramento, por exemplo, contribuiria para a imagem negativa da polícia e, conseqüentemente, para a do governo estadual” (Idem, ibidem).

O Jornalistas Livres publica duas matérias neste dia. Uma intitulada: “A última escola a ser ocupada” e outra sobre o impedimento da jornalista Laura Capriglione de acompanhar a coletiva de imprensa em que o governo anunciou a suspensão da reorganização. A manchete deixava claro: “A imprensa livre e democrática foi impedida à força de entrar na coletiva de imprensa sobre a suspensão da reorganização” (JORNALISTAS LIVRES, 04 de dezembro de 2015).

Depois de ver-se impedida por uma segurança na porta do auditório onde a coletiva acontecia, Laura começou a filmar com a câmera do seu celular e questionar outros seguranças, do por que da proibição do veículo à cobertura do anúncio do governo. Foi quando “um deles agarrou a minha mão que segurava o celular dizendo que eu não poderia filmá-lo e ficou apertando-a fortemente, machucando-me e intimidando-me e ameaçando quebrar o aparelho antes que eu pudesse finalizar o vídeo” (Idem). Ao final, a jornalista conclui que a demonstração de truculência era um indicativo de que o governador Geraldo Alckmin “não aceita o diálogo, tem conflitos com o livre exercício da imprensa, com a liberdade de expressão e de manifestação” (Idem).

A edição do El País das 19h54, traz a repercussão do alto índice de rejeição do governo Alckmin, referindo-se a mesma pesquisa do Datafolha. E, às 20h48, atualiza: “Governo de SP suspende reorganização escolar após protestos. Manifestações estudantis contra o fechamento de 92 escolas foram reprimidas pela PM. Desgaste fez com que Geraldo Alckmin recuasse da proposta. Acompanhe a cobertura” (EL PAÍS 04 dez. 2015, 20h48). A edição é enxuta, traz o texto do governador em redes sociais, Facebook e Twitter, e assegura que “a decisão vem depois do juiz Iberê de Castro Dias, da Vara da Infância Protetiva e Cível de Guarulhos, conceder liminar que suspende a chamada reestruturação escolar na cidade. Ele atendeu a um pedido do Ministério Público de São Paulo” (Idem).

Política é a seletividade da escuta.

No dia seguinte, 5 de dezembro de 2015, os dois jornais de maior circulação da capital exibem manchete em primeira página sobre o recuo do governador. “Alckmin recua de fechamento de escolas e secretário cai” (O ESTADO DE S. PAULO, 05 de dezembro de 2015, CAPA), e “Alckmin recua e suspende a reorganização escolar em SP” (FOLHA DE S. PAULO, 05 de dezembro de 2015, CAPA). As edições são de sábado, e ambas dedicam algumas páginas ao acontecimento, em seus respectivos cadernos de cobertura da cidade.

Os periódicos afirmam que a pressão para o recuo do governador se deu pelo recrudescimento das ações da polícia, e que estas teriam influenciado os baixos índices de popularidade revelados pela pesquisa de opinião do Datafolha. O secretário de Educação, Herman Voorwald, pediu demissão e não participou da reunião na qual o governo definiria o “recuo” do fechamento das escolas, e a suspensão do projeto de reorganização. “A suspensão da reorganização das escolas foi decidida em reunião na manhã desta sexta (4), no Palácio dos Bandeirantes. Participaram o governador Geraldo Alckmin (PSDB) e os secretários Alexandre de Moraes (Segurança) e Edson Aparecido (Casa Civil). O da Educação Herman Voorwald, já sem poder, não foi convidado” (FOLHA DE S. PAULO, 05 de dezembro de 2015, B4).

Na mesma manhã, alunos que protestavam na Rua da Consolação eram recebidos por uma “chuva de bombas” dos policiais. “Imagens de jovens agredidos ou acuados se espalharam pela mídia, em programas populares de tv e redes sociais. [...] as imagens de PMs usando a força contra jovens, aliadas à pesquisa Datafolha que mostrou Alckmin em baixa popularidade, deixaram o plano sem sustentação política” (Idem). Ainda nesta matéria, o jornal FSP faz menção à fala de um “auxiliar”, presente na reunião, e que teria dito que o governo de Alckmin estaria: “disputando o espaço com o impeachment da Dilma [Roussef]. Não tem condições de continuar assim” (Idem, ibidem).

Alckmin seria lançado candidato, dois anos e meio depois, pelo PSDB, à Presidência da República. Isso já seria suficiente para que o governador Geraldo Alckmin se preocupasse com sua imagem como político. Mas a fala que denuncia que o governo de São Paulo estaria atrapalhando, ou “disputando espaço”, com um projeto

ainda maior de poder, sugere que a pesquisa Datafolha, possa ter refletido a opinião dos donos dos meios de comunicação, tanto ou mais, do que a ideia trivialmente aceita da representação de um sentimento popular, que se coaduna em rejeição ao governo.

Mesmo a atuação rotineira e violenta da Polícia Militar durante as operações contra os “travamentos” de avenidas, não foi diferente se comparada às violências que os estudantes sofreram dentro das ocupações, durante as diversas invasões promovidas pela mesma polícia em conluio com as diretorias, pais e professores, contrários às ocupações. Muitas destas, ao custo de “apreensões” e lesão corporal, em jovens manifestantes. No campo conflitante do poder, a opinião pública também pode servir, não só como reflexo, mas como mola propulsora do sentimento que ela anuncia.

“A mídia privada pode às vezes mostrar-se tão confiável como porta-voz das posições governamentais quanto qualquer sistema estatal. [...] Existe mesmo, naturalmente, algo de estranhamente circular na ideia de que as pesquisas de opinião nos dizem o que pensamos. No mínimo, as pesquisas de opinião têm um efeito psicológico centrípeto, induzindo todos a se conformarem com a visão da maioria. Tanto na esquerda quanto na direita, muitos denunciam que a mídia e suas pesquisas de opinião são tendenciosas, servindo para manipular e mesmo fabricar a opinião pública. Mais uma vez, a opinião pública parece presa entre o utopismo ingênuo da informação objetiva e da expressão individual racional e o cinismo apocalíptico do controle social de massa. [...] Finalmente, a opinião pública não é uma voz unificada ou um ponto médio de equilíbrio social. Quando as pesquisas de opinião e as sondagens nos levam a pensar no público como um sujeito abstrato – o público pensa ou quer isto ou aquilo –, o que temos é pura ficção e mistificação. A opinião pública não é uma forma de representação ou sequer um substituto moderno, técnico e estatístico da representação. Em vez de sujeito democrático, a opinião pública é um *campo de conflito* definido por relações de poder nas quais podemos e devemos intervir politicamente, através da comunicação, da produção cultural e de todas as formas de produção biopolítica. Esse campo da opinião pública não é um campo de atuação equânime, e sim radicalmente assimétrico, pois a mídia é basicamente controlada por grandes corporações” (HARDT&NEGRI, 2014, p. 331, 332, 333).

No dia 05 de dezembro, em matéria do OESP, o governador anunciava: “Recebi a mensagem dos estudantes e seus familiares e respeito essa mensagem, com suas dúvidas e preocupações em relação à reorganização das escolas aqui no Estado de São Paulo. Por isso, a nossa decisão de adiar a reorganização e rediscuti-la escola por escola com a comunidade, com os estudantes e, em especial, com os pais dos alunos, disse o governador” (O ESTADO DE S. PAULO, 05 de dezembro de 2015 p. A18).

Ainda na cobertura feita pelo OESP, a manchete da página seguinte mostrava os acontecimentos da manhã em que se decidiu pelo fim da reorganização; “Bombas dão lugar a euforia e choro com anúncio do governo. Notícia da suspensão da reorganização das escolas estaduais foi divulgada no momento em que estudantes paravam ruas do centro” (ESTADO DE S. PAULO, 05 de dezembro de 2015 p. A20).

Segundo o jornal, o grupo de estudantes secundaristas que protestava próximo a região central da capital paulista, fugia de um grupo da Força Tática da Polícia Militar. No trajeto entre a Avenida Paulista e a secretaria Estadual de Educação, na Praça da República, “foram lançadas pelo menos 30 bombas de efeitos moral e gás lacrimogêneo para dispersar os manifestantes” (Idem). É em meio a fuga e a fumaça que os secundaristas ficam sabendo do anúncio do governador de que ele havia “recebido a mensagem dos estudantes”, e decidido pelo adiamento da reorganização escolar.

Mesmo depois da fala do governo, promotores e defensores, do Ministério Público e da Defensoria Pública ainda aguardavam a revogação do decreto e pediam para que os estudantes mantivessem a mobilização. No mesmo sábado dia 5 de dezembro, o decreto nº 6.192/2015 é publicado no Diário Oficial, revogando o decreto anterior. Estava suspensa a reorganização escolar.

Sai o decreto, permanece a escola.

Decreto revogado, os secundaristas iniciam o movimento inverso. Em quinze dias, segundo gráfico elaborado a partir de boletins da APEOESP, e publicado no livro “Escolas em luta”, o número de ocupações, que em 01 de dezembro de 2015 chegou a 213 escolas, cai para pouco mais de 50 escolas, em 15 de dezembro de 2015 (CAMPOS, *et al*, p.334). A notícia da revogação do decreto foi recebida como uma grande vitória, por parte dos estudantes e pelas entidades estudantis. “A página Não Fechem Minha Escola recebeu a notícia de revogação do decreto de maneira extremamente positiva, falando em “consolidação de uma vitória monstruosa” [...] As entidades estudantis também repercutiram a notícia positivamente: “Decreto revogando a desorganização” (UMES-SP); “E agora é oficial: Reorganização de Escolas foi revogada” (Upes-SP); “É oficialmente revogado o decreto das escolas estaduais paulistas!” (Ubes); “Vitória

[...] O decreto revogado [...] era o único que tratava acerca da reorganização” (Anel)” (Idem, p. 288).

A iniciativa das entidades estudantis em repercutir positivamente a revogação do decreto, e que colaborou para onda de desocupações, reverberou negativamente junto ao grupo autônomo dos secundaristas “Comando das Escolas Ocupadas”, que exigia ainda que o governador garantisse por meio de uma audiência pública, que o projeto de reorganização fosse permanentemente cancelado. Contudo, dia 17 de dezembro de 2015, os estudantes secundaristas publicam um manifesto dando como encerradas as ocupações, na página do O Mal Educado, no Facebook, mas não “o fim de uma luta”.

“Manifesto do Comando das Escolas em Luta. Os atos de rua eram uma tática que se mostrou ser uma ferramenta de luta eficiente em junho de 2013, na revolta contra o aumento da tarifa, e nós, secundaristas, acreditávamos que seria igualmente efetiva para derrubar o projeto autoritário do Estado de reorganização. Após ficar outubro inteiro fazendo dois atos por semana e não recebendo nenhuma atenção por parte do governo e da mídia, vimos que deveríamos mudar de tática. Naquele momento deixamos de ocupar as ruas e decidimos ocupar aquilo que já deveria ser nosso: as escolas. No começo das ocupações o governador Geraldo Alckmin acreditou que iríamos nos desmobilizar e que nosso movimento não iria pra frente, mas errou, e errou feio. O que fizemos? Ocupamos mais de 200 escolas, boicotamos o SARESP, e trancamos muitas vias importantes de diferentes pontos do Estado de São Paulo em uma semana, mostrando que nós, secundaristas, não só sabemos nos organizar, mas que temos muita força para além das entidades burocráticas que ele está acostumado a dialogar. Com essa pressão dos de baixo, os de cima balançaram ao ponto de um deles cair, o ex-secretário Herman Voorwald, e o Geraldo teve que voltar atrás publicamente com o decreto. Enxergamos a desocupação de muitas escolas que tem se dado nesse momento não como o fim de uma luta, mas como uma mudança do caráter dela”¹⁰.

O manifesto segue assumindo que a “reorganização é um projeto que deverá ser implantado nos anos seguintes com outro nome e de forma mais mascarada” (Idem), levando a crer que o resultado positivo se dá sobre a revogação do decreto e da queda do Secretário, mas considera a possibilidade de o projeto voltar à pauta, pelo governo do estado. Alerta para a importância da continuidade, ao dizer que sair das escolas não significa sair da luta, “e que essa escolha de maneira nenhuma significa ceder às

¹⁰ [Disponível em: www.facebook.com/mal.educado.sp/posts/732130106920737/. Acesso em 22/04/2021].

pressões do governo do Estado e das entidades burocráticas” (Idem). Termina o manifesto com mensagem que prolonga a luta por “uma educação libertadora!” (Idem), sem dar detalhes sobre o que seria tal projeto de educação.

Voltar às condições anteriores de uma escola desinteressante foi o melhor que o movimento conseguiu.

CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES.

Por todo itinerário percorrido pelos estudantes, desde os atos em passeatas, às ocupações das escolas até os travamentos de ruas, aquilo que o movimento pleiteou, ele conseguiu. A saber: protagonismo e composição políticos. Modulação em conformidade com o esperado como prática de liberdade pela racionalidade neoliberal, que compõe com o movimento, convoca à participação, mantendo-a hierarquizada, burocrática e vertical, acomodando horizontalidades ao mesmo tempo em que anula ou restringe expansão de forças contestatórias pela prática da cogestão e futura partidarização dos componentes. Especificamente, no caso dos secundaristas, da pauta da educação.

O aspecto restaurador da política que convoca à participação está explícito no texto do manifesto; resignados, o movimento dos estudantes se adequa à racionalidade neoliberal, que os convoca a compor com a política institucional. Composição que sempre foi colocada como desejável pelo movimento, ao explicitar seu desejo de participar da gestão da política. É bem verdade que os estudantes não cederam à pressão do Estado. Ao “conquistar” a retirada do decreto e compor forças pelo direcionamento da pauta da educação junto ao corpo político que a detêm, o movimento se aproxima da política institucional que exerce controle, modula e acolhe suas forças. Não sofre a pressão que expulsa, que isola ou que afasta, porque, em determinado momento, ela passa a ser desnecessária.

A gestão compartilhada, aciona o potencial subjetivo do resiliente, ao compor verticalidades institucionais com participações horizontais, e convoca o movimento à participação modulada. A escola ensina a obedecer, como afirma Stirner, e ensina como deve ser seu aprendizado. Hoje em dia na forma de gestão compartilhada. A pressão se dá pela fusão, e não pela cisão, entre as forças que pretendem o poder.

“O resiliente e a resiliência são o que suporta, tolera, resigna, restaura, protege, pacífica e ao mesmo tempo reconfigura o sujeito de direito em portador de direitos inacabados, muitas vezes conjugando-os, pois a própria resiliência se mostra como um catalizador. Tomando de forma

literal, é um elemento que acelera uma reação de adequações moduláveis. Na perspectiva analítica, a resiliência se mostra como reativa e não resistente, por excelência. [...] Esta condição retraduz a vida da política, sob as condicionalidades de certificação do cidadão pleno e em aperfeiçoamento (definição jurídico-político-institucional), da conduta do portador de direitos inacabados (noção analítica e histórico-política), combinada à ampliação política contínua de gestões compartilhadas de direitos por seus próprios portadores” (PASSETTI, *et al*, 2019, p. 337).

Distante de uma movimentação que tenha a pretensão de potência insurrecional, as ocupações dos estudantes secundaristas explicitam como a racionalidade neoliberal encontrou caminhos em meio à disputa por protagonismo político, subvertendo contestações ao falso duplo representatividade-legitimidade, arregimentando forças dissonantes e adequando, por convocação do Estado, a convicção do movimento, produzindo uma normalização democrática nas relações.

Assim como 2013 serviu de exemplo ao movimento dos secundaristas de que foi possível fechar ruas e avenidas não só contra o aumento das passagens do transporte público, a experiência das ocupações também demonstrou ser possível ocupar escolas e prédios públicos como tática para futuras reivindicações.

A ocupação de ETECs e da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) pela instalação de uma CPI contra o desvio de verbas destinadas à compra de merendas na rede estadual de ensino, e a ocupação de mais de mil escolas, em todo Brasil, contra o projeto de Reforma do Ensino Médio e contra a política fiscal que impunha um teto de gastos aos investimentos sociais, – limitando investimentos na educação e na saúde – , no governo Temer, em 2016, foram protagonizadas pelas entidades estudantis que participaram das ocupações dos estudantes secundaristas, em 2015. Fortaleceram suas práticas pelos exercícios regulares.

A presidente da Ubes, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, à época, Camila Lanes, um dos personagens políticos de maior destaque por representar a organização nestes três movimentos de ocupação citados, soube capitalizar seu protagonismo em lutas no interior da política lançando-se candidata, reiterando que a política institucional sabe se apropriar da luta pela composição e apaziguamento, em troca de poder. Em 2020, Camila Lanes lançou-se candidata à prefeitura de Curitiba, pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), encerrando a luta por protagonismo,

empoderando-os no mesmo terreno institucionalizado da representação tradicional que conserva.

Modulada pela racionalidade neoliberal, a prática da política tradicional ampara e apara o campo político contestador. Compõe com o movimento político do portador de direitos inacabados que, resiliente, sacia sua busca por poder na emancipação política, por dentro da verticalidade que o monitora, ao mesmo tempo em que preserva sua soberania.

Outro campo determinante para a possibilidade, ou não, de novas ocupações, e modulado pela possibilidade do “aprimoramento” de seus mecanismos reguladores de conduta, foi o jurídico. As ocupações dos estudantes secundaristas, em 2015, foram preservadas pelo entendimento do TJ-SP, que atribuiu às ocupações o direito à manifestação como a sua principal motivação. Entendimento que barrou os pedidos de liminares para reintegração de posse, feitos pelo governo do estado de São Paulo durante as ocupações secundaristas, ao mesmo tempo em que sinalizaram ao estado que o caminho jurídico bloqueado causava “insegurança” à prática soberana, já que, ao não decidir favoravelmente às reintegrações, impossibilitava o governo de implementar a sua agenda.

A ocupação do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, em 28 de abril de 2016, que vem na esteira de novas mobilizações e ocupações estudantis pela instalação de uma CPI para apurar desvios de verba destinados à merenda de escolas do estado de São Paulo, serviu para que o governo propusesse caminhos jurídicos que contornassem as recentes decisões da instituição jurídica, sobre as ocupações secundaristas. O pedido de reintegração de posse do Centro Paula Souza, feito pelo governo do estado, obteve liminar favorável do juiz de primeiro grau, Fernão Borba Franco. Ainda assim, e reflexo das decisões em 2015 sobre as ocupações secundaristas, o juiz “argumentou não ser cabível ordenar uma reintegração sem antes verificar se a invasão seria legítima forma de direito de manifestação e de pressão popular para o atendimento de justas reivindicações” (TAVOLARI, *et al*, 2018).

O rito jurídico não se encerra com a liminar expedida pelo juiz e não autoriza imediatamente a sua execução. A liminar segue para a Central de Mandados, onde outro juiz analisa e, estando em acordo, encaminha o mandado a um oficial de justiça, para que se cumpra. Mesmo sem “verificar se a invasão era legítima”, e sem esperar pelo

mandado, o governo de São Paulo e a Secretaria de Segurança, à época dirigida pelo hoje Ministro do Superior Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, já no dia seguinte à determinação do Juiz Fernão Borba Franco, autorizam o ingresso da Polícia Militar no imóvel onde ficava o Centro Paula Souza.

“A Central de Mandados adquiriu protagonismo para garantir direitos fundamentais dos estudantes e pausar, ainda que momentaneamente, o processo de reintegração. Ainda na segunda-feira, o juiz da Central, Luiz Manuel Pires, suspendeu a reintegração, marcou uma audiência de conciliação e pediu explicações ao secretário de Segurança Pública para esclarecer “se foi o responsável por ‘adiantar’ o cumprimento da ordem judicial com a determinação de ingresso da Polícia Militar no imóvel sem mandado judicial”. A escalada da tensão entre judiciário e governo aumentou ainda mais ao longo do dia. O juiz de Central de Mandados entendeu que a PM agia em descumprimento da ordem judicial, em afronta direta e intencional do secretário”. A PM deixou o Centro Paula Souza no final da segunda-feira. A audiência marcada na quarta-feira ficou sem acordo. O juiz da Central então impôs condições para o cumprimento da reintegração, tais como a presença física do secretário, a proibição de uso de armas letais e não letais pela PM. O governo entrou com outra ação judicial e conseguiu cassar essas exigências. Na sexta-feira, 6 de maio, os estudantes foram retirados a força pela PM” (Idem, p. 301, 302).

A partir deste episódio, deu-se início a construção argumentativa e jurídica com intuito de promover a fuga do Judiciário em questões relativas às ocupações de imóveis públicos. Com este intuito, o então secretário de Segurança Pública, Alexandre de Moraes, pediu respaldo à Procuradoria Geral do Estado de SP, para que avaliassem a viabilidade jurídica de usar o Código Civil para regular casos de imóveis públicos ocupados.

O secretário se valeu do artigo 1.210, § 1º, do Código Civil, que autoriza o particular, a partir do direito à autotutela, de “manter-se ou restituir-se [do bem] por sua própria força, contanto que o faça logo”. O pedido do secretário versa sobre o Código Civil, não só de maneira seletiva, já que não estende o abandono do direito administrativo, em favor do direito civil, em todas as suas relações patrimoniais, mas exclusivamente no que diz respeito à reintegração de posse, como também extremamente desigual, quando pleiteia o uso da “sua própria força” para restituição do imóvel. O uso da força de que pode valer-se o indivíduo não encontra semelhanças com uso da força de que pode valer-se o Estado.

Como o movimento do jogador de xadrez, que sacrifica uma peça ao tabuleiro do inimigo em troca de outra mais importante, o movimento do então secretário, Alexandre de Moraes, foi preciso: a Procuradoria Geral do Estado de SP respondeu à consulta em parecer que negava a possibilidade de aplicação do Código Civil à atuação da administração pública, mas, ao mesmo tempo, entendeu pela garantia do exercício da autotutela, também ao Estado. “Se até mesmo ao particular é excepcionalmente garantido, em caso de turbação ou esbulho, o exercício da autotutela, certamente a Administração Pública também poderá exercê-la” (Idem). A lógica de que “se até o indivíduo pode, por que não o Estado?”, seguiu nos pareceres dos procurados e deu poderes ilimitados e “não expressamente previstos em lei”, ao governo do estado. Com o intuito de fechar o cerco às ocupações estudantis, as recomendações expedidas em parecer pelos procuradores Adalberto Robert Alves e Elival da Silva Ramos, extrapolam o pedido de Moraes e ainda sugerem sanções aos ocupantes.

“Não só recomenda que as desocupações usem força policial “o mais rápido possível”, mas também indica que os estudantes devem ser punidos penalmente em caso de dano ao patrimônio. Vai além e sugere também sanções administrativas, com abertura de procedimento administrativo para apurar a conduta dos estudantes nas escolas. As ocupações são entendidas como um mal a ser extirpado, como um conjunto de ilegalidades que não pode se repetir. Até mesmo as audiências de conciliação são vistas como soluções “incompatíveis” porque os grupos “não se interessam em manter um diálogo constante e produtivo com a Administração”. Para o procurador-geral, não se trata apenas de fundamentar os poderes de autotutela, mas de recomendar que o Estado se valha de todos os instrumentos de poder de polícia, sem qualquer instância intermediadora ou de diálogo, para desocupar as escolas a qualquer custo” (Idem, p. 308).

As decisões sobre desocupação de imóveis públicos ainda necessitam de consulta judicial, mas a prerrogativa do desvio jurídico, instalou-se e resultou na reintegração de posse do Centro Paula Souza. Acionado, o dispositivo zela pela segurança das decisões do Estado, pretende desconsiderar decisões da Justiça, inaugura a possibilidade de monitoramento das condutas dos estudantes e aplica punições, rapidamente. A possibilidade de “fuga do judiciário” é levada à cabo, em decisões sem consulta às instâncias, efetivadas à serviço das contenções das ocupações. “Na manhã de 13 de maio de 2016, o governo de Geraldo Alckmin executou pela primeira vez a nova estratégia repressiva às ocupações de prédios públicos, mobilizando a PM para

forçar a desocupação da Etesp – uma Etec localizada no centro da capital – e de três Diretorias Regionais de Ensino. [...] Dezenas de estudantes que ocupavam os prédios foram encaminhados para distritos policiais, acusados de danos ao patrimônio” (Idem).

Ao sugerir o código civil, Alexandre de Moraes, apoia-se na certeza das possibilidades infinitas da jurisprudência, como a que legitima em novos agrupamentos, o velho consenso do direito. Como sugere a abertura do capítulo *Controle e dever*, em Conversações, “o que me interessa não é a lei nem as leis (uma é noção vazia, e as outras são noções complacentes), nem mesmo o direito ou os direitos, e sim a jurisprudência. É a jurisprudência que é verdadeiramente criadora de direito: ela não deveria ser confiada aos juízes. Não é o Código Civil que os escritores deveriam ler, mas antes as coletâneas de jurisprudência” (DELEUZE, 2013).

Os veículos de mídia aqui analisados, e que permitiram acompanhar a cobertura da imprensa sobre as ocupações, não se distanciaram da tradicional abordagem que ampara o poder, por serem eles também parte da força que os legitima. Os mais tradicionais jornais paulistas, Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo, alternaram os termos “ocupação” e “invasão” para classificar os atos dos estudantes, sem aprofundar questões de uso de violência contra menores, nem mesmo o caminho das disputas internas por protagonismo, entre estudantes, entidades, movimentos sociais e o próprio governo. Ao tratar as ocupações como invasão, deram o tom policialesco que encontra na punição a solução para o mau comportamento. O encaminhamento dos menores aos Departamentos de Polícia, as ameaças e intimidações, as agressões com bombas, gás pimenta e cassetetes, pela PM, apareciam nas matérias apenas em meio às denúncias dos pais e flagrantes documentados pelos estudantes, mas não reverberavam como as matérias que abordavam as discussões sobre legitimidade do movimento, saída jurídica para as reintegrações e questionamentos de acadêmicos sobre um projeto de reorganização que se apoiava na promessa de melhor ambiente para o desempenho escolar. A atenção dos meios tradicionais é dedicada ao intuito de garantir as instituições, suas palavras e posicionamentos. O jornal El País, não destoa da mesma avaliação. Apesar de ser considerado uma “terceira via” entre os paulistanos, por um suposto posicionamento menos polarizado, entre OESP e FSP, mantém a mesma linha editorial, sem aprofundar questões relativas ao direito à manifestação ou mesmo a proteção à infância, contra a violência do Estado.

O jornalismo independente do Jornalistas Livres é menos contemporizador com as instituições, mas se vale desta flexibilidade para se apresentar, também, como alternativo. Ao mesmo tempo em que o jornalismo tradicional ampara as instituições, o jornalismo independente ampara o jornalismo tradicional. Preocupado em mostrar uma narrativa própria, termina por colocar em pauta assuntos pertinentes à própria constituição, o de mídia independente, em detrimento de uma análise ou cobertura que pudesse fortalecer uma contra narrativa aos meios tradicionais. Interminável exercício de dicotomias.

Os aplicativos de troca de mensagem e as páginas eletrônicas de rede social têm um papel importante na organização, troca de informações e até proteção dos secundaristas. Colaboraram para denunciar atitudes violentas da polícia, promover a disseminação de táticas, como a das ocupações, e funcionaram efetivamente como comunicação interna ao movimento. No entanto, trouxeram pouca ou nenhuma relevância para construção de uma presença própria, que extravasasse os contornos tendenciosos, traçados pelos meios de comunicação convencionais. Muitas das publicações feitas à época das ocupações, não estão mais disponíveis em suas páginas de origem, páginas da própria escola ocupada. Deteriorando a possibilidade de memória das lutas secundaristas, o que foi preocupação amplamente discutida por estudantes em processo anterior à luta contra a pauta da reorganização. Importa refletir, que a possibilidade de uma “não-memória” é também uma das características da proliferação dos meios de trocas de mensagem e da produção de publicações eletrônicas, proporcionado pelos agenciamentos coletivos possíveis, diante das novas tecnologias que se apresentam. O excesso de comunicação, o que leva à ausência de informação contundente e compressão da memória, deve ser visto como inerente à sociedade de controle, num ambiente de extenso monitoramento.

A bibliografia disponível para análise do movimento dos secundaristas é majoritariamente dominada por duas correntes interpretativas: a primeira credita ao movimento a prática “insurrecional”, e a segunda acompanha o caminho percorrido pelo movimento na busca por autonomia e composição políticas, almejando, ao final, a participação democrática para a cogestão da escola como a conquista de direitos. Mesmo quando a análise parte do princípio da tentativa de composição entre os estudantes e o governo do estado de São Paulo, por uma “gestão democrática” da educação, a afirmação sobre a conquista de direitos torna-se frágil. A suspensão da

reorganização não promoveu nenhuma mudança na gestão educacional, pelo contrário, fortaleceu a gestão da política pelo Estado, mantendo a sua prática no mesmo lugar que inicialmente teria motivado os atos e as ocupações das escolas, pelos estudantes.

Não se encontra na bibliografia sobre a ocupação, analisada nesta dissertação, menção à prática resiliente do ativismo exercido pelos secundaristas, que, ao não romper com a gestão da escola, preserva, compartilha e compõe com a mesma estrutura vertical e hierarquizada, da política praticada pelo Estado. A bibliografia se esforça em promover, ora o carácter insurrecional, ora a conquista de direitos, mas em ambos os casos é obrigada a projetá-los para possibilidades otimistas futuras, como se o movimento mesmo depois de terminado mantivesse um estado de latência, de algo ainda por vir. Ao propor que a luta por direitos ou o aspecto insurrecional são conquistas dos estudantes, a bibliografia sobre o movimento deixa de observar como a racionalidade neoliberal opera pelo fortalecimento institucional que, ao convocar o movimento à participação, enrijece a política no mesmo eixo vertical e hierárquico que a origina.

A busca por participação política torna-se infundável, transformando o sujeito de direitos em portador de direitos inacabados. Revoga-se a “reorganização escolar”, manifesta-se pela “CPI das merendas”, ocupa-se contra o “teto de gastos” e a “reforma do ensino médio”, compõe-se, mais uma vez, contra o “aumento da tarifa do transporte público”. De uma pauta à outra, acomodam-se movimentos e ativismos pela gestão compartilhada através de convocações à participação, valorizadas pela racionalidade neoliberal.

Na sociedade de controle, onde o monitoramento é contínuo e sem fim, novas interações entre o sujeito e o poder são produtoras de processos modulares de subjetivação. Dentre estas interações, o *ativista* é a forma subjetiva mais imediata produzida pelas práticas de monitoramento através das convocações à participação política como prática de liberdade neoliberal. O aspecto contínuo e interminável da luta por direitos, modulados pelo monitoramento contínuo de uma sociedade de controle (DELEUZE, 2013), posiciona o ativismo como peça-chave para extenuante prática inacabada da cogestão política. A racionalidade neoliberal, ao estabelecer como política a prática de novas convocações à participação, determina para vida do *ativista* a mesma rotina infundável de lutas e comprometimentos. Se “A luta continua!”, é porque ela nunca termina.

Quando a causa política passa a ser a própria vida, o sentido de resiliência substitui o sentido revolucionário e de resistências. Enquanto para o *militante* a vida é pela causa política, para o *ativista* a causa política passa a ser a própria vida. No exercício horizontal que estabelece a prática do ativismo como o novo pastorado, todos são convocados para serem pastores de si e dos outros, incorporando as práticas de governança da estrutura corporativa, que retira as relações subalternas entre superiores e inferiores, entre governantes e governados.

“Entramos numa era governada pela racionalidade neoliberal em que a *boa* governança exige resiliência e, portanto, o ativismo passou a ser a prática combinada com o exercício parlamentar e dos governos no Estado. Espera-se que cada um saiba se governar, obedecer a si e às exigências legais da obediência, que colabore com a produção da vida monitorada em função da pacificação. Torne-se um *cidadão-polícia*. Assim sendo, não foi o Estado que se tornou policial, mas sim a sociedade civil organizada pela proliferação de direitos inacabados ao estabelecerem essa nova realização do pastorado cristão. O ativista é um contramilitante e um obstáculo ao militantismo” (PASSETTI, 2020, p.173).

“Apoiar ativistas que queremos ver ocupando a política é o que nos une”¹¹, é com esta frase convocatória que se apresenta em seu multicolorido site, a Bancada Ativista, um projeto de mandato coletivo paulista, que reúne nove ativistas, três diferentes partidos (PSOL, REDE, PDT), e que elegeu a Mandata Ativista – pseudônimo utilizado para o cumprimento do mandato –, para ocupar o cargo de deputado estadual na Assembleia Estadual de São Paulo, conquistado nas eleições de 2018.

A Bancada Ativista, evidencia como a racionalidade neoliberal acomoda movimentos contestatórios à uma pacífica participação, exaltando seus aspectos resilientes e retirando sua pretensão inicial de contestar a política quando ainda orbitava em torno dela. Capacidade de atração possibilitada pelos agenciamentos coletivos na sociedade de controle, que é parte constitutiva dos dispositivos de monitoramento, acionados também, mas não só, para a efetivação de composições políticas como instrumento para a contenção de forças dissonantes. Ao constituir-se como opção partidária, a Bancada Ativista aprimora a regulação das condutas das manifestações, e

¹¹ [Disponível em: <https://www.bancadaativista.org/historia-bancada-ativista.html>. Acesso em 26.04.2021]

acentua como contradição o questionamento da própria política, pelos movimentos. Estabelece-se um parâmetro dentro da política vertical como aquele por onde deve passar a “luta por direitos”, escancarando como pretensas práticas horizontais são imediatamente tragadas pelas forças da gravidade do poder, obrigado-as a compor com a política institucional, ao mesmo tempo que as recompensa com empoderamento e protagonismo políticos. Elastifica-se a atuação policial, proliferada por ativismos inacabados e conformados em gestão compartilhada com o Estado, negando a possibilidade dos movimentos de rejeitar as hierarquias, as estruturas e a verticalidade institucional, estabelecendo a prática da política democrática como único caminho possível para a prática da liberdade. Expande-se também o arco punitivo pelo campo jurídico-político, subordinando também as manifestações à um ordenamento que estabelece a política como ponto de origem e comando para a prática da contestação. Realizado, o Estado acolhe cada vez mais fiéis seguidores, prometendo caminhos e ambientes melhores e mais seguros para a luta por direitos, estruturando a democracia como o regime ideal para os assentamentos do pluralismo e da prática de uma política para todos.

Sai fortalecido o liame entre a racionalidade neoliberal que forja tecituras entre Estado e resiliências para erguer novas identidades políticas, e os movimentos, ao mesmo tempo em que preservam suas atribuições originarias, logram compor suas demandas em cogestão com o Estado, efetivadas por seguidas conquistas de direitos inacabados. A racionalidade neoliberal que se vale da composição entre horizontalidades e verticalidades convoca os movimentos à participação e os acomoda no velho e mofado tapete da política institucional, levado ao sol por instantes.

Diferente dos modelos de negócio que enfrentam a novidade disruptiva como aquela que irá determinar a sua substituição, a racionalidade neoliberal propicia à política acomodar a novidade em convocações à participação pela promoção de gestões compartilhadas, que irão viabilizar a continuidade das hierárquias e instituições representativas, conformidade estimulada também pela recompensa da criação de um ambiente seguro e sustentável, para a promoção e manutenção harmônica entre o Estado e seus viventes.

O movimento dos secundaristas é legítimo; o Estado mexeria com a organização de milhares de vidas, sem consultá-las ou mesmo chamá-las para o desenho do que seria o projeto de reorganização. Apropria-se da pauta da reorganização, em busca de

ocupar a fissura aberta pela ausência do duplo representatividade-legitimidade, e estabelece a ocupação das escolas como sabotagem ao sistema que questiona. Entre as possibilidades de uma nova escola e o fim da reorganização, termina por compor com a política institucional, questionando no modelo que a sustenta os meios superados em favor dos mais atualizados para a mesma finalidade.

O movimento dos secundaristas, ao compor com as forças políticas centralizadas, fortalece a representação política no seio da sua instituição. Não há um deslocamento da prática e da gestão do estado sobre a pauta da educação, como em alguns momentos o movimento sugeria, como sua, “a prática horizontal” da política. A horizontalidade se deu dentro do eixo vertical de comando, e não fora. Sua força pode ser medida pela extensão em que sua linha atravessa a política, mas atravessá-la não significa romper, mas compor. Ao final, a horizontalidade não foi mais do que parte constitutiva, instrumentado a nova política também pela capacidade específica de compor com as forças que pretendem atravessá-la.

Tampouco é uma prática insurgente, que recusa a origem e o comando da política, sua *Archè*, propondo substituí-la por uma prática libertária da educação. O movimento dos secundaristas, ao incorporar-se como cogestor da pauta da educação junto com o governo do estado, agrega e cristaliza-se na dinâmica de controle institucional que, diante das possibilidades ainda maiores de monitoramento das condutas, fortalece o Estado como lugar possível para o entendimento da política. O que o movimento permite ao analisá-lo é entender, de maneira espacial e temporal, como são estabelecidas as relações de poder entre o Estado e os movimentos contestadores de suas políticas. Desde a sua convocação à participação até a sua adequação institucional, quando a contestação passa a ser parte constitutiva da representatividade que, a priori, era rejeitada. Ao final, amplia-se o espectro de legitimidade pelo Estado que, ao incorporar contestações que pretendem negar sua representação, fortalece a política institucionalizada.

Faz-se necessário, como analisa Foucault, entender as instituições pelas relações que a antecedem e a constituem como organizadora de determinado poder, “de que não se trata de negar a importância das instituições na organização das relações de poder, mas de sugerir que é necessário, antes, analisar as instituições a partir das relações de poder, e não o inverso; e que o ponto de apoio fundamental destas, mesmo que elas incorporem e se cristalizem numa instituição, deve ser buscada aquém”

(FOUCAULT, 1995, p. 245). Ao compor com as diferentes forças pela gestão compartilhada, o movimento dos estudantes secundaristas fortalece a institucionalidade das relações políticas em sua origem constitutiva, incorporando outras relações de poder que, juntas, irão suportar a verticalidade das decisões do Estado.

Com o fim dos atos e das ocupações, e diante da suspensão ainda que temporária da reorganização escolar, o desfecho subsidiará os discursos de um Estado democrático e plural que “escuta a voz das ruas”, e de um movimento vitorioso que enxerga na continuidade da luta a conquista de um direito.

BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, Giorgio; *O uso dos corpos*. Tradução: Selvino J. Assmann. São Paulo. Boitempo, 2017.
- Agência Brasil. Portal EBC (on-line). Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticias/2013-06-17/ativistas-e-policia-fazem-acordo-para-trajeto-da-manifestacao-em-sp>. Acesso em 17.06.2013.
- ARELARO, Lisete Regina Gomes; JACOMINI, Márcia Aparecida; CARNEIRO, Silvio Ricardo Gomes. *Limitações da participação e gestão “democrática” na rede estadual paulista*. São Paulo: Campinas: Unicamp, Educação&Sociedade, v 37, nº 137, p. 1143-1158, out/dez, 2016.
- AUGUSTO, Acácio. Política e antipolítica: anarquia e diferenças no movimento antiglobalização In: RAGO, Margareth; GALLO, Silvio (Orgs.) *Michel Foucault e as insurreições, é inútil revoltar-se*. São Paulo: CNPq, Capes, Fapesp, Intermeios, 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). Artigo 5, inciso XVI, p 17. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019.
- BRASIL, Medida Provisória nº 241, de 2016, http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1495741&filename=Tramitacao-PEC+241/2016 09.04.2018, 20:30
- CAMPOS, Antonia J.M, et al. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016.
- CAMUS, Albert. *O homem revoltado*. Tradução: Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: Best Seller, 2020.
- CASSIO, Fernando Luiz, et al. *Demanda Social, planejamento e direito à educação básica: uma análise da rede estadual de ensino paulista na transição 2015-2016*. São Paulo: Campinas, Unicamp, Educação&Sociedade, v 37, nº 137, p. 1089-1119, out/dez, 2016.
- COMITÊ INVISÍVEL. *Aos Nossos Amigos, Crise e Insurreição*. Tradução: Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 Edições, 2016.
- _____. *Motim e destituição agora*. Tradução: Vinícius Honesko. São Paulo: n-1 Edições, 2017.
- CRIMETHINC, Coletivo de ex-trabalhadores. *Da democracia à liberdade*. Editora Subta.
- COMO OCUPAR UM COLÉGIO? Disponível em: <https://gremiolivre.files.wordpress.com/2015/10/como-ocupar-um-colc3a9gio.pdf>
- CONSELHO NOTURNO. *Um habitar mais forte que a metrópole*. São Paulo: GLAC Edições, 2019.
- COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROPPPO, Luís Antonio (Orgs). *O movimento de ocupações estudantis no Brasil*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.
- CORTI, Ana Paula de Oliveira; CORROCHANO, Maria Carla; SILVA, José Alves. *“Ocupar e resistir”: a insurreição dos estudantes paulistas*. São Paulo: Campinas, Unicamp, Educação&Sociedade, v37, nº137, pp 1159-1176, out/dez., 2016.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Ensino médio: Atalho para o passado*. São Paulo: Campinas, Unicamp, Educação&Sociedade, v 38, nº 139, p. 373-384, abr/jun, 2017.

- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução: Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2013.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix, *Mil platôs*. Tradução: Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DOMINGUES, José J.; TOSCHI Nirza S.; OLIVEIRA, João F. *A reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública*. <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a05v2170.pdf> 10.04.2018, 20:00.
- DUPUIS-DERI, Francis. *Black Blocs*. Tradução: Guilherme Miranda. São Paulo: Veneta, 2014.
- 1º ENCONTRO INTERNACIONAL DA REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE. *Reformas do ensino e movimento de resistência: Diálogos entre Brasil e América Latina*. São Paulo: Rede Escola Pública e Universidade/Letra e Voz, 2017.
- FERRETTI, Celso; ZIBAS, Dagmar M.L.; TARTUCE, Gisela Lobo B.P. *Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio*. In: Cadernos de Pesquisa, v. 34, n 122, p 411-423, maio/ago 2004.
- FOUCAULT, Michel. “Anti-Édipo; uma introdução à vida não-fascista”. In: PELBART, Peter; ROLNIK, Suely (org). *Cadernos de Subjetividade. Gilles Deleuze*. Tradução de Fernando José Fagundes Ribeiro. São Paulo: Núcleo de Pesquisa de Subjetividade. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, V.1, 1993, pp.197 – 200.
- _____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução: Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Nau, 2013.
- _____. *Em defesa da sociedade*. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Nascimento da biopolítica*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *O governo de si e dos outros*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. “O Sujeito e o poder”. In: DREIFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. (org.) *Michel Foucault – uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *Segurança, território e população*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Editora Símbolo, 1977.
- GIROTTI, Eduardo D. “A Dimensão Espacial da Escola Pública: Leituras sobre a reorganização da Rde estadual de São Paulo”. <http://www.scielo.br/pdf/es/v37n137/1678-4626-es-37-137-01121.pdf> 09.04.2018 20:00.
- GOMIDE, Avila; GALINDO, Ernesto Pereira. *Mobilidade Urbana: uma agenda inconclusa ou o retorno daquilo que não foi*. In :Estudos Avançados, 2013, vol. 27, n.79, p.27-39. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300003>
- GOULART, Débora Cristina; CASSIO, Fernando L.; XIMENES, Salomão Barros. *Rede Escola Pública e Universidade: produção do conhecimento para/com as lutas sociais*. In: Revista Brasileira de Educação, v 24, e240048, 2019.

- GOULART, Débora Cristina; PINTO, José Marcelino Rezende; CAMARGO, Rubens Barbosa. *Dua reorganizações (1995-2015): do esvaziamento da rede estadual paulista à ocupação das escolas*. São Paulo: Campinas, Educação Temática Digital, v19, n°1, pp.109-133, jan/mar. 2017
- GROS, Frédéric. *Estados de violência: ensaio sobre o fim da guerra*. Tradução: José Augusto da Serra. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2009.
- JANUARIO, Adriano; CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio M. *As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social*. Revista Fevereiro, 2016. <http://www.revistafevereiro.com/pdf/9/12.pdf> 09.04.2018 19:40
- JOURDAN, Camila. *2013: memórias e resistências*. Rio de Janeiro: Circuito, 2018.
- KRASTEV, Ivan. *Democracy Disrupted, the Politics of Global Protest*. Pennsylvania: University Pennsylvania Press, 2014.
- LA BOETIE, Etienne de. *Discurso da servidão voluntária*. Tradução: Gabriel Perissé. São Paulo: Editora NÓS, 2016.
- LAVINAS, Leva; GENTIL, Denise. *Dossiê Balanço Crítico da Economia Brasileira*. São Paulo: Novos Estudos – CEBRAP, v 37, n° 2, pp 191, 211, ago. 2018.
- MARIANO, Alessandro, et al. *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. CASSIO, Fernando (Org.). São Paulo: Boitempo, 2019.
- MEDEIROS, Jonas et al (Orgs.). *Ocupar e Resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)*. São Paulo: Editora 34; FAPESP, 2019.
- MAZZUCHELLI, Frederico. *Os anos de chumbo. Economia e a política internacional no Entreguerras*. São Paulo: Unesp, 2009.
- MICHELS, Robert, *Sociologia dos Partidos Políticos*. Tradução: Arthur Chaudon. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; XIMENES, Salomão Barros. *Políticas educacionais e a resistência estudantil*. São Paulo: Campinas: Unicamp, Educação&Sociedade, v 37, n° 137, p. 1079-1087, out/dez, 2016.
- MPL, Movimento Passe Livre. In: *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 18-24.
- NEGRI, Antonio; GUATTARI, Felix. *As verdades nômades: por novos espaços de liberdade*. Tradução: Mario Antunes Marino e Jefferson Viel. São Paulo: Editora Autonomia Literária e Editora Politeia, 2017.
- NEGRI, Antônio & HARDT, Michael. *Declaração, Isto não é um Manifesto*. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: n-1 Edições, 2016.
- _____. *Multidão, Guerra e democracia na era do Império*. Tradução: Clovis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- NETO, Lira. Getúlio: *Do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Tradução Marcos Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- NOTA PÚBLICA. *Reintegração de posse das escolas*. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB) São Paulo, 13.05.2016. Disponível em: <https://www.oabsp.org.br/noticias/2016/05/nota-publica-reintegracao-de-posse-das-escolas.10859>
- O MAL-EDUCADO. *Manual, Como Ocupar uma Escola?* Disponível em: <https://gremiolivre.wordpress.com/>

- _____. *Manifesto do Comando das Escolas em Luta*. Facebook. Disponível em: www.facebook.com/mal.educado.sp/posts/732130106920737/
- PANTOJO, Bruno, et al. *Escolas estaduais com uma única etapa de atendimento e seus reflexos no desempenho dos alunos*. São Paulo: Secretária de Educação do Estado de São Paulo, CIMA, ago. 2015.
- PASSETTI, Edson et al. *Ecopolítica*. São Paulo: Editora Hedra, 2019.
- _____. *Jornadas de junho: o insuportável*. In: Revista Ecopolítica, nº 6, 2013. <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/issue/view/1110/showToc.27.09.2016>.
- _____. “Governamentalidade e violência” In: *Currículo sem fronteiras*. São Paulo: v. 11, n. 1, 2011, pp. 42-53. <https://bit.ly/2HUR50z>.
- _____. “Ativismo e militância anarquista”. In: VERVE: Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduandos em Ciências Sociais, PUC-SP. Nº 38. São Paulo, 2020.
- PENSARÉ TERRITORI, *Elogio a la ZAD*. Valência: Pensaré Cantoneras, 2016.
- PEREIRA, Marcus A. *Movimentos Sociais e Democracia: a tensão necessária*. <http://www.scielo.br/pdf/op/v18n1/v18n1a04.pdf> 06.04.2018 16:30
- PINTO, Élide Graziane. *Novo Regime Fiscal e a mitigação dos pisos de custeio da saúde e educação*. In: Cad. Saúde Pública 2016; 32(12):e00179516.
- PINTO, Élide Graziane, XIMENES, Salomão Barros. *Financiamento dos direitos sociais na constituição de 1988: do “Pacto Assimétrico” ao “Estado de Sítio Fiscal”*. São Paulo: Campinas, Unicamp, Educação&Sociedade, v 39, nº 145, p. 980-1003, out/dez, 2018.
- PO, Marcos Vinicius, et al. *Análise da política pública de Reorganização Escolar proposta pelo governo do Estado de São Paulo*. São Bernardo do Campo: Fundação Universidade Federal do ABC., nov. 2015.
- REDE GLOBO. *Jornal Nacional*. Rio de Janeiro: 14 jun. de 2003. Programa de TV.
- RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. Tradução: Sérgio Flaksman. São Paulo: Todavia, 2018
- SANTOS, Alina M. *O desafio da Participação Popular na Definição de Políticas Públicas*. http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Alina_c%C3%A9lia291.pdf 06.04.2018 17:00
- SECCO, Lincoln, *As Jornadas de Junho*. In: *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SENNET, Richard. *A corrosão do caráter*. Tradução: Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2016.
- SITE A LAS BARRICADAS. *Entrevista al Frente de Estudiantes Libertarios de Argentina*. 07 de ago. 2013, 11h07. Disponível em: <https://www.alasbarricadas.org/noticias/node/25913>
- SITE APEOESP. *Greve dos professores de São Paulo é considerada a maior da história*. 12 de jun. 2015, 17h27. Disponível em: <http://www.apoesp.org.br/noticias/noticias/greve-dos-professores-de-sp-e-considerada-a-maior-da-historia/>
- SITE BBC. *Suicídios aumentam no Japão e preocupam governo*. 09 de mar. 2009, 03h24. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/lg/noticias/2009/03/090324_suicidiosjapao
- SITE EXAME. *Índice de suicídio na Grécia sobe 40% após crise*. 30 de jun. 2011, 11h27. Disponível em: <https://exame.com/mundo/indice-de-suicidio-na-grecia-sobe-40-apos-crise/>

- SITE G1. *Polícia Militar utiliza violência para reprimir protesto em São Paulo*. 14 de jun. 2013, 11h32. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/06/policia-militar-utiliza-violencia-para-reprimir-protesto-em-sao-paulo.html>
- _____. *Alunos fecham parte da Av. Paulista em protesto contra reforma no ensino*. 09 de out. 2015, 08h42. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/estudantes-bloqueiam-faixas-da-av-paulista-em-protesto-contr-reforma.html>
- SITE LA TINTA. *Estudiantazo 2010: el derecho a construir nuestra educación*. 22 de set. 2020. Disponível em: <https://latinta.com.ar/2020/09/estudiantazo-2010-derecho-educacion/>
- SITE PASSA PALAVRA. *A experiência da Poligremia – autocrítica em busca de um sentido histórico no movimento secundarista*. 21 de jun 2012. Disponível em: <https://passapalavra.info/2012/06/60822/>
- SITE PORTAL EBC. *Ativistas e polícia fazem acordo para trajeto da manifestação em SP*. 17 de jun. 2013, 18h08. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/ativistas-e-policia-fazem-acordo-para-trajeto-da-manifestacao-em-sp>
- SITE RBA. *Ocupação contra projeto de Alckmin já chega a 213 escolas*. 02 de dez. 2015, 14h14. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2015/12/mesmo-com-repressao-policial-ocupacao-ja-chega-a-213-escolas-estaduais-6247/>
- STIRNER, Max. *O falso princípio da nossa educação*. Tradução: Plínio Augusto Coêlho, São Paulo: Intermezzo, 2016.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Oficiais do Exército Brasileiro nos EUA: experiência, memória e incorporação seletiva de idéias nas décadas de 1930 e 40*. In: XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: Unisinos, 2007.
- TAVOLARI, Bianca, et al. *As Ocupações de Escolas Públicas em São Paulo (2015-2016)*. São Paulo: Novos Estudos - CEPRAB, v37, nº 02, pp. 291-310, ago., 2018.
- USP, Grupo de Trabalho de Política Educacional. *A quem interessa a reforma do Ensino Médio do Governo Temer?* <http://www.adunesp.org.br/atx/arquivos/argAdunesp--15-03-2017--58c94c1517b77.pdf> 09.04.2018, 21:00
- VAROUFAKIS, Yanis. *Adultos na sala. Minha batalha contra o Establishment*. Tradução: Daniel Corral. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- VIRILIO, Paul. *Cibermundo: A política do pior*. Tradução: Francisco Marques, Lisboa: Editorial Teorema, 2000.
- _____. *Velocidade e Política*. Tradução: Celso Mauro Parcionik, São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Tradução: Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 2011.
- WRIGHT MILLS, Charles. *A elite do poder*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- YOUTUBE. *Jornalista Livres. Escolas em luta*. São Paulo: 7 de out. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bTyxGRgNMCY>
- _____. *Midia Ninja. Ninja dança e esquiva de bombas na Av. Paulista durante protestos*. São Paulo: 14 de jun. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3PwWvK2caiE>

_____. *Violência policial na escola José Lins do Rego – Zona Sul*. São Paulo: 14 de nov. de 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MgMdBtPBvFA>
ZIBAS, Dagmar M. L. “*A Revolta dos Piniguins*” e o novo pacto educacional chileno. *Revista Brasileira de Educação*, v3, nº38 mio/ago. 2008.

FILMES

ESPERO tua (re)volta. Direção Eliza Capai. Brasil. Produção de Mariana Genesca. Roteiro Eliza Capai. Documentário (93 min). 2019.
ESCOLAS em luta. Direção Eduardo Consonni, Tiago Tambelli, Rodrigo T. Marques. Produtor Guilherme Valiengo *et al.* Brasil. Documentário (50 min). 2017.
LA rebelión pingüina. Direção Carlos Prozato. Chile. Documentário (40 min). 2007.

PERIÓDICOS

El País. *O dia em que cem policiais sitiaram uma escola em São Paulo*. São Paulo, 12 de nov. 2015.
El País. *Por que a reforma que afeta 300.000 alunos em SP virou caso de polícia?* São Paulo, 14 de nov. 2015.
El País. *Confira a lista das escolas que vão fechar no estado de São Paulo*. São Paulo, 18 de nov. 2015.
El País. *A vida em uma escola ocupada que resiste a fechar as portas em São Paulo*. São Paulo, 19 de nov. 2015.
El País. *Alunos já ocupam 74 escolas em SP mas Governo não recua da reforma*. São Paulo, 20 de nov. 2015.
El País. *Justiça nega reintegração de posse das escolas ocupadas em São Paulo*. São Paulo, 24 de nov. 2015.
El País. *Ocupação de 182 escolas em SP vira teste de resistência de Alckmin*. São Paulo, 28 de nov. 2015.
El País. *Estudantes protestam em São Paulo contra o fechamento de escolas*. São Paulo, 30 de nov. 2015, 12h53.
El País. *Governo Alckmin se prepara para “guerra” e alunos vão para as ruas*. São Paulo, 30 de nov. 2015, 22h06.
El País. *Secundaristas se organizam com “Manual de como travar uma avenida*. São Paulo, 30 de nov. 2015, 22h07.
El País. *Ministério Público de SP pedirá a suspensão da reorganização escolar*. São Paulo, 01 de dez. 2015.
El País. *Não é “confronto”, é repressão*. São Paulo, 02 de dez. 2015.
El País. *Repressão de Alckmin inaugura nova fase da reorganização escolar*. São Paulo, 03 de dez. 2015.
El País. *Fechamento de escolas faz Alckmin ter rejeição recorde, diz Datafolha*. São Paulo, 03 de dez. 2015, 19h54.
El País. *Governo de SP suspende reorganização escolar após protestos*. São Paulo, 04 de dez. 2015, 20h48
Folha de S. Paulo. *Protestos contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP*. São Paulo, 07 de jun. 2013. Cotidiano, p C1.

Folha de S. Paulo. *Novo ato contra a tarifa faz até colégio fechar mais cedo*. São Paulo, 08 de jun. 2013. Cotidiano, p C1.

Folha de S. Paulo. *Grupo Passe Livre foi apoiado por petistas em 201*. São Paulo, 08 de jun. 2013. Cotidiano, p C3.

Folha de S. Paulo. *É impossível controlar a revolta, diz movimento*. São Paulo, 08 de jun. 2013. Cotidiano, p C4.

Folha de S. Paulo. *Grupo do PT engrossa protesto contra tarifa*. São Paulo, 11 de jun. 2013. Cotidiano, p C4.

Folha de S. Paulo. *Protesto mais violento contra tarifa tem confrontos em série e vandalismo em SP*. São Paulo, 12 de jun. 2013. Cotidiano, p C1.

Folha de S. Paulo. *Ato é 'caso de polícia', diz Alckmin, em Paris*. São Paulo, 12 de jun. 2013. Cotidiano, p C3.

Folha de S. Paulo. *Retomar a Paulista*. São Paulo, 13 de jun. 2013. Opinião, p A2.

Folha de S. Paulo. São Paulo, 14 de jun. 2013. Capa, Cotidiano, pp 1 - 5.

Folha de S. Paulo. *Polícia reage com violência a protestos e SP vive noite de Caos*. São Paulo, 14 de jun. 2013. CAPA.

Folha de S. Paulo. *SP vai transferir mais de 1 milhão de alunos para dividir escolas por séries*. São Paulo, 23 de set. 2015. Cotidiano, p.B1

Folha de S. Paulo. *Escola Ocupada*. São Paulo, 11 de nov. 2015. Cotidiano, p.B3.

Folha de S. Paulo. *Aluno 'linha de frente' do Passe Livre é porta voz de ocupação em escola de SP*. São Paulo, 12 de nov. 2015. Cotidiano, p.B3.

Folha de S. Paulo. *SP já tem 5 escolas invadidas por alunos*. São Paulo, 13 de nov. 2015. Cotidiano, p.B1.

Folha de S. Paulo. *Justiça revoga reintegração de posse de escola invadida*. São Paulo, 15 de nov. 2015. Cotidiano, p.B7.

Folha de S. Paulo. *Pais se revezam em vigília diante da escola*. São Paulo, 15 de nov. 2015. Cotidiano, p.B7.

Folha de S. Paulo. *Dentros dos muros da escola*. São Paulo, 15 de nov. 2015. Cotidiano, p.B8.

Folha de S. Paulo. *Professores e PM entram em confronto*. São Paulo, 15 de nov. 2015. Cotidiano, p.B8.

Folha de S. Paulo. *Invasões devem deixar 14 escolas de SP sem aula no início desta semana*. São Paulo, 16 de nov. 2015. Cotidiano, p.B8.

Folha de S. Paulo. *Invasão de escolas estaduais afeta 26 mil alunos em São Paulo*. São Paulo, 17 de nov. 2015. Cotidiano, p.B3.

Folha de S. Paulo. *SP pedirá reintegração de escolas invadidas*. São Paulo, 18 de nov. 2015. Cotidiano, p.B6.

Folha de S. Paulo. *'Estou apavorada', diz mãe sobre reintegração de posse em escola*. São Paulo, 19 de nov. 2015. Cotidiano, p.B3.

Folha de S. Paulo. *Governo Alckmin aceita discutir plano se escolas forem desocupadas*. São Paulo, 20 de nov. 2015. Cotidiano, p.B6.

Folha de S. Paulo. *Às vésperas de dia decisivo, escola invadida faz minifestival*. São Paulo, 23 de nov. 2015. Cotidiano, p.B7.

Folha de S. Paulo. *Invasão de escolas afeta exame estadual*. São Paulo, 24 de nov. 2015. Cotidiano, p.B6.

Folha de S. Paulo. *Ocupação de escola sobe 40% em dia de teste*. São Paulo, 25 de nov. 2015. Cotidiano, p.B1.

Folha de S. Paulo. *Manual da Ocupação*. São Paulo, 25 de nov. 2015. Cotidiano, p.B4.

Folha de S. Paulo. *Famílias se articulam para reverter a ocupação de escola*. São Paulo, 26 de nov. 2015. Cotidiano, p.B1.

- Folha de S. Paulo. *Tenho vergonha dos resultados da educação de SP, diz secretário*. São Paulo, 26 de nov. 2015. Cotidiano, p.B3.
- Folha de S. Paulo. *Com protesto, prova escolar tem pior adesão*. São Paulo, 27 de nov. 2015. Cotidiano, p.B1.
- Folha de S. Paulo. *Governo de SP infla desocupação de escolas*. São Paulo, 28 de nov. 2015. Cotidiano, p.B8.
- Folha de S. Paulo. *Governo fará visitas a escolas ocupadas para tentar frear protestos*. São Paulo, 30 de nov. 2015. Cotidiano, p.B7.
- Folha de S. Paulo. *Sp usa formalidade para propor conversa com aluno*. São Paulo, 01 de dez. 2015. Cotidiano, p.B5.
- Folha de S. Paulo. *Promotores vão à justiça contra reorganização de escolas em SP*. São Paulo, 02 de dez. 2015. Cotidiano, p.B6.
- Folha de S. Paulo. *Governo foca desgaste, e alunos radicalizam*. São Paulo, 03 de dez. 2015. Cotidiano, p.B1.
- Folha de S. Paulo. *Detenções nos protestos incluem adultos e jovens de outras escolas*. São Paulo, 03 de dez. 2015. Cotidiano, p.B3.
- Folha de S. Paulo. *PM não desocupará escola, mas desbloqueará via, diz secretário*. São Paulo, 03 de dez. 2015. Cotidiano, p.B4.
- Folha de S. Paulo. *Popularidade de Alckmin despenca*. São Paulo, 04 de dez. 2015. CAPA.
- Folha de S. Paulo. *Popularidade de Alckmin atinge pior marca*. São Paulo, 04 de dez. 2015. B1.
- Folha de S. Paulo. *Mudar áreas como educação gera desconfiança*. São Paulo, 04 de dez. 2015. B4.
- Folha de S. Paulo. *Protestos crescem; Alckmin intervém e chama audiência*. São Paulo, 04 de dez. 2015. B6.
- Folha de S. Paulo. *Alckmin recua e suspende a reorganização escolar em SP*. São Paulo, 05 de dez. 2015. CAPA.
- Folha de S. Paulo. *Radicalização dos protestos e ação da PM forçaram recuo*. São Paulo, 05 de dez. 2015. B4.
- O Estado de S. Paulo. *Protesto contra aumento do ônibus fecha Paulista e leva caos ao centro*. São Paulo, 07 de jun. 2013. Metrópole, p. A12.
- O Estado de S. Paulo. *‘Transporte Público não deve ter tarifa.’*. São Paulo, 07 de jun. 2013. Metrópole, p. A12.
- O Estado de S. Paulo. *No 2º dia de confronto e destruição, protesto fecha Marginal do Pinheiros*. São Paulo, 08 de jun. 2013. Metrópole, p. A22.
- O Estado de S. Paulo. *Confronto e destruição de ônibus e bancos marcam maior protesto contra tarifa*. São Paulo, 12 de jun. 2013. Metrópole, p. A12.
- O Estado de S. Paulo. *Em Paris, Hadda se irrita ao saber de atos de vandalismo*. São Paulo, 12 de jun. 2013. Metrópole, p. A12.
- O Estado de S. Paulo. *Paulistano fica ‘refém’ de bombas em novo confronto*. São Paulo, 14 de jun. 2013. Capa.
- O Estado de S. Paulo. *Escola invadida é contra plano de Alckmin*. São Paulo, 11 de nov. 2015. Metrópole, A15.
- O Estado de S. Paulo. *Estado pede reintegração de escola invadida*. São Paulo, 12 de nov. 2015. Metrópole, A19.
- O Estado de S. Paulo. *SP já tem 5 escolas ocupadas por alunos*. São Paulo, 13 de nov. 2015. Metrópole, A17.
- O Estado de S. Paulo. *Cresce invasão de escolas; sem acordo, Justiça suspende reintegração de posse*. São Paulo, 15 de nov. 2015. Metrópole, A19.

- O Estado de S. Paulo. *SP uso só um critério para mudar rede*. São Paulo, 15 de nov. 2015. Metr pole, A27.
- O Estado de S. Paulo. *Ciclo  nico terá aluno de 11 anos na cracolândia*. São Paulo, 17 de nov. 2015. Metr pole, A19.
- O Estado de S. Paulo. *Alunos ocupam até escolas que não serão fechadas*. São Paulo, 18 de nov. 2015. Metr pole, A21.
- O Estado de S. Paulo. *Alckmin diz que não usar  PM em escolas invadidas*. São Paulo, 19 de nov. 2015. Metr pole, A24.
- O Estado de S. Paulo. *Estado exige saída de escolas para diálogo*. São Paulo, 20 de nov. 2015. Metr pole, A15.
- O Estado de S. Paulo. *Campinas: ato em escola acaba em confronto*. São Paulo, 21 de nov. 2015. Metr pole, A20.
- O Estado de S. Paulo. *Reforma fecha escola de tempo integral*. São Paulo, 22 de nov. 2015. Metr pole, A19.
- O Estado de S. Paulo. *Justiça nega reintegração de posse e Estado cancela Saesp em 108 escolas*. São Paulo, 24 de nov. 2015. Metr pole, A18.
- O Estado de S. Paulo. *PM det m 8 alunos em escola invadida*. São Paulo, 25 de nov. 2015. Metr pole, A21.
- O Estado de S. Paulo. *Alckmin corta bônus de escola invadida*. São Paulo, 26 de nov. 2015. Metr pole, A24.
- O Estado de S. Paulo. *Reorganiza o afeta 80% dos colégios invadidos*. São Paulo, 27 de nov. 2015. Metr pole, A27.
- O Estado de S. Paulo. *Governo diz que desocupou escolas nunca invadidas*. São Paulo, 28 de nov. 2015. Metr pole, A23.
- O Estado de S. Paulo. *Alckmin decreta reorganiza o na terça*. São Paulo, 30 de nov. 2015. Metr pole, A17.
- O Estado de S. Paulo. *Análise de federal contesta reorganiza o escolar em São Paulo*. São Paulo, 01 de dez. 2015. Metr pole, A17.
- O Estado de S. Paulo. *Protesto de alunos acaba em confronto*. São Paulo, 02 de dez. 2015. Metr pole, A26.
- O Estado de S. Paulo. *Escolas: ouvidor quer apurar atos da PM*. São Paulo, 03 de dez. 2015. Metr pole, A24.
- O Estado de S. Paulo. *Escolas: ouvidor quer apurar atos da PM*. São Paulo, 03 de dez. 2015. Metr pole, A24.
- O Estado de S. Paulo. *MPE quer barrar fechamento de escolas; Estado admite 'redução de despesas'*. São Paulo, 04 de dez. 2015. Metr pole, A20.
- O Estado de S. Paulo. *Alckmin recua de fechamento de escolas e secretário cai*. São Paulo, 05 de dez. 2015. CAPA.
- O Estado de S. Paulo. *Alckmin recua, suspende planos de fechar escolas e secretário cai*. São Paulo, 05 de dez. 2015. A18.
- O Estado de S. Paulo. *Bombas dão lugar a euforia e choro com anúncio do governo*. São Paulo, 05 de dez. 2015. A20.
- Rede Jornalistas Livres. *De: Eduardo Suplicy Para: Geraldo Alckmin*. São Paulo, 11 de nov. de 2015.
- Rede Jornalistas Livres. *Flagra: Bandeirante assassino está na cabeça do PM que reprime alunos em defesa da escola*. São Paulo, 11 de nov. de 2015.
- Rede Jornalistas Livres. *Escolas ocupadas: A Fernão resiste*. São Paulo, 13 de nov. de 2015.
- Rede Jornalistas Livres. *Intimida o contra a ocupa o da Escola Estadual Pio Telles peixoto*, 14 de nov. de 2015.

- Rede Jornalistas Livres. *Por que é que a PM de São Paulo quer o tempo todo nos provar a sua covardia e seu racismo???* 15 de nov. de 2015.
- Rede Jornalistas Livres. *Salvador Allende, República de Cuba: os nomes das escolas que Alckmin quer fechar.* 18 de nov. de 2015.
- Rede Jornalistas Livres. *Ocupando o que é seu por direito: a radicalização da democracia na medida certa.* 22 de nov. de 2015.
- Rede Jornalistas Livres. *Escolas ocupadas: Um relato, um pedido.* 23 de nov. de 2015.
- Rede Jornalistas Livres. *Secretaria de Educação prepara “guerra” contra as escolas em luta!* 29 de nov. de 2015.
- Rede Jornalistas Livres. *Sai o decreto da vergonha.* 01 de dez. de 2015.
- Rede Jornalistas Livres. *“Ordem veio de cima”.* 03 de dez. de 2015.
- Rede Jornalistas Livres. *A imprensa livre e democrática foi impedida à força de entrar na coletiva de imprensa sobre a suspensão da reorganização.* 04 de dez. de 2015.